

Patrimônio Cultural e espaços sociais

Organizadores

*Vandeir José da Silva
Giselda Shirley da Silva
Antónia Fialho Conde
Olga Magalhães*



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA

CIDEHUS

Centro Interdisciplinar
de História, Cultura e
da Universidade de Évora

8100000010000

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Patrimônio Cultural e espaços sociais



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA

CIDEHUS

Centro Interdisciplinar
de História, Culturas e Sociedades
da Universidade de Évora

(UIDB/00057/2020)

FCT

Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Editora: Patrimônio Cultural de João Pinheiro
Doutorando.Vandeir José da Silva (Universidade de Évora)
Diretor Editorial

Doutoranda. Giselda Shirley da Silva (Universidade de Évora)
Assessora

CONSELHO EDITORIAL

Dra Antónia Fialho Conde – CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.

Dra Olga Magalhães –CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.

MSc. Vandeir José da Silva – CIDEHUS - UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.

MSc. Giselda Shirley da Silva – CIDEHUS.UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora.

Dr. Cairo Mohamad Ibrahim Katrib– UFU

Dr. Leonardo Barci Castriota – UFMG

Dra Maria Célia da Silva Gonçalves – FINOM

Dra. Margareth Vetis Zaganelli – UFES

Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida - PUC Goiás.

Dr. José Maria Baldino - PUC Goiás.

Dr. Francisco José Pinheiro- UFC

Dra Alexandra Maria Pereira - FCJP

Dr. Mauro Dillman Tavares - UFPEL

Vandeir José da Silva
Giselda Shirley da Silva
Antónia Fialho Conde
Olga Magalhães
Organizadores

Patrimônio Cultural e espaços sociais

1ª edição

João Pinheiro – Minas Gerais
Editora: Patrimônio Cultural de João Pinheiro
- 2020 -

Copyright © 2020 by Vandeir José da Silva e Giselda Shirley da Silva, Antónia Fialho
Conde, Olga Magalhães

Editora: Patrimônio Cultural de João Pinheiro

Rua: Juca Niquinho N° 220-Centro
João Pinheiro – Minas Gerais – Brasil CEP: 38770-000
Telefone: (38) 3561 5437 - culturajoaopinheiro@hotmail.com

Capa: Márcio Gomes da Silva

Catálogo da Publicação na Fonte.
Secretaria de cultura, turismo

Patrimônio Cultural e espaços sociais/ Organizadores Vandeir José da Silva, Giselda Shirley da Silva, Antónia Fialho Conde & Olga Magalhães – 1. Ed. – João Pinheiro: Editora: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2020

205 p.

Inclui referências bibliográficas

ISBN: 978-85-65227-03-2

Parte I, Patrimônio, Educação Patrimonial. **Parte II**, Patrimônio cultural- legislação. **Parte III** Patrimônio Cultural e Turismo. Silva, Vandeir José da (Org.). II Silva, Giselda Shirley da, (Org.), III Conde, Antónia Fialho, (Org.), IV Magalhães, Olga (Org.)

Os textos publicados nesta obra e sua revisão são de responsabilidade de seus autores

Bibliotecária: Marina Batista Ferreira Leite CRB6 -729

DIREITOS RESERVADOS

A reprodução total ou parcial desta obra é proibida por qualquer meio, sem que haja
autorização de seus autores.

A transgressão dos Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98) é crime instituído através do artigo
184 do Código Penal.

e-book

2020

Prefácio

Partindo dos princípios enunciados pela UNESCO, que distingue o Património natural (sítios naturais portadores de testemunhos culturais, como paisagens culturais, mas também formações geológicas, físicas ou biológicas) do Património cultural, expresso nomeadamente em categorias como património material ou tangível (incorporando, por sua vez, os bens móveis e imóveis), património imaterial e património cultural subaquático, deparamo-nos com a complexidade e a amplitude da noção de Património.

Legado que recebemos e que devemos transmitir às gerações futuras enquanto sinónimo de identidade e de criatividade de povos e culturas, reconhecer e salvaguardar o valor identitário do património cultural é preservar e valorizar a memória e é responsabilidade de todos.

E nesta responsabilidade está, pois, implícita a necessidade de uma ética de salvaguarda com recurso a instrumentos como a catalogação e a inventariação do património, nas suas diversas manifestações, de molde a contribuir para essa mesma salvaguarda, e que se consubstancia nomeadamente numa gestão eficaz, conduzindo à sua divulgação e valorização. Essa gestão (que pode apontar, entre outras, para soluções como a manutenção, conservação preventiva, conservação curativa, restauro, reabilitação, renovação, reutilização), deve apostar numa abordagem multidisciplinar que se prende com a colaboração entre indivíduos (especialistas, profissionais, investigadores, políticos, gestores, proprietários, entre outros) e instituições, deverá ainda estudar e determinar o uso adequado de um determinado bem patrimonial, nomeadamente nas suas dimensões pedagógica, turística ou de animação, não perdendo de vista a ideia de desenvolvimento sustentado e a sua relação com as populações. De facto, importa também frisar que para que as populações tenham consciência do património que guardam, elas têm que ser despertadas para o valor dos objetos, edifícios, conjuntos e sítios (como as paisagens sacralizadas ou as paisagens técnicas), bem como das suas expressões patrimoniais imateriais que, fazendo

parte do seu quotidiano, são únicas e identificadoras. E é esse o papel fundamental da Inventariação, como suporte de toda e qualquer proposta de gestão patrimonial, mas também de uma Educação Patrimonial que contribui para um olhar mais atento sobre os contextos quotidianos

Desta forma, ao longo do presente volume, são apresentados trabalhos (apostando alguns na cooperação autoral entre ambos os lados do Atlântico) que analisam o Património em distintas perspectivas e que se expressa, como acima se assinalou, em diferentes categorias, assentando essas abordagens em instrumentação teórica, formal e prática que confirma a sua pertinência.

Este quadro genérico, mas assente em processos de análise e de crítica, conduz especificamente às temáticas tratadas: na primeira parte, apostando na conjugação história/memória/cultura, com alguma ênfase para as questões do património religioso; na segunda parte, abordando a proteção patrimonial, assente nos princípios legais e nos instrumentos administrativos que lhe estão associados, e em que a inventariação tem papel crucial; e na terceira e última parte exemplificando a intervenção em património através especialmente das ações de conservação e restauro. Trata-se, assim, de um trabalho que, no seu conjunto, se dedica ao estudo do Património Cultural, refletindo os autores sobre modelos de registo, demonstrações de (re)conhecimento e valorização patrimoniais, espaços de preservação da memória, práticas de educação patrimonial, visando um objectivo seminal: a compreensão da *monumentalidade da noção de Património* e a sua importância na sociedade atual.

Antónia Fialho Conde e Olga Magalhães

Janeiro de 2020

Sumário

Prefácio	5
-----------------------	----------

Apresentação	5
---------------------------	----------

Parte I

PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E CULTURA: Fios que Tecem as Diferentes Narrativas

Capítulo 1

MUSEUS: espaços de preservação da memória e divulgação do patrimônio cultural .	9
--	----------

Vandeir José da Silva

Antónia Fialho Conde

Olga Magalhães

Capítulo 2

“Dia de Folia”: A experiência da Educação Patrimonial em João Pinheiro/MG	35
--	-----------

Júlia Gontijo Braga

Anielle Kelly Vilela Freitas

Leonardo BarciCastriota

Capítulo 3

PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO E EDUCACIONAL DE PORTO

NACIONAL: espaço sagrado, lugar de memória e símbolo de identidades	51
--	-----------

César Evangelista Fernandes Bressanin

Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

Capítulo 4

AS FESTAS NA UMBANDA: A valorização patrimonial da religiosidade afro-brasileira no triângulo mineiro: experiências e vivências.....	69
---	-----------

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Parte II

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Formas de Assistência

Capítulo 5

O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO

PATRIMÔNIO CULTURAL: Um estudo em João Pinheiro - MG	102
---	------------

Giselda Shirley da Silva

Antónia Fialho Conde

Olga Magalhães

Capítulo 6	
INSTITUTO JURÍDICO DE TOMBAMENTO: um pequeno debate sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil	128
<i>Higor Felipe Silva</i>	
<i>Maria Célia da Silva Gonçalves</i>	

Capítulo 7	
CULTURA E DIREITO: os instrumentos administrativos para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro	143
<i>Adrielly Pinto dos Reis</i>	
<i>Bruna Velloso Parente</i>	
<i>Margareth Vetis Zaganelli</i>	

PARTE III

PATRIMÔNIO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO: Imagem e Sociedade

Capítulo 8	
AS JANELAS DE PARACATU: olhares descortinando o tempo	160
<i>Jacirema das Neves Pompeu Martins</i>	

Capítulo 9	
PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO: tipologia de eventos culturais realizados em Portugal de 2015 a 2016.	178
<i>Marta Sofia Baião Heliodoro</i>	

Capítulo 10	
RESTAURO DA ESCULTURA REPRESENTANDO SANTO ANTÔNIO (BERILO/MG): descobre-se uma rica decoração policromada.....	193
<i>Maria Eduarda Mól Avelar</i>	

SOBRE OS AUTORES.....	202
------------------------------	------------

Apresentação

Vandeir José da Silva
Giselda Shirley da Silva

[...]à medida que os historiadores aprendem a analisar as representações de seus universos a partir de seus temas, inevitavelmente começam a refletir sobre a natureza de seus próprios esforços para representar a história; afinal, a prática da história é um processo de criação de texto e de “ver” ou seja, de dar forma aos temas.¹

Queremos com isto dizer que o fazer do historiador e das áreas irmãs, são campos repletos de possibilidades sendo esta obra testemunha do esforço dos pesquisadores de diversos programas de pós-graduação que procuraram no labor de suas reflexões, tonalizarem a seiva de suas narrativas que hora compõe este livro. Outro sim, no processo da leitura destes textos, o leitor esbarra por vezes numa intrincada teia de sinais deixados por seus pares, ou melhor, dizendo, vizinhos na convivência da prática teórica.

Desse modo, os diálogos tecidos nos convergem para uma interseção de sentidos mapeados nos campos de escolha de seus autores, numa conexão adensada de palavras nos dez capítulos dispostos para leitura e troca de ideias.

A obra foi estruturada em três blocos que se articulam e dialogam, tendo a história, cultura e patrimônio como fios condutores da tessitura narrativa

1- **PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E CULTURA: fios que tecem as diferentes narrativas** contam reflexões sobre museus municipais, sua relevância como espaço educativo, de preservação da memória e divulgação do patrimônio. Aponta o museu municipal de Paracatu (MG) como portador de objetos que contam histórias, comunicam costumes, modos de vida, religiosidade, economia, cultura, possuindo, portanto, como tantos outros museus municipais, um potencial educativo interessante de se refletir (Capítulo 1).

¹ HUNT, Lynn. “Apresentação: História, cultura e texto”, in HUNT, Lynn (org), A nova história cultural. São Paulo; Martins Fontes, 1992, p.27.

As possibilidades do entrelaçar o patrimônio, cultura e educação no recorte da educação patrimonial, apresentando uma experiência educativa de comunicação/divulgação das Folias de Santos Reis, registrada como patrimônio imaterial de Minas Gerais e João Pinheiro. O “Dia de Folia”: A experiência da Educação Patrimonial em João Pinheiro/MG foi realizada em uma perspectiva interdisciplinar viabilizado pelo diálogo entre história, cultura, patrimônio e educação (Capítulo 2).

Problematiza o patrimônio cultural religioso e educacional existente na cidade de Porto Nacional, refletindo a importância do conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a preservação e a conservação da memória e identidade dos moradores de Porto Nacional e de sua cultura (Capítulo 3).

Aponta os limites e possibilidades do entrelaçar entre cultura, religiosidade e patrimônio, elencando as festas existentes na umbanda com enfoque na valorização patrimonial da religiosidade afro-brasileira no recorte específico da região do triângulo mineiro, partilhando experiências e vivências (Capítulo 4).

2- O bloco intitulado: **PATRIMÔNIO CULTURAL: formas e ações de proteção**, proporciona olhares sobre questões teóricas, base legal, instrumentos de preservação e divulgação do patrimônio cultural no Brasil. Iniciando o bloco, apresenta-se o inventário como forma de proteção do patrimônio e cultura, abordando especificamente o modo como o município de João Pinheiro, localizado no noroeste mineiro se apropriou desse instrumento e vem realizando o inventário da sua região (Capítulo 5).

Na sequência das reflexões, vislumbra-se questões acerca da base legal que viabiliza a proteção do patrimônio cultural no Brasil, observando o INSTITUTO JURÍDICO DE TOMBAMENTO: um pequeno debate sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil (Capítulo 6).

Assinala ainda considerações sobre CULTURA E DIREITO: os instrumentos administrativos para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro onde há outras representações sobre a importância dos instrumentos de tutela do patrimônio cultural na sociedade brasileira (Capítulo 7).

3- No terceiro Bloco, **Patrimônio, conservação e restauro**: imagem e sociedade, leva-se em consideração o caráter interdisciplinar da história cultural, realiza-se reflexões com objetos plurais e locais diversos. “AS JANELAS DE PARACATU: olhares descortinando o tempo” possibilitam vislumbrar aspectos da arquitetura de uma cidadezinha que remete ao período colonial em Minas Gerais. (Capítulo 8).

Construindo uma ponte sobre o Atlântico, observa-se o diálogo estabelecido entre PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO observando a tipologia de eventos culturais realizados em Portugal de 2015 a 2016. (Capítulo 9).

O último capítulo da terceira etapa nos permite problematizar a preservação do patrimônio cultural religioso através da arte de restauro de um bem móvel A perspectiva apresentada pela autora nos sugere reflexões sobre a arte de RESTAURO DA ESCULTURA REPRESENTANDO SANTO ANTÔNIO (BERILO/MG): descobre-se uma rica decoração policromada. (Capítulo 10).

Parte I –

PATRIMÔNIO, HISTÓRIA E CULTURA: FIOS QUE TECEM AS DIFERENTES NARRATIVAS

Capítulo 1

MUSEUS: espaços de preservação da memória e divulgação do patrimônio cultural

*Vandeir José da Silva
Antônia Fialho Conde
Olga Magalhães*

Introdução

O fazer da História é sempre um desafio, por isso, acreditamos que nesse fazer há sempre uma concepção de conhecimento que nos impulsiona a pensar nos caminhos aos quais nos lançamos a partir da escolha de nossos temas. Acreditamos como Hunt que:

À medida que os historiadores aprendem a analisar as representações de seus universos a partir de seus temas, inevitavelmente começam a refletir sobre a natureza de seus próprios esforços para representar a história: afinal, a prática da história é um processo de criação de texto e de “ver”, ou seja, de dar forma aos temas (HUNT, 1992, p. 27).

Procuramos apresentar, nesta pesquisa de terreno, reflexões sobre museus enquanto espaços de preservação da memória e patrimônio cultural, concordando com Santos, ao reconhecer o patrimônio cultural como:

Um instrumento de educação e desenvolvimento social. Portanto, as questões relativas à democratização do conhecimento e ao papel social do museu estão intrinsecamente relacionadas com a nossa postura diante do mundo, como pesquisadores e educadores, e ao reconhecimento da história como possibilidade, e não como determinação (SANTOS, 2000, p. 48).

Na delimitação da pesquisa, recorreremos ao arcabouço teórico construído por meio das experiências e relações teóricas entre história, memória, patrimônio cultural e educação em museus, analisando esses conceitos enquanto espaços de preservação da memória e

interfaces com o patrimônio cultural. Nesse sentido, partimos da concepção de instituições museológicas como locais de divulgação da história de um povo numa dada geografia, e entendemos que estes sejam também territórios de edificação que assumem, com o tempo, uma função pedagógica.

O objetivo deste estudo é apresentar os museus municipais como organismos de preservação do patrimônio cultural e espaços educativos, sendo nosso objeto privilegiado o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, na cidade de Paracatu – MG, localizado no Noroeste² de Minas Gerais. Objetivamos também refletir sobre seu papel na preservação dos bens móveis, procurando entender o modo de preservação do patrimônio cultural na região estudada.

Realizamos um levantamento sobre o conceito de museu e sua finalidade, procurando estabelecer conexões a partir de documentos e entrevistas orais com pessoas que estão envolvidas no processo de educação patrimonial no referido museu. A partir desse levantamento, pode-se levantar dados relativos à história da instituição, forma como foi criada e funcionamento, e os métodos de trabalhos aplicados neste espaço. Procuramos ainda compreender se estas instituições, mais detidamente o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, de Paracatu, trabalham com ênfase em “lugares de memória”, de guarda, preservação e divulgação dos bens móveis, anunciando a história e o patrimônio cultural.

A procura do alargamento da compreensão do que seja museu, alinhamos nossos pensamentos com a proposta do ICOM³, que definia na 20ª Assembleia Geral no ano de 2001, em Barcelona (Espanha), que museus são instituições permanentes, que não devem obter fins lucrativos, mas estar a serviço da sociedade, permitindo seu desenvolvimento. São consideradas também como finalidades das instituições museológicas a abertura a públicos diversos, seja para visita de lazer ou para pesquisa científica. Neste mesmo entendimento, a Lei Federal de nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, determinou:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem,

² O Noroeste mineiro é composto de 19 municípios divididos em duas microrregiões: microrregião de Paracatu, e microrregião de Unaí. A região compreende características peculiares que influenciam seu funcionamento. O tamanho e o vazio demográfico chamam a atenção, ele ocupa uma área de 60.906,30 km², o que equivale a 10,38% de área total de Minas Gerais, e contém apenas 1,60% da população do estado. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra063.pdf>>. Acessado em 20 de outubro 2019.

³ Conselho Internacional de Museus. Criado em 1946, o ICOM é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus. Disponível em: <http://www.icom.org.br/?page_id=4>. Acessado em 04 de outubro de 2019.

para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Esse aparato legal institui o estatuto dos museus no Brasil, destacando suas finalidades principais, sendo o Art. 2º determinante dos princípios fundamentais:

- I – a valorização da dignidade humana;
- II – a promoção da cidadania;
- III – o cumprimento da função social;
- IV – a valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V – a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI – o intercâmbio institucional.

Observamos nos princípios fundamentais apresentados acima a preocupação de instituir bases legais mais amplas na preocupação de abarcar um âmbito maior de questões, mas todas canalizadas e plenas de sensibilidades como reflexos da preocupação com o fazer humano. Compreendemos que estes são desafios a serem enfrentados, sendo necessário que a sociedade compartilhe e queira fazer parte do cumprimento deste conjunto dos seis subitens listados.

Ao refletir sobre os museus, muitas inquietações tornam-se eixos norteadores da pesquisa, sendo elas: qual a importância dos museus municipais como locais de preservação da memória e como espaços educativos em Minas Gerais, no recorte geográfico específico de Paracatu? Que finalidade possui o museu como espaço educativo? Que função desempenha esse museu em relação à história e à educação, como veículo de preservação e divulgação da memória da história local e regional? De que maneira podemos reconhecer o museu como local de tradição e significação para a sociedade local e regional no processo de educação? Qual o papel desenvolvido pelo museu em relação à preservação/divulgação dos bens culturais do município inserido no estudo?

Justificamos a relevância da pesquisa pela necessidade de se pensar sobre o patrimônio cultural e relacioná-lo aos valores ligados à identidade de grupos sociais e sua história. Por isso, elencamos o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa como espaço educativo, de proteção e divulgação do patrimônio, sendo também um lugar de memória, na perspectiva apresentada por Nora (1993). Dessa forma, reflexões acerca de contextos locais e regionais são relevantes, pois possibilitam conhecer aspectos da trajetória dos diferentes povos que fazem parte dessa grande nação e, nesse sentido, voltamos nossa atenção a Minas Gerais, para refletir sobre a identidade cultural mineira, que é, ao

mesmo tempo, singular e plural. Ainda nesse sentido, Pierre Nora (1993) reconhece serem estes locais ambientes de sentidos material, simbólico e funcional, o que os torna abrigo de objetos materiais, lugares de memória, espaços de educar.

Analisando os museus enquanto lugar de memória, compreendemos que estes devem ser pensados também como demarcadores e definidores de sentido, o que nos leva a interrogar se o museu se constitui como lugar de memória, ou como memória de um lugar. Acreditamos que seja os dois ao mesmo tempo, dada uma dimensão interpretativa, o que nos remete à imaginação de um ambiente e ao conjunto do que compõe o lugar praticado, como bem escreveu Certau (2007), pois esta instituição atrativa, composta de objetos variados, é constantemente visitada, levando os “praticadores/visitantes” a expressarem emoções de nostalgia, alegria, tristeza ou curiosidade.

Ao refletirmos sobre os museus como locais de preservação da memória e história da nação, em sua diversidade e especificidades, levamos em consideração a relação indissociável entre o surgimento e fortalecimento das instituições museológicas e as medidas de cuidado e proteção do patrimônio, desde o fim do século XVIII, com o advento da Revolução Francesa.

Este estudo foi realizado no viés qualitativo, com pesquisa documental, bibliográfica, e pesquisa de terreno com entrevista oral. Na tessitura do texto, procuramos alinhar documentos do acervo do Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, em Paracatu, sendo eles decretos e lei de criação do Museu, assim como relatórios e fichas de alunos do ensino básico ao superior.

Para as entrevistas, atentamo-nos à delimitação cuidadosa (MAGALHÃES, 2002), atendo-nos às informações relacionadas ao estudo. Para isso, elaboramos um questionário semiestruturado com seis questões abertas e o aplicamos, obedecendo a três critérios: primeiro, funcionários que trabalham no museu; segundo, professores de História que trabalham no curso e tenham desenvolvido trabalho de visita guiada nesta instituição; terceiro, uma pessoa que tenha participado do início do processo de organização do museu e tenha ajudado com a disposição dos objetos nas salas.

Estruturamos neste capítulo quatro eixos: inicialmente, procuramos definir museus e patrimônio cultural; em um segundo momento, apresentamos o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, localizado na cidade de Paracatu – MG; em terceiro, analisamos relatórios de visitas guiadas ao referido museu; finalmente, trazemos gráficos que apresentam resultados entre os anos de 2013 à 2018, analisando o museu como espaço educativo escolar.

Museus e Patrimônio Cultural

O termo patrimônio possui origem jurídica e relaciona-se à propriedade e à herança transmitida. No tocante ao patrimônio cultural, o conceito engloba os bens culturais que são caros à comunidade e que devem ser repassados às futuras gerações. O uso do termo para indicar o conjunto de bens culturais que devem ser preservados resulta de uma série de transformações históricas que marcaram o processo de modernização ocidental, intensificado no final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX.

No Brasil, o conceito de patrimônio histórico e cultural teve que ser (re)pensando de modo a contemplar a diversidade cultural brasileira. Inicialmente, estava mais ligada a patrimônio material e às instituições voltadas para a identificação e proteção dos bens destacados por sua excepcionalidade histórica, monumental ou artística, não contemplando a citada diversidade. Nesse sentido, destacamos a Constituição de 1988, que trouxe importantes contribuições em relação à definição do patrimônio, sendo considerada um marco para a modernização da política de preservação dos bens culturais. O texto constitucional brasileiro, no seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio e delegou à União, estados, municípios e sociedade a responsabilidade por sua preservação:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I. as formas de expressão; II. os modos de criar, fazer e viver; III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV. as obras, os objetos, os documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Analisando o texto, observamos a sua abrangência, a entrada de novos atores sociais e a importância dos diferentes segmentos na proteção e divulgação do patrimônio cultural. Entretanto, segundo Porta (2012), nosso maior desafio em relação à política de preservação do patrimônio é incitar e fortalecer esse interesse, promovendo a relevância do patrimônio cultural e a efetivação de seu potencial. Nesse sentido, observamos o entrelaçar entre patrimônio e museus estando intimamente ligados à cultura, sendo esta fundamental na constituição da identidade. A Declaração do México, documento resultante da Conferência lá realizada, em 1985, chama a atenção para pensarmos na diversificação cultural e sua

importância na formação da sociedade, sendo que os resultados das discussões ocorridas nesse evento de cunho internacional apontam que:

A cultura dá ao homem a capacidade de refletir sobre si mesmo. É ela que nos faz especificamente humanos, racionais, críticos, e eticamente comprometidos. Através dela, discernimos valores e efetuamos opções. Através dela, o homem se expressa, toma consciência de si mesmo, se reconhece como um projeto inacabado, põe em questão suas próprias realizações, procura incansavelmente novas significações e cria obras que transcendem (Declaração do México, 1985).

Nesse contexto, pensamos na função social dos museus, instigando-nos a refletir sobre o aspecto educativo nele desenvolvido. De acordo com Fronza-Martins (2017), no que se refere à educação, os museus têm sido alvo de interesse, tanto em relação ao seu papel social, quanto às práticas nele realizadas e possibilidades de análise.

Sendo assim, a instituição museológica é dotada de interesse, concentrando em seu acervo organização e cuidado, procurando desenvolver em sua promoção a divulgação, na busca por atender seu público e com intenção de repassar conhecimentos através de ações educativas.

Museus: breves reflexões históricas

Levando em consideração que museus são lugares constituídos de elementos da memória, incrustados na tradição, são eles, também, ligados aos costumes de dada sociedade, que os repassa de geração em geração. Tradição aqui é entendida conforme definiu Castriota:

A tradição estabelece entre o passado e o presente é mais complexa do que poderia parecer à primeira vista: se as tradita são permanências do passado, elas existem no presente, onde desempenham normalmente a função de emprestar sua chancela de autoridade a atos do presente (CASTRIOTA, 2014, p. 3).

Analisando museus enquanto lugar de memória, compreendemos que estes devem ser pensados também como demarcadores e definidores de significado. Neste sentido, a reflexão sobre museus nos impele a pensar na sua constituição e história. O termo museu vem da palavra latina *museum*, que, por sua vez, é originária do grego *mouseion*. Na conotação atual, surgiu na Idade Moderna, com a finalidade de proteção aos bens culturais importantes e constituição da identidade nacional e cultural.

Nos séculos XIX e XX, surgiram muitos museus, que se tornaram espaços onde se conservariam e exporiam acervos históricos valiosos e obras de arte. De acordo com Nora

(1986), a criação de museus, a partir do século XVIII, tem uma vocação pedagógica, pois deve possuir uma dimensão de envolvimento da comunidade local cujo papel, deve facilitar a compreensão de seus frequentadores, fazendo com que estes se vejam no processo histórico. Desse modo, o museu torna-se um mecanismo de envolvimento cognitivo pedagógico permitindo com que seus visitantes se reconheçam e estabeleçam conexão com os bens culturais expostos. Esses museus, em sua grande maioria, eram instalados em edificações históricas, como por exemplo o Museu do Louvre, em Paris, e o Museu do Prado, em Madri, locais, ao mesmo tempo, de rara beleza arquitetônica e exposição de acervos valiosos.

A ampliação do número de museus e a concretização do conceito de patrimônio caminham bem próximas na difícil tarefa de construção/reconstrução das identidades nacionais, que proporcionam representações do passado, num cenário de instabilidade social e política, e muitas vezes, distanciamento dos vínculos com a tradição e cultura.

Com o tempo, estes organismos foram passando por transformações e diversificações, sendo também criados museus com acervos e objetivos diferentes, levando em consideração a diversidade e complexidade da sociedade. Entre esses, podemos citar os museus etnográficos, tal como o Museu Nacional da Etnologia⁴ e Museu da Arte Popular em Lisboa, com um vasto acervo que contempla exposições permanentes e temporárias. No Brasil, citamos, como exemplo, o Museu da Língua Portuguesa⁵ e o Museu da Pessoa, ambos em São Paulo, sendo este último virtual e colaborativo, com um acervo de mais de 19.000 entrevistas, apresentando diferentes vozes da população brasileira.

Há de se considerar que a criação de museus no Brasil remete-nos ao período colonial, momento em que, segundo Neves (1995), a cidade do Rio de Janeiro se destacou como principal porto do período. Nesse sentido, o deslocamento da família real para essa localidade trouxe marcos significativos, como a transferência da capital, o que segundo

⁴ Organizado em um viés antropológico, possui 42.000 objetos, relaciona-se com 380 culturas, 80 países, 5 continentes. Como parte do seu diversificado acervo estão “Galerias da Amazônia, onde desde 2006 o público pode tomar contacto com todos os objectos provenientes de um amplo conjunto de povos da Amazônia brasileira. É aí que se encontra uma das últimas recolhas de objectos conduzida em contexto de investigação entre os Índios Wauja, do Xingu”. Disponível em: <<https://mnetnologia.wordpress.com>>. Acessado em 10 de abril de 2019.

⁵ O Museu da Língua Portuguesa foi criado em 2006, objetivando “valorizar a diversidade da língua portuguesa, celebrá-la como elemento fundamental e fundador da cultura e aproximá-la dos falantes do idioma em todo o mundo”. Foi instalado na Estação da Luz em São Paulo, sendo uma iniciativa do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, em parceria com a Fundação Roberto Marinho. Em 2015, foi atingido por um incêndio, mas está sendo reconstruído. Disponível em: <<https://museudalinguaportuguesa.org.br>>. Acessado em 10 de abril de 2019.

Dantas (2013), fez com que o Império Luso-Brasileiro, desde então, passasse a receber pessoas de todas as partes do Brasil, ambiciosos em estabelecer comunicação com a corte.

Ressaltamos ainda, o trânsito de viajantes estrangeiros que desempenharam importante papel como naturalistas, comerciantes e artistas. A exemplo de viajantes, citamos Spix e Martius, Auguste de Saint-Hilaire e Jhon Emanuel Paul, sendo estes importantes exploradores que contribuíram para o conhecimento da fauna, flora e mineralogia, o que trouxe contribuições para os primeiros museus brasileiros e estrangeiros – entre eles Pohl, que levou amostras para o museu de Viena na Áustria (POHL, 1976).

Outro personagem importante para a criação do Museu Nacional foi D. Carolina Josepha Leopoldina. A imperatriz que casou com D. Pedro I teve um papel relevante na criação da instituição que recebeu inicialmente, nos idos de 1818, o nome de Museu Real. Em relação a essas questões, Pohl informa que a princesa possuía uma forte afinidade pelas ciências naturais.

Como podemos perceber, no início do século XIX, aconteceu a criação das primeiras instituições museológicas no Brasil, sob a égide da coroa portuguesa e influenciada pela mudança da família Real para o Brasil em 1808. Desse modo, segundo Sily (2012), D. João VI, em 1818, criou o Museu Real no Rio de Janeiro, mudando sua nomenclatura no governo de D. Pedro I para Museu Nacional. Também constituem marcos importantes a criação do Museu Paraense Emílio Goeldi, em 1871, Belém do Pará, e mais tarde do Museu Paulista em São Paulo, conhecido também como Museu do Ipiranga, em 1894. Na segunda metade do século XIX, tanto o museu paraense Emílio Goeldi (1871), em Belém do Pará, quanto o Museu Paulista, na cidade de São Paulo, estabeleceram-se como instituições dedicadas aos estudos científicos dessa área.

Considerando a relevância dos museus como espaços de preservação da memória e importantes na construção da identidade nacional, em 1922, por ocasião da comemoração do 1º centenário da Independência do Brasil, foi criado, o Museu Histórico Nacional (MNH), no Rio de Janeiro, sob a direção de Gustavo Barroso⁶. Esse museu, atendendo ao momento comemorativo, objetivou viabilizar reflexões acerca da História do Brasil, sendo também um espaço educativo. Seu modelo influenciou a criação de diversos outros museus no Brasil, que têm como finalidade a proteção do nosso patrimônio, com guarda e exposição de acervos cada vez mais amplos.

⁶Este museu contaria, em exposição permanente, com rico acervo da História do Brasil, entre eles o trono imperial de D. Pedro II; os quadros, óleo sobre tela, representando a imagem D. Pedro I, de autoria do pintor, Manoel de Araújo Porto-Alegre (1826), e a Batalha do Riachuelo, de Eduardo de Martino.

O papel dos museus no que tange à preservação da memória e história nacional foi e continua a ser muito importante, pois competia-lhes a função de cuidar do patrimônio histórico-cultural e preservá-lo, por meio da guarda e exposição dos objetos considerados de valor para a história nacional. Ao longo do tempo, foram desempenhando o papel de guarda e proteção dos bens móveis, criando, medidas protetivas e de acréscimo do seu acervo, sendo fundamental na preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Segundo D'Aléssio (2012, p. 87) “a mentalidade preservacionista ganhou impulso no Brasil a partir da década de 1930”. Durante o governo de Getúlio Vargas, conforme mencionou Moisés (1998), aconteceram importantes iniciativas de criação e consolidação dos principais museus no Brasil e de preservação do patrimônio histórico nacional. A base legal de proteção do patrimônio histórico e cultural iniciou-se na gestão desse presidente, sendo os pontos fortes a criação do SPHAN⁷ e o Decreto-Lei 25/1937, que regulamentou a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Esse decreto, em seu capítulo V, trata das disposições gerais. No artigo 24, atribuiu à União papel fundamental no fomento, proteção e conservação dos bens culturais sob a guarda dos museus, tanto em relação à manutenção dos já existentes, quanto ao favorecimento para criação de instituições museais nos estados e municípios:

A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros Museus Nacionais quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares (BRASIL, 1937).

Tendo em vista as determinações do decreto de 1937, foi criado pelo SPHAN, em Minas Gerais, o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, e o Museu do Ouro, em Sabará, visando a preservar os bens culturais e evitar o extravio de obras de arte do período colonial.

A partir dos anos 2000, houve um fortalecimento dos museus e da preservação do patrimônio, sendo criado, em 2004, o Departamento dos Museus e, em 2009, o IBRAM, Instituto Brasileiro de Museus, criado pela Lei 11.906/09. Entre suas finalidades podemos citar o artigo V, que chama a atenção para a função de “promover o estudo, a preservação, a valorização e a divulgação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas, como fundamento de memória e identidade social, fonte de investigação científica e de fruição estética e simbólica” (BRASIL, 2009). O decreto de criação do

⁷Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado pela lei 378/37.

IBRAM reforça a função e responsabilidade dos museus no abrigo de seus acervos e cuidado com eles.

Em Minas Gerais, nas últimas décadas, incentivou-se a criação de museus municipais pela Secretaria de Estado da Cultura, sendo criadas instituições museológicas e/ou Casas de Cultura com a mesma finalidade em diversos municípios, como é o caso do Museu de Guimarães Rosa, em Cordisburgo; do Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, em Paracatu; da Casa da Cultura e Museu Histórico do Alegre, em João Pinheiro, e do museu de Unaí⁸, que apresentam características locais e regionais e a diversidade histórica e cultural da região.

As três últimas municipalidades fazem parte do Noroeste e são parte integrante dos 19 municípios que ocupam uma área de abrangência de 60.906,30 km²⁹ – por sua vez, diferentes de outras regiões do Estado de Minas Gerais. O processo de instalação, organização e trabalho com museus nesta região é uma realidade que tem acontecido a passos lentos. Ressalta-se ainda que neste vasto território há somente três museus – o que demonstra que muito ainda se deve trabalhar, pois nem todos os gestores municipais veem importância na criação de espaços museológicos como medida protetora da história, cultura, memória e identidade de sua região.

Museu de Paracatu

Paracatu é uma cidade setecentista que adquiriu grande importância no período colonial em decorrência da extração aurífera e influência na região. Cenário de grande beleza, tem atraído turistas dos estados brasileiros e de outras nacionalidades. Uma das atrações turísticas da cidade é o Museu de Paracatu, que foi inaugurado e aberto ao público pelo Prefeito Almir Paraca Cristóvão Cardoso, em 30 de junho de 2000; porém a base legal do Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa foi criada pelo decreto nº 4926 de 02 de maio de 2016, iniciativa da gestão do prefeito municipal Olavo Remígio Condé, com base no artigo 86, inciso 5º, da lei orgânica municipal. No seu artigo primeiro, decretou a criação do museu vinculando-o a Fundação Municipal Casa de Cultura.

⁸ O Museu Municipal Histórico e Cultural de Unaí - Maria Torres Gonçalves foi edificado no dia 03 de julho de 2008. Seu objetivo principal é trabalhar a preservação da memória e seu patrimônio cultural voltado para a história de seus moradores. Informação obtida em visita de pesquisa de terreno.

⁹ Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra063.pdf>>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

Segundo dados do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Paracatu (2008), a Fundação Municipal Casa da Cultura foi criada em 29 de junho de 1993, pela Lei 1891/03. Esta instituição é uma importante edificação do início século XX, com características coloniais, localizada a Rua do Ávila no Centro Histórico da cidade.

O Museu, vinculado à Fundação Casa de Cultura, conforme anteriormente mencionado, foi instalado em sede própria¹⁰ localizada no Núcleo Histórico¹¹, com grande importância no contexto histórico e turístico local e regional. Trata-se de um dos locais mais visitados na cidade, por guardar características do período colonial. De acordo com dados obtidos no Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Paracatu (2008), o Museu Histórico é uma edificação de 1903, tendo sido responsáveis pela construção Christino Pimentel Ulhôa e Sérgio Gonçalves Ulhôa. Anteriormente, o local abrigou o Mercado Municipal e, com a extinção do mesmo, passou por processo de restauro, sendo inaugurado em 30 de junho de 2000, nos moldes atuais; porém, a Lei de sua criação aconteceu somente no ano de 2013.

Com base no regimento interno, artigo 2º, sua missão é “promover a interação da sociedade com o patrimônio cultural, com ênfase na sua história e memória, através da preservação, pesquisa e comunicação dos bens culturais sob a guarda desta instituição; fomentando ações como agente transformador social”.

No artigo 4º, apresenta sua finalidade e competência atribuindo ao Museu Histórico o papel de “preservar testemunhos históricos da cidade, cabendo a ele adquirir, identificar, pesquisar, guardar e divulgar esses bens culturais”. Faz parte do seu acervo bens móveis, mobiliário e equipamentos, sendo o acervo museológico composto de coleções históricas, peças arqueológicas e fotografias as quais são inventariadas e ficam em exposição permanente no museu.

O regimento interno que determina a competência do Museu, propósitos, objetivos, composição da diretoria e formas de manutenção, faz menção ao seu papel na organização e exposição permanente de objetos que representem a diversidade de Paracatu em seus diversos aspectos, seja cultural, social étnica, política, econômica ou religiosa. Percebemos a relevância desse item, uma vez que trabalhar com a diversidade cultural simboliza enfrentar o desafio de percepção e entendimento das diferenças e usá-las em prol do exercício da cidadania e crescimento da sociedade como um todo.

¹⁰Localiza-se a rua Joaquim da Silva Pereira, nº 398. Trata-se de um patrimônio protegido por meio do tombamento pelo IPHAN, através do Processo Federal nº 1592/2010. Recebe também proteção por meio da Lei Municipal nº 2636 de 26 de janeiro de 2007.

¹¹Tombado pelo IPHAN por sua importância histórica, cultural, arquitetônica.

A articulação entre cultura, diversidade e desenvolvimento é um dos grandes desafios na construção/reconstrução da identidade local. De acordo com a comunidade internacional reunida na Conferência do México, já antes mencionada, evento por meio do qual se lavrou a Declaração do México, a identidade cultural é:

Uma riqueza que dinamiza as possibilidades de realização da espécie humana ao mobilizar cada povo e cada grupo a nutrir-se de seu passado e a colher as contribuições externas compatíveis com sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação (IPHAN, 2019).

O regimento interno do Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa atribui à instituição também competências de organizar exposições temporárias ou temáticas, devendo ser seu papel integrar-se à comunidade, buscando despertar interesse pelo conhecimento da história local.

Ele é administrado por um diretor indicado pelo gestor municipal e assessorado por um Conselho Consultivo¹². Conforme previsto pelo art. 14 “os recursos financeiros destinados ao museu são oriundos da Fundação Municipal Casa de Cultura de Paracatu, Secretaria de Cultura e FUMPAC¹³, recursos próprios e outras fontes”.

No que tange aos aspectos arquitetônicos, a edificação de estilo colonial encontra-se em um terreno de declive. O acesso ocorre pela entrada principal, através de uma porta de madeira que divide as dez janelas do edifício, que podem ser comparadas nas imagens abaixo.



Figura 1: Foto da edificação do mercado municipal construído em 1903. **Fonte:** Acervo do Arquivo Público. Municipal Michael Olímpio Gonzaga. **Figura 2:** Imagem contemporânea da mesma edificação onde abriga o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa. **Fonte:** Acervo dos pesquisadores, 2019.

¹² Composto por cinco membros com mandato de quatro os membros são voluntários.

¹³ Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural de Paracatu, criado pela Lei nº 2814, de 23 de setembro de 2010.

Nas imagens acima, visualizamos o mesmo edifício em temporalidades diferentes, atendendo a propósitos distintos. Por meio deste recurso visual, podemos comparar mudanças que ocorreram na construção e em seu entorno, como reflexo da evolução urbana da cidade, o que podemos perceber de maneira clara na fachada do museu:



Figura 3: Imagem que apresentam mudanças mais definidas na arquitetura. **Fonte:** Acervo dos pesquisadores, 2019.

No restauro, foi preservada a característica do telhado, acentuando a diminuição das portas. A única em madeira, hoje, possui duas folhas, sendo a parte superior em estilo treliça, e a inferior em almofada. Ao contrário, as janelas aumentaram para dez, sendo acrescido em sua estrutura o modelo guilhotina com vidraçaria, que não existia anteriormente.

Por ser terreno de geografia rebaixada, a construção foi erguida sobre um porão, aterrado no período em que ocorreu o restauro. Em relação aos materiais construtivos, sua estrutura é de madeira, com vedações em taipa e tijolos. A cobertura possui quatro telhados com telhas de cerâmica. Todo o interior da construção é revestido de forro no estilo esteira com material de bambu¹⁴ em formato quadriculado.

As condições de forma geral da edificação são boas, possibilitando o bom funcionamento da instituição museológica, facilitando o acesso e circulação das pessoas na parte interna e externa, permitindo disposição de espaços livres para realização de projetos educativos, visitas guiadas, oficinas e apresentações artísticas.

¹⁴ Arbusto muito encontrado na região, utilizado para fazer balaies, cercas de quintais, rede para crianças, e forro, nas casas de pessoas mais abastadas.

Para facilitar o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, foi construída uma rampa que dá acesso à porta de entrada do museu, que se estende no mesmo alinhamento da mesma base do piso e sem presença de graus por todo espaço museológico. Nesse sentido, ressaltamos duas questões importantes: primeiro, o museu é composto por uma escada com corrimão duplo em madeira, que permite acesso ao ambiente de baixo, local com espaço de jardinagem, onde são também realizadas peças teatrais. Esse espaço não é acessível a pessoas com mobilidade reduzida, por isso, quando acontece algum evento na parte de baixo, essas pessoas veem da parte de cima. Segundo o piso original desta edificação era de tábua corrida; porém, no período do restauro foi substituído por tijoletas vermelhas¹⁵.

A instituição atende gratuitamente a um público alvo composto por escolas e excursões, sendo as visitas, individualizadas e coletivas, realizadas através de visitas guiadas nos seguintes horários: segunda a sexta-feira, nos horários de 08h às 18h, sábado e domingo, de 09 h às 15h, comportando um número máximo de 98 visitantes por vez.

Em pesquisa de terreno, foi possível observarmos que, em relação aos projetos desenvolvidos, a instituição participa todos os anos na “Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus”. A Semana Nacional de Museus é uma temporada cultural que acontece todo ano em comemoração ao “Dia Internacional de Museus”, que ocorre no dia 18 de maio. A participação das instituições museológicas brasileiras ocorre mediante convite do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), que desenvolve uma programação especial para essa data. A socialização das experiências das instituições que participam da programação, de acordo com a pesquisa realizada, tem demonstrado alcançar importantes resultados, o que podemos notar com a participação do Museu de Paracatu nesta programação.

A cada inserção dos funcionários neste evento há um reavaliar do trabalho do gestor e dos funcionários, que procuram definir novos critérios de atendimento ao público – o que consequentemente tem demonstrado maior participação de visitas, e envolvimento da comunidade local, gerando fortalecimento de sua imagem.

A *Primavera dos Museus*, também coordenada pelo órgão citado, é uma ação anual, com duração de uma semana, cujo objetivo é mobilizar os museus brasileiros a elaborarem programações especiais, cujas finalidades sejam voltadas para o tema central proposto pela instituição. Em relação ao arquivo, pode-se analisar, por meio do acervo fotográfico, projetos e oficinas executadas, resultado das ações desenvolvidas em parceria entre o Museu e escolas públicas e privadas locais.

¹⁵ Nome dado ao piso feito de argila queimada em forno.

Retomando a reflexão em relação à edificação, no plano de ocupação do espaço, o museu é composto por recepção e locais de exposição permanente sendo:

SALA 01 - Tropeiros; SALA 02 - Garimpo; SALA 03 - Tecelagem / Religiosidade / Comércio; SALA 04 - Cinema; SALA 05 - Instrumentos Musicais e Farmácia; SALA 06 - Escritório, e SALA 07 - Galeria de Fotos. Há também uma varanda, que acompanha toda a estrutura em telhado único da parte interior; uma cantina; dois banheiros (um feminino e um masculino), e dois— porões, que abrigam a Reserva Técnica.

Em relação à fase inicial de implantação do museu, período em que a instituição iniciou o recebimento de objetos recorda umas das funcionárias¹⁶:

A maior dificuldade do museu foi quando ele foi montado: tudo o que chegava, os funcionários recebiam, até litro de açafrão tinha aqui. A maioria dos objetos não possui termo de doação; desta forma, não se sabe quem doou muitas peças. Noventa por cento do material foi doado e as pessoas achavam que aqui era um depósito de coisas velhas. Mas a maioria das peças é de Oliveira Mello, ele ajudou a montar o museu (entrevista concedida em 10 de outubro de 2019).

Em seu relato, podemos perceber que não havia inicialmente conhecimento, por parte de quem trabalhava nos anos de 2000, do que receber para compor o acervo museológico. Os funcionários que iniciaram o funcionamento do museu não eram capacitados e treinados para saberem qual tipo de objeto a receber, e recebiam o que a comunidade doava. Essa dificuldade pode ser percebida no relato da doação de um vidro de açafrão, material perecível utilizado como tempero de cozinha. Outro fator importante é a afirmação da narradora quando diz que para a sociedade local o museu era depósito de objetos velhos, sem utilidade.

Esta realidade na região é muito comum: informação semelhante foi concedida pela historiadora Giselda Shirley da Silva, responsável pela Casa da Cultura, inaugurada em dezembro de 2006 com o nome, Geralda de Campos Valadares. No ano de 2009, criou-se o Museu do Alegre, vinculado a esta mesma Casa. Segundo Giselda:

O Museu Histórico do Alegre foi legalmente criado em 2011 através do decreto 735/2011. Todavia, com a criação da Casa da Cultura em 2006, iniciou-se um trabalho junto com a comunidade pinheirense para que fossem doados objetos que retratassem a história local. Desta maneira, foi sendo adquiridos diversos objetos que ficaram sob a guarda desta instituição. Com este acervo museológico, tornou-se necessário a criação do museu que ainda permanece ligado à Casa da Cultura (entrevista concedida em 10 de outubro de 2019).

¹⁶ A pessoa entrevistada é funcionária do município e uma das responsáveis por acompanhar os visitantes quando os guias de educação patrimonial não estão presentes. Por questão de ética na pesquisa, o nome da entrevistada foi mantido em sigilo.

Conforme informação da historiadora, não há separação entre a Casa da Cultura e Museu do Alegre, abrigando a mesma edificação as duas instituições. A entrevistada relata também que inicialmente eram recebidas doações de qualquer objeto não perecível, mas que fizesse parte da história da sociedade local, não havendo inicialmente critérios de seleção. Mais tarde, atentaram para adoção da natureza de dois documentos: o primeiro, um termo de entrega do objeto no ato do repasse; o segundo, um termo de concessão de empréstimo.

Em Paracatu, com o passar do tempo, a equipe de funcionários ganhou experiência com os trabalhos desenvolvidos e sentiu necessidade de adotar critérios de seleção para receber objetos, atentando para a realidade local e regional, procurando construir uma proposta de difusão da cultura local como instrumentos políticos pedagógicos. De acordo com informações obtidas através dos funcionários, eles não aceitam mais qualquer doação, mas levam em consideração a existência de objetos que já possuem e quando recebem novos objetos, estes já passaram por avaliação técnica.

Nas lembranças, elucidaram que muitos objetos que fazem parte do acervo museológico possuem lacunas em decorrência de não saberem contar quem foram seus doadores e que características históricas possuem que possam ligar a história, memória e identidade local e regional, num acervo que possui atualmente (1120) mil cento e vinte peças.

MUSEU COMO ESPAÇO EDUCATIVO: Patrimônio e identidade

O papel educativo e comunitário dos museus exige a adoção de práticas que permitem políticas que possibilitam interação do público alvo; suas ações educativas correspondem ao eixo de interação entre instituição e público alvo durante o período investigado, apontando para ações educativas ampliadas, dirigindo-se para um público cada vez mais diversificado. Suas diretrizes voltadas para a política cultural procuram aprimorar e fortalecer a função sociocultural de uma pedagogia em condição de manter história, memória e identidade local.

Neste sentido, o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, por se tratar de um museu localizado numa cidade do período colonial, que envolveu atividade de mineração voltada para a escravidão negra, implica que o trabalho de educação patrimonial seja realizado, levando em consideração desde o estilo arquitetônico aos objetos expostos, propiciando ações reflexivas entre questões que diferenciam a sociedade branca da negra, geradora de processos que deram a formação inicial do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu, posteriormente elevada à vila e depois à cidade.

Bittencourt, ao escrever sobre o ensino de História, fundamentos e métodos, afirmou que: “Objetos de museus que compõem a cultura material são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos, e crenças de nossos antepassados” (2008, p. 353). Na sua percepção, o papel educativo dos museus é relevante para atividades educativas dessa natureza, pois propicia a relação com a história, tornando-se um espaço privilegiado para a realização de projetos de educação patrimonial.

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares e especialmente os professores de História têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado e sobre as relações que a sociedade estabelece com ele: como é preservado, o que é preservado e para quem é preservado (BITTENCOURT, 2008, p. 277).

Nesse sentido, a educação patrimonial realizada em lugares históricos e museus são importantes para despertar e fortalecer no aluno o gosto pela história e memória. Chama a atenção para o trabalho do professor e seu papel ao visitar um museu, devendo transformar os objetos em fonte de conhecimento histórico, bem como a forma como tem sido construída a memória social por meio das exposições museológicas.

Hirata escreveu que, para muitos docentes:

O museu assume uma função específica: o seu acervo ilustra, de maneira concreta, as aulas de história. Os artefatos se restringem, deste ponto de vista ao complemento ideal para o documento histórico por excelência, isto é, o texto (HIRATA, 1985, p. 12-13).

Refletindo também neste sentido, Bittencourt (2008) afirmou ainda que, o professor interessado em inserir o museu como recurso didático, precisa planejar o trabalho com antecedência, conhecer a Instituição com a qual vai trabalhar (avaliar anteriormente as exposições, saber da história da formação do acervo e informar-se sobre a proposta educativa que fundamenta as suas ações). A partir dessas informações, deve planejar a visita com a turma de alunos, reconhecendo o museu como o lugar de preservação e divulgação da memória; mas, para além desse papel, precisa ter ciência de que, no jogo das disputas institucionais, o museu também pode ser marcado pelo esquecimento, proposital ou não. Dessa forma, constitui-se como um espaço de construção e disputa de memórias.

Analisando especificamente o caso de Paracatu, procuramos observar que tipo de história o Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa privilegia. Na pesquisa de terreno, observamos que este museu realiza trabalhos de educação patrimonial por meio de visitas guiadas, realizadas por meio de três Condutores Turísticos,

estagiários, todos cursando o ensino superior, ou funcionários efetivos que trabalham no Museu – portanto, nenhum formado em Museologia.

O atendimento à comunidade escolar e visitantes é realizado somente no turno da manhã e precisa ser agendado previamente. As visitas voltadas para a educação, atendem alunos da rede pública e privada, desde a educação infantil ao ensino superior. São realizadas também trabalhos voltados aos residentes da cidade sede, zona rural, integrantes de outros Estados e estrangeiros.

Analisando os 37 livros de assinaturas de aproximadamente 100 páginas cada um, nós nos deparamos com participação de estrangeiros, sendo eles do Canadá, Argentina, Espanha, Chile, Alemanha, África do Sul, Paraguai, Austrália, Japão, Estados Unidos Portugal e China. Abaixo, gráfico com relação de visitantes correspondentes ao ano 2013 a 2018.

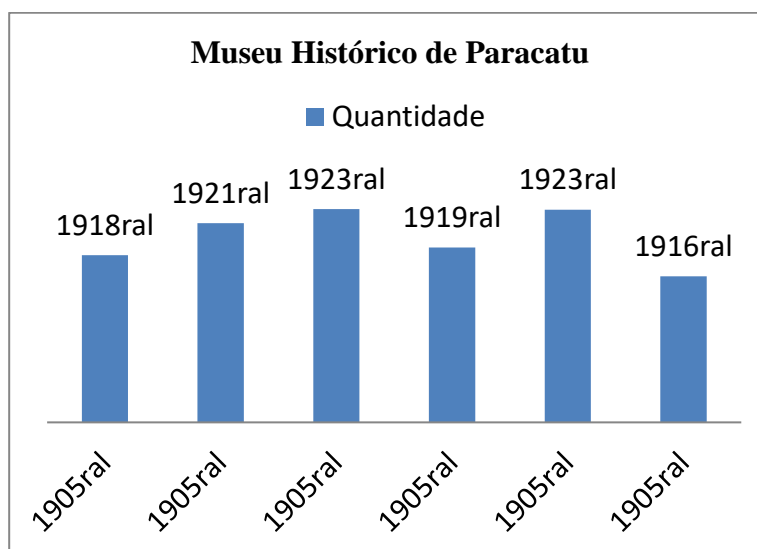


Gráfico 1: Relação de visitantes – 2013-2018. **Fonte:** Museu Histórico Municipal. Outubro 2019.

O gráfico nos permite compreender variações nos seis anos de documentação estudada. As informações são registros contidos nos livros de assinaturas de visitantes e fichas destinadas a comunidade escolar, possibilitando observarmos na documentação consultada, que os períodos de maior fluxo de visitas ocorrem nos meses de janeiro, maio, julho, agosto e dezembro, sendo que o museu é menos frequentado em fevereiro e março.

Nas colunas apresentadas, notamos variações nas participações com aumento entre os anos de 2013 a 2015; porém, no ano subsequente, acontece um declínio, voltando a demonstrar aumento de participação em 2017. Em 2018, há uma queda significativa na

participação em decorrência de o museu ter passado por um processo de restauro, ficando fechada à visitação.

Em relação à participação das escolas municipais, estaduais, privadas e ensino superior, analisamos as fichas preenchidas pelos professores, o que permitiu encontrar a seguinte constatação, apresentada em ordem de participação: a presença da Educação Básica no espaço museológico alcança o primeiro lugar, com maior participação do Ensino Fundamental I e II e, logo após, do Ensino Médio; o Ensino Superior aparece em última posição. Esta verificação nos deixou surpresos, pois a cidade tem diversas instituições de ensino superior.

Para o trabalho com educação patrimonial, a instituição tem uma política de preenchimento de ficha para cada escola que a visita, e é através desta que são realizados os relatórios mensais e anuais.

A adoção de critérios como as fichas que devem ser preenchidas anteriormente ao trabalho de educação patrimonial torna a ação mais proveitosa, oferecendo, no espaço museológico, um local que possibilite dinamizar as atividades propostas. É por meio desta organização que a instituição avalia através das fichas os pontos fortes e frágeis do trabalho desenvolvido, adotando políticas que propiciam ao público melhores condições para participar. Para uma cidade no sertão das Gerais, em que poucos trabalhos com museus são desenvolvidos, os números apontados são significativos.

Conforme informações dos funcionários, a atividade com o público diversificado que eles receberam foi oportuna para que eles demonstrassem no acervo a diversidade cultural da cidade e região, dando oportunidade às pessoas envolvidas de conhecer e interagir com o processo de formação e reapropriação da malha urbana local e regional. Outro aspecto que podemos perceber é que o desempenho das atividades que são desenvolvidas permite que sejam realizadas avaliações, indicando quais pontos devem ser melhorados. De acordo com Santos (2008), fatores como estes possibilitam as reconstruções de histórias, contam sobre a história de vida dos moradores da cidade e fazem a junção entre museu e sociedade, tornando este trabalho uma prática social.

As atividades propostas desempenham funções pedagógicas, interagindo com a realidade histórica local e da região e contribuindo para a divulgação da memória e do patrimônio cultural. Neste sentido, Bittencourt (2008, p. 356) afirmou que o “papel educativo dos museus tem proporcionado práticas educativas diversas”, colaborando com a mediação do conhecimento da história e cultura.

Percebemos nestas reflexões a importância da divulgação do patrimônio local como forma de mediar o conhecimento e conferir o estatuto da identidade de cada lugar ou lugares, fruto do interesse do profissional, seja ele, professor, guia turístico ou educador patrimonial. Conforme afirmou Marta¹⁷:

Anteriormente, a visita guiada era realizada por uma pessoa contratada pela prefeitura. Este contrato era feito por quem se interessasse pelo cargo. Para isto o interessado deveria deixar seus documentos na Casa da Cultura, local onde era feita a escolha deste funcionário. Hoje, é realizado por processo seletivo, sendo o funcionário remunerado pelo município (entrevista concedida em 03/10/2019).

Como apontado pela narradora, anteriormente não havia uma preocupação voltada para critérios que justificassem o cargo e sua importância, bastando haver apenas interesse de pessoas que almejassem o cargo. Notamos, neste sentido, que a transição de funcionários é um dos fatores que dificultou, como refletimos anteriormente, o processo de montagem do acervo. A mudança dessa postura, a partir do processo seletivo, trouxe novas configurações para o trabalho que tem sido desenvolvido. Em outra perspectiva, os olhares lançados e o discurso de afirmação do profissional que trabalha nesta modalidade, legitima sua crença, criando novos seguidores. Sabemos que o processo de contar história é fruto de escolhas, um professor de história, um guia turístico, um educador patrimonial ou um historiador não conta toda a História, mas é extremamente importante sua atuação, porque traz a contribuição do seu modo de ver e pensar sobre ela, cabendo a outros trazer novas contribuições, seja na forma de representar ou trabalhar com a realidade.

Uma das estratégias utilizadas para compreender como os frequentadores do museu repassam o conhecimento obtido foi através da apreciação dos relatórios confeccionados por acadêmicos do Curso de História, após estes participarem da visita guiada.



Figura 4: Visita guiada com alunos do curso de História no

¹⁷ Pseudônimo atribuído para garantir anonimato da narradora.

Foi proposto a eles pelos pesquisadores e professores a escrita de um relatório individual, em que indicassem se conheciam o museu, sua finalidade, se já haviam participado de visitas guiadas anteriormente e, por fim, a experiência adquirida com a atividade.

Analizamos 30 desses relatórios confeccionados por alunos do 3º e 4º períodos do curso de História, acompanhados pelos professores que ministraram as disciplinas de PPHI, Prática Pedagógica em História I, e PPHII, Prática Pedagógica em História II¹⁸. As respostas indicaram satisfação da maioria dos acadêmicos em conhecer o museu. Por serem alunos que residem em diversos municípios do Noroeste de Minas, em sua maioria, mencionaram não conhecer museus e expressaram admiração pelos objetos do acervo nele exposto.

Outro ponto comum na redação dos textos foram as descrições das experiências da visita como algo positivo: alguns destes já atuam como professores e, com este conhecimento, passaram a trabalhar com seus alunos da Educação Básica em locais que lhes permitiam refletir dados históricos, ou passaram a instigar em sala de aula reflexões a partir de objetos como ferros a brasa, cutelo, tachos de cobre, arreios, bruacas, balanças antigas, panelas de ferro, potes, pilão, teares, barril de pinga, roda de fiar, carda, gamelas de cobre, oratórios, camas antigas e baú, estabelecendo relação entre a cultura local e regional.

Neste sentido escreveu Greenhill.

A tarefa do educador de museus é a de ajudar o público a relacionar-se com esses objetos e atividades a partir do seu próprio ponto de vista, a de auxiliar no estabelecimento de uma relação entre o conhecimento prévio do aprendiz e o que pode ser gerado a partir da experiência no museu: é ser um mediador (GREENHILL, 1983, p. 8-9).

Notamos, desta maneira, um elo circular de significados geradores do processo de emissão e recepção, que caracteriza o conhecimento numa dimensão interpretativa seja no espaço do museu ou sala de aula.

Abaixo, a narrativa do docente que coordenou o trabalho:

A visita ao Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga foi realizada através de um projeto realizado em parceria com outro professor do curso de História. A visita teve como objetivo levar os acadêmicos a conhecerem sua finalidade enquanto obra arquitetônica e os

¹⁸Esta documentação nos foi concedida pela coordenadora do curso de História da Faculdade CABRÁLIA. Nome fictício para preservar o anonimato da instituição.

objetos lá expostos. Desse modo, antes de adentrar ao local, foi feita uma análise do espaço geográfico de sua construção, estilo arquitetônico e tipo dos materiais. No espaço interno, os alunos foram instigados a refletir sobre a finalidade de cada sala a partir de suas temáticas, composta por objetos que datam dos séculos XVIII ao XX. Nas intervenções dos acadêmicos durante as visitas, foi possível perceber a importância de se trabalhar a Educação Patrimonial, uma vez que alguns dos acadêmicos moram em Paracatu e relataram que, embora seja o cotidiano deles passar quase sempre por este local, não se viam seduzidos a entrarem e conhecer o museu. Alegaram pensar que aquelas eram curiosidades de outras áreas, como da arquitetura (professor 1; entrevista concedida em 10/10/2019.)

O professor mencionou ainda que, segundo os alunos, a visita proporcionou amadurecimento e inquietações, pois a partir deste contato passaram a se interessar por museus como locais que possibilitam trabalhar a História local através de objetos ali expostos, como parte integrante da história e memória de uma sociedade que constrói e reconstrói seus espaços, remodelando a paisagem urbana numa prática contínua do fazer histórico.

Na leitura dos 30 relatórios dos acadêmicos, procuramos observar se havia ênfase na escrita voltada a alguma das salas, como algo que provocasse ou chamasse atenção dos mesmos, pois intencionamos nesta leitura compreender que tipo de história privilegia o museu, ponto sobre o qual argumentamos anteriormente.

Por meio dos relatórios, foi possível observarmos que os ambientes que mais chamaram a atenção dos acadêmicos foram as salas onde está representado o ciclo do ouro e dos tropeiros, por abrigar objetos que fazem parte do ciclo de povoamento e da mineração. Nelas, há objetos que eram utilizados pelos escravos datados do século XVIII. Essa realidade foi também detectada nos relatórios do museu.

Alguns acadêmicos citaram como curiosidades ferramentas de trabalhos utilizadas pelos escravos, as quais não conheciam, como vira-mundo, coleiras, algemas, almocafre – utilizada para cavar barrancos na beira de córregos e praias –, correntes para prender pés e mãos dos escravos, balanças e pesos denominados de onças – muito utilizadas pelos moradores locais para comercializar ouro –, enxada adaptada para remover cascalho e caixote – por onde se lavava o cascalho para remover o ouro.

Do ponto de vista das experiências citadas acima e de acordo com um dos organizadores do museu, Lavoisier Wagner Albernaz¹⁹, temos que:

¹⁹ Cineasta e memorialista.

É notório que de todas as salas que compõem o museu, duas delas chamam maior atenção do público por se tratarem do ciclo de povoamento, sendo elas, a sala dos tropeiros e a da mineração. Desde a criação do museu estas salas chamam mais atenção por se tratarem de questões que envolvem a formação do Arraial de São Luiz e Sant'anna das Minas do Paracatu e seus moradores. Suas temáticas expressam nos objetos o cotidiano e trabalho (entrevista concedida em 10/10/2019).

A partir da entrevista, observamos que através dos objetos que compõem o acervo museológico e no contar a história por meio deles, memória e lembranças tecem fios de significados, dando-nos a perceber, como escreveu Bosi (1998), que lembranças puxam lembranças no refazer contínuo e concordando com Alberti (2004) que “As produções humanas exprimem a vivência e cabe ao hermenêuta compreender essas expressões, de tal forma que a compreensão seja o mesmo que tornar a vivenciar”. Foi desse modo que percebemos o envolvimento do narrador ligando história e memória aos objetos, tornando o momento da escuta um diálogo intercultural, experiências partilhadas de sua vivência e da memória de seus avôs, nutrindo a seiva memorável de acontecimentos do passado.

Considerações finais

O árduo processo de pesquisar faz com que nos deparemos, muitas vezes, com dificuldades, mas é preciso que os pesquisadores, imbuídos do seu papel, estabeleçam como meta ir além do que já foi dito.

Esta pesquisa nos possibilitou perceber aspectos essenciais, relacionados ao conceito de museu detendo nossa análise mais específica no Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa situado na cidade de Paracatu – MG, uma das três únicas instituições museológicas existentes na imensa área do Noroeste de Minas (apenas nas cidades de Paracatu, João Pinheiro e Unaí).

Procuramos compreender/analisar as maneiras como neste espaço museológico o trabalho educativo exerce influência da identidade local e regional, sendo importantes na valorização, proteção e divulgação do patrimônio cultural.

Observamos que patrimônio cultural, museu e história são fundamentais na constituição da identidade, porém são também espaços de poder, lembrança e esquecimento. O patrimônio cultural, assim como os museus, possui um caráter seletivo, sendo também espaço de debate, disputas, seleção do que vai ser lembrado e também, esquecido. Nesse sentido, D'Aléssio (2012, p. 89) afirmou que “lembrança e esquecimento são partes de um mesmo todo”.

Nessa perspectiva, notamos no ir e vir da pesquisa que as salas que representam tropeiros e garimpeiros do museu pesquisado despertam maior atenção do público por estarem diretamente relacionadas ao surgimento de Paracatu.

Outra questão importante a partir dos dados coletados que nos fizeram repensar a responsabilidade dos professores nos cursos de licenciaturas é o baixo índice de presença dos mesmos no museu pesquisado, sendo apontados como o menor percentual de presença nos relatórios arquivados.

Em relação às problemáticas e objetivo, alcançamos o propósito desta pesquisa entrelaçando pesquisa documental, bibliográfica e de campo, mas certos de que nossos esforços não param por aqui.

Ao assumirmos nossos posicionamentos, detectamos que o mundo factível da escrita do historiador e sua narrativa está intimamente ligada a sua maneira de ver e sentir o mundo do qual ele faz parte e escrever sobre história é palmear sobre um determinado lugar. Nesta perspectiva, no direcionamento da compreensão do significado do museu como locais de memória, percebemos que existe um partilhar de sentidos que são reproduzidos, definindo esta instituição museológica como mediadora da cultura, memória e identidade local.

Nestas palavras finais, inspiramo-nos no texto da historiadora Conde (2017), em que homenageia o acervo documental da Biblioteca Pública de Évora, local de sua pesquisa. Com esta sensibilidade, ela demonstra ser o local, o ponto de convergência entre memória, história e identidade. Nessa perspectiva de reconhecimento, rendemos também tributos ao Museu Histórico Municipal Pedro Salazar Moscoso da Veiga Pessoa, lugar de significados e tendências, como apontados pela historiadora.

Referências

ALBERTI, V. **Ouvir contar:** textos em História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. (2008) **Ensino de História:** Fundamentos e Métodos. Cortes Editora, São Paulo.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembrança de velhos. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Artigo 216. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp> . Acessado em 06 de janeiro de 2020.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

_____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

CASTRIOTA, L. B. A questão da tradição: algumas considerações preliminares para se investigar o saber-fazer tradicional. **Forum patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br>>. Acesso em 22 de outubro de 2019.

CERTAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CONDE, A. M. F. Évora e os manuscritos iluminados da biblioteca pública de Évora. In: _____ (Coord.). **Lux. anima: iluminuras na biblioteca de Évora**. Lisboa: Althum.com, 2017.

D’ALESSIO, M. M. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. In: CHUVA, M. (Coord.). **História e Patrimônio** – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, 2012 (IPHAN).

DANTAS, R. M. M. C. Considerações sobre o Paço de São Cristóvão e o Museu Nacional. In: ANDRADE, A. R. P. (Org.). **Guia de visita ao museu nacional: reflexões, roteiros e acessibilidade**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2013.

FRONZA-MARTINS, A. S. **Da magia à sedução: ações educativas formativas para universitários em museus paulistanos**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas.

GREENHILL, E. H. Alguns pontos básicos sobre educação em museus. Tradução Maria Lourdes Parreira Horta. **Museums Journal**, 1983.

HIRATA, Elaine Veloso. **Relato de experiências educativas do MAE: 1981-1982**. Dédalo, São Paulo, nº 24, p 11-2, 1985.

HUNT, L. **Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Declaração do México**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

MAGALHÃES, O. **Concepções de história e de ensino da história: um estudo no Alentejo**. Edições Colibri, 2002.

MOISÉS, J. A. Os efeitos das leis de incentivo In: WEFFORT, F.; SOUZA, M. (Org.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

NEVES, G. P. das. **Do império luso-brasileiro ao império do brasil 1789- 1822**. Lisboa: Ler História, 1995.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.

POHL, J. E. **Viagem no interior do brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

PORTA, Paula. **Política de Preservação do Patrimônio Cultural do Brasil**. Brasília, Iphan: 2012.

SANTOS, M. C. T. M. Museus e educação: conceitos e métodos. In: OLIVEIRA, C. M. R. (Coord.). **Encontros Museológicos**: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

SANTOS, M. C. T. M. Projeto museológico. **Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável**. Macapá, 2000.

SILY, P. R. M. **Casa de ciência, casa de educação**: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935). 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Capítulo 2

“Dia de Folia”: A experiência da Educação Patrimonial em João Pinheiro/MG

*Júlia Gontijo Braga
Anielle Kelly Vilela Freitas
Leonardo Barci Castriota*

Introdução

A educação para o patrimônio tem para muitos o seu início ligado ao Guia Básico de Educação Patrimonial, lançado em 1999 por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro. Durante o início dos anos 2000 diversas foram as experiências que utilizaram a publicação como material base de apoio, sendo a maioria realizadas em museus e posteriormente se espalhando para outras instituições.

Em 2004, o IPHAN criou a Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC/IPHAN), para fortalecer a área em busca de uma organização e estruturação das ações educativas, possuindo como princípio o desenvolvimento de projetos construídos a partir do conhecimento coletivo, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, tendo como pressuposto que a educação para o patrimônio não apresenta um método único e é uma importante ferramenta no processo educativo com foco na preservação e valorização do patrimônio cultural brasileiro.

Quanto ao conceito de patrimônio cultural no Brasil, é necessário dizer que ele foi estabelecido juridicamente pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que considerava a associação exclusiva à patrimônio os bens de natureza material, móveis e imóveis. Com a Constituição Federal de 1988 ampliou-se este conceito substituindo a denominação patrimônio histórico e artístico nacional, por patrimônio cultural brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a ampliou as categorias de bens passíveis de reconhecimento, incluindo dentre estas possibilidades aqueles de caráter imaterial. Assim, o Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os

bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. (BRASIL, 1988).

A respeito da Educação Patrimonial, o Guia diz que ela

trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Ainda, Mário Chagas em seu artigo “Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação”, destaca que a prática da Educação Patrimonial já estava presente em ações do século XIX, antes mesmo de se adotar essa nomenclatura, que muitas vezes vê no Guia Básico de Educação Patrimonial o seu surgimento.

Vale adiantar que a tentativa de estabelecer um marco zero para a “educação patrimonial”, fixando uma data de nascimento (1983), uma cidade (Petrópolis), um museu e uma determinada maternidade ou paternidade, não tem respaldo no cotidiano dos praticantes da assim chamada “educação patrimonial”. O seu vínculo de fundo e o seu diferencial estão situados na confluência entre a educação, a memória, a cultura, o patrimônio e a preservação. De outro modo: a expressão em análise constitui um campo e uma prática de educação socialmente adjetivada e não está especialmente vinculada a nenhuma metodologia, a nenhum autor, a nenhum lugar, a nenhuma data em particular. (CHAGAS, 2006, p. 5).

O autor também contrapõe os conceitos clássicos de museu e defende a ideia de que o patrimônio e a educação são indissociáveis.

Importa registrar, no entanto, que a educação é uma prática sócio-cultural. Nesse sentido é que se pode falar no caráter indissociável da educação e da cultura ou ainda na inseparabilidade entre educação e patrimônio. Não há hipótese de se pensar e de se praticar a educação fora do campo do patrimônio ou pelo menos de um determinado entendimento de patrimônio. Por este prisma, a expressão “educação patrimonial” constituiria uma redundância, seria o mesmo que falar em “educação

educacional” ou “educação cultural”. No entanto, não se pode negar que a referida expressão tenha caído no gosto popular. Resta, neste caso, compreender os seus usos e os seus significados. (CHAGAS, 2006, p. 4).

Considerando então que existem diversas conceituações e significados para a expressão “Educação Patrimonial” e, entendendo que ela não representa uma única metodologia ou prática, considerou-se para este trabalho, o que é defendido pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC/IPHAN). Assim, a Educação Patrimonial constitui-se de:

(...) todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. (IPHAN, 2014, p. 19).

Diante dessa definição e considerando a importância de se vivenciar a dimensão simbólica do espaço para conhecer e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, foi pensado o projeto de educação patrimonial intitulado “Dia de Folia”. Desenvolvido no primeiro semestre de 2019, o Projeto teve como ponto de partida as formas diferenciadas de contato com o patrimônio cultural para assim promover um processo de aprendizagem que se estabelecesse por meio da apropriação sensorial, intelectual e afetiva. Por meio dessa apropriação, buscou-se a compreensão sócio histórica da Folia de Reis em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação.

O Projeto “Dia de Folia” foi desenvolvido no município de João Pinheiro, noroeste de Minas Gerais, Brasil, junto à alunos da rede pública estadual, com idades entre 9 e 12 anos, e trabalhou especificamente a manifestação cultural da Folia de Reis, único patrimônio imaterial registrado pela cidade. Essa escolha se deu pelo fato de ser identificado que na localidade a maioria das ações de Educação Patrimonial realizadas junto às escolas, são voltadas ao patrimônio material e a visita à bens tombados. Assim, diagnosticou-se que era necessário dar enfoque a outras referências culturais, escolhendo-se a Folia de Reis por ser uma manifestação intimamente ligada à identidade cultural local e regional.

É importante, porém, lembrar que a institucionalização do Registro dos bens culturais de natureza imaterial aconteceu somente em 2000, ou seja, posterior à publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial lançado pelo IPHAN. Até então, era chamado de “patrimônio vivo” as formas de expressão cultural presentes nas comunidades. Dessa forma,

ainda é bastante recente o crescimento das políticas para a salvaguarda do patrimônio imaterial, bem como a Educação Patrimonial voltada à essa categoria.

A expressão patrimônio imaterial, conforme define o artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ocorrida em Paris, em 2003, designa:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p. 4).

O artigo 3º esclarece ainda o conceito de Salvaguarda:

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (UNESCO, 2003, p. 5).

Nesse âmbito, é importante afirmar que é preciso ir além dos conceitos estabelecidos para a Educação Patrimonial e compreendê-la enquanto processo, através do qual as crianças possam criar suas próprias significações e referências acerca da Folia de Reis, promovendo a difusão deste bem cultural.

Nesse caso como destaca Gomes (2005, p.5):

A proposta de concretização de uma política pública de proteção do patrimônio vivida na escola pressupõe ações que promovem a conscientização e a valorização do patrimônio local, que se concretiza por um conjunto dinâmico de ações que se estendem para além dos muros da escola e que compete à sociedade como um todo. Nesse movimento a escola tece uma rede de informações que se entrelaçam através das histórias de hoje e de ontem que, ao serem compartilhadas, possibilitam formas mais aperfeiçoadas de compreensão da cultura e da própria identidade. Assim, é possível entremear histórias que não só revelam, mas, também reinventam e reconstroem saberes sobre o patrimônio cultural.

Com base nessas ideias e nos diálogos estabelecidos com membros da Secretaria de Cultura de João Pinheiro, foram analisados os conjuntos documentais referentes à Educação Patrimonial enviados ao IEPHA nos últimos anos no âmbito do Programa do ICMS Patrimônio Cultural, projeto do estado de Minas Gerais que visa valorizar ações de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural nas localidades do estado através de incentivos fiscais. Assim, identificou-se os trabalhos já realizados nas escolas da cidade e as principais demandas no que diz respeito ao patrimônio. Foi observado um grande número de ações envolvendo a Educação Patrimonial, tanto palestras como visita aos bens tombados e seminários, abrangendo um público diverso, distribuído em variadas faixas etárias e níveis de escolaridade. Em relação ao patrimônio imaterial, uma das ações de Salvaguarda realizadas pela Secretaria de Cultura foi a inclusão dos capitães e foliões no projeto Museu de Vozes, com intuito de resgatar memórias e histórias sobre as Folias de Reis de João Pinheiro.

O Museu de Vozes é um acervo audiovisual composto de entrevistas com 142 pessoas residentes em João Pinheiro, noroeste de Minas Gerais, e que, cada um, ao seu modo, faz parte da história local e regional. Esse acervo de história oral de vida é composto de pessoas de ambos os sexos, oriundas de diversos segmentos, idades, nível socioeconômico e educativo diversificado. Sedia-se na Casa da Cultura Geralda Campos Romero, na cidade de João Pinheiro e foi idealizado pelos historiadores que trabalham com a história local, regional e são membros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural em parceria com a Secretaria da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. (SILVA; GONÇALVES; SIVERES, 2017, p. 183).

Entendendo a importância de difundir ainda mais este bem cultural, o Projeto “Dia de Folia” trouxe as discussões sobre a história e identidade local relacionada à Folia de Reis também para as escolas. Para isso, escolheu-se a Escola Estadual José Romero da Silveira - NEEC, já conhecida na cidade por ser aberta a novos projetos e parcerias com a comunidade. Localizada no bairro Santa Cruz, outro motivo relevante para sua escolha foi a proximidade com a sede da Associação dos Foliões de Santos Reis de João Pinheiro, que contribuiu para o contato e a troca de conhecimento entre os alunos e os foliões.

A Folia de Reis

A Folia de Reis tem sua origem na Europa, na região de Portugal e Espanha, e inicia como um costume de ordem religiosa praticado durante as festas de Natal. Essa manifestação

popular foi trazida pelos portugueses para o Brasil durante a colonização e, ao chegar aqui, sofreu interferências dos valores e práticas locais, como os tambores e outras contribuições africanas. De acordo com a Bíblia, na ocasião do nascimento de Jesus, uma estrela apareceu e foi vista por homens do Oriente que estudavam corpos celestes. Eles a seguiram e encontraram o menino Deus e lhe ofereceram presentes pelo seu nascimento. Segundo a tradição, Baltazar teria saído da África levando Mirra, que costumava ser oferecida aos profetas e representava a humanidade, já que o óleo de mirra era usado para embalsamar os mortos. Gaspar, que partiu da Índia, teria presenteado Jesus com Incenso, como alusão à sua divindade. Melchior/Belchior, saiu da Europa levando Ouro ao menino Jesus, o que representava a sua realeza.

O ritual faz parte das tradições familiares, em que se paga uma promessa aos Santos Reis como forma de agradecer por uma graça recebida. Como não havia data certa para comemorar o dia de Reis, em 378, o Papa Júlio I considerou que o nascimento de Jesus seria celebrado em 25 de dezembro e o dia 6 de janeiro seria dedicado ao dia de Reis, rememorando o dia em que os magos, ou homens do Oriente, levaram presentes a Jesus. Apesar de ser uma festa de caráter religioso e de ter sido trazida ao Brasil pelos próprios jesuítas, é importante dizer que ela não depende de representantes oficiais da Igreja para ocorrer. Assim, apesar das boas relações com padres e párocos de regiões próximas às de realização das festas, elas ocorrem na maioria das vezes de forma autônoma, agregando valores próprios.

A Folia de Reis em João Pinheiro/MG

A Folia de Reis ocorre em praticamente todo o território do município de João Pinheiro-MG, sendo cada grupo de Folia composto por uma média de 15 integrantes, vários deles participantes de mais de um terno de Folia. Os cortejos ou giros, acontecem entre o dia do Natal, 25 de dezembro, e o dia de Santos Reis, 6 de janeiro, sendo chamadas de festas de tempo. Existem também as festas de votos ou temporãs, que são realizadas em qualquer época do ano, em agradecimentos a uma graça alcançada. Entre as folias mais antigas estão a Folia da Fruta D'Anta, que surgiu há mais de cem anos na Fazenda da Cancela, e a Folia de Reis do senhor João Timóteo.

Os foliões saem em forma de cortejo passando de casa em casa onde existe um presépio. Chegando em cada residência, eles cantam versos na chegada, rezam o terço, cantam versos no presépio, dançam a catira, recebem esmolas, se alimentam, cantam versos

em agradecimento às esmolas recebidas, se despedem e seguem em direção às demais casas que possuem presépio cantando o canto de saída. No final da noite ou início da madrugada eles dormem em uma casa que os recebem e voltam a sair no outro dia cedo, começando o ritual novamente.

Entre os elementos que caracterizam a Folia estão os três arcos, que servem como um portal para entrada e saída dos ternos de Folia. Esses arcos, geralmente feitos de bambu, são enfeitados com folhas, bandeirinhas e flores feitas de papel crepom. Já o presépio é o espaço de encenação do nascimento do menino Jesus, com a presença dos três Reis Magos e outros personagens bíblicos, como Maria, José e os animais. Ele está presente em todas as casas por onde os foliões passam durante o giro.

É interessante notar que a dicotomia entre público e privado é quebrada durante os giros da Folia de Reis, uma vez que o Promesseiro, que é o dono da casa, abre as portas da sua residência para a entrada do grupo de Folia. Assim, aquele espaço torna-se momentaneamente público, possibilitando trocas sociais, materiais e espirituais. As casas passam a ser uma extensão da rua e adquirem um caráter sagrado, em que a montagem do presépio e a presença da bandeira sacralizam o espaço. Essa mobilidade dos espaços permite que a Folia de Reis aconteça sem a necessidade de um local específico para a manifestação do Divino, como uma igreja ou templo, já que os próprios elementos iconográficos incorporados ao espaço geográfico transformam-no em um local sagrado.

Os personagens da Folia de Reis e suas performances

Existem algumas figuras que se destacam na Folia de Reis, uma delas é o Palhaço, responsável por fazer o primeiro contato com o dono da casa. Está sempre mascarado e vestido com roupas coloridas, segurando em suas mãos um cajado de madeira. É ele quem recolhe as ofertas, anuncia a chegada da bandeira nas casas, pergunta se o dono da casa aceita a visita, descobre as ofertas escondidas, “quebra os atrapalhos”, improvisa versos e danças. Sua máscara de papel ou couro imita barbas e a sua performance chama a atenção de todos que participam da Folia. Ao entrar nas casas durante o Giro, o palhaço deve seguir algumas recomendações, como pedir licença antes de entrar e tirar a máscara durante os cantos e a reza no presépio.

Durante o giro da Folia de Reis pelas casas é o Alferes ou Bandeiroiro quem vai à frente abrindo a passagem para os foliões e levando a bandeira. A bandeira de Santos Reis representa a estrela guia e nela é colada a estampa dos Reis Magos e da Sagrada Família.

Os Três Reis Magos sempre usam coroas e são representados pelo Capitão da Folia de Reis, pelo integrante chamado 2ª voz (resposta) e pela 3ª voz. Já os contramestres assumem as diferentes vozes que auxiliam nos cantos dos versos, sendo que a maioria das folias vai até a 6ª ou 7ª voz. É comum entre os foliões o uso da Toalha, tecido branco que é levado ao pescoço e que representa o primeiro manto que cobriu o menino Jesus. Seu uso é uma forma devoção aos Santos Reis e serve para identificação dos foliões, sendo que na maioria das vezes são bordadas com motivos natalinos e o nome do grupo de Folia.



Figura 1: Grupo de Folia de Reis de João Pinheiro. Foto: Angelita de Souza. 2018.

O promesseiro ou festeiro é o pagador de promessas, é quem financia a folia em determinado ano a fim de pagar por graças recebidas. Geralmente, um ou mais anos antes, esse pagador de promessas comunica ao coordenador do grupo de folias que deseja ser o promesseiro de determinado ano. A sua figura está associada ao Rei e Rainha, e por isso, sempre usam coroas e levam buquês de flores nas mãos. A coroa, durante a Festa, é passada pelo Rei e Rainha para os promesseiros do ano seguinte, assim como as flores do buquê são distribuídas aos foliões como convite para o próximo ano.

Ao recriar todos os anos a Folia de Reis nessas regiões rurais e urbanas, os habitantes locais revivem a festa que era tão comum entre seus antepassados. Dentre as principais mudanças na tradição observadas na Folia de Reis de João Pinheiro está o modo de se locomover durante o giro. Antes os foliões iam de casa em casa ou de fazenda em fazenda a pé ou a cavalo, hoje a maioria vai de carro. Essa mudança não altera, no entanto, a importância da Folia como parte da identidade cultural dos pinheirenses.

O Projeto “Dia de Folia”

O Projeto surge a partir de um diagnóstico realizado no segundo semestre de 2018, em que procurou-se compreender a relação do município de João Pinheiro com o seu patrimônio cultural. Foi observado que a maioria dos projetos de Educação Patrimonial realizados na cidade são voltados ao patrimônio material e à visita aos bens tombados. Além disso, ao analisar o Dossiê de Registro da Folia de Reis, elaborado em 2015, e os relatórios de Registro dos anos seguintes, verificou-se uma diminuição do número de grupos de folia em João Pinheiro, fato esse que coloca essa tradição em risco de desaparecimento.

Com base nessa análise, entendeu-se como necessário um trabalho voltado à valorização e salvaguarda da Folia de Reis entre a população local, principalmente entre os mais novos, que muitas vezes nunca tiveram contato direto com a Folia. A Educação Patrimonial, nesse sentido, visa ir além do conhecer para preservar, ao provocar uma reflexão crítica sobre o patrimônio imaterial e seus diferentes sujeitos, para que assim possa existir uma transformação da realidade. A escolha, portanto, de trabalhar o tema na Escola Estadual José Romero da Silveira - NEEC, deve-se à importância de discutir o patrimônio entre as crianças, de forma que elas possam criar suas próprias referências culturais sobre a Folia de Reis.

A coordenação do Projeto ficou sob a responsabilidade de Júlia Gontijo Braga - Estudante de Arquitetura e Urbanismo pela UFMG – e de Vera Lúcia de Lima - Pedagoga e Servidora Pública da Secretaria de Cultura de João Pinheiro. Foi realizada parceria da Escola Estadual José Romero da Silveira - NEEC por meio da direção da escola – Nilda Souza com a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de João Pinheiro, representada pelo Secretário Municipal de Cultura, Joel Pereira Dos Reis para realização do Projeto intitulado “Dia de Folia”. O foco das oficinas foi apresentar a Folia de Reis como Patrimônio Imaterial de João Pinheiro e trabalhar diferentes aspectos da Festa de Santos Reis.

O Projeto “Dia de Folia” foi realizado durante uma semana, entre os dias 08 e 12 de abril de 2019, em um total de cinco encontros de aproximadamente duas horas. O público-alvo do Projeto foram as duas turmas de 5º ano do ensino fundamental da Escola Estadual José Romero da Silveira - NEEC, representando um total de 39 alunos. As atividades foram desenvolvidas na própria escola, com exceção do último dia, em que o encerramento aconteceu na Associação dos Foliões de Santos Reis de João Pinheiro.

No primeiro dia de atividade foi apresentado aos alunos um embasamento teórico em que foram abordados os conceitos de patrimônio, bens culturais materiais e imateriais /

móveis e imóveis, assim como os princípios que fundamentam o processo da Educação Patrimonial. Em seguida foi introduzido o tema da Folia de Reis, levantando discussões sobre a origem, as mudanças das tradições e os grupos de Folia que ainda estão em atividade no município.

A partir do segundo encontro, a turma foi dividida em cinco grupos, que realizaram atividades práticas, possibilitando um maior contato com a Folia e seus significados. John Dewey, filósofo e pedagogo, defendia a ideia de que a educação das crianças devia basear-se na abordagem da solução de problemas, ou seja, “aprender fazendo”, para que a educação seja como um processo de reconstrução e reorganização das experiências adquiridas que irão influenciar as experiências futuras. Segundo Dewey (1978, p. 22):

Com efeito, sendo a educação o resultado de uma interação, através da experiência, do organismo com o meio ambiente, a direção da atividade educativa é intrínseca ao próprio processo da atividade. Não pode haver atividade educativa, sem direção, sem governo, sem controle. Do contrário, a atividade não será educativa, mas caprichosa ou automática.

Por meio da teoria do “aprender fazendo” desenvolvida por Dewey, os alunos foram levados a desempenhar tarefas relacionadas aos preparativos de uma Folia de Reis, como a confecção de flores e arcos, adereços do rei e da rainha, bandeira de Folia. Esse processo foi uma importante etapa do Projeto, que teve como objetivo criar uma noção de pertencimento e de memória da Folia de Reis, vivenciada de maneira simbólica ao longo dos encontros.

No segundo dia de oficina, foi proposto que os alunos confeccionassem as flores de papel crepom, típica decoração das Festas de Santos Reis. Foram feitas também as coroas dos três Reis Magos, do Rei e da Rainha, utilizando materiais como EVA. Antes do início da prática, foi lembrado o que cada uma desses personagens representa na Folia de Reis, sendo que os três Reis Magos são as três primeiras vozes da Folia e o Rei e Rainha são os promesseiros da Festa.



Figura 2: Confecção das flores e coroas. Foto: Júlia Braga. 2019.

A figura do Palhaço e sua performance deram início ao terceiro dia do Projeto, quando Angelita de Souza, secretária da Associação dos Foliões de Santos Reis de João Pinheiro, chegou à escola vestida do personagem e dançou ao ritmo do Lundu. Após a apresentação, a secretária tirou a máscara do Palhaço e conversou com os alunos sobre seu papel. Foi explicado o porquê de ele sempre estar fantasiado e mascarado, já que em sua origem, as máscaras eram para esconder de Herodes os rostos de seus soldados que haviam se convertido em protetores do Menino Jesus e assim ele não os reconhecesse.



Figura 3: Performance do palhaço. Foto: Júlia Braga. 2019.



Figura 4: Confeção da máscara do palhaço. Foto: Júlia Braga. 2019.

No quarto dia de oficina foi proposto que cada grupo fizesse a sua própria bandeira de Folia de Reis. A bandeira representa a estrela guia e os três Reis Magos, saindo sempre à frente do grupo durante o cortejo. Antes da atividade prática foi explicado para as crianças sobre a função da bandeira em uma Folia e, em seguida, cada grupo confeccionou a sua própria, usando materiais como retalhos de chita, gravura de Santos Reis e fitas coloridas. Foi interessante notar como a criatividade das crianças fez com que cada bandeira fosse diferente das outras, sendo umas mais coloridas, outras com detalhes de chita e flores.



Figura 5: Confeção da bandeira de Santos Reis. Foto: Júlia Braga. 2019.



Figura 6: Bandeira de Santos Reis feita pelos alunos. Foto: Júlia Braga. 2019.

O último dia de atividades aconteceu na Associação dos Foliões de Santos Reis de João Pinheiro e teve como objetivo criar a própria Festa de Reis dos alunos do NEEC. Os estudantes e as professoras organizaram o ambiente para receber a Folia de Reis Mirim da Escola Municipal Israel Pinheiro - CAIC, convidada para uma apresentação de encerramento do Projeto. As crianças utilizaram os materiais confeccionados ao longo dos dias para reproduzir a dinâmica de uma festa de Folia de Reis, enfeitando o salão com as flores e bandeiras produzidos e vestindo as coroas e máscaras. A Festa de Reis se completou com a apresentação da Folia de Reis Mirim da Escola CAIC, que além do grupo de vozes, levou também os personagens dos Três Reis Magos e do Palhaço.



Figura 7: Folia Mirim da Escola CAIC de João Pinheiro. Foto: Júlia Braga. 2019.



Figura 8: Encerramento do Projeto com apresentação da Folia Mirim. Foto: Júlia Braga. 2019.

O Projeto “Dia de Folia”, teve como principal apontamento, sugerido pelos referenciais teóricos e pelas experimentações realizadas, a importância de se considerar a prática educativa para o patrimônio pautada na relação direta entre as crianças e o bem cultural. Acredita-se que ao considerar a educação como prática sociocultural, a sua potência de transformação é capaz de criar uma nova relação entre as crianças e o patrimônio cultural, contribuindo para a sua valorização e preservação.

Ressalta-se ainda, a importância da dimensão arquitetônica/construtiva presente no Projeto “Dia de Folia”, uma vez que todas as atividades desenvolvidas foram relacionadas à produção de objetos da Folia de Reis. Dessa forma, buscou-se a reflexão dos alunos sobre cada uma das figuras da Folia para, a partir do entendimento desses papéis e de suas representações, construir seus principais elementos identificadores.

Acredita-se que esse processo, em que as crianças aprendam a partir de associações e brincadeiras, possa ser mais efetivo na construção coletiva e democrática do conhecimento, já que ações pontuais, como a distribuição de cartilhas e folhetos sobre o patrimônio, na maioria das vezes apenas informam, sem gerar de fato, uma prática educativa. Essa concepção de educação, norteadora do Projeto, foi pautada principalmente nos estudos de Paulo Freire, que em “Pedagogia da Autonomia” aponta que:

A construção de relações dialógicas sob os fundamentos da ética universal dos seres humanos, enquanto prática específica humana implica a conscientização dos seres humanos, para que possam de fato inserir-se no processo histórico como sujeitos fazedores de sua própria história. (FREIRE, 1996, p.10).

A partir desse entendimento quanto a educação dialógica, entende-se como ideia central do Projeto o fato de que não há um único conhecedor, o conhecimento é feito em uma relação de troca. Dessa forma, desejou-se que as crianças compartilhassem suas experiências e memórias sobre a Folia de Reis e a cidade de João Pinheiro para, a partir disso, iniciar uma discussão mais ampla sobre o valor dos bens culturais e das tradições. Ao educador, portanto, não compete exercer juízo de valor sobre a Folia de Reis, mas sim, admitir os atores locais como sujeitos das ações e desenvolver metodologias para provocar o debate entre os alunos. A comunicação verdadeira, para Freire, não está na exclusiva transferência ou transmissão do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua coparticipação no ato de compreender a significação do significado, ou seja, de se apropriar dos conhecimentos.

Os resultados da Oficina viabilizaram reflexões importantes acerca do conhecimento sobre o patrimônio cultural, com foco especial no único patrimônio imaterial registrado de João Pinheiro, a Folia de Reis. Dessa forma, percebemos como é importante que esse reconhecimento e noção de pertencimento esteja aliado às práticas como a realizada ao longo do Projeto, em que as crianças são levadas a refletir sobre o patrimônio a partir do contato direto com os bens culturais. Pode-se dizer que o Projeto atingiu seus objetivos, uma vez que as crianças aprofundaram seus conhecimentos sobre a manifestação, seus personagens e ritos, além de compreender a importância dessa celebração na identidade cultural da cidade de João Pinheiro.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

_____. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Rio de Janeiro, RJ. 1937.

_____. Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. Brasília, DF: Senado Federal. 2000.

CHAGAS, Mário. **Educação, Museu e Patrimônio: tensão, devoração e adjetivação**. Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan, n. 4, Rio de Janeiro, 2006, p. 1-7. Disponível em<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf>. Acesso em 18 mar. 2019.

DEWEY, John. **Vida e educação**. Tradução e estudo preliminar por Anísio S. Teixeira. São Paulo: Melhoramentos; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Antônia Simone. **Educação Patrimonial em uma escola do campo**: Proposta educativa que visa à valorização do patrimônio cultural local. Disponível em <http://www.historiaoral.org.br/resources/anais/9/1435436586_ARQUIVO_EscoladoCampo.pdf>. Acesso em 08 fev. 2019.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **As Folias de Reis de João Pinheiro**: performance e identidades sertanejas no noroeste mineiro. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>. Acesso em 08 fev. 2019.

IEPHA. **Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais**. Cadastro das Folias de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

IPHAN. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2019. <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

_____. **Educação patrimonial: Histórico, conceitos e processos**. Brasília, 2014. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em 13 fev. 2019.

_____. **Educação patrimonial: Inventários Participativos**. Brasília, 2016. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf>. Acesso em 13 fev. 2019.

_____. **Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas – (Caderno Temático; 5)**. Casa do Patrimônio da Paraíba. João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf>. Acesso em 12 jan. 2019.

SILVA, Giselda Shirley da; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; SIVERES, Luiz. **Museu de Vozes**: entre lembranças e narrativas, as possibilidades de conhecimento da história local e regional. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2019.

Capítulo 3

PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO E EDUCACIONAL DE PORTO NACIONAL: espaço sagrado, lugar de memória e símbolo de identidades

*César Evangelista Fernandes Bressanin
Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida*

Introdução

O texto apresenta o patrimônio cultural religioso e educacional da cidade de Porto Nacional e discute a importância do conjunto arquitetônico, que foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para a preservação e a conservação da memória e da identidade de um povo e de sua cultura.

A ideia de patrimônio, durante muito tempo, esteve vinculada a ideia de bens e objetos de valor, de posses e de propriedades que se acumulavam ao longo da existência de uma pessoa e de sua família, que além de possuírem valor econômico tinham, também, um valor simbólico. No entanto, o termo ganhou novas nuances e sentidos ao longo da história, especialmente a ideia de bens que se referiam a uma nação. Foi o nacionalismo dos Estados Modernos, a partir do século XVIII, que evidenciou o marco para o conceito moderno de patrimônio, especialmente na França, com a Revolução de 1789 (PORTO, 2011).

Neste contexto, o patrimônio começa a ser considerado como um reflexo da Nação, não somente no domínio privado e de antigas tradições, mas “de todo um povo, com uma única língua, origem e território” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 17). Os monumentos franceses passaram a testemunhar o “gênio do povo francês” e a materializar a identidade nacional e, por meio deles, os cidadãos se reconheceriam como franceses” (CAMARGO, 2002, p. 21). Desta forma, práticas de preservação patrimoniais emergiram como políticas de Estado na França, como salienta Camargo (2002), e que serviram de modelo para todo o mundo ocidental.

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referenciais comuns a todos que habitavam um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social de extrema importância política (FUNARI; PINSKY, 2003, p.16).

No Brasil, a ideia de proteção ao Patrimônio Nacional ganha forças com o movimento de intelectuais modernistas e se efetiva no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), primeiramente, em 1933, ao promulgar o Decreto nº 22. 928, de 12 de julho, elevando a cidade de Ouro Preto à categoria de “monumento nacional”, e, posteriormente, com o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que instituiu e organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (PEDREIRA, 2005) e o definiu como.

O conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937)

Este decreto teve por base um anteprojeto de Mário de Andrade que criou o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como primeiro órgão executivo do governo federal dedicado à preservação do patrimônio cultural nacional e que deu origem ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), com responsabilidade de elaborar a política de preservação, criar o instrumento de tombamento histórico cultural e executar a fiscalização dos bens salvaguardados (PEDREIRA, 2005).

Dentre os diversos documentos internacionais, conhecidos como Cartas Patrimoniais que, desde 1931, se preocupam com a questão patrimonial, a criação da UNESCO após a Segunda Guerra Mundial “terá papel fundamental na conservação e proteção do patrimônio cultural universal enquanto gestora dos bens culturais no contexto mundial” (LARA, 2017, p.48). A Conferência da UNESCO de Paris realizada em outubro de 1972 emitiu um documento final nomeado de “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”, onde se define, entre outras coisas, a composição do patrimônio cultural e natural da humanidade, atribuído de valor universal e excepcional (LARA, 2017).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 promoveu a proteção do patrimônio cultural nacional e estabeleceu, pela primeira vez, o conceito de patrimônio cultural brasileiro.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, s. p.).

Desde então, o serviço de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, fortalecido pela Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da UNESCO realizada em 2003 em Paris, tem zelado pelo Patrimônio Cultural material e imaterial ou seja,

do conjunto de bens culturais, que são a produção dos homens nos seus aspectos emocional, intelectual, material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural (ATAÍDES; MACHADO; SOUZA, 1997, p.11).

Diversas cidades no Brasil, desde a implantação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tem o seu conjunto de bens culturais materiais e imateriais colocado sob a tutela do Estado e composto o patrimônio cultural brasileiro. Dentre estas, a cidade de Porto Nacional, no estado do Tocantins, desde 2008 teve o seu centro histórico tombado pelo IPHAN e recebeu o título de patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2008) passando a fazer parte do rol dos 77 conjuntos urbanos tombados no Brasil (IPHAN, 2015).

No polígono de tombamento histórico de Porto Nacional insere-se espaços sagrados e educativos que se constituem em verdadeiros testemunhos da história (DIAS, 2006), se confundem com a trajetória e a evolução da cidade e compõem o patrimônio cultural religioso e educacional local.

Inserido na abordagem da História Cultural, que possibilitou a ampliação dos objetos e das fontes históricas em campos temáticos de pesquisa diversos, como a cidade, as identidades, as imagens, a memória, o patrimônio (PESAVENTO, 2008), que “pressupõe um método, trabalhoso e metódico, para fazer revelar os significados perdidos do passado [...] e propõe versões possíveis para o acontecido, e certezas provisórias” (PESAVENTO, 2008, p. 119), é que este trabalho apresenta e discute questões pertinentes ao patrimônio cultural religioso e educacional de Porto Nacional.

Porto Nacional, patrimônio cultural brasileiro

“Porto que era Real, passou a Imperial e hoje é Nacional²⁰”, é um dos 139 municípios do estado do Tocantins. Localizado a 60 km da capital Palmas, conta com 158 anos de emancipação política e tem suas origens no final do século XVIII, à margem direita do Rio Tocantins, “motivo e causa da existência da cidade²¹”. Em pleno sertão nortista, a cidade de Porto Nacional, foi “o núcleo urbano mais dinâmico do antigo norte de Goiás” (OLIVEIRA, 2010, p. 84).

Originária da decadência de dois centros auríferos, Monte do Carmo e Pontal, a pequena aglomeração de casas em torno das instalações do barqueiro português Felix Camôa cresceu. Ali, às margens do majestoso Rio Tocantins, como conta o memorialista portuense Durval Godinho, o arraial prosperou e se dinamizou em virtude da “influência da aqua-via do Tocantins e sua privilegiada localização entre os dois ricos povoados do Carmo e Pontal” (GODINHO, 1988, p. 10). Foi a navegação, recheada de “longas e perigosas viagens anuais, até Palma e o Alto-Tocantins, de onde desciam carregados até Belém do Pará” (AUDRIN, 2007, p. 61), que favoreceu o comércio fluvial de toda a região que dependia dos botes e barcos de Porto Nacional (OLIVEIRA, 2010).

Desta forma, por todo o século XIX, “Porto Nacional foi destaque na região norte da província de Goiás. Nos registros de viajantes, poetas e historiadores, o núcleo populacional às margens do Rio Tocantins sempre teve um espaço que lhe foi peculiar” (BRESSANIN, 2017, p. 71).

²⁰ Início da letra de um hino sobre Porto Nacional.

²¹ Slogan exposto na parede de fundo da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Nacional junto a uma ilustração do Rio Tocantins

Outros elementos corroboraram para o desenvolvimento da cidade de Porto Nacional, no último quartel do século XIX e ao longo do século XX, além de sua privilegiada localização junto ao Rio Tocantins que favoreceu a atividade comercial de toda a região. A criação de gado, concomitante a prática do comércio fluvial, trouxe muita gente para a região vindos de outras paragens de Goiás, do Piauí e da Bahia. Junto com a agricultura seriam as matrizes duradouras de sobrevivência e prosperidade para Porto Nacional (IPHAN, 2008, p.4).

Além disso, contou com a presença de um médico, Francisco Aires da Silva, portuense, que após os estudos no sul do Brasil retornou para a cidade em 1899, onde desempenhou sua profissão e destacou-se, também, como professor, jornalista e deputado federal pelo estado de Goiás entre 1914 e 1930 (OLIVEIRA, 2010). A difusão de periódicos locais fez com que a imprensa se desenvolvesse largamente na cidade e contribuísse para a movimentação de forças políticas na região que, desde o início do século XX, já pleiteavam a autonomia do antigo norte de Goiás e a criação do Tocantins (CAVALCANTE, 2003). Destacam-se a Folha do Norte, editada de 1891 a 1894, O Incentivo, editado entre 1901 e 1902 e o Norte de Goyaz, publicado entre 1905 a 1912. E enfim, o estabelecimento da Ordem dos Frades Pregadores, provenientes do sul da França.

O estabelecimento e a atuação da Ordem dos Pregadores²² em Porto Nacional, entre 1886 e 1944 foi, de fato, relevante para a cidade. Além de dedicarem-se ao trabalho missionário católico, inserido em meio a um processo de renovação e reforma, que a Diocese de Goiás estava implementando à época, em sintonia com o espírito de romanização pela qual passava toda a Igreja Católica no Brasil, a Ordem Dominicana “teve participação ativa em outras atividades de cunho social e educativo, que marcaram indelevelmente a sociedade portuense da época e deixaram expressivo legado para gerações futuras” (BRESSANIN, 2017, p. 195).

Além dos frades dominicanos originários do sul da França, do convento de Toulouse, a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, também de origem francesa, instalou-se em Porto Nacional em agosto de 1904 e fundou no dia 15 de setembro deste mesmo ano, o Colégio Sagrado Coração de Jesus, ainda em funcionamento.

²² Comumente conhecida por Ordem Dominicana. Foi fundada na França em 1216 pelo clérigo espanhol Domingos de Gusmão. Chegou ao Brasil no ano de 1881 na cidade de Uberaba-MG. A fundação de Porto Nacional aconteceu em maio de 1886, sendo a terceira no Brasil e no território da Diocese de Goiás, precedida pela fundação na cidade de Goiás, em abril de 1883.

As intensas atividades e marcantes presenças numa cidade sertaneja, longínqua, numa região esquecida e abandonada pelos poderes públicos, quase sem vias de acesso, lá no “sem lugar”, tributaram à Porto Nacional expressivos títulos, ao longo do século XX, como “oásis no sertão” (CAIXETA, 2011, p. 45), “Rainha do Norte e Princesa do Sertão” (OLIVEIRA, 2010a, p. 95), e “capital cultural do norte de Goiás” (MESSIAS, 2012, p. 24).

O legado edificado pelos religiosos e religiosas dominicanos contribuiu para que a cidade de Porto Nacional tivesse seu centro histórico catalogado como patrimônio cultural brasileiro no ano de 2008, visto que a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, obras arquitetônicas construídas pelos frades, estão inseridos no conjunto urbano tombado pelo IPHAN.

O caminho para o reconhecimento do centro histórico de Porto Nacional como patrimônio histórico e artístico nacional foi extenso, visto que o tombamento ocorreu apenas em 2008. Apesar de Porto Nacional contar com a Lei municipal nº 967, de 27 de março de 1984, a qual instituiu o Conselho Municipal de Cultura, as ações para conservação e preservação de seu centro histórico foram tardias.

Na visão de Lustosa (2012, p.15) o tombamento em Porto Nacional é “[...] contraditório por este tombamento tardio e posterior às perdas irreversíveis em Porto Nacional, incluindo-se as de valor histórico e artístico [...]”, tendo em vista que muitas modificações foram feitas e edifícios, de um significado ímpar para a cidade, foram demolidos ou afogados, como o coreto da praça da Catedral e a Praia de Porto Real, no Rio Tocantins, que tornou-se um grande lago após a construção da usina hidrelétrica de Lajeado-TO no curso do rio.

No entanto, apesar das perdas irreparáveis que Porto Nacional sofreu em nome do desenvolvimento e do crescimento do Estado do Tocantins, era chegado o momento do estado se projetar para o cenário nacional, nos aspectos culturais. Apesar de Natividade, cidade localizada à 250 quilômetros da capital Palmas, ter sido tombada pelo IPHAN em 1987, neste ano ela ainda pertencia ao estado de Goiás, tendo em vista a criação do Tocantins pela constituição de 1988. Destarte,

O estado do Tocantins já era autônomo e precisava de uma “identidade”, algo que representasse a memória e a história dos tocaninenses. O tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional-TO veio com propósito de firmar e fixar na população portuense sua identidade, valores, costumes e cultura própria, desvinculada do estado de Goiás. (NASCIMENTO, BALSAN, 2017, p.132)

Em vinte e sete de novembro de dois mil e oito, na sala dos Arquivos do Paço Imperial, na cidade do Rio de Janeiro, durante a realização da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do IPHAN, foi “tombado o Centro Histórico de Porto Nacional e aprovada a delimitação do seu entorno” (IPHAN, 2008, p.22) sendo o processo inscrito no livro de tombamento histórico conforme a legislação em vigor.

O processo de tombamento de Porto Nacional, para além de um ato administrativo pelo qual o poder público declarou o valor cultural de bens imóveis, foi também uma estratégia válida de política de preservação e conservação das edificações da cidade. Dentre as edificações catalogadas no Dossiê de Tombamento do centro Histórico de Porto Nacional, destacam-se a Catedral de Nossa Senhora das Mercês, o Seminário São José, a Mitra Diocesana, o Caetanato ou antigo colégio das Irmãs Dominicanas, onde atualmente funciona a sede da COMSAÚDE, a Casa de Câmara e Cadeia (atual sede do museu local), o casarão dos Ayres, o casarão dos Maya e o casarão do século XIX, de desenho colonial português (IPHAN, 2008).

Desse modo, apesar do tombamento do conjunto patrimonial de Porto Nacional ter sido uma estratégia político-administrativa por parte do governo municipal e estadual, como aponta Nascimento e Balsan (2017), tendo em vista a ausência da participação efetiva da população de Porto Nacional e por não ter contemplado bens naturais e imateriais significativos para a história local, os monumentos reconhecidos como patrimônio nacional constituem-se para a coletividade 'lugares' de memória e são elementos importantes no desenrolar da história local e regional. Os símbolos tombados evocam sentidos, vivências, valores e contribuem, em sua materialidade, para a preservação da memória social da cidade (PESAVENTO, 1999).

Patrimônio Cultural Religioso de Porto Nacional: a catedral Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José

O conceito de patrimônio cultural religioso está relacionado à evolução histórica do próprio conceito de patrimônio, como já discurremos aqui, que, em sua origem, vinculava-se à esfera do direito privado de propriedade. Assim, não existia patrimônio público e sim um patrimônio de/com valores individuais, patriarcais e aristocráticos (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11). O surgimento do patrimônio cultural religioso está relacionado à

disseminação do Cristianismo e ao domínio da Igreja Católica como discutem os autores citados. Desta forma, foi

A partir da Antiguidade tardia (séculos IV-V) e, em especial, na Idade Média (séculos VI-XV), ao caráter aristocrático do patrimônio acrescentou-se outro, simbólico e coletivo: o religioso. Ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera formas materiais e espirituais (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11).

No entanto, neste mesmo contexto, o culto às relíquias, às imagens e a lugares santos popularizou-se. Intensificaram-se as devoções, os rituais religiosos, as diversas formas de culto aos santos consagrados pela Igreja Católica e a veneração de espaços sagrados, práticas comuns até os dias de hoje. De acordo com Funari e Pelegrini (2006), apesar desta popularização dos símbolos religiosos estar em sintonia com o que almejava a aristocracia, esta reagiu, com medo de perder o controle sobre as interpretações populares que floresciam. Desta forma, a elite, representada pela Igreja, em seu poderio, começa um processo de “monumentalização das igrejas e a criação de catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 12). Assim, com a monumentalização, a ideia de patrimônio cultural religioso começou a tomar forma.

Na perspectiva de Choay (2006, p.18), o monumento estará relacionado a lembrança de algo ou de alguma coisa que toca “pela emoção, uma memória viva”. Por isso, monumento passa a ser considerado

Tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem *acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças*. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória (CHOAY, 2006, p. 18, *grifo nosso*).

Assim, igrejas, catedrais, capelas, oratórios, conventos, seminários e os demais locais de cultos religiosos passaram a constituir provas de um passado secular, erigido através do acúmulo de vestígios e conquistas e conferindo marcas de um grupo, o religioso, à sociedade (CHOAY, 2006).

No Brasil, o patrimônio cultural religioso é herança portuguesa. Apesar da instauração do estado laico e o fim do padroado com a proclamação da República, a Igreja Católica continuou a exercer grande influência

[...] tanto sobre católicos quanto não católicos, por meio da determinação de uma cultura baseada na religião, como feriados, festas, crença nos dizeres bíblicos, no estabelecimento de lugares santos, no seguimento de um calendário estabelecido pela Igreja Católica Apostólica Romana etc. (BONJARDIM; ALMEIDA, 2012, p.3).

Consequentemente, esta influência estabeleceu-se sobre os “elementos relacionados ao patrimônio cultural religioso brasileiro através de seus símbolos e linguagens” (LARA, 2017, p.58), na grande maioria católicos, que contribuem para a formação histórica e cultural da localidade onde estão inseridos, expressando sentidos e significados diversos.

Estes monumentos como patrimônio cultural são lugares de memória. Na visão de Pierre Nora, “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado” (NORA, 1993, p. 9). Para o historiador francês,

O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993, p. 15).

Para ele, lugar de memória é “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (NORA, 1997). Assim, os espaços sagrados são monumentos tomados como patrimônio cultural que se tornam lugares de memória, pois revelam marcas, vivências, acontecimentos, pessoas, experiências, imaginários “onde se busca fazer viver a memória, mantê-la viva e transmiti-la” (HARTOG, 2014, p. 237).

No polígono de tombamento do centro histórico de Porto Nacional encontram-se dois monumentos caracterizados como espaços sagrados e patrimônio cultural religioso evidenciados como esses lugares de memória: a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José.

Como espaços sagrados e lugares de memória, ambos são elementos constituintes do sentimento de identidade (POLLAK, 1992, p.5) da sociedade portuense e tocantinense. Os dois monumentos são representativos da presença, obra e missão dominicana em Porto Nacional, evocam o passado e compõe o conjunto patrimonial arquitetônico com um significado histórico-social constituinte da memória coletiva.

Consta na ata de tombamento do centro histórico de Porto de 23 de novembro de 2008 que “aquela igreja [Catedral de Nossa Senhora das Mercês] tem, acreditem no que estou dizendo, tem um interesse que transcende o julgamento da sua qualidade artística, ela é um monumento nacional em Porto Nacional” (IPHAN, 2008, p. 18). Monumento que teve a pedra fundamental lançada no dia 07 de maio de 1891, pois a igreja existente já não comportava a população que a ela acorria (GALLAIS, 1942). Entretanto, o início oficial da edificação do templo aconteceu apenas em meados de 1894,

[...] num domingo pela manhã, antes da missa conventual, toda a população, convocada com antecedência, se dirige à pedreira em companhia do Padre Vilanova, a fim de se dar começo à extração das pedras para a construção da futura igreja. O Padre carrega à cabeça uma pedra enorme. Os demais padres fazem a mesma coisa, depois os homens, as mulheres, as próprias crianças, cada um de conformidade com suas forças. Em seguida, dirigem-se em procissão para o lugar onde já se acham cavados os alicerces. Procede-se à benção do costume. Está lançada a sorte. A igreja de Porto Nacional começou a ser construída (GALLAIS, 1942, p. 171, *sic*).

Construído num estilo românico, com um projeto arquitetônico de autoria incerta, porém idealizado pelos frades dominicanos que esboçaram cuidadosamente seu traçado, o novo templo foi inspirado nas imponentes igrejas que existiam no sul da França. Sob a coordenação dos trabalhos, Frei Berto - um irmão leigo dominicano de origem portuguesa que havia se juntado à Ordem em Salamanca e sido enviado ao Brasil para contribuir com a missão de Toulouse -, que com “calma e tenacidade portuguesa, reforçadas por seu espírito e um zelo ardente” (AUDRIN, 2007, p.301), responsabilizou-se pela edificação do alicerce ao acabamento.

A nova igreja foi inaugurada na Páscoa de 1903 e tornou-se, desde então, símbolo da fé católica da cidade e da região. Considerada um dos cartões postais do Tocantins, a monumental igreja que foi elevada à dignidade de Catedral em 1915, quando a cidade de Porto Nacional foi erigida Diocese pela Santa Sé Católica, se investe de uma “aura simbólica” e “concentra lembranças” (NORA, 1993). Um espaço sagrado de culto, de celebrações e acontecimentos diversos do cotidiano urbano, que o torna um lugar de memórias, ligado ao cotidiano de gerações que viveram sob a sua sombra.

Por ocasião do processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, uma crítica tecida por um dos conselheiros do IPHAN chama a atenção quanto ao significado que a imponente catedral tem para a região ribeirinha do Tocantins. Na perspectiva do IPHAN (2007), a construção da grandiosa igreja em substituição à antiga capela barroca existente

revelou as transformações pelas quais a cidade passou. A pequena capela de estilo barroco, em sua modéstia, expressava as origens de Porto Nacional, vinculada ao período colonial de extração aurífera e ao comércio fluvial intensificado do século XIX: um núcleo urbano em que nem a preocupação religiosa, nem a formação escolar ou a vida cultural eram tão importantes, parece que, para a maioria, a sobrevivência era o crucial. O majestoso e monumental templo, erguido pelos dominicanos, destoante de todo o cenário colonial presente no casario típico do século XIX, expressava um novo tempo para a cidade, que começou a se estabelecer como um centro irradiador de espiritualidade, educação e cultura para o então antigo norte de Goiás.

Da mesma forma, o seminário São José, tombado pelo Patrimônio Histórico Artístico Nacional, como patrimônio cultural brasileiro em Porto Nacional, inseriu-se no conjunto arquitetônico do centro histórico da cidade. Este monumento foi construído pelos missionários dominicanos entre os anos de 1910 e 1913 para funcionar como sede da missão dominicana francesa em Porto Nacional. Recebeu o nome de convento Santa Rosa de Lima, lugar de moradia, acolhimento e vivência da espiritualidade dominicana por parte dos missionários e futuros interessados em ingressar na Ordem.

Com a saída dos Padres Dominicanos de Porto Nacional e o fechamento do Convento Santa Rosa de Lima em 1944, o prédio passou a abrigar o Seminário São José, instituição educacional supervisionada pelo Bispo diocesano e coordenada por um Reitor que se dedica à formação dos candidatos, os seminaristas, para o ministério presbiteral ministrando, além da formação religiosa, os estudos teológicos e espirituais, a formação cultural humanística, científica e pastoral (CÓDIGO DIREITO CANÔNICO, 1995).

Na verdade, o Seminário São José foi instituído pelo primeiro bispo de Porto Nacional, Dom Domingos Carrerot no ano de 1921. Originariamente funcionou numa sala do Convento Santa Rosa de Lima, visto que a Diocese de Porto Nacional não tinha estrutura física suficiente para instalação de um espaço formativo. No entanto, uma das primeiras providências do bispo Carrerot foi a construção de um prédio próprio. Com a ajuda dos frades dominicanos, Dom Domingos projetou e iniciou as obras do Seminário e da Cúria Diocesana, ao lado do Convento Santa Rosa de Lima.

O prédio do seminário onde funcionou, também, o Palácio Episcopal e a cúria diocesana era, assim como a Catedral e o Convento, uma obra singular para Porto Nacional. Sua arquitetura era a de um sobrado, de aparência imponente, sem ter igual edificação em toda a região (BRESSANIN, 2017, p.157).

Nos arquivos da província dominicana no Brasil, em Belo Horizonte, encontramos uma carta de Frei Bertrand Olleris de 26 de maio de 1932, em que afirma que: “[...] a construção do prédio, que é adjacente ao nosso convento, está quase terminada. Será com a Igreja o mais belo edifício de Porto Nacional, e eu posso assegurar-lhe que ele não ficaria mal em uma grande cidade da Europa [...]” (MISSIONS DOMINICAINES *apud* COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, Nº 15, p.24).

No entanto, a beleza e esplendor do prédio projetado, executado e inaugurado em 1935 não resistiu ao tempo e sua parte superior precisou ser demolida entre as décadas de 1950 e 1960 em razão do perigo de iminente desabamento. No espaço passou a funcionar, tão somente, a Cúria Diocesana e adjacências do Seminário São José.

Como espaço sagrado, o prédio do Seminário São José, antiga sede da missão dominicana em Porto Nacional, tornou-se outro “lugar de memória”, pois nele “subsiste uma consciência comemorativa [...] e] testemunhas de uma outra era” (NORA, 1993, p.12-13), concebidas pelo trabalho dos religiosos franceses em Porto Nacional por mais de cinquenta anos, pelos inúmeros seminaristas que ali estudaram e figuras emblemáticas que viveram naquele espaço por décadas, como Padre Luso Matos – considerado santo pelos católicos portuenses –, Dom Alano Maria Du Noday – o missionário do Tocantins – e Monsenhor Jacinto Carlos Pereira Sardinha, reitor por mais de quarenta anos desta instituição educativa-eclesiástica.

Os espaços sagrados, como patrimônio cultural religioso, neste caso a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, constituem referência para a memória dos indivíduos e da coletividade e, conseqüentemente, para sua preservação. Como atesta Célia Maia Borges ao dissertar sobre memória e espaço sagrado, “a relação que os devotos estabelecem com os espaços sagrados revela formas de preservação de uma memória que se dá em função da relação de respeito ao lugar que abriga uma ‘santidade’” (BORGES, 2010, p. 128).

O Seminário São José como Patrimônio Cultural Educacional

O Seminário São José, além de patrimônio cultural religioso, foi considerado patrimônio cultural educacional para Porto Nacional, em virtude de sua atividade-fim, a educação. Conforme aponta Maria Angela Salvadori, um patrimônio cultural constitui-se a partir do momento em que lhe é empregado algum valor simbólico, revelando a importância

do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o vincula e conecta com a contemporaneidade (SALVADORI, 2008).

Desta forma, o Seminário São José é patrimônio cultural educacional, pois é “depositário de coisas relevantes do passado formativo comum de algumas gerações e de sua relação com o mundo e com a escola” (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 8), tendo em vista os inúmeros jovens que se assentaram em seus bancos escolares e comungaram da trilha formativa que oferecia.

Como centro de formação eclesiástico, o Seminário São José, desde sua fundação em 1921, foi responsável pela educação escolar, preparação de presbíteros, formação espiritual, intelectual e moral da juventude de Porto Nacional por inúmeras gerações. Desde o primeiro seminarista, Dídimo Maia Leite, que ingressou no Seminário em 1922 (PIAGEM; SOUZA, 2000) até os últimos jovens que ali estudaram, em 2014, ocasião de seu fechamento, enquanto instituição educativa, os objetivos propostos pela educação seminarística foi de possibilitar um processo de aquisição de capital cultural que, quase sempre, se reverteu em capital econômico e social. Para os que não seguiam a carreira eclesiástica, os estudos seminarísticos geraram possibilidade de ascensão social, conforme destaca Kretzer (2009).

Isso se confirma nas estratégias de Dom Domingos Carrerot ao fundar concomitante com o Seminário São José Escola/Externato São Thomaz de Aquino, de nível secundário, destinada ao público masculino, conjugando escola-seminário (DOURADO, 2015). Esta escola/Externato funcionou em dois períodos distintos, de 1922 a 1930 e de 1945 a meados da década de 1950, e configurou num centro de educação e cultura para “jovens que estavam impossibilitados de desenvolver sua instrução secundária no norte do Estado por falta de instituições que oferecessem esse nível de ensino” (DOURADO, 2015, p. 25).

Durante décadas, o Seminário São José de Porto Nacional tornou-se referência como instituição de formação do clero e como uma importante instituição educacional da cidade e da região. Como todos os demais seminários, foi se tornando “uma das mais importantes instituições educacionais [...] como um espaço privilegiado da educação católica” (KRETZER, 2009, p. 227) para rapazes.

Não muito diferente dos demais seminários católicos, o Seminário São José, constituiu-se em centro de referência, não só em assuntos eclesiásticos, mas também em matéria educacional, principalmente na área de ciências humanas, letras, artes e outras. Vários ex-alunos seminaristas tornaram-se músicos, escritores, professores, formadores de opinião, seguiram carreira política tiveram ou tem certa liderança na Igreja e na sociedade (KRETZER, 2009).

Por isso, o Seminário São José, no contexto do sítio arquitetônico do centro histórico de Porto Nacional, que ergue-se como monumento e lugar de memória, não deve ter sido tombado, oficialmente, só em virtude de sua rica e suntuosa arquitetura, por causa de seus arcos, típicos dos conventos dominicanos, e por seus extensos claustros. O que, de fato, faz deste monumento componente constituinte da identidade (POLLAK, 1992) de Porto Nacional é a sua essência como instituição educativa.

Desta forma, o Seminário São José constitui “um patrimônio cultural escolar exemplar e emblemático da história da educação” (BASTOS; JACQUES, 2014, p. 49) portuense e tocantinense. Como patrimônio educacional contribui para analisar a historicidade de práticas escolares e a descrever “o cotidiano [...], reconhecer concepções educacionais e geracionais [... e] dessa forma, conhecer mais sobre a História da Educação” (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 4).

Tendo em vista, que na perspectiva de Joël Candau (2011), o patrimônio é uma prática de memória, que segue seu movimento e acompanha a construção de identidades, o Seminário São José, insere-se na identidade cultural e social não só da cidade de Porto Nacional, mas de uma imensa região que compreende todo a circunscrição territorial da diocese portuense.

Tecendo considerações

Este texto teve como propósito apresentar e discutir algumas questões relacionadas ao patrimônio cultural religioso e educacional de Porto Nacional, enfatizando a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, que se transformaram em ícones da presença dominicana no antigo norte de Goiás e em elementos constitutivos da trajetória da sociedade portuense.

O processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional, como uma estratégia política e administrativa, possibilitou que a cidade recuperasse e revalorizasse sua identidade a partir da patrimonialização de espaços sagrados, de lugares de memória e símbolos de identidade. Com o alargamento da noção de patrimônio, a categorização de Porto Nacional como patrimônio nacional ratificou a importância dos lugares que no cotidiano e no imaginário local já eram consagrados.

Apesar da sociedade contemporânea viver em estado de liquidez, como aponta Bauman (2001), há uma tendência significativa de supervalorização das memórias, como discute Viñao (2011), perspectiva em que o processo de patrimonialização se insere. No

entanto, são poucas as ações que favorecem políticas de preservação, valorização e incentivo aos espaços sagrados e lugares de memórias, após os tombamentos. No caso de Porto Nacional e de seu sítio arquitetônico, uma das ações de educação patrimonial que tem sido realizado com objetivos de tornar conhecido e valorizado os espaços patrimonializados da cidade é o projeto de extensão chamado de Roteiro Geo-turístico do curso de Geografia do campus de Porto Nacional da Universidade Federal do Tocantins.

Este projeto, em desenvolvimento desde 2014, tem possibilitado que a Catedral de Nossa Senhora das Mercês e o Seminário São José, patrimônios culturais religiosos e educativos do centro histórico tombado de Porto Nacional, revelem para os que participam da aula-passeio, a compreensão da importância destes espaços como lugares de memória e símbolos da identidade de um povo e de uma cultura. No entanto, outras ações como esta são imprescindíveis para que a educação patrimonial possibilite um maior engajamento político da comunidade local na disseminação de uma ideologia de preservação do bem cultural.

Ao concluir este texto abre-se uma gama de possibilidades de outros artigos relacionados a temática aqui apresentada e pistas de pesquisa que possibilitem maior compreensão sobre as questões relacionadas ao patrimônio cultural religioso e educativo.

REFERÊNCIAS

- ATAÍDES, Jesús Marco [et ali]. Cuidando do Patrimônio Cultural. Goiânia: UCG, 1997.
- AUDRIN, José Maria. Entre sertanejos e índios do norte. Rio de Janeiro: Agir, 2007.
- BASTOS, Maria Helena Camara; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da memória escolar - Memorial do DeutscherHilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002). Revista Linhas, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 49-76 jan./jun. 2014.
- BAUMAN, Zygmunt (2000/2001). Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BONJARDIM, Solimar Guindo Messias; ALMEIDA Maira Geralda de. Apropriação simbólica do território: o catolicismo em Sergipe. In: SEMINÁRIO REGIONAL NORTE E NORDESTE DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2., 2012, Campus I João Pessoa. Anais... João Pessoa: [s.ed.], 2012. p. 1-11.
- BORGES, Célia Maia. A memória e o espaço sagrado: os colonos e a apropriação simbólica dos lugares. LOCUS - Revista de História, Dossiê patrimônio histórico e cultural, Juiz de Fora, v. 31, p. 119-130, 2010.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRESSANIN, César Evangelista Fernandes. A Ordem Dominicana nos sertões do norte: entre missões, desobrigas, construções e projetos educativos em Porto Nacional. Palmas: Nagô Editora, 2017.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio histórico e cultural. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2002.
CANDAU, Joël. Memória e identidade: do indivíduo às retóricas holísticas. In: _____
Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O discurso autonomista do Tocantins. Goiânia: UCG, 2003.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Promulgado por João Paulo II, Papa. Trad.: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: Loyola, 1987. COLEÇÃO MEMÓRIA DOMINICANA, n. 15, s/l, s/d.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALоба, Rosa Fátima de Souza. Apresentação. Revista Linhas, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 4-8, jan./jun. 2014.

DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

DOURADO, Benvinda Barros. A formação católica a juventude masculina de Porto Nacional. In: ROSA, J. I. L. da; OLIVEIRA, M. C. A. de; BALSAN, R. Porto Nacional, patrimônio do Brasil: histórias e memórias. Palmas, TO: Universidade Federal do Tocantins/EDUFT, 2015.

FUNARI, Pedro Paulo & PINSKY (Orgs.). Turismo e Patrimônio Cultural. 3ªed., São Paulo: Contexto, 2003.

FUNARI, Pedro Paulo.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GALLAIS, Estevão. O Apóstolo do Araguaia: Frei Gil missionário dominicano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

GODINHO, Durval C. História de Porto Nacional. s/l: s/e, 1988.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Vários tradutores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

IPHAN. Ata da 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/atas/2008__04__59a_reunio_ordinria__27_de_novembro.pdf>. Acesso em: 25 de outubro de 2019 (Ata do Tombamento do Município de Porto Nacional-TO).

IPHAN. IPHAN: histórico. 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1024/mario-de-andrade>>. Acesso em: 27 de outubro de 2019.

KRETZER, Altamiro Antonio. Seminários Católicos: escolas cristãs modelares. Revista Brasileira de História das Religiões. Dossiê Tolerância e Intolerância nas manifestações religiosas – Ano I, n. 3, jan. 2009.

LARA, Camila de Brito Quadros. O patrimônio cultural religioso: história e memória da igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2017.

LUSTOSA, Isis Maria Cunha. De um rio. para um lago. Prefácio. In: MESSIAS, Noeci Carvalho. Porto Nacional: patrimônio cultural e memória. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

MESSIAS, Noeci Carvalho. Porto Nacional: patrimônio cultural e memória. Goiânia: PUC Goiás, 2012.

NASCIMENTO, Núbia Nogueira do; BALSAN, Rosane. Discurso sobre o processo de tombamento do centro histórico de Porto Nacional - TO. CULTUR, ano 11 - nº 02 – Jun/2017. p. 109-135.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Entre o sertão e o litoral: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880/1910. Anápolis: Universidade Estadual de Goiás, 2010.

OLIVEIRA, Maria de Fátima. Portos do sertão: cidades ribeirinhas do rio Tocantins. Goiânia: PUC Goiás, 2010a.

PEDREIRA, Antônia Custódia. O sítio arqueológico e histórico de Pontal: educação patrimonial e perspectivas de valorização do patrimônio cultural de Porto Nacional - TO. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural, Área de Concentração: Arqueologia) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

PESAVENTO, S. J. O imaginário da cidade. Visões literárias do urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1999

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. 2. ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Tradução de Monique Augras. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTO, Marcônio Ferreira. Processo do Patrimônio do Tocantins. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/Minter)

SALVADORI, Maria Ângela B. História, ensino e patrimônio. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.

VIÑAO, Antonio. Memoria, Patrimonio y Educación. Revista História da Educação – RHE. Porto Alegre v. 15 n. 34 Jan./abr. 2011 p. 31-62.

Capítulo 4

AS FESTAS NA UMBANDA: A valorização patrimonial da religiosidade afro-brasileira no triângulo mineiro: experiências e vivências²³

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Pensando o Patrimônio cultural: breves considerações

Pensar o conceito de Patrimônio é um processo complexo, que vai além do que a legislação pertinente tenta referendar. É importante percebê-lo como processo cultural dinâmico articulado as dimensões materiais, simbólicas, temporais e espaciais. Todas elas envoltas de sentidos e significados diversos que se cimentam à realidade mediante ao estabelecimento de valor sentimental, cultural, das formas de percepção e de subjetividade contidas na relação tecida com as vivências e experiências de um dado grupo social referendando a ele a condição de bem cultural material ou imaterial.

O entendimento do valor cultural de uma determinada prática, manifestação, saber ou fazer está associado ao referencial, a identidade, a carga valorativa de significação que confere a esse bem uma conexão entre sujeitos e sua cultura. Por isso, é representação de um conhecimento histórico plural, de uma miríade de significados de diversas naturezas (artística, histórica, identitária, política, social, dentre outras), possuindo todo um envoltório que possibilita o acesso à memória, unindo o real ao simbólico, conferindo pertencimento e reconhecimento dos diversos grupos sociais.

²³ O presente texto é parte das reflexões realizadas na pesquisa de Pós-Doutoramento realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Estadual de Maringá-UEM e Laboratório de Religiões e Religiosidades, intitulada Sentidos e significados da religiosidade afro-brasileira: a Umbanda e os umbandistas em Uberlândia (2000 a 2017).

O patrimônio na perspectiva da diversidade cultural credita a memória e as práticas da Cultura Popular marcas identitárias que elegemos bens mais representativos de uma dada comunidade, muitas vezes não privilegiados pelas políticas de Estado, mas que referendam a manutenção dessa cultura entre seus pares. Estes atores sociais criam modos próprios de preservação e de valorização dessa bagagem cultural ampliando a consciência patrimonial, seja em âmbito local ou em esferas mais diversificadas das suas relações socioculturais.

Assim, a valorização patrimonial atribuída a um dado bem cultural, não se restringe, meramente, ao patrimônio oficializado ou amparado por uma dada legislação em vigor, inventariado, tombado ou reconhecido pelas instâncias legais. Na maior parte dos casos o seu reconhecimento, a sua notoriedade independe das políticas de Estado, basta ter significância para os atores sociais, assumindo papel de testemunho da vida humana que vincula os seus saberes, costumes, valores, hábitos ao pertencimento patrimonial coletivo. Portanto, o que vale nesse processo dinâmico é perceber que “as noções de patrimônio cultural mantêm-se vinculadas às de lembrança e de memória — uma categoria basal na esfera das ações patrimonialistas, uma vez que os bens culturais são preservados em função dos sentidos que despertam e dos vínculos que mantêm com as identidades culturais” (PELEGRINI, S. 2006, p. 116).

Nesse viés, corroboramos com o conceito de patrimônio evidenciado por Nunes (2005) que reconhece o patrimônio enquanto bem cultural que:

[...] deve ser visto a partir das disputas entre grupos, cada qual tentando garantir sua continuidade pois tais bens abrigam valores e significados que os distinguem, atribuindo-lhes identidades. Em outras palavras, a luta pela preservação de um patrimônio expressa a luta pela continuidade pela memória, de uma história (NUNES, 2005, p.26).

Nessa perspectiva é pertinente pensar a religiosidade afro-brasileira da cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro-Brasil, em especial as práticas religiosas da Umbanda, como lugar de recomposições e sentidos plurais que refletem a continuidade, atribuem significações e valores aos bens culturais, marca de uma história praticada e ao mesmo tempo silenciada em detrimento às narrativas oficiais.

Assim, pensar o conceito Patrimônio articulado à dinâmica cultural se faz necessário, pois tal conexão propicia o estabelecimento de um conjunto de valores culturais portadores

de pleno significado e importância para um dado grupo social, independentemente de seu papel dentro da cultura oficial local.

Salientamos ainda que entendemos a noção de preservação dos bens culturais atrelada à relação tecida por cada sujeito com sua cultura.²⁴ Nessa lógica, partimos da ideia de Certeau (1995, p. 239) em relação à cultura:

[...] de um lado é aquilo que permanece; do outro, aquilo que se inventa. Há, por outro lado, as lentidões, as latências, os atrasos que se acumulam na espessura das mentalidades, certezas e ritualizações sociais, via opaca, inflexível, dissimulada nos gestos cotidianos, ao mesmo tempo os mais atuais e milenares. Por outro lado, as irrupções, os desvios, todas essas margens de uma inventividade de onde as gerações futuras extrairão sucessivamente sua “cultura erudita”. A cultura é uma noite escura em que dorme as revoluções de há pouco, invisíveis, encerradas na prática -, mas pirilampos, e por vezes grandes pássaros noturnos, atravessam-na; aparecimentos e criações que delineiam a chance de um outro dia [...] (CERTEAU, 1995, p. 239).

O Patrimônio cultural é, então, entendido neste artigo como produto coletivo, formado pelo conjunto das realizações de uma sociedade. Corroborando com este ponto de vista, Zarinato & Ribeiro (2006) destacam que os bens compreendidos pelo Patrimônio cultural são considerados manifestações ou testemunho significativo da cultura humana. Desse modo, imprescindíveis para a afirmação da identidade cultural de um povo.

Frente a tais considerações “conhecer e valorizar o Patrimônio é a base para o fortalecimento da identidade de uma comunidade” (MOLINARI et al. 2000). E, pensar as práticas da religiosidade afro-brasileira como bens culturais, nos permitem aqui, refletir sobre o sentido que representam e como referendam a carga valorativa e a diversidade

²⁴ A cultura é também uma maneira de se expressar e, por isso, pode ser compreendida como a tradução da realidade que se faz de forma simbólica, por meio da qual os sentidos conferidos às palavras, as ideias, as crenças, as ações, à festa, aos atores sociais que se manifestam cifrados, conferindo-lhes um significado e um valor sociocultural. Partimos também da análise de cultura desses seguintes autores:

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. **A história com a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica: 2009

CERTEAU, M. de. **A Invenção do Cotidiano – Artes do Fazer**. 6ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Ed Unesp, 2008.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlos. **Mito emblemas e sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KUYUMJIAN, Márcia de Melo Martins e MELLO, Maria Thereza Ferraz Negrão (org.). **Os espaços da história cultural**. Sobradinho/DF: Paralelo 15, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das letras. 1988.

WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade**. São Paulo: Cia das letras, 1989.

contidas nas manifestações religiosas, sendo ponto central para a compreensão da multiplicidade religiosa e cultural nacional e, ainda, nos permitir pensá-la articulada aos modos de viver, existir e experimentar o sagrado por parte de seus praticantes. É inegável que essas experiências religiosas se amalgamam as experiências culturais dos sujeitos por meio dos valores a elas atribuídos. Entender esse caminho vai além de uma mera análise teórica, pois só se consegue perceber os significados desse movimento religioso afro-brasileiro dos terreiros de Umbanda quando relidos a partir das vivências de seus praticantes, sujeitos habilitados para falar sobre suas práticas religiosas, sobre seus sentidos e significados. Essa releitura deve levar em consideração, também, as recriações de sentidos, as bricolagens, as hibridizações que conferem a esse patrimônio valor cultural marcante. Dessa maneira respeitamos o fazer religioso sob a ótica de quem o experimenta e o recria.

O caminho a ser trilhado aqui é o do registro das festividades na Umbanda de Uberlândia por meio de um mapeamento das práticas festivas dos terreiros em conexão com o sagrado ali evocado. Entendemos esse processo como práticas religiosas afro-brasileiras, impregnadas de expressões da diversidade cultural, sob a dinâmica da História Cultural, uma vez que em cada espaço e tempo elas se refazem para dar sentido a conexão com o astral de seus praticantes. O fio condutor utilizado nesse fazer metodológico se pauta no pensar como a Umbanda, mesmo inserida nos limites dos quintais das casas de seus zeladores no interior de Minas Gerais, Brasil, ganha sentidos e significados que lhe garantem ser e compor, frente as transformações espaciais e políticas da cidade, se instituindo em bem cultural religioso para grande parte da população local seja de praticantes ou frequentadores, tendo nas festas seu diferencial.

Festas na Umbanda: sentidos de um patrimônio em recriação

Ao colocarmos a Umbanda na perspectiva da História Cultural²⁵ e inserida nos estudos da Religião e das Religiosidades, observamos tratar-se de uma prática mesclada por diferentes saberes, oriundos das mais diversas culturas religiosas.²⁶ Dentre vários outros, interagem saberes africanos, ameríndios, orientais, católicos e espíritas, conferindo significados aos rituais e celebrações. Esta bricolagem de práticas e representações faz da

²⁵ Neste trabalho assumimos o tratamento da *cultura*, em conformidade com o campo das *História Cultural* definido por Roger Chartier (1998) como sendo composto por práticas sociais que, no seu fazer-se, produzem representações.

²⁶ Sobre a relação entre a História das Religiões e religiosidades, na perspectiva da História Cultural ver: Le Goff; Nora (1976); Massenzio (2005); Bellotti (2011).

Umbanda uma religião multifacetada, o que permite o seu constante refazer. É justamente esse movimento que impulsiona a sua aproximação com as diversas camadas sociais e com o redimensionar da palavra festa.

Pensar a Umbanda sobre o tecido urbano da cidade de Uberlândia, Minas Gerais, nos permite inseri-la num *palimpsesto* de práticas e representações, conforme o sentido conferido por Pesavento (2004), ou seja, entendida a partir dos vestígios de uma realidade que, impressa sobre outra, nos incita um “ver além”. As interpretações, sentidos, elaborações, presenças, ausências, mirongas e segredos presentes no ato de festejar, são indícios deixados na tessitura religiosa, não raro, rastros também de um confronto nem sempre velado entre a norma e a prática, entre os interditos e as insistências. Desse ponto de vista, são igualmente resistências e, enquanto tal, permitem ver ou dar a ler além daquilo que é exibido, seja como forma ou escrito, onde os diferentes fios “retramam” significâncias.

A análise das práticas e representações da religiosidade afro-brasileira, especialmente da Umbanda, nos oportunizou compreendê-la em sua construção processual e dialética por meio de suas festividades. Como vimos, a religião se constituiu e permanece *se* constituindo mediante a reelaboração interativa das diferenças, alteridades e modos de ser e agir dos sujeitos sociais que a praticam.

As recriações perenes dos ritos de Umbanda, foram e permanecem sendo tangenciadas pelos embates e debates políticos, tal qual ocorre com os demais registros afro-brasileiros. Seu reconhecimento como parte fundante da nossa cultura se deu mediante os confrontos e a resistência contra o engessamento de suas práticas. Todavia, a sua longa, densa e tensa trajetória histórica impõe a sua percepção como patrimônio cultural dinâmico, integrante da construção cultural brasileira como, ainda, retroalimenta os movimentos organizados, determinados em fazê-la vista e respeitada. Todos estes lineamentos, entremeados como os fios que tecem as práticas e representações que identificam a Umbanda como registro de cultura igualmente estimulariam a de efetivação de ações afirmativas que respaldassem sua importância no âmbito das políticas públicas, na contemporaneidade e reconhecendo como legado cultural, religioso e patrimonial para a cidade. Os festejos ditos católicos e os rituais festivos e religiosos na Umbanda se misturam, se conectam, se mesclam numa miríade de práticas e representações, cujo papel é proporcionar um sentido sagrado, existencial e reforçar vínculos de identidade e pertencimento.

Em se tratando das intersecções religiosas em Uberlândia, é possível observar o emaranhado de práticas que ora se aproximam, ora se distanciam aos olhos dos outros, mas para seus praticantes estão sempre conectados. É esse motivo que nos faz perceber os

indícios da junção e de sua expansão de práticas dentro e fora dos limites do sagrado no terreiro, uma vez que as festividades ocupam espaços públicos numa tentativa de se integrar-se ao bairro no qual se insere e ao contexto social da cidade.

As festas nos terreiros talvez tenha sido o mecanismo mais usual no apaziguamento entre as casas religiosas e os moradores da região, pois nos dias de festa, as casas se abrem para receber praticantes, convidados, curiosos e todos os que desejam vivenciar as comemorações rituais que vem embebidas em práticas festivas ao santos católicos, amenizando o receio de muitos em estar no local. Astúcias? Trampolinagens? Prefiro entender esses processos como recriações de sentidos e de significados, formas de coesão e aproximação que tem nas festas seu grande diferencial.

Nesse reelaborar de sentidos, a Umbanda em Uberlândia pode ser sentida em cada toque de atabaque que ecoa pelos mais diferentes bairros da cidade cotidianamente. Guiados pelo acreditar, transeuntes vestidos de branco se dirigem aos espaços onde as giras acontecem. Ali vão em busca do tônus da fé, comungando do mesmo fazer religioso. Podem até passar despercebidos aos olhos de alguns, mas ao chegarem nos terreiros são sempre acolhidos com um sorriso e um abraço fraterno. Nesses locais, pessoas de perto ou de longe rezam e festejam, buscam a superação das dificuldades do dia a dia, e se conectam ao sagrado suplicando auxílio espiritual objetivando saírem dali melhor do que chegaram.

As festas na Umbanda reconstroem o sentido dinâmico da palavra *religare*, reestabelecendo vínculos com o sagrado, nos permitindo reler, por meio de linguagens próprias, esse processo de interlocução com a ancestralidade, com suas práticas e saberes herdados, entendendo como expressam seus sentimentos, atualizam suas memórias e recriam histórias.

As festas são também conexões múltiplas de materialização de diversas formas de fé, sejam elas as expressas em linguagens rítmicas, em rezas, danças, gestualizadas no calor do momento ou sentidas de forma comedida, revelam imagens, formas de sentir e viver as práticas culturais embebidas em contextos religiosos, que nos permitem visualizar uma prática cultural e religiosa que entremeia o sagrado e o profano, o passado e o presente, os conflitos e as lutas sociais, as buscas pela aceitação, as lutas pelo reconhecimento e visibilidade, constituindo a possibilidade de reler e compreender uma narrativa de muitas histórias dos umbandistas Brasil afora.

Mapeamento dos rituais festivos na Umbanda em Uberlândia – Triângulo Mineiro

O mapeamento das festividades na Umbanda em Uberlândia, expressa bem a sua dinâmica e suas astúcias, objetivando resistir, persistir e se integrar ao locus urbano, fazendo-se vista e respeitada enquanto movimento cultural e religioso afro-brasileiros.²⁷ O ritual de festejar uma entidade expressa a junção dos mundos sobrenatural e real e está sempre envolto por um significado que transcende e reacende a memória religiosa nos terreiros. (Cf. MACHADO, 2000).

Festejar na Umbanda é também um reencontro entre os sujeitos com o sagrado. Cada Entidade ou Orixá festejado representa o ápice do vínculo firmado entre os umbandistas e o astral que reverenciam o Orixá protetor ou de “cabeça”, sua ancestralidade em sinal de respeito à entidade. A festa é o momento do encontro com o sobrenatural, de reestabelecer vínculos, de agradecer e de pedir. Em se tratando da realidade de Minas Gerais, em especial da cidade de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, essas festividades são marcas identitárias dessa prática religiosa que merece nossa atenção. Mesmo existindo um calendário festivo, as datas são dinâmicas, justamente para atender as demandas de cada templo religiosos e as comemorações do calendário festivo-devocional do país.

QUADRO 1. Calendário festivo da Umbanda em Uberlândia-MG²⁸

Mês	Data da comemoração	Entidade homenageada
Janeiro	20	Oxóssi/São Sebastião
Fevereiro	02	Baianos/Senhor Bonfim
Abril	23	Ogum/São Jorge
Maio	13	Pretos Velhos
Junho	13	Exu/Santo Antônio
	24 ou 29	Xangô/São João/São Pedro
Julho	07	Exus
Agosto		Exus Mirins
Setembro	09-27	Festa de Iemanjá – Erês/Cosme e Damião
Dezembro	1ª quinzena	Mesa dos Orixás
	31	Homenagem Orixá Vindouro

Fonte: Projeto Mulheres de Fé (2017).

²⁷ O mapeamento aqui apresentado é fruto da pesquisa de estágio pós-doutoral realizado entre os anos de 2017-2018, junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá-Paraná-Brasil.

²⁸ As datas das comemorações não são rígidas, podendo atender a dinâmica de cada terreiro. Quadro **Baseado nas atividades comemorativas das casas de Umbanda pesquisadas no Projeto Mulheres de fé e de festa – Proext-Mec-Docpop-UFU.**

O mapeamento apresentado representa como as festividades são importantes promotoras da sociabilidade e visibilidade para os terreiros. Porém, apresenta elementos rituais e lúdicos dinâmicos, aplicados de acordo com a relação com o sagrado estabelecida por cada casa religiosa, não sendo padrão rígido, pelo contrário, evidencia, justamente, a recriação de sentidos e significados que fazem delas práticas plurais.

Festa de São Sebastião- Oxóssi

[...] todos Caboclos pararam para ver a procissão de São Sebastião.
Okê Caboclo! Okê, OkêOkê Caboclo,
meu Pai Oxóssi é São Sebastião (Autor Desconhecido).²⁹

A primeira comemoração que abre o calendário festivo anual dos terreiros de Umbanda em Uberlândia é a festa em reverência ao Orixá Oxóssi, geralmente realizada no dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião. Oxóssi é considerado na Umbanda o rei das matas, o caçador, o protetor das criações, o senhor da fartura.

No dia da comemoração é feita uma procissão nas ruas adjacentes ao terreiro e a frente do cortejo vai um médium graduado (Pai Menor) defumando o trajeto. O andor com a imagem de São Sebastião e Oxóssi é carregado pelos médiuns, em especial pelos filhos do Orixá celebrado ou por alguma pessoa que deseja pagar uma promessa feita ao santo/entidade. No trajeto comandado pelos sacerdotes da casa, pontos cantados são entoados em homenagem ao Orixá homenageado.

Em seguida os demais médiuns e frequentadores do terreiro seguem a procissão com velas acesas nas mãos até retornar o terreiro. A imagem de São Sebastião e de Oxóssi são colocadas no centro do Congá (parte destinada a incorporação dos médiuns no interior de cada terreiro). Ao redor das imagens são colocados alguidares com frutas para serem consagradas. E para representar o Orixá Oxóssi, vem em terra espíritos que trabalham em sua vibração, os chamados Caboclos. Primeiro ocorre a incorporação de um dos sacerdotes do terreiro. Seu Caboclo é saudado por todos, ele dança evocando as forças do astral e todos os demais médiuns incorporam ao mesmo tempo.

Durante o transe os médiuns com seus penachos e cocares representando, ludicamente, as forças da natureza e dos índios ancestrais fazem um círculo em torno do

²⁹ Os pontos cantados que abrem a descrição de cada festividade são de domínio público e são entoados por vários terreiros de Umbanda. Autor: desconhecido.

andor e da mesa de frutas, dançando ao redor dela como forma de consagrar os alimentos ali dispostos que, posteriormente, serão distribuídos aos presentes.

Em seguida, os Caboclos fazem duas filas no formato de um corredor vibratório por onde os frequentadores passarão para receberem o axé das entidades. Antes de passar pelos caboclos, as pessoas recebem uma limpeza com folhagens, chamado de sacudimento, para daí, sim, percorrer o túnel e receber as energias das entidades.

Após todos terem sido descarregados os Caboclos dançam ao som dos atabaques e dos pontos cantados como se estivessem participando de um ritual sagrado indígena. Ao dançarem, simulam movimentos de caça como se estivessem com arco e flecha em punho, bradam em gritos evocando os espíritos da natureza. Rodopiam, se movimentam e demonstram sempre no semblante sinal de alerta como se estivessem guardando o solo sagrado dos ataques das forças negativas. Essa vivência mediúnica permanece até serem chamados a finalizar o ritual quando ocorre a desincorporação dos médiuns.

Todas as frutas consagradas são distribuídas com as devidas orientações do seu uso pelos sacerdotes da Casa, encerrando a parte ritual das festividades. Aqueles que participam pela primeira vez desse momento, recebem explicação do formato do ritual pelos chefes da casa. É esclarecido os motivos da junção realizada tendo de um lado São Sebastião - santo católico com Oxóssi- orixá africano.³⁰

Festa do Senhor do Bonfim – Baianos

O meu Senhor do Bonfim
Valei-me São Salvador
Vamos saravar nossa gente
Que o povo da Bahia chegou
Bahia, Bahia de São Salvador
Quem nunca foi à Bahia
Peça a Deus nosso Senhor
Zum zumzum
Vai sambar mais um
Zum zumzum...

Na Umbanda, ao se comemorar Nosso Senhor do Bonfim festeja-se Oxalá – filho do Deus vivo. Ao render graças ao Santo, festeja-se a entidade dos Baianos. Os Baianos

³⁰**Caboclos** são espíritos de nossos ancestrais, que em vida foram índios, e que mantinham presentes em seu cotidiano costumes como a pajelanças e o domínio dos saberes dos usos das plantas e raízes. Hoje estes espíritos são os que trabalham na Umbanda, representando Oxóssi, o orixá, que é equivalente a São Sebastião.

simbolizam todo o povo nordestino, seu espírito de luta e sua sabedoria em driblar as agruras cotidianas.³¹ Para muitos umbandistas homenagear os baianos é celebrar a garra e a sagacidade dos brasileiros e nossa brasilidade.

Na visão de Souza (2001), essas entidades se travestem de diversas roupagens. A característica mais evidenciada nessa entidade é a da irreverência. São brincalhões e valentes, fumam, bebem cachaça, água e batida de coco. Os baianos na Umbanda são entidades espirituais marcadas pela alegria, pelo espírito festivo, pela malandragem, cujo o sotaque, a ginga do corpo, o xaxado, a postura ereta, a descontração fazem parte da composição gestual do processo da incorporação desta linha. (CONCONE, 2006).

A inserção desta linha na Umbanda iniciou na região sudeste entre os anos de 1950/60 quando da proximidade do grande número de nordestinos com os terreiros de Umbanda em virtude do fluxo migratório ocorrido em especial para a cidade de São Paulo. Nesta mesma época a Umbanda se firmava nos grandes centros urbanos e se encontrava aberta a inserção de práticas de toda ordem, justamente para angariar mais adeptos e referendar sua importância religiosa. Desse modo, ocorreu a inserção da Linha dos Baianos, alcançando popularidade e notoriedade espiritual nas giras de Umbanda.

Ao inserirem esta linha, pretendia-se também homenagear os antigos Pais e Mães no Santo da Bahia, precursores das religiões afro-brasileiras e os primeiros a divulgarem o culto aos Orixás em nosso país, enfrentando perseguições e discriminações. Como essa linha tem uma ligação com a região Nordeste práticas como o Catimbó e a Pajelança são muito utilizadas pelas entidades nos atendimentos aos consulentes.³²

Por outro lado, a presença dos baianos na Umbanda sintetiza a miscigenação, a troca cultural que dá contorno a identidade dos brasileiros e a força sobrenatural que essa junção representa, mediando os dois mundos: o real e o sobrenatural. Na Umbanda os baianos referendam o antagonismo humano do trânsito entre a alegria de viver e a contradição da

³¹A linha dos Baianos recebe esta denominação não em função dos moradores do Estado da Bahia, mas porque foi nesse Estado que a gira desta identidade ganhou notoriedade.

³²Segundo Da Matta e Silva (2006), o *Catimbó* é uma prática ritualista mágica com base na religião católica de onde busca os seus santos, óleos, água benta e outros objetos litúrgicos. É também uma prática espírita que trabalha com a incorporação de espíritos de ex- vivos (*eguns* ou *egunguns*) chamados Mestres e é através deles que se trabalha principalmente para cura, mas também para a solução de alguns problemas materiais (como ocorre na Umbanda) e amorosos, mas, é importante destacar que a prática da cura é a principal finalidade. Por outro lado, a *Pajelança* é um sistema religioso e terapêutico identificado em populações do norte e nordeste brasileiros, desde o século XIX e existente atualmente em muitas casas de culto afro-brasileiro, onde é frequentemente apresentada como herança indígena. Sobre a Pajelança, consultar Ferretti (2011).

condição humana, evidenciando o direito da escolha, do livre arbítrio presente no fazer religioso da Umbanda.

Os baianos rompem com a ideia romanceada de personagens que representam o sofrimento, os desencontros sociais e geográficos ou a luta contra as intempéries naturais, forma historicamente referendada da imagem do nordestino durante várias décadas pela história oficial.

Na Umbanda ele sim, pode representar tudo isso, mas ele é o protagonista que simboliza a superação e que mostra aos consulentes possibilidades e caminhos, verdades e inquietações que muitas vezes o humano se esquivava de compreender, pois seu arquétipo é o do benzedor que com sua fala carregada de sotaque possibilita aos consulentes se enxergarem para além do que são fisicamente, pois por meio de seus conselhos demonstram a sua sabedoria, a sua conexão com o sobrenatural, mas mostram também sua esperteza, sua sagacidade e sua franqueza.

No dia dos festejos ao Senhor do Bonfim, os terreiros são enfeitados com folhas de coqueiro e os médiuns usam roupas estampadas bastante coloridas evidenciando a alegria do povo da Bahia. As mulheres com suas saias de chita bastante rodadas e os homens empunhando seus facões e seus chapéus de palhas entram na gira, incorporando as entidades dos baianos que dançam e cantam reverberando muita alegria pelo terreiro. A comemoração se restringe ao espaço interno dos terreiros não se expandindo para as ruas por meio de cortejos e procissões como ocorre com outras festividades.

Os Baianos são bons conhecedores da magia e usam esses conhecimentos na quebra de magias negativas, na desobsessão e na limpeza energética dos que a eles se dirigem. Os consulentes recebem as energias dos Baianos por meio dos passes e das consultas. Para fazer a limpeza astral dos consulentes usam suas facas, facões feitos de madeira, seus chapéus de palha e muita oração.³³

Nesse festejo é servida muita água de cocô, bebidas à base de cocô e aguardente, rapaduras, doces e farofas. Essas comidas são socializadas com os presentes como forma de receberem o axé das entidades comemoradas.

³³ Segundo Bairrão e Macedo (2011), a faca, o facão e a peixeira, referendam a polissemia de sentidos simbólicos que os baianos representam enquanto entidades da Umbanda. “A peixeira pode ser utilizada para cortar a “coisa feita”, romper o mal, como um significante associado à linha do cangaço” [...] “A faca também pode ser utilizada para punir” [...] “O facão pode ainda afigurar-se um utensílio milagroso de cura”, pode “tirar a maldade”. [...] O facão mata e cura, revela o caráter fluido e intermediário dos baianos, a quem é possível usar um artefato cortante para diferentes fins: delinear e definir-se, romper o mal, punir, matar ou, complementar e paradoxalmente, curar. (BAIRRÃO; MACEDO, 2011, p. 209 -210).

Festa de São Jorge – Ogum

Ogum partiu para a guerra
Oxalá deu carta branca
Ogum venceu a guerra
São Jorge venceu demanda

Ogum é comemorado nos terreiros com grandes festejos. Ele é o guerreiro; a divindade dos grandes caminhos. São Jorge ou Ogum, seja qual for o arquétipo assumido, são ambos o santo e a entidade mais comemoradas no Brasil. No dia de Ogum, os terreiros de Umbanda se enfeitam de vermelho e branco e sanseviérias ou espadas de São Jorge ornaram todo o ambiente, preparando-o para a chegada do Orixá Guerreiro, senhor do ferro e da metalurgia; aquele que desfaz demandas e auxilia seus filhos a vencer as batalhas mais intensas da vida material e espiritual. Essa é a narrativa mais ouvida nos terreiros de Umbanda em Uberlândia.

Os terreiros borbulham de pessoas que acompanham o cortejo com a imagem de São Jorge que segue pelas ruas em torno do terreiro. Os médiuns e frequentadores com velas acesas nas mãos cantam pontos homenageando Ogum e São Jorge durante todo o trajeto. Ao voltar ao terreiro, o andor é posto no centro do Congá e ao redor do mesmo todos os médiuns se posicionam para o processo de incorporação. Cada um recebe uma espada de São Jorge, que representa a arma de Ogum, que serão utilizadas na limpeza dos consulentes durante o ritual do passe. Recebem os consulentes para os tradicionais passes que, geralmente são rápidos e sem consulta.

Logo em seguida, todos os presentes são convidados a partilharem da comida que é servida. O aroma da comida a ser servida exala pelo ambiente se mistura com o cheiro das ervas em defumação e das velas em combustão. Grandes recipientes com feijoada feita com feijão branco e miúdos suínos é posta no espaço aberto do terreiro e todos comungam da mesma comida.

Festa dos Pretos Velhos – 13 de Maio

Traga o seu cachimbo
Traga o vinho do vovô
Hoje é dia de festa
Cativeiro acabou[...]

Salve as almas benditas que trabalham no terreiro
Sarava, tantas almas desse meu mundo inteiro
Salve o povo de Calunga
Salve o povo Quimbandeiro
Sarava 13 de maio
Hoje é festa no terreiro

13 de maio é dia de saudar com festa os Pretos-Velhos na Umbanda, uma das entidades mais carismáticas e procuradas nas giras dos terreiros, justamente pelas características que assumem. Eles na roupagem de velhos que viveram o processo de escravização no Brasil, representam a ancestralidade africana na Umbanda. A literatura umbandista destaca que esse arquétipo assumido pela entidade lhes permite um trânsito espiritual por toda as civilizações da antiguidade, não se restringindo a vida enquanto escravizados ou negros. Tal arquétipo foi inserido nessa religião como forma de evidenciar aos médiuns a necessidade do desprendimento e do desapego a vaidade, pois eles são a representação máxima da caridade e do amor ao próximo, marca principal da Umbanda (CUMINO, 2010).

Para além da associação ao 13 de maio, as reverências ao Pretos Velhos nos terreiros de Umbanda assumem um sentido de visibilidade dada a herança ancestral. A figura da entidade Preto Velho está próxima da imagem dos sábios, dos alquimistas, dos benzedores, dos erveiros ou qualquer outro ancião detentor de saberes e fazeres sobrenaturais de manipulação da natureza ou das energias astrais que aparecem nas narrativas históricas brasileiras ou não. Entretanto, esse acreditar foi fincado desde as primeiras manifestações mediúnicas que deram origem a Umbanda no Brasil, como versa a literatura dos intelectuais da Umbanda, sendo a referência primeira da presença da ancestralidade na religiosidade umbandista.³⁴

³⁴Sobre os intelectuais da Umbanda e a trajetória da religião ver: ISAIA, A. C. Religião e Magia na obra dos intelectuais da umbanda. In: **Projeto História**, São Paulo, n.37, p. 195-214, dez. 2008; Do mesmo autor: Espiritismo, República e Progresso no Brasil. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur Cesar. (Org.). Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal 1889-1910. Coimbra / Uberlândia: Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade Federal de Uberlândia, 2007, v.1, p. 285-306; NETO, R. F. **Lições Básicas de Umbanda**. São Paulo: Icone, 1990; ORTIZ, R. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro**: Umbanda e Sociedade Brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999. PEIXOTO, N. **Umbanda Pé no Chão**: um guia de estudos orientado pelo espírito Ramatís. Limeira: Editora do conhecimento, 2008; PINHEIRO, A. de O. Revista Espiritual de Umbanda: Representações, mito fundador e diversidade do campo umbandista. In: **Espiritismo & religiões afro-brasileiras**: história e ciências sociais. São Paulo: Ed. UNESP, 2012; ROHDE, B. F. Umbanda, uma Religião que não Nasceu: Breves Considerações sobre uma Tendência Dominante na Interpretação do Universo Umbandista. In: **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo: PUC, 2009, p. 77-96; SÁ JÚNIOR, M. T. de. **A invenção da alva nação umbandista**— a relação entre a produção historiográfica brasileira e a sua influência na produção dos intelectuais da Umbanda (1840-1960). Dissertação (Mestrado em História). Dourados: UFMS, 2004.

Venerar os Pretos Velhos é o momento de celebrar a liberdade com festa, evocando os antepassados para que voltem à terra e auxiliem aqueles que deles necessitam. Seja através de sua força espiritual emanada pelo passe, seja por meio de uma palavra amiga ou de escutar o desabafo dos consulentes frente as dificuldades do dia a dia, essas entidades transmitem a sensação do amparo, da proteção, o que faz delas respeitadas e queridas pelos frequentadores da Umbanda.

O ritual em homenagem aos Pretos Velhos inicia-se sempre com muitas orações. O Babalorixá ou Ialorixá conclama os presentes para elevarem seus pensamentos ao astral, fazendo seus pedidos e agradecimentos durante a abertura dos trabalhos que é feita ao som dos pontos cantados e do toque intenso dos atabaques.

A maioria dos pontos cantados retratam os saberes ancestrais dos africanos, seu sofrimento nos navios negreiros e nos cativeiros e seus saberes como manipuladores de energias, detentores dos segredos do uso das plantas e das orações poderosas. Logo após este momento, é feita uma fala reverenciando os africanos e os negros brasileiros. Enquanto isso, os médiuns se preparam para o processo de incorporação.

Ao incorporarem assumem a roupagem da entidade, curvando o tronco, carregando às vezes um cajado e falando um português antigo. Alguns seguram numa das mãos um ramo de ervas que será utilizado nos passes. Os cachimbos acesos inebriam o ambiente com sua fumaça marcante, efeito do fumo em combustão muito utilizado na volatilização das energias dos consulentes durante as consultas.

Cada Preto Velho utiliza-se de símbolos que referendam as energias da natureza. Plantas, pedras, fumaças, estalo de dedos, rosários de contas e orações compõem o cenário lúdico e sagrado das benzeções. Sejam sentados em pequenos troncos, em bancos rústicos ou apoiados em suas bengalas, essas entidades ouvem, dão conselhos, benzem, mostrando aos consulentes que seus dilemas, seus infortúnios por mais complexos que sejam são passíveis de solução, já que no astral tudo é possível.

Velas clareiam os altares resplandecendo luz e calor ao ambiente e proporcionando um sentido mágico ao momento. Os atabaques soam copiosamente e os Ogans não medem esforços em cantar e tocar, a fim de abafar as conversas dos consulentes com as entidades fazendo prevalecer a confiabilidade da consulta.

Alguns frequentadores se emocionam e choram ao narrarem seus problemas as entidades. Suas lágrimas alimentam o chão do terreiro fazendo germinar novas esperanças. Após a consulta parecem mais aliviados para continuarem suas caminhadas. E sempre com

orações os Pretos Velhos finalizam o atendimento, não esquecendo de deixar uma palavra de consolo e de incentivo aos que ao seu pé se curvaram.

No dia de celebrar os Pretos Velhos o terreiro se enfeita com muitas folhagens. O cheiro dos alimentos se mistura a defumação. Quiabos, batatas doces, couves, abóboras, jilós e muita feijoada são colocados sobre folhas de bananeiras estendidas no chão do Congá. Ao redor, as entidades se posicionam em círculo em torno da grande mesa improvisada. Eles dançam, erguem seus cajados, abençoam os alimentos consagrando-os. Após esse ritual, sentam-se ao chão e realizam suas orações e suas súplicas.

Os alimentos são ofertados primeiro a eles. Servidos em cumbucas e consumidos com as mãos, os Pretos Velhos fazem a consumação de cada alimento contido na grande mesa em sinal de agradecimento a fartura da celebração. O alimentar-se rústicamente evidencia a humildade e a simplicidade que as entidades representam. Em seguida, a comida já consagrada e distribuída aos presentes.

A festa se encerra com mais orações e os alimentos que sobraram da socialização são distribuídas entre os presentes para levarem para suas casas ou dividirem com os que não puderam comparecer.

Festa em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro – Exu e Xangô

Santo Antônio mandou
Santo Antônio é quem manda
Santo Antônio mandou
Exu firmar nossa banda

No catolicismo popular Santo Antônio tem fama de santo casamenteiro. São João Batista é o iluminado que abençoa e batiza, consagrado pelo Espírito Santo; São Pedro é quem detém as chaves das portas do Céu. Todos celebrados com muitas festas e comidas típicas por todo o interior do país, referendando os vínculos de sociabilidades que as festas populares simbolizam.

Nos Terreiros de Umbanda, Santo Antônio na figura de Exu e São João e São Pedro na de Xangô aquecem o mês de junho com muita celebração. Essas comemorações tem uma relação muito íntima com o elemento transmutacional fogo, simbolicamente representado pelas fogueiras. Toda festa a Santo Antônio e Xangô na Umbanda se dá em volta de uma fogueira. No contexto espiritual, o fogo é um elemento da natureza considerado ativo e masculino. Ele representa o princípio divino que faz a junção do início e do fim de tudo. O fogo simboliza a vida e a morte; ele é transformador e regenerador, ele é enigmático e

surpreendente, pois sua energia é volatizadora e poderosa. Exerce na Umbanda o papel materializar o divino, a energia motora cósmica, a própria vida, não tão diferente do sentido católico, cristão.

Exu é a representação do vigor, da energia em movimento constante. Na religiosidade afro-brasileira, são os “senhores” que atuam no mistério da criação. São eles quem lidam com as energias densas, abrem caminhos, combatem o mal e transitam pela dualidade astral, manipulando, com mais propriedade, as forças negativas, reabrindo os caminhos daqueles que evocam suas forças.

Os Exus estão ligados aos Orixás ancestrais supervisionando e coordenando os planos opostos da Umbanda. São eles os encarregados de limpar e proteger os terreiros, desfazendo-se das energias negativas que se encontrem naqueles espaços. Essa limpeza ocorre, na maioria das vezes, com a utilização do fogo, seja por meio da aguardente ou do álcool em combustão ou da queima da pólvora, aproximando esta entidade do fogo e de suas propriedades astrais.

Já Xangô é o orixá da sabedoria, da justiça, da política. É o senhor do fogo.³⁷ Ele é quem luta para manter o universo divino balanceado e consistente. Assume o arquétipo de conquistador e justo. Fogo, raios, trovões e formações rochosas simbolizam a força cósmica da entidade na Umbanda e o aproxima do arquétipo dos santos católicos São João e São Pedro.

Dentro dessas narrativas, as festas de Exu e Xangô realizadas nos terreiros de Umbanda da cidade de Uberlândia, no mês de junho, acontecem em torno de uma fogueira acesa do lado externo dos terreiros. O ritual com a presença de Exu é feito antes da comemoração a Xangô. Nesse dia, Exu vem para fazer a limpeza do terreiro e dos médiuns. É um ritual mais reservado sem a presença de um grande público. Geralmente, cada Casa seleciona alguns dos frequentadores mais assíduos para a comemoração. Ali recebem a limpeza física por meio da manipulação das energias pelos Exus com a utilização do fogo e do calor sorvido das labaredas da madeira em combustão.

Esse dia é muito procurado também por aqueles que buscam solucionar questões de cunho amoroso, pois em volta da fogueira as Pombogiras atendem os consulentes, fazem a junção de forças com intuito amoroso, distribuem patuás, perfumes e frutas e dão aconselhamentos com esta finalidade. Nesse dia, homens e mulheres se acotovelam-se

³⁷ No sentido Etimológico da palavra na linguagem iorubana, Xangô significa senhor do fogo oculto onde o sufixo "Xa", significa "senhor"; "angô" (AG + NO = "fogo oculto") e "Gô", pode ser traduzido para "raio" ou "alma".

buscando um espaço nas filas que se formam em torno destas entidades para uma consulta particular.

Já no dia da festa pública, a gira recebe a presença dos Pretos Velhos e de Xangô. Geralmente é a festividade que mais atrai as pessoas que vão ali em busca da solução dos problemas, das limpezas astrais realizadas com as labaredas da fogueira ou atraídas pela proximidade com os festejos em homenagem a Santo Antônio, São João e São Pedro, pois ocorre nesse dia o levantamento do Mastro com as imagens dos três santos cultuados em junho, num ritual muito próximo do que também acontece nos bairros, nas igrejas católicas, nas escolas e todos os lugares em que os festejos juninos são realizados.

Os Pretos Velhos fazem um grande círculo em volta da fogueira, unem seus bastões e os movimentam para cima e para baixo, e em círculo, unidos, cantam e dançam ao redor da fogueira, buscando as energias do momento. São chamados para o levantamento do mastro com as imagens dos santos de junho que depois de abençoada por eles é acoplada a um grande mastro que é erguido no pátio externo do terreiro e na sua base uma grande quantidade de velas são acesas enquanto os Pretos Velhos erguem seus cajados em direção ao grande mastro. O ato simbólico de encontro dos bastões tocando o mastro com a imagem dos santos homenageados, representa a conexão entre o céu e a terra. Neste momento sagrado, toda a ancestralidade é chamada a estar ali, compartilhando e energizando o local e os presentes.

Alimentados pela energia ancestral emanada, as entidades iniciam o processo de passes e consultas aos consulentes. Todos ficam ao redor da fogueira e, simbolicamente, recebem a limpeza astral feita pelos Pretos Velhos em contato com o fogo em profusão. Muitos costumam levar seus pedidos anotados em pedaços de papéis que são lançados na enorme fogueira como forma de eliminar os males da alma e da vida de cada pessoa que realiza esse ato.

Os médiuns incorporados de Pretos Velhos finalizam seu trabalho espiritual e, logo em seguida incorporam Xangô realizando danças em torno da fogueira passando pelos consulentes que recebem as energias da entidade por meio dos passes que são mais ligeiros que os realizados pelos Pretos Velhos.

Nesse dia, o terreiro oferece aos presentes comidas típicas utilizadas nas festividades juninas como doces, pipocas, caldos, quentão, dentre outras. Ao final, as brasas da fogueira são recolhidas e a cinza produzida será guardada para ser utilizada durante o ritual da Semana Santa, já que os terreiros funcionam sem interrupção durante todo esse período com atendimentos e passes.

Festa de Exu Mirim

Eu sou pequenino, sou guardião
trago mistério e magia, poder de reparação
pode vir, vim te ajudar,
mas não faça pouco de mim
sou exu-mirim,
Faísca, faísca, é fogo e não se apaga
aqui o mal não se propaga
eu sou assim, Exu Mirim
acredite se quiser meu mano é Lucifer

Os Exus Mirins, apresentam-se como crianças divertidas e arteiras, demonstrando uma grande energia contagiante. Eles assumem a personificação de crianças ou adolescentes. Segundo Barros (2010) essas entidades na Umbanda assumem o arquétipo dos meninos de rua, cuja invisibilidade social os inseriu num universo marginal. “São simplesmente crianças, pobres, mais escuras do que a classe média, em andrajos e vista como “perigosas”. Mostram que estes “meninos” vão para a rua em busca de dinheiro, para suplementar a renda familiar ou para apenas obter dinheiro para seu consumo” (BARROS, 2010, p.181).

Entretanto, alguns umbandistas destacam que a forma que adotam na verdade não é de uma criança. A aparência energética remete ao universo infantil, mas eles não são crianças e, sim, seres divinizados.

O estudioso destaca também um outro elemento que dá identidade a essa representação de criança marginalizada aos Exus Mirins, pois muitas de suas narrativas versam sobre o abandono e a violência doméstica que sofreram quando estiveram presentes no plano material.

Partindo dessa assertiva, podemos destacar que, na perspectiva de muitos umbandistas, essas entidades tiveram a oportunidade de voltar ao plano terreno na forma de espírito para praticar o bem e a caridade dentro das leis da Umbanda, por terem passado por situações de vulnerabilidade.

Exu Mirim se insere no universo da malandragem e da esperteza. Fumam, bebem, riem, debocham das pessoas, são irônicos, mas, são também, queridos e muito solicitados os terreiros, posto que são responsáveis pela manipulação de energias trabalhando em consonância com a linha dos Exus. Outro preferem dizer que eles são as "Crianças da Esquerda" e assessoram os Exus Guardiões no plano astral. São rebeldes, sem limites, questionadores e de extrema sinceridade e intolerância.

No dia dos festejos em sua homenagem os terreiros se alegram com as gargalhadas e brincadeiras que fazem com os consulentes. Nessa data os presentes aproveitam para se consultarem com eles. A conversa é sempre descontraída e nem por isso deixam de dizer o que as pessoas precisam ouvir, já que o papel deles na Umbanda é atuar mostrando aos humanos como crescer, como evoluir-se utilizando de sua liberdade e conquistas para fazer o bem.

As festas em homenagem a Exu Mirim são realizadas em Uberlândia sem ter uma data como parâmetro. Geralmente, cada Casa elege um dia para a festividade, sempre regada a muita bebida e comida. São servidos pratos como peixes fritos, carnes assadas, farofas, frutas, saladas que são ofertadas pelos consulentes e médiuns. Uma mesa é posta nas dependências do terreiro e ali cada um deposita o “agrado” em intenção a eles. Pode ser comida, bebida, cigarro, boné, óculo escuro ou dinheiro. Cada Exu Mirim, de acordo com a sua linha de trabalho tem uma comida e uma bebida específica.

Festa de Exu

Já era meia noite quando relógio
bateu sim,
Já levanta quem está sentado, meus irmãos
Para saudar Exu Moreninho

Comemorar Exu na Umbanda não tem data fixa, depende muito das indicações do astral e das necessidades de cada Casa. Contudo, nenhuma delas deixam de festejar seus Exus Guardiões e suas Pombogiras. Como os Exus são os donos do caminho e responsáveis pela movimentação de energias são sempre evocados e festejados como forma de agradecimento pela proteção recebida.

Toda Casa religiosa de Matriz afro-brasileira reverencia seus Guardiões, que são as entidades consideradas supremas na hierarquia da religiosidade e que comandam os outros Exus entidades. Exu é quem faz a intermediação entre os homens e o astral. Posto que ele transcende a relação entre o bem e o mal. É a divindade da liberdade, da abertura, o grande mensageiro. Aquele que protege os terreiros contra as energias negativas.

A figura de Exu se compõe de múltiplas ressignificações. A que nos interessa aqui, é a de Exu entidade evocada na Umbanda e presente fisicamente nos terreiros por meio da incorporação mediúnica, estabelecendo um contato mais direto com os consulentes. Eles são considerados os espíritos que melhor entendem e conhecem as pessoas. Os que sabem das nossas agruras e podem auxiliar na superação dos nossos problemas.

Eles apresentam características e personalidades muito próximas dos humanos, diferencial destas entidades na Umbanda. Alguns são risonhos e irônicos, outros, sérios e enérgicos em seus aconselhamentos. Lidam com descarrego, manipulação de energias negativas, desfazendo trabalhos prejudiciais às pessoas, ou sendo bastante convocados na abertura dos caminhos financeiros, amorosos, de saúde, dentre tantos outros campos de atuação. É por isso que, em agradecimento, Exu é sempre festejado.

Em Uberlândia, temos várias comemorações em diversos terreiros. Comemora-se Os Exus e as Pombogiras responsáveis pela Casa. Geralmente essas festividades são regadas a muita música e comilança. Serve-se coquetéis de frutas, cervejas, vinhos, uísques. Come-se churrasco, frango assado, farofas de todas as espécies, sempre regada a muita pimenta. Dia de festa a Exu é o momento da assistência presentear as entidades com bebidas, charutos, valores em dinheiro e, no caso dos Exus Pombogiras, os presentes vem na forma de perfumes, bijuterias, rosas.

As festas servem como momento de aproximação dessas entidades com os consulentes, desfazendo a imagem pejorativa que muitos têm dessa figura emblemática da religiosidade afro-brasileira.

Vale destacar que o lado marginal de Exu é amenizado na Umbanda pela roupagem que assume. Eles absorvem a identidade de lordes, príncipes, comerciantes, mercadores ou de homens bem sucedidos, mas podem representar os trabalhadores dos cais do Porto, o malandro carioca, o boêmio que tiveram a chance de evoluírem como espíritos praticando o bem, a fim de alcançarem uma condição espiritual melhor do que aquela de quando pertenciam ao plano material.

A comunicação feita por Exu com os consulentes é sempre por meio de conversas reservadas, expõe de forma clara que o atendimento dos desejos dos consulentes depende do merecimento de cada indivíduo e que o tempo espiritual não obedece ao cronológico e que esperar é uma dádiva daqueles que acreditam no poder e na força dos Exus.

Os aconselhamentos dados pelas Pombogiras são sempre no sentido de ensinar a agir com força e convicção. Elas se encontram no mesmo pé de igualdade que os exus masculinos, justamente para evidenciar o seu papel e a sua importância dentro do terreiro, já que detêm o poder da manipulação das energias amorosas e da quebra das demandas. Recebe a todos com um largo sorriso e boas gargalhadas. Vaidosas como são, distribuem o seu axé borrifando, nos presentes, seus perfumes e águas de cheiro.

Quando Exu é chamado para festejar no terreiro, as comemorações são sempre uma grande festa sem hora para começar e, muito menos para terminar. Simbolicamente nas

festas, o tempo não é regido pela vazão das horas contadas pelo relógio, pois existe um afastamento desse tempo métrico. Ele assume caráter especial, se transforma numa linguagem simbólica que referenda o sentido do festejar.

Algumas especificidades também são presenciáveis nos festejos a Exu nos terreiros de Umbanda em Uberlândia. Nessas festas o ritual é menos extensivo no que se refere as rezas, orações e defumações. Geralmente, saúda as Entidades da Casa e já começa a evocação a Exu que será festejado. A comemoração é aberta com a presença do Exu da Casa que é recebido com palmas e reverências. Em seguida faz-se a energização do ambiente, cumprimenta-se os presentes e evoca-se os demais Exus para juntos, celebrarem o momento.

Quando os sujeitos na Umbanda presenciam e vivem o tempo da festa, transformam o momento em lugar de (re) significação de tradições herdadas, de conexão com o astral, cenário múltiplo de práticas e representações.

Festa de Iemanjá

Eu fui na beira da praia
Pra ver o balanço do mar
Eu vi um retrato na areia,
Me lembrei da sereia
Comecei a chamar.
Ôh Janaína vem ver
Ôh Janaína vem cá,
Receber suas flores
Que venho lhe ofertar...

Iemanjá, Nossa Senhora de Candeias, Nossa Senhora dos Navegantes, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Piedade, Virgem Maria: sereia do mar, princesa do mar, rainha do mar, Inaé, Mucunã, Dandalunda, Janaína, Princesa de Aiocá, Sereia, Maria, Dona Iemanjá; branca ou negra, ela é muito festejada no Brasil seja nos festejos do catolicismo popular quanto nas comemorações das Religiões de Matriz Africana. Ela é uma entidade multifacetada que traz consigo elementos da cultura européia, brasileira, africana e indígena.

Essa veneração tão significativa é fruto da relação que os devotos tem para com os diferentes arquétipos assumidos por ela nas diversas regiões do país onde é celebrada. Para muitos, ela é a padroeira dos amores e, por isso, nos terreiros de Umbanda seja tão solicitada para resolver casos de desafetos e paixões conflituosas.

Nas cidades litorâneas é venerada e respeitada por pescadores e todos aqueles que vivem no/do mar. Nas cidades que não são cortadas pelo mar o seu culto geralmente é realizado à beira de um rio ou lago, já que ela rege os ciclos da natureza que estão ligados a água. Seja nas águas doces ou salgadas ela é sempre homenageada. Ao celebrá-la as pessoas pedem por mudanças, desejam reviravoltas nas suas vidas numa tentativa de resolver todos os problemas que no plano material não conseguiram solução.

Em Uberlândia, alguns terreiros de Umbanda comemoram Iemanjá duas vezes por ano. Em setembro, acontece a tradicional Festa de Iemanjá num dos parques da cidade e, no início do mês de dezembro, vários umbandistas se deslocam para a cidade de Praia Grande, estado de São Paulo para participarem da Festa em homenagem a Iemanjá, dentro do Encontro de Tendas da ABRATU – Associação Brasileira dos Religiosos de Umbanda, Candomblé e Jurema.

A festa em homenagem a Iemanjá, em Uberlândia, acontece há várias décadas. Se tem notícia que entre os idos de 1960-1970, ela iniciou às margens do rio Uberabinha por iniciativa de Mãe Irene Rosa, fundadora da Tenda de Umbanda Coração de Jesus. Todos os anos ela realizava um cortejo saindo do seu terreiro em direção a uma das margens do referido rio que corta a cidade. Ali era feito os rituais e oferendas a Iemanjá, mesmo diante dos olhares de estranhamento de muitos moradores da cidade e sob a sentinela atenta das autoridades policiais da época, que controlavam cada passo dado pelas pessoas que ali realizavam o referido culto.

Mesmo com a morte de Irene Rosa, os sacerdotes que a substituíram no comando da Tenda deram continuidade aos festejos às margens do Uberabinha, até o início dos anos de 1990. Ali continuaram a homenagear Iemanjá com rezas e muito batuque.

A partir dos anos de 1990, a festa foi transferida para um dos parques públicos da cidade – Parque do Sabiá, sendo reestruturada por Mãe Delfina que coordenou os festejos por alguns anos até implementar a escolha anual dos festeiros responsáveis pela festividade a cada ano, assumindo a função de festeira perpétua.

Mesmo as comemorações a Iemanjá tendo os festeiros responsáveis, a batuta da comemoração permanece sob a responsabilidade da Tenda Coração de Jesus, comandada, agora, por Maria Irene – Mãe Irene de Nanã, neta de Irene Rosa.

O evento marca o encontro de diversas casas de Umbanda e Candomblé que se reúnem próximo ao lago do parque e, juntos cantam e dançam em louvor a Iemanjá. Ali é colocado um pequeno barco ornado com flores, espelhos, perfumes e velas e as pessoas

depositam seus pedidos ou presentes a Iemanjá. Este barco é despachado nas águas do lago, rendendo graças a entidade e conclamando sua proteção.

Portanto, o momento proporciona visibilidade a comunidade de Matriz Africana na cidade, já que o parque é bastante frequentado nos finais de semana, data em que é realizada a comemoração. Porém, ainda é evidente os olhares de estranhamento dos transeuntes durante o evento, já que o parque é tomado por praticantes vestidos a caráter que cantam e dançam ao som dos atabaques. Alguns param, olham e aproximam; outros preferem ignorar a movimentação. Mesmo assim, o momento não deixa de ser uma possibilidade de interlocução com os moradores da cidade, desconstruindo olhares pejorativos sobre as práticas da religiosidade afro-brasileira.

Já o Encontro de Tendas da ABRATU, realizado na cidade de Praia Grande -SP acontece nas areias da Praia de Iemanjá. O Evento acontece ali bem antes da emancipação política de Praia Grande. Em 1970, o poder público local regularizou os festejos que recebe mais de 50 mil praticantes a cada ano.

Os terreiros para participarem dessa comemoração devem seguir os trâmites burocráticos estabelecidos pelo poder público local, por meio da Secretaria de Turismo, pagando algumas taxas à prefeitura e a ABRATU, recebendo apoio logístico para a montagem das tendas e realização das obrigações religiosas. Encontramos muitos grupos de religiosos de Matriz Africana que preferem não montar suas tendas e fazem seus ritos e homenagens a Iemanjá à beira da praia sem nenhuma estrutura.

Os terreiros de Uberlândia que participam do evento se inserem nessas duas lógicas organizativas. Existem os que vão em pequenos grupos e os que fretam ônibus levando mais de 150 pessoas entre médiuns e assistência. Ali, temporariamente, montam seus espaços debaixo de tendas de lona, improvisam altares e funcionam 24 horas com passes e consultas, encerrando as atividades ao raiar do próximo dia, quando todos os presentes, médiuns e assistência, se dirigem as águas do mar para o tradicional mergulho.

As Ialorixás ou os médiuns escolhidos por cada terreiro incorporam Iemanjá, entram no mar acompanhados por médiuns da corrente e, um a um, numa grande fileira, as pessoas são levadas ao mar e lá mergulham três vezes sob as ondas que se formam. O ato simboliza a purificação, a limpeza astral das pessoas. É o momento de revigorar as energias para o próximo ano.

Festa em homenagem a Cosme e Damião – Erês

Fui no jardim colher as rosas
A vovozinha deu-me a rosa mais formosa
Fui no jardim colher as rosas
A vovozinha deu-me a rosa mais formosa
Cosme e Damião, ÔOOOhDoun
Crispim , Crispiniano
São os filhos de Ogum
Cosme e Damião, ÔOOOhDoun
Crispim , Crispiniano
São os filhos de Ogum

Na Umbanda, o dia de Cosme e Damião é 27 de setembro, mas em Uberlândia, Minas Gerais, várias Casas comemoram Erês em outubro, em função do dia das crianças. Festejar Cosme e Damião é sempre sinônimo de mesa farta, em especial de doces, balas e bolos confeitados. Cada pessoa que adentra os terreiros nesse dia traz consigo um agrado para os Ibejis. Segundo as narrativas que versam sobre a origem de Cosme e Damião, dizem que eram gêmeos e tiveram cinco irmãos (Dou, Alabá, Crispim, Crispiniano e Talabi).

Joãozinho, Mariazinha, Ritinha, Pedrinho, Zezinho, seja qual for a denominação, são espíritos infantis que trazem a alegria, a simplicidade aos terreiros de Umbanda. São a representação das crianças que deixaram o plano físico prematuramente, e tiveram a oportunidade de voltar como entidades espirituais detentoras de uma pureza extrema, cujo processo de ressignificação espiritual fez deles espíritos bastante evoluídos.

No contexto católico, Cosme e Damião são santos que foram médicos e teriam exercido a medicina sem nunca cobrar nada pelos atendimentos feitos aos mais carentes. Sua hagiografia destaca que são mártires, mortos por não se curvarem diante dos deuses pagãos, tendo sido acusados de “inimigos dos deuses”. A devoção a Cosme e Damião é bastante antiga no Brasil, data dos idos dos anos de 1535.

Os Erês na Umbanda, quando evocados, vem para lidar com problemas de saúde ou curas espirituais. São também os intermediários que levam os pedidos dos consulentes aos Orixás. Por isso simbolizam a renovação das energias.

Nos dias de festa a Cosme e Damião, os terreiros se enfeitam com balões multicoloridos e, uma enorme mesa é armada para receber os bolos, os doces e os refrigerantes. A fartura impera, fruto das doações dos consulentes.

Com a mesa posta, os trabalhos do dia são abertos com muita reza e musicalidade. São saudados todas as entidades e, por fim, os médiuns se preparam para o processo de

incorporação. Ao som dos atabaques e dos pontos cantados, os dirigentes da gira jogam para cima um punhado de balas que ao tocarem o solo do Congá reverbera as energias dessas entidades levando os médiuns ao processo de incorporação concretizado com muita algazarra, pois as entidades conversam, riem, gritam, esbanjam alegria que contagia a todos.

Geralmente sentam ao redor da grande mesa de doces e aguardam as indicações dos dirigentes do ritual de como procederem antes de receberem os presentes trazidos pela assistência e fazerem o consumo dos doces ali expostos.

Rezar, cantar, conclamar as energias do astral a favor de todos os necessitados é uma constante nas giras de Erês, inclusive nos festejos em sua homenagem. Em seguida, fazem o consumo de doces e bolos sem parcimônia. Comem e bebem e, ao mesmo tempo, recebem os consulentes que fazem questão de adentrarem ao Congá para agraciá-los com mais doces e também brinquedos.

Reverências feitas, todos os Erês circulam pelas dependências do terreiro num processo de socialização e de intimidade com os presentes que fazem seus pedidos e recebem as energias emanadas pelas crianças por meio do contato físico dos abraços e dos beijos nas mãos simbolizando sinal de respeito.

Todos os bolos e doces são distribuídos aos presentes que fazem o consumo no local e também tem a oportunidade de levar para suas residências, já que toda a comida doada é revertida aos presentes como forma de manter a circularidade do axé, pois o que se doa é também partilhado. Nesse dia, o terreiro recebe uma grande quantidade de crianças que além de se deleitarem com as guloseimas, ganham presentes, geralmente brinquedos que são arrecadados pelo terreiro para serem distribuídos nessa data, evidenciando que festejar não Umbanda é compartilhar a dádiva da partilha e da doação.

Mesa dos Orixás

A umbanda tem sete forças divinas,
Que irradiam suas luzes no Congá.
Tem Pai Ogum, Tem Pai Xangô rei das pedreiras.
Mãe Iemanjá, Mãe Oxum Nas cachoeiras.
Tem Pai Oxóssi que é caçador nas matas.
Obaluaê lá no cruzeiro das almas.
Pai Oxalá que comanda esse
Exército de guerreiros que na
Umbanda vem nos ajudar!

A Mesa dos Orixás é um rito bastante praticado nas Casas de Umbanda mais tradicionais da cidade de Uberlândia. Consiste num momento em que os médiuns e frequentadores rendem graças ao Orixá de sua proteção como agradecimento por mais um ano de vida. Não chega a ser uma festa regada a muita comida. É mais uma celebração para render graças aos Orixás. Ao fazer as oferendas e agradecer, revigoram suas energias e reestabelecem seu compromisso espiritual com essas entidades.

O ritual consiste em oferecer as entidades oferendas constituídas por comidas, frutas e ervas que são levadas em cortejo até o Congá pelos filhos de cada Orixá. Esses alimentos e essas plantas são dispostos em alguidares (vasilhames de barro) e carregados em procissão pelo terreiro.

Cada Orixá homenageado recebe sua oferenda levada pelas mãos dos médiuns e frequentadores - filhos dos respectivos Orixás cultuados no dia. Eles dão sete voltas em torno da mesa armada no centro do terreiro cantando, repetidamente, um ponto em homenagem aos Orixás, um mantra que emana o ambiente e conecta todos os presentes no ritual, pois o mesmo conclama a presença espiritual das entidades no recinto dentro de um processo de atualização das energias astrais do terreiro.

A cada cortejo em homenagem a um Orixá ou entidade da Umbanda (Oxalá, Omolu, Ogum, Xangô, Oxóssi, Oxum, Iemanjá, Erês, Nanã, Ossain, Irokô (Tempo), Pretos velhos, Caboclos, Baianos, Marinheiros, Boiadeiros, Ciganos, Exus), os que tem o Orixá como regente se curvam ou deitam no solo sagrado do terreiro, a fim de receberem o axé emanado, fazendo o ritual do “bate Cabeça” em reverência ao seu Orixá. Esse ritual reporta as saudações africana as divindades sagradas.

Homenageado todas as entidades a mesa se completa no centro do Congá e fica exposta ali durante sete dias e, depois as oferendas são colocadas na natureza. As frutas que não são ofertadas diretamente aos Orixás são divididas entre os presentes, já que dividir o alimento com as entidades espirituais é ter a honra de comer com eles, representando a presença dos Orixás em nossas vidas e nas nossas refeições.

Dentro da construção mítica deste ritual, Exu é o primeiro a ser homenageado e chamado a comer. A ele é servido os padês a base de farinha de mandioca branca, combinada com azeite de dendê ou mel de abelha, água, bebida alcoólica. É servido também o acaçá feito com farinha de milho enrolado em folha de bananeira ou bifés, sempre regados a muita pimenta e cebola. Objetivando ainda a manutenção das energias vitais e espirituais, da harmonia da Casa é ofertada aos Exus masculinos e femininos (Pombogiras) oferendas a base de frutas como maçãs. Não é só o de comer que é oferecido a Exu, a ele é também

ofertado as bebidas, os cigarros e charutos como forma de reconhecimento da sua importância na manutenção energética dos terreiros. Estas oferendas são colocadas em espaços reservados, geralmente nas casas de forças destinada a entidade.

A título de exemplo, a Ogum são ofertados inhames, banana, uvas vermelhas, abacate, graviola. Para Oxóssi, milho cozido, Coco, cana de açúcar, abacaxi, caju, acerola, ingá. A Obaluaíê a pipoca. Para Oxumare serve-se batatas doce, camarões e dendê. Ossaim prefere acaçá, feijão, milho vermelho, farofa e fumo de corda. Iansã, Oxum e Iemanjá: melancia, melão, uvas, maçãs, tangerinas, pêssego e damasco. A Nanã é servido batata roxa, jabuticaba, melancia e frutas roxas. Para Xangô, goiaba, caqui, conde, morango ou cacau. (FARELLI, 2009), pois festejar os Orixás na Umbanda é sempre uma junção de aromas, sabores e cores.

Passagem do ano

Eu vi mamãe Oxum nas cachoeiras
Sentada na beira de um rio
Colhendo lírios, lírios, eh,
Colhendo lírios, lírios, ah...

O rito de passagem do ano na Umbanda em Uberlândia assume diversos formatos. Algumas Casas comemoram com uma festa de confraternização entre médiuns, familiares e assistência, muito próxima do formato padrão de comemoração da data. Estouram-se champanhes, brindam, comemoram a chegada do novo ano saudando o Orixá responsável pelo ciclo que se inicia.

Outras Casas fazem um ritual mais extensivo que antecede a virada do ano. Para estes, o ritual é feito com a lavagem das cabeças à beira de um rio. O momento representa a junção das energias culminando na limpeza espiritual dos médiuns encerrando um ciclo astral para se vivenciar outro. No início do mês de dezembro ocorre o mergulho nas águas do mar e, ao final, tem-se a lavagem da cabeça nas águas doces pedindo a proteção de Oxum.

Em homenagem a ela, é ofertado um barco com presentes em agradecimento ao ano vivido. Dentro dele, colocam-se os pedidos para o ano que se inicia. Esse barco é colocado rio abaixo, seguindo o fluxo da correnteza. A sua partida é acompanhada com pontos cantados em homenagem ao Orixá das águas doces-Oxum e também ao que comandará o ano que entrará.

Velas são acesas no local para os Orixás e orações são feitas clamando por saúde, fartura, felicidades, harmonia. Reverências feitas, médiuns e assistência voltam para os terreiros e ali é feito as homenagens ao Orixá do ano que se finda e do que se aproxima. Ocorre as incorporações dos médiuns e são feitas as oferendas ordenadas pelos chefes espirituais da Casa, encerrando o ano de trabalho nos terreiros.

Todas essas comemorações evidenciam que na Umbanda o encontro do humano com o sagrado se concretiza por meio das festas, como bem lembra Berkenbrock (2002). Mas ela é também “o re-encontro”, a transfestação,

A festa coloca a existência como um todo num outro patamar. Não só a existência do Aiê, não só a existência do Orum. Ambas as formas da existência são postas num outro patamar. Não é assim que ambas as formas da existência são transformadas, não é assim que ganham outro significado. Ao nosso modo de ver, elas continuam com o mesmo significado, com o mesmo status. O Aiê continua Aiê; o Orum continua Orum. Ambas as formas são “sugadas” para dentro da festa. São transfestadas: traspassadas pelo acontecimento único da festa. A existência é pura festa. (BERKENBROCK, 2002, p. 214).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pensar a Umbanda e os seus rituais, não é tarefa simples. Ainda que o tema e o seu recorte espacial sejam circunscritos a Uberlândia, no Triângulo Mineiro, é preciso considerar, justamente, a especificidade da temática.

Se para Geertz, o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, o experimentar a dinâmica do terreiro é essa tessitura que permite ressignificar culturas, crenças e valores. Os símbolos da religiosidade afro-brasileira são marcas culturais que movimentam a vida dos indivíduos; e a experiência humana se revela a partir do instante em que a cada um que se encontra ali inserido permite rever-se, inclusive, por suas práticas e experiências religiosas, tendo nas festividades o grande encontro de sentidos, significados e materialização do sagrado.

Essas experiências, são produtoras de culturas e traduzem os sentidos atribuídos aos lugares de vivência religiosa, ambientes onde os indivíduos usufruem dos artefatos (in)tangíveis que ali são criados e assumem múltiplas dimensões simbólicas que ultrapassam os espaços e as fronteiras físicas. Por isso, o espaço de materialização dessas práticas religiosas e festivas ao se edificarem em locais híbridos revelam conflitos, tensões e negociações. Um verdadeiro campo minado, cuja batalha pela sobrevivência esbarra nas

dificuldades do reconhecimento do poder público, nas relações conflituosas com a vizinhança, na discriminação e no preconceito em ser umbandista no Brasil.

REFERÊNCIAS

BERKENBROCK, Volney J. **a festa nas religiões afro-brasileiras – a verdade tornase realidade**. In: PASSOS, Mauro. A Festa na vida – Imagens e significados. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 191- 221.

BURKE, P. **Cultura Popular na Idade Moderna**. 2 ed., São Paulo: Martins Fontes, s/d. CORREIO DE UBERLÂNDIA. População que se declara negra cresce em Uberlândia.

Censo IBGE 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/populacao-que-se-declaranegra-cresce-em-uberlandia>> Matéria publicada em 2011.

BELLOTTI, Karina Kosicki. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **História: Questões e Debates**. Curitiba, Editora da UFPR, n. 55, p. 1342, jul. /dez 2011.

BIRMAN, P. **O que é umbanda**. São Paulo, Abril Cultural, Brasiliense, 1985.

CHARTIER, Roger. **Cultura**: entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro. Difel/Bertrand Brasil, 1988.

CUMINO, Alexandre. **História da Umbanda** – uma religião brasileira. São Paulo: Madras, 2011.

DA MATTA E SILVA, W.W. **"Segredos da Magia de Umbanda e Quimbanda"**.4 Ed., São Paulo: Editora Ícone, 2006.

FARELLI, Maria Helena. **Comida de Santo**. 9. Ed., Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FONTENELLE, Aluizio. **A Umbanda através dos séculos**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

FRIGERIO, Alejandro. Nuevos Movimientos Religiosos y Medios de Comunicación: La Imagen de la Umbanda en Argentina. **Sociedad y Religión**, n. 8, 1991 p. 69-84.

FRIGERIO, Alejandro. A transnacionalização como fluxo religioso na fronteira e como campo social: umbanda e batuque na Argentina. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 14, n. 23 p. 15-57, jan./jun. 2013.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine La Guardiã Resende e outros. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

ISAIA, Artur Cesar. Umbanda, Intelectuais e Nacionalismo no Brasil. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 9 Ano IX nº 3. setembro/ outubro/ novembro/ dezembro, 2012.

ISAIA, Artur Cesar. Religião e Magia na obra dos intelectuais da umbanda. In: **Projeto História**, São Paulo, n.37, p. 195-214, dez. 2008.

ISAIA, Artur Cesar. Espiritismo, República e Progresso no Brasil. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur Cesar. (Org.). **Progresso e Religião: a República no Brasil e em Portugal 1889-1910**. Coimbra / Uberlândia: Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade Federal de Uberlândia, 2007, v.1, p. 285-306.

ISAIA, Artur César. Umbanda: a exegese da magia. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano V, n. 14, Set. 2012, s.p.

KARDEC, Allan. Frenologia Espiritualista e Espírita. **Revista Espírita**. Jornal de Estudos Psicológicos. Ano V, nº 4, Abr. 1862, p. 141- 152. Domínio Público. Disponível em: <<http://www.sistemas.febnet.org.br/gerenciador/pdfRepository/2009-11-20-30.45f1619bf43ffc6b3c4e21170fd9bdf4.pdf>> Acesso em 12 set. 2018.

KATRIB, Cairo M. I. **Nos mistérios do Rosário** – as múltiplas vivências da festa em louvor a Nossa Senhora do Rosário (Catalão -GO, 1936-2003). Curitiba: Prismas, 2015.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. Nas encruzilhadas do humano: A figura de Exu na Umbanda. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano X, n. 28, p. 97-111, maio/set. 2017.

KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim. Entre guias, patuás e pontos riscados: o processo de aprendizagem na umbanda In: KATRIB, Cairo Mohamad Ibrahim; MACHADO, Maria Clara Tomaz; PUGA, Vera Lúcia. **Mulheres de Fé: Urdiduras no Candomblé e na Umbanda**. Uberlândia: Composer, 2018, p. 251-269.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

LOPES, Rodrigo Barbosa. **Olhares sobre a Umbanda: o cultuar de Orixás na e pela cidade de Uberlândia (1930/1940 e 1990/2000)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

LIMA, Cristhian Dany. Existir para Resistir: a importância dos mapeamentos sociais para as comunidades tradicionais de terreiros do município de Uberlândia. In: KATRIB, C.M.I.; MACHADO, M.C.T.; PUGA, V. **Mulheres de fé: urdiduras no candomblé e na umbanda**. Uberlândia: Composer, 2018, p. 64-92.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Cultura popular: um contínuo refazer de práticas e representações**. In: PATRIOTA, Rosangela e RAMOS, Alcides Freires(orgs). **História e Cultura: Espaços Plurais**. Uberlândia: Aspectus, 2002.

MASSENZIO, Marcello. **A História das Religiões na Cultura Moderna**. São Paulo: Hedra, 2005.

MOLINARI, R., FERRARO, L., PARADELA, H., CASTAÑO, A. E CARCHOTCHE, S. **2001 Odisea del Manejo: Conservación del Patrimonio Arqueológico y Perspectiva Holística**. 2do Congreso Virtual de Antropología y Arqueología. 2000.<
http://www.naya.org.ar/congreso2000/ponencias/Roberto_Molinari2.htm > (Acesso em: 20/08/2019).

MORAIS, Mariana Ramos de. Políticas Públicas e a fé Afro-brasileira: Uma reflexão sobre as ações de um Estado Laico. **Ciencias Sociales y Religión**/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 14, n. 16, Ene./Jun. 2012, p. 39-59.

NOGUEIRA, Leo Carrer. Do negro ao branco: breve história do nascimento da Umbanda. Goiânia: **Revista Caminhos**, Universidade Católica de Goiás, vol. 5, nº 2, 2007.

NUNES, José Walter. **Patrimônios subterrâneos em Brasília**. São Paulo: Annablume, 2005.

ORTIZ, Renato. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro: Umbanda e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.

PEIXOTO, Norberto. **Umbanda Pé no Chão**: um guia de estudos orientado pelo espírito Ramatís. Limeira: Editora do conhecimento, 2008.

PELEGRINI, S. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 26, nº51. São Paulo. Jan/Jun, 2006.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervescências coletivas – Dionísio nos trópicos: festa religiosa e barroquização do mundo – Por uma antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, M.(org). **A Festa na Vida – Significados e Imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 19.

PESAVENTO, Sandra J. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Esboços**: revista do Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Vol. 11, n. 11, 2004, p. 25-30.

PRANDI, José Reginaldo. Pombagira dos Candomblés e Umbandas e as faces inconfessadas do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, nº 26, outubro, 1994, p. 91-102.

PRANDI, Reginaldo. **A dança dos Caboclos – uma síntese do Brasil segundo os terreiros afro-brasileiros**. São Paulo: Revista USP, 2001.

REIS, Alcides Manoel dos. **Candomblé – a panela do Segredo**. 2 ed. São Paulo: Mandarim, 2001.

ROHDE, Bruno. Faria. **Umbanda, uma Religião que não Nasceu**: Breves Considerações sobre uma Tendência Dominante na Interpretação do Universo Umbandista. In: Revista de Estudos da Religião. São Paulo: PUC, 2009, p. 77-96.

SANCHIS, Pierre. (org). **CATOLICISMO**: unidade religiosa e pluralismo cultural. São Paulo: Loyola. In: Cadernos do ISER, 1996.

SANTOS, Janaina Jácome dos. **Políticas Públicas**: ações afirmativas para a população negra de Uberlândia-MG – 1980-2016. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

ZANIRATO, H. S., RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. In: **Revista Brasileira de História**, São Pulo, v. 26, n. 51, junho, 2006.

WEBER, Franz. **Celebrar a Vida – a cultura da festa nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)**. In: PASSOS, M.(org) **A Festa na vida – Significados e Imagens**. São Paulo: Vozes, 2002. p.143-164.

Parte II

PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Formas de Assistência

Capítulo 5

O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: Um estudo em João Pinheiro - MG

*Giselda Shirley da Silva
Antónia Fialho Conde
Olga Magalhães*

O inventário é utilizado em âmbito internacional desde o século XIX e está intimamente ligado à institucionalização dos trabalhos de proteção do patrimônio cultural. Segundo Lia Motta (2012), o primeiro trabalho conhecido de inventariação sistemática foi o Inventário Geral de Monumentos e Obras de Arte da França, realizado pela Inspetoria Geral dos Monumentos Históricos, a partir da década de 1830.

Os inventários estão na origem da constituição do campo da preservação do patrimônio no século XVIII no contexto da construção dos Estados Nacionais. Surgiram como modos de produzir um novo saber, por meio da coleta e sistematização de informações, obedecendo a determinado padrão e repertório de dados passíveis de análises e classificações, e se constituem até hoje como instrumentos de identificação, valorização e proteção dos bens como patrimônio cultural. Nesse sentido, na trajetória das práticas de preservação, o conceito de inventário deve ser considerado chave, pois sempre remeterá à própria conceituação do que seja o patrimônio cultural (MOTTA; REZENDE, 2016).

Diversificam-se em relação à metodologia e abrangência, havendo possibilidades de inventariação em nível continental, regionais ou locais. De acordo com o Iepha, ele é um “instrumento de proteção que tem como objetivo o conhecimento de uma região, localidade, núcleo, comunidade, manifestação cultural, edificação, objeto, que se apresentam como de interesse cultural em determinados âmbitos” (IEPHA, 2016, p. 01).

Estabelecendo o inventário como objeto de estudo, este texto constitui-se de uma reflexão sobre o exercício da inventariação do patrimônio cultural, buscando compreender a correlação entre as ideias de inventário, patrimônio cultural e conhecimento da história local e regional. Buscou-se compreender como tem se concretizado em João Pinheiro a realização

do inventário como um dos elementos de conhecimento/proteção do patrimônio cultural e as políticas públicas municipais criadas para esse fim.

João Pinheiro é o maior município de Minas Gerais em extensão territorial, com uma área total de 10.727,471(km²)³⁵. Sua população, de acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), é de 45.260 habitantes, dos quais 36.761 são residentes na área urbana, sendo 18.262 homens e 18.499 mulheres. Já a população rural, no ano de realização do recenseamento, era de 4.786 homens e 3.714 mulheres, totalizando 8.499 (IBGE, 2010). A densidade demográfica é de 4,22 hab./km², com a população desigualmente distribuída no território, sendo a maior parte dos moradores residentes no distrito sede (João Pinheiro, outrora, Santana do Alegre).

Seu povoamento remete aos séculos XVIII e XIX, com a ocupação de suas terras por fazendas destinadas à criação de gado e o trabalho de garimpo, realizado em diversos rios e córregos da região, entre eles o Rio da Prata, Rio Santo Antônio, Córrego da Cana Brava e outros. Seu território pertencia a Paracatu do Príncipe, posteriormente, Paracatu, de onde foi desmembrado por meio da Lei 556 de 30 de agosto de 1911. Esta lei criou diversos municípios, entre eles, João Pinheiro³⁶, sendo o novo município composto por quatro distritos, a saber: Santana do Alegre, que seria sede, Catinga, Canabrava e Veredas. Com o tempo, o território que compõe o município foi se subdividindo, sendo criados os distritos de Olhos D'água, Santa Luzia da Serra, Luizlândia do Oeste, São Sebastião (Lages). Uma outra parte do território foi desmembrada, emancipando-se politicamente na última década do Século XX, com a criação do distrito de Brasilândia de Minas (SILVA; GONÇALVES; SILVA, 2011).

Além das sedes dos distritos, possui também diversos povoados e projetos de Assentamento que constituem importantes papéis na agricultura familiar, entre os quais podemos citar: Olaria, Almas, Malhada Bonita, Malhadinha, Segredo, Fruta D'Anta, Tauá, Segredo, São Joaquim, Mandacaru, Pastinho, Roça Nova, Barreiro dos Veados, Mangabeiras, Retiro, Campo Grande, Santa Cecília, Comunidade do Rio do Sono, Espírito

³⁵ Localiza-se na mesorregião Noroeste de Minas e na microrregião de Paracatu. O noroeste do estado é dividido em duas microrregiões: a de Paracatu e a de Unaí, e reúne os municípios Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Guarda Mor, João Pinheiro, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Riachinho, Unaí, Uruana de Minas, Urucuiá, Vazante. (SILVA; GONÇALVES; SILVA, 2011). Sua vegetação é o cerrado e no que tange à Bacia e Componentes Hidrográficos, insere-se na Bacia do Rio São Francisco, do Rio Prata e do Rio Paracatu. As principais atividades econômicas são: pecuária, agronegócio, indústria sucoalcoleira e cultivo de eucalipto.

³⁶ O nome de João Pinheiro foi dado ao município recém-criado em homenagem ao ex presidente de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, político importante no cenário político mineiro. Faleceu quando ainda era presidente do estado, em 1908, alguns anos antes da criação da Lei 556/1911.

Investimentos do poder público aliados ao envolvimento da comunidade com o intuito de conhecer para que haja a preservação do Patrimônio Cultural é uma iniciativa muito recente na região noroeste de Minas, bem como em João Pinheiro, plano de observação do presente estudo. Até 2003, João Pinheiro não possuía nenhum instrumento legal ao nível do município que propiciasse medidas protetivas do seu patrimônio, como também não havia políticas públicas que viabilizassem seu conhecimento, valorização e divulgação. A única iniciativa voltada para a preservação do patrimônio em nível municipal deu-se com o tombamento da Igreja Imaculada Conceição em Cana Brava em 1987, sendo esta uma ação do então gestor municipal, o prefeito João Batista Franco, atendendo a pedidos de membros da referida localidade.

Nesse contexto, cabe mencionar a relevância das leis 1086/2003, que criou o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e a 1087/2003, que estabeleceu as normas de proteção do Patrimônio Cultural de João Pinheiro. É importante ressaltar que esta lei determinou a adoção de medidas de proteção do patrimônio cultural por meio do tombamento, privilegiando no Art. 3º os bens de natureza material, não contemplando assim, os bens imateriais.

Desde o ano de 2005 foram feitos sete tombamentos de patrimônio material, com recorte nos bens imóveis, desses, são estruturas arquitetônicas e urbanísticas o sobrado do séc. XIX denominado Geralda Campos Romero (decreto nº 176/2005); Réplica da Igrejinha de “Sant’Ana do Alegre” (decreto nº 411/2008); Praça Luzia Mendes Romero (decreto nº 480/2009); Núcleo Histórico da comunidade Remanescente de quilombo de Santana do Caatinga (decreto nº 532/2010); Escola Estadual Presidente Olegário (decreto nº 554/2010); Capela de Nossa Senhora da Conceição na sede do distrito de Canabrava (lei de 1987 e decreto nº 625/2011) e, por fim, a Capela do Divino Espírito Santo, na comunidade do Espírito Santo, distrito de Olhos D’água do Oeste (decreto nº 1.449/2016). Em relação aos bens móveis, realizou-se em 2009 o tombamento da Imagem de Nossa Senhora do Rosário (decreto nº 456/2009).

Observando os bens protegidos pelo município por meio do tombamento, verificou-se que, conforme ocorreu na legislação brasileira³⁸ e mineira, priorizou-se o patrimônio material, sendo importante mencionar que foi somente em 2015 que a gestão municipal, por

³⁸ Foi no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000 que, por meio do decreto 3551, instituiu-se o Registro de Bens Culturais Imateriais e estabeleceu-se legalmente quatro dimensões do patrimônio imaterial: celebrações, saberes, formas de expressão e lugares expressivos das diferentes identidades conformadoras da diversidade cultural do país.

meio da lei nº 1.912/2015, instituiu o Registro de bens culturais de natureza imaterial no âmbito do município.

Como uma das medidas de salvaguarda das folias de reis, tradição importante na identidade cultural da região, em 2015, elaborou-se e encaminhou-se ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Iepha/MG, o Dossiê de Registro das Folia de Reis na categoria “Formas de Expressão”.

Considerando este contexto, o presente estudo visa a contribuir para o conhecimento e entendimento da história local e regional, bem como para o aprofundamento do saber acerca das iniciativas locais para realização de inventariação visando à salvaguarda e proteção dos bens culturais na região e à necessidade de identificar e proteger diversas expressões patrimoniais da cidade. As inquietações estiveram na base deste trabalho são essencialmente as seguintes: O que é patrimônio cultural? Qual a importância do inventário na proteção do patrimônio, especificamente do patrimônio de João Pinheiro? Quais são as ações neste município para conhecer, divulgar e preservar seus bens culturais? Para quem e como estão sendo desenvolvidas as políticas de proteção?

O objetivo do estudo é conhecer como tem sido realizado o inventário dos bens culturais de João Pinheiro e as ações desenvolvidas pelo município para conhecer, divulgar e preservar seu patrimônio cultural.

A pesquisa realizada, no viés qualitativo, foi redigida mediante análise dos documentos do acervo do Setor de Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura de João Pinheiro, mais especificamente o Plano de Inventário, e os inventários já realizados desde 2013 e enviados ao Iepha, além das fichas de avaliação desses documentos que são encaminhados anualmente ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais a partir do ano 2003.

Breves reflexões sobre o inventário

A adoção de medidas legais visando à proteção do Patrimônio cultural no Brasil é resultante das últimas décadas. Destaca-se a criação do Decreto 25, de 1937³⁹, na

³⁹ Decreto-lei n. 25/1937, Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem

recomendação de práticas de preservação e cuidado adotadas no período do Estado Novo e executadas desde então. As diretrizes adotadas priorizaram, até meados dos anos de 1960, os bens culturais de natureza material, principalmente, os imóveis, valorizando suas qualidades arquitetônicas e artísticas e a vinculação a fatos memoráveis da história. Desde então, lideranças e intelectuais adotaram novos entendimentos de patrimônio, o que viabilizou transformações em relação a compreensão do que seria patrimônio cultural. Essa mudança na forma de pensar resultou na própria definição de patrimônio contida na Constituição do Brasil promulgada em 1988, que define Patrimônio como o conjunto dos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, art. 216)⁴⁰. Faz menção aos grupos formadores da sociedade brasileira para os quais os bens devem fazer sentido como patrimônio cultural. A Carta Constitucional de 1988 incita a identificar, conhecer e adotar medidas de salvaguarda⁴¹ do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial. Dessa maneira, valoriza diferentes sujeitos e objetos que estimulam a adoção de ações preservacionistas, além de atribuir

mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência (sic). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del0025.htm>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

⁴⁰ Art. 216 (Brasil, 1988): “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - Despesas com pessoal e encargos sociais;

II - Serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.”

⁴¹ A Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural que ocorreu em Paris, no seu artigo 3º, definiu salvaguarda como “as medidas que visam a garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos” (UNESCO, 2003, p. 5).

responsabilidades em relação a identificação e atribuição de valor aos bens como patrimônio cultural. Nesse sentido, tornou-se necessária a adoção de novas metodologias que possibilitem a compreensão dos bens como detentores de referência cultural (MOTTA & REZENDE, 2016).

Ao longo desse processo, no âmbito das iniciativas do Poder Público, destaca-se a criação de Superintendências, institutos e órgãos que têm se dedicado à gestão e preservação do patrimônio cultural no país, Unidades da Federação e municípios que tem desenvolvido seu papel no decorrer desse tempo. Entre eles, podemos mencionar a criação do Sphan/Iphan em nível nacional, e o Iepha, no caso dos estados.

O Iepha-MG, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, é um órgão vinculado ao Sistema Estadual de Cultura e dedica-se à preservação do patrimônio cultural. Sua missão é garantir à sociedade o acesso e a fruição do patrimônio por meio da preservação, valorizando e respeitando a diversidade cultural de Minas Gerais. Foi criado em 30 de setembro de 1971 e busca contribuir com a pesquisa, reflexão teórico-metodológica e promoção do patrimônio. Busca desempenhar seu papel como órgão de referência na divulgação e preservação dos bens culturais do estado, seja por meio da política de salvaguarda, estímulo à proteção do patrimônio e inventariação dos bens culturais em suas diversas modalidades, lugares, celebrações, modos de fazer e o desenvolvimento de uma política de educação patrimonial nos municípios.

O patrimônio cultural mineiro é de uma riqueza imensa. Suas cidades, fazendas, tradições, festividades, saberes e fazeres são elementos identitários importantes. O Guia de Bens tombados pelo Iepha (2014) apresenta uma série de bens protegidos pelo estado, que vão desde núcleos históricos, conjuntos arquitetônicos, paisagísticos, arqueológicos, serras, cachoeiras, picos, edifícios, praças, fazendas, casas, capelas, escolas, entre outros.

Há também uma política de incentivo de registro e valorização do patrimônio imaterial do estado, estimulando a adoção de medidas de salvaguarda dessas celebrações, saberes, saberes-fazer tradicionais. Existe também um programa de fiscalização dos bens culturais tombados pelo Iepha/MG, por meio do qual realizam-se vistorias nestes bens, visando a garantir sua integridade e preservação.

Minas Gerais, por meio do Iepha, incentiva os gestores mineiros a investirem na proteção dos seus bens culturais de natureza imaterial, seja por meio do inventário ou do registro, estimulando a população a definir os marcos e aquilo que aviva a sua memória, colaborando para o repasse da história e das tradições. Nesse sentido, o Decreto 42.505, de abril de 2002, instituiu “as formas de registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial ou

Intangível, sejam festas folclóricas, cultos religiosos tradicionais, culinária típica ou espaços públicos para práticas culturais coletivas, cantos e danças” (MINAS GERAIS, 2002). O documento estabelece quatro tipos diferentes de registros, voltados para os saberes, as celebrações, as formas de expressão e os lugares.

Uma das formas de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro é o inventário. Diversas Cartas patrimoniais fizeram menção ao inventário⁴². Conforme previsto na Constituição Brasileira de 1988, o inventário objetiva investigar, conhecer e divulgar os bens culturais de cada localidade, visando à proteção do patrimônio, tanto de natureza material, quanto imaterial. Nesse sentido, deve-se averiguar que elementos possuem valor para a comunidade investigada, sendo elementos constitutivos de identidade⁴³, possibilitando propor medidas de preservação no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Todas as informações obtidas através do inventário convertem-se em instrumentos do poder público local, do Conselho de Patrimônio Cultural e das entidades civis que podem valorizar ainda mais o patrimônio cultural local, servindo como fonte de pesquisa, orientação para a elaboração de Lei de Uso e Ocupação do Solo e do Plano Diretor, bem como identificador de outras potencialidades locais, tais como o turismo. Funciona ainda como um instrumento do ensino formal e informal na educação patrimonial da comunidade. Além do mais, como já foi ressaltado, o inventário pode ser indicador de futuros planos de ação para a política patrimonial⁴⁴.

Inventariar os bens culturais é importante para conhecer, valorizar e divulgar o patrimônio cultural local e, por consequência, do estado, levando em consideração sua pluralidade e, simultaneamente, sua singularidade, além de valorizar a diversidade de que se reveste o território mineiro e brasileiro, numa perspectiva mais ampla.

De acordo com a Deliberação Normativa do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep⁴⁵, do ano de 2018, o município interessado na proteção do seu patrimônio

⁴² “Carta de Atenas (Sociedade das Nações, 1931); Compromisso de Brasília (1º Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais, 1970); Compromisso de Salvador (II Encontro de governadores para preservação do Revista CPC, patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, 1971); Resolução de São Domingos (OEA - Organização dos Estados Americanos, 1974); Declaração de Amsterdã (Conselho da Europa, Ano Europeu do patrimônio arquitetônico, 1975); Conferências (1968 e 1989) e Recomendação (1976) da Unesco; Carta de Lausanne (Icomos/Icahm27, 1990), Carta de Petrópolis – 1º Seminário brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos (1987), Conferência da Unesco (1964), entre outras” (CAMPOS, 2013, p. 129).

⁴³ Para Manuel Castells (2008, p.22), a identidade é “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado”.

⁴⁴ Plano de Inventário de João Pinheiro (JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 26). Documento do acervo do Setor de Patrimônio Cultural e Secretaria da Cultura de João Pinheiro.

⁴⁵ O Conep foi criado por meio da Lei Delegada nº 170, de janeiro de 2007, com a finalidade de deliberar sobre

cultural por meio do inventário deverá encaminhar primeiramente o plano de inventário ao Iepha para ser avaliado e, se aprovado, este plano deve ser colocado em prática, observando-se as etapas nele propostas, realizando pesquisas e fazendo-se fichas referentes a cada bem inventariado no ano em curso. Assim, o processo de realização do inventário incide em: identificar os bens culturais a serem inventariados; realizar o levantamento de dados por meio de pesquisa documental e visitas in loco e, por fim, o cadastrar as informações em bases de dados do município e do Iepha.

João Pinheiro apresentou em alguns anos a proposta de um plano de inventário, não sendo estes aceitos, conforme se pode verificar nas fichas de avaliação dos pareceristas do Instituto. No exercício de 2013, a avaliação foi de que, apesar de ser enviada a documentação, esta não foi aceita, sendo atribuída a pontuação “zero” nesse item, devendo o município reapresentar o Plano de Inventário, cumprindo as determinações da Deliberação Normativa CONEP 01/2011 a fim de readequar o trabalho conforme as orientações. A analista Alessandra Deotti e Silva solicitou complementação da documentação enviada e registrou em sua análise dessa documentação que:

O plano de inventário é a primeira etapa do conhecimento do patrimônio cultural do município e deve ser programado para ser feito em etapas, de acordo com as possibilidades e capacidades de ações técnicas do município. O Plano é um instrumento de orientação para as ações do poder público e das comunidades, e para a implementação de uma política cultural local, bem como, para a execução de ações de preservação nas outras esferas do governo. O município de João Pinheiro apresenta para análise um Plano de Inventário no qual serão inventariados apenas cinco bens culturais, sendo dois na sede e três nos distritos, subdivididos em apenas cinco categorias: Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas (EAU), Bens Móveis (BM), Bens Naturais e Paisagísticos e Manifestações Culturais. Na página 8/53, entretanto, consta informação de que o município tem, além da área da sede, mais seis distritos, nove vilas, e dezoito núcleos de pequenos e médios produtores. Informa na página 27/53 que “há necessidade de conhecer o rico patrimônio cultural produzido pelas gerações passadas espalhadas por todos os rincões do território” e que o trabalho de pesquisa “permitirá “ações preservacionistas e preventivas”. [...] o município deve apresentar um Plano que contemple todo o acervo conhecido e, possivelmente, com possibilidades de expansão⁴⁶

diretrizes, políticas e outras medidas correlatas à defesa e à preservação do patrimônio cultural do Estado.

⁴⁶ Ficha de análise da Diretoria de Promoção Gerencia de Cooperação Municipal, ICMS – Patrimônio Cultural-2013, referente à avaliação do quadro II, Plano de Inventário. O parecer da Analista Alessandra Deotti e Silva. Documento do acervo documental do Setor de Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura de João Pinheiro.

A analista apresentou em seu relatório que no Plano enviado ao Iepha pelo município de João Pinheiro, o documento cenarizava historicamente e geograficamente o espaço, afirmando em seu texto existir em João Pinheiro diversas povoações, sendo que algumas delas remetiam seu povoamento à primeira metade do século XIX. Baseando-se nesta informação, a analista concluiu que um município com um vasto território e uma povoação que remete ao período colonial e do Império, possuidor de um vasto acervo cultural, teria muito mais coisas a serem inventariadas do que foi proposto, desconsiderando a riqueza cultural nele existente. Com esta explicação, apresentou os pontos que deveriam ser atendidos na documentação a ser enviada no próximo exercício, como complementação do Plano de Inventário baseando nas determinações para o Quadro II da Deliberação Normativa Conep 01/2011. Com base nessa avaliação, o inventário deveria contemplar todo o território municipal (sede, distritos, vilas e povoados) e todas as categorias de bens culturais, a saber: Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas (EAU) Bens Móveis e Integrados (BMI), Sítios Naturais (SN) e Paisagísticos, Patrimônio Imaterial (BI) e Patrimônio Arqueológico.

Partindo dessa análise, o município, no ano de 2013, exercício 2015, enviou ao Iepha novo Plano de inventário visando a inventariar os seus bens culturais, tendo como base a Deliberação Normativa do CONEP nº 02/2012, que entrou em vigor a partir do Exercício 2015 – Iepha/MG (2012). Levando em consideração que o município de João Pinheiro é possuidor de um extenso território geográfico, propôs-se um plano de inventário para ser realizado em aproximadamente 17 anos, tendo seu território sido dividido em cinco zonas para realizar esta tarefa.

Seguindo sugestão da parecerista do Iepha, para a elaboração desse novo Plano foi feita uma visita *in loco* nas diversas regiões do município pela equipe técnica da Secretaria da Cultura e pela arquiteta Fabiane Cristine Fonseca⁴⁷ tendo como parâmetro o diálogo com membros da comunidade. Com a pesquisa realizada, listaram-se alguns bens passíveis de serem inventariados a partir de um estudo preliminar das áreas a serem investigadas mais detalhadamente na realização do inventário. Porém, a amplitude do município dificultou a identificação de todos os bens, tendo como base as diversas categorias em cada uma das zonas.

⁴⁷ A Prefeitura municipal contratou a empresa de Consultoria “Rede Cidade” para fazer o acompanhamento técnico e organização da documentação a ser encaminhada ao Iepha com o objetivo de melhorar a qualidade dos trabalhos apresentados e, conseqüentemente, aumentar a pontuação do município em relação ao ICMS Cultural, conforme pedido de contrato de empresa para realização de consultoria e documentos de licitação do Departamento de Compras e do Setor de Patrimônio da Secretaria de Cultura de João Pinheiro.

Foi proposto no Plano que a tarefa de elencar os bens de cada área fosse realizada e ampliada a partir de estudos mais aprofundados, levando-se em consideração a possibilidade de encontrar novos bens e observando as etapas estabelecidas no cronograma. Nesse sentido, os bens culturais sugeridos no Plano não esgotaram bens e categorias a serem inventariadas; todavia, em caso de exclusão de algum bem listado, o município deveria justificar o porquê da exclusão.

Sobre o processo da definição dos bens a serem inventariados e critérios técnicos para a seleção das áreas, definiu-se que deveriam ser levados em consideração a identificação de imóveis, objetos e seu valor histórico, bem como, as tradições e modos de fazer que fazem parte das tradições locais.

O trabalho foi realizado em duas etapas. A princípio, fez-se uma pesquisa buscando conhecer informações históricas e geográficas do município que se emancipou politicamente de Paracatu em 1911, englobando em seu território sete distritos (Caatinga, Cana Brava, Veredas, Olhos D'água do Oeste, Santa Luzia, Luizlândia do Oeste, São Sebastião) e o distrito sede e suas diversas vilas e povoados. Com base nas informações obtidas, a arquiteta Fabiane Cristine Fonseca, profissional responsável para elaborar o plano de inventário e a historiadora responsável pelo Setor de Patrimônio da Secretaria da Cultura de João Pinheiro, fizeram juntas uma listagem dos possíveis bens a serem inventariados, tendo como base a pesquisa realizada.

Visando a elaborar um Plano que contribuísse para conhecer os bens culturais locais, a arquiteta e a historiadora fizeram uma pesquisa de campo, percorrendo o território com visita *in loco* às comunidades e sede dos distritos para conversar com os moradores das diferentes localidades e perceber, na visão da população local, o que é importante ser preservado e que se relaciona à memória e história local. Com tal objetivo, utilizando o suporte teórico e metodológico da história oral, foram realizadas entrevistas com os moradores mais antigos de cada localidade para identificar o acervo cultural existente e bens de maior representatividade cultural para cada lugar, analisando a relevância dos acervos identificados e os lugares considerados espaços de preservação da memória⁴⁸. Esta foi a maneira encontrada para possibilitar o reconhecimento do território e elencar os bens que possuem importância para os moradores, inserindo-os no Plano. Os critérios de identificação

⁴⁸ Foi iniciada a varredura nos sete distritos de João Pinheiro, sendo seu Distrito Sede, Santana do Caatinga, Canabrava, Santa Luzia da Serra, Olhos D'água, Luizlândia do Oeste, São Sebastião e Veredas. Tanto a visão dos especialistas (historiadora e arquiteta) quanto a visão da comunidade foram analisadas e combinadas, visando à identificação das áreas relevantes para o município. Fonte: João Pinheiro (2013/2015).

das zonas a serem inventariadas levaram em conta a seleção técnica feita pela arquiteta e a historiadora responsável pelo Setor de Patrimônio, considerando também os aspectos geográficos, econômicos, culturais e históricos.

Os bens propostos no Plano de inventário foram aprovados pelos membros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, com registro em Ata. Nesse sentido, faz-se mister destacar a contribuição da comunidade para elencar os possíveis bens a serem inventariados nos anos posteriores à aprovação do Plano.

Foi colocada em discussão a representatividade social desses bens culturais previamente listados, tal como se fazia em relação aos que foram tombados ou registrados, levando em consideração a concepção de patrimônio e de bens que deveriam ser inicialmente protegidos, sendo essa definição chancelada pelo Município. A oficialização da proteção municipal ocorre por meio de tombamento oficializado através de decreto emitido pelo Prefeito. Já, o inventário deve ser aprovado pelo Conselho Municipal de Patrimônio:

No caso do patrimônio cultural, inventariar os bens significa produzir um conhecimento que necessariamente parte do estabelecimento de critérios, pontos de vista e recortes sobre determinados universos sociais e territoriais. Processo, conforme afirmado anteriormente, que é permeado por juízos de valor, uma vez que se destina à construção de narrativas sobre determinados grupos sociais e/ou determinada história. Essencial em qualquer uma das perspectivas de inventariação é o objetivo do trabalho. O que e como documentar dependerá de qual patrimônio se pretende construir. Dependerá dos bens que devem ser identificados, dos dados a serem registrados e comparados e dos sujeitos envolvidos nos procedimentos de inventariação, como também de quais pesquisas vão orientar a delimitação dos territórios, dos períodos a serem abordados, das características a serem documentadas e assim por diante. Em última análise, de quem faz a seleção, por que e para quem a faz (MOTTA; REZENDE, 2016).

Esse processo de inserção e exclusão faz parte de uma seleção do que se devia proteger ou não, o que representa a concepção das pessoas que foram inseridas no processo, com legitimação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do município. Como resultado da pesquisa de campo foi detectado que:

Na maior parte dos distritos destaca-se a presença da capela local consagrada ao santo padroeiro e, em alguns casos, também a festa dedicada a este santo de devoção, sendo que as imagens utilizadas nos cultos são desprovidas de relevância histórica ou artística. A conformação urbana dos distritos se apresenta de certa forma homogênea, possuindo como elementos centrais uma capela e uma praça, vias paralelas entre si, com a conformação topográfica predominantemente plana. Em Santana do Caatinga merece destaque o encontro dos rios Paracatu e Caatinga, determinando o desenvolvimento de uma população ribeirinha baseada na

atividade pesqueira. A maior parte das edificações dotadas de relevância histórica e arquitetônica possui características do período colonial, dotadas de telhado aparente, cuja estrutura de madeira é também aparente, e despojamento de ornamentos. De forma geral, os sítios naturais indicados para inventário correspondem a quedas dos muitos cursos d'água que cruzam o município, além de formações do relevo, como a Serra das Maravilhas - localizada em Santana do Caatinga – e o Morro dois irmãos, em Olhos D'água. Os bens imateriais catalogados correspondem, em sua grande maioria, a festas religiosas, além de alguns ofícios e modos de fazer. Estes são menos expressivos devido à ausência de incentivo à manutenção dos fazeres tradicionais, que se enfraquecem devido à falta de investimentos. No Distrito Sede foram apontados dois acervos arquivísticos, o arquivo judiciário e o Museu de Vozes, criado pelo município (João Pinheiro, 2013, p. 29-30).

Percebemos, com base na análise dessa documentação do Setor de Patrimônio, que entre os bens listados no Plano alguns já haviam recebido proteção por meio de tombamento ou registro em nível de município. Entre eles podemos mencionar em relação às Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas (EAU): o sobrado Geralda Campos Romero (2005), a réplica da igrejinha de Sant'Ana do Alegre (2008), a Praça Luzia Mendes Romero (2009), a Escola Estadual Presidente Olegário (2010), estes locais localizados no Distrito sede. Na sede do Distrito Canabrava, foi tombada a Capela de Nossa Senhora da Conceição (2011). Na categoria de Conjunto Paisagístico (CP), havia recebido proteção municipal por tombamento o Núcleo Histórico de Santana do Caatinga (2010). No que tange aos Bens Móveis e Integrados (BMI) foi tombada a Imagem de Nossa Senhora do Rosário (2009). Em relação ao Registro do Patrimônio Imaterial (RI), haviam sido registradas as Folias de Reis como elemento constitutivo da identidade cultural do município (2010). Os bens de natureza material que haviam recebido proteção por meio de tombamento localizavam-se no distrito sede, Caatinga e Canabrava. Já as Folias de Reis possuíam abrangência maior, por haver grupos de folias e a tradição de devoção aos Santos Reis em todo o município.

O Plano de Inventário enviado ao Iepha em 2013, exercício 2015⁴⁹, seguiu as recomendações contidas na ficha de avaliação de 2012 que havia sido aceita. Quem fez a avaliação da documentação enviada em 2013 foi a mesma parecerista que avaliou em 2012, Alessandra Deotti, só que, em relação ao Plano de 2013, não apresentou nenhuma recomendação e teceu ao final o seguinte comentário: “a análise do exercício de 2014

⁴⁹ Justifica-se a diferença nos anos apresentada ao Iepha, em decorrência de ser o primeiro relacionado ao período de realização das ações encaminhadas ao Instituto e o de 2015, o período em que o município receberá os recursos do ICMS no critério Patrimônio Cultural.

parabeniza o município de João Pinheiro pelo trabalho. O patrimônio cultural do município certamente terá uma gestão eficiente e compromissada”⁵⁰.

Conforme determinado na deliberação normativa, com a aprovação do Plano de Inventário, o município deu início à sua execução observando o zoneamento e cronograma proposto⁵¹, recebendo a pontuação equivalente à aprovação do seu plano.

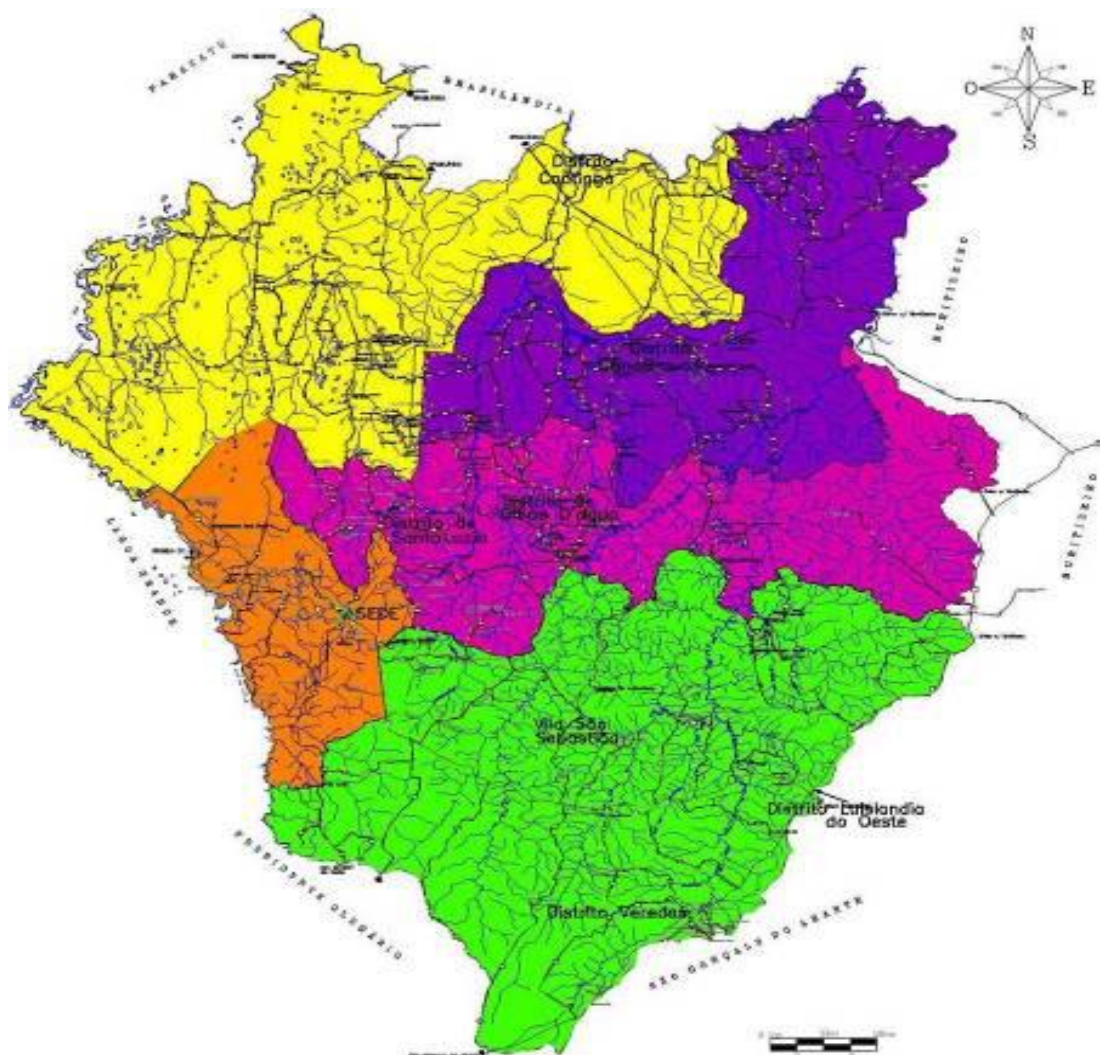


Figura 6: Mapa do município de João Pinheiro dividido nas cinco zonas a serem inventariadas. A Zona 01, representada pela cor amarela; a Zona 02, pela cor roxa; a Zona 03, pela laranja; Zona 04, pela cor rosa, e Zona 05, última zona a ser inventariada, pela cor verde. **Fonte:** João Pinheiro (2013). Desenho: Rede Cidade; autoria de Fabiane C. Fonseca. CAU: A57410-4/D. Data: 06/10/2013.

⁵⁰ Ficha de avaliação do Iepha inserida no Inventário de Proteção ao Patrimônio Cultural de João Pinheiro, exercício de 2016, Pasta Quadro II.

⁵¹ Conforme descrito no Plano, a definição do cronograma e das áreas a serem inventariadas elencou as diferentes zonas, destacando a relevância dos locais; porém levou também em consideração os bens em risco de desaparecimento, priorizando as áreas que possuíam bens com maior relevância cultural e se encontravam em estado de conservação ruim.

Iniciaram-se os trabalhos seguindo o cronograma, que é parte integrante do Plano, principiando, conforme proposto no plano, com a Zona 01, englobando a região do Distrito Caatinga (área Urbana e Rural); Zona 02, região do Distrito Canabrava (área Urbana e Rural); Zona 03, região do Distrito Sede (área Urbana e Rural); Zona 04, região do Distrito Olhos D'água e Distrito Santa Luzia da Serra (área Urbana e Rural); Zona 05, região do Distrito Veredas, Distrito Luizlândia do Oeste e Distrito São Sebastião (área Urbana e Rural).

Em 2014, 2015 e 2016, foi realizado o inventário da Zona 01⁵², abrangendo o distrito de Caatinga, sendo nela contida a comunidade remanescente de quilombo de Santana do Caatinga⁵³, reconhecida como tal pela Fundação Cultural Palmares- FCP, em 2004. Ela é a sede do referido distrito e já estava no mapa da Capitania de Minas Gerais em 1778, representada na cartografia histórica de Joaquim José da Rocha, sendo também considerada uma povoação já em 1836:

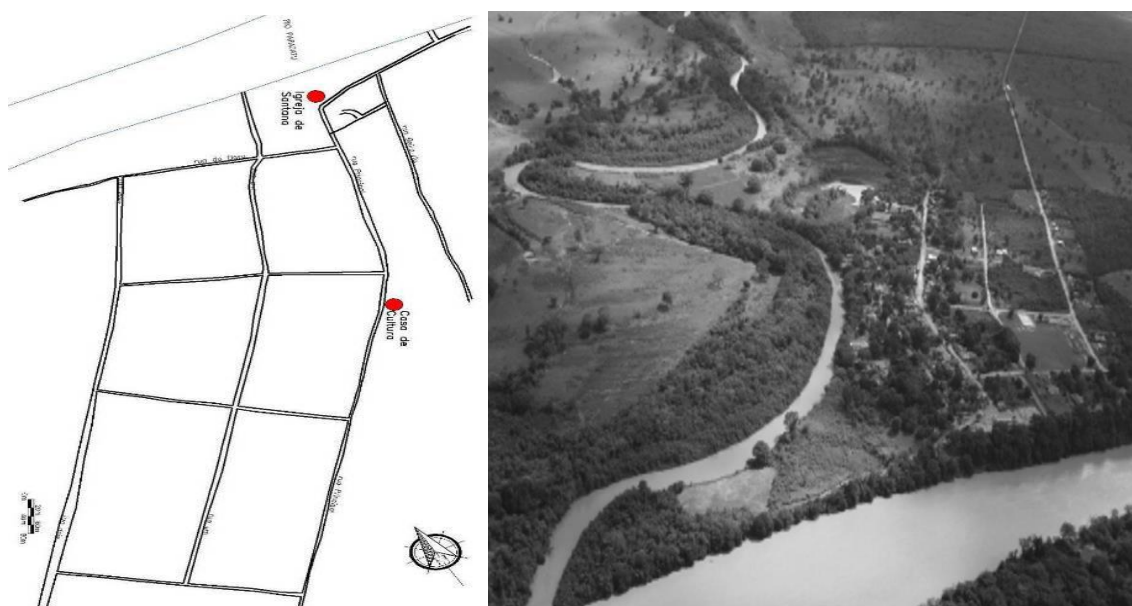


Figura 7: Planta Cadastral da sede do distrito de Caatinga, Santana do Caatinga, em João Pinheiro. Desenho: Prefeitura Municipal de João Pinheiro. Responsável: Fabiane C. Fonseca. CAU: A57410-4/D. Data:

⁵² “A 01 é formada pelas zonas urbana e rural do Distrito Caatinga, de acordo com a delimitação indicada na planta cadastral inserida no item 07. A norte a zona faz divisa com os municípios de Paracatu e Brasilândia de Minas, enquanto a leste e a sul possui limite com a Zona 02. Em sua porção sul, a Zona 01 também possui limite com as zonas 03 e 04. A oeste, a Zona 01 é delimitada pelas divisas com os municípios Lagoa Grande e Paracatu. Os limites são representados, na maior parte dos casos, por estradas vicinais desprovidas de denominação” (JOÃO PINHEIRO, 2013, p. 34).

⁵³ De acordo com o Programa Brasil Quilombola (2005, p. 06), quilombos são “territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. Com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a luta contra a opressão histórica sofrida, eles se autodeterminam comunidades negras de quilombos, dados os costumes, as tradições e as condições culturais e econômicas específicas que se distinguem de outros setores da coletividade nacional”.

07/10/2013. **Fonte:** João Pinheiro, 2013, p. 58. **Figura 8:** Vista aérea de Santana do Caatinga. **Fonte:** Acervo da Prefeitura Municipal/ Casa da Cultura de João Pinheiro, 2011.

Santana do Caatinga é uma comunidade ribeirinha, remanescente de quilombo, que se localiza na confluência do Rio Paracatu, um dos principais afluentes do Rio São Francisco em Minas Gerais, e o Rio Catinga, de importância local. No início do século XX, essa comunidade constituía-se como principal ponto de entrada e saída de mercadorias no município, as quais eram transportadas por via fluvial em embarcações que deslizavam pelo Paracatu e depois para o Rio São Francisco. Devido ao fato de localizar-se geograficamente em uma área de abundância de águas e em cujos rios há muitas espécies de peixes, tem sido explorada pelo turismo de pesca, sendo o cenário urbano com características do século XIX, outro fator que atrai turistas para a região:

Atualmente se observa um pequeno núcleo urbano composto de edificações térreas e um número significativo de exemplares remanescentes da arquitetura colonial, bens correspondentes ao período de maior desenvolvimento econômico da localidade, possivelmente meados do século XIX. No entanto, muitas foram as edificações demolidas ou arruinadas pela falta de manutenção e reparo de danos causados pelo desgaste do tempo. Outras edificações surgiram com características típicas de moradias contemporâneas, descaracterizando o conjunto, principalmente na segunda metade do século XX (João Pinheiro, 2013, p. 35).

Os bens constantes na listagem do Plano para esta área foram inventariados com o preenchimento de fichas que foram encaminhadas ao Iepha-MG, nos anos subsequentes à aprovação do Plano.

Em 2017 e 2018 fez-se o inventário da Zona 02, envolvendo área urbana e rural do distrito de Canabrava, sendo as fichas referentes aos bens inventariados encaminhadas ao Iepha-MG. De acordo com a Planta cadastral, ao norte, faz limite com a Zona 01 e com os municípios de Brasilândia de Minas e Buritizeiro, município com o qual também se limita a leste. Na porção sul, verifica-se a Zona 04, enquanto a oeste, observa-se a Zona 01 apresentando suas fronteiras. Assim como na zona anterior, os limites são representados, na maior parte dos casos, por estradas vicinais desprovidas de denominação (João Pinheiro, 2013, p. 38).

Para a realização das pesquisas e etapas do inventário até então colocado em prática, foram encontradas dificuldades relacionadas ao acesso às fontes formais, ou existência das mesmas acerca do histórico dos bens inventariados, conforme descrito no inventário realizado em 2018. Todavia, o empenho da equipe do Setor de Patrimônio Cultural da

Secretaria da Cultura de João Pinheiro e de pessoas da comunidade que, por meio de entrevistas, forneceram informações importantes sobre os bens culturais inventariados, ajudaram a ultrapassar essas dificuldades.

Seguindo metodologia proposta pelo Iepha, as pesquisas foram realizadas por arquitetos em parceria com a historiadora responsável pelo Setor de Patrimônio Cultural. Os bens a serem inventariados foram indicados pela historiadora mediante realização de pesquisa exploratória para elencar os bens mais representativos para a cultura local de cada um dos distritos estudados em parceria com o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Pinheiro⁵⁴.

Com base no Plano de Inventário, já foram concluídas as etapas iniciais, sendo realizadas em 2013 a definição da equipe técnica, levantamento de bases, cartografia, levantamento arquivístico, bibliográfico e iconográfico, reconhecimento do território e pesquisa de campo, definição de áreas a serem Inventariadas, identificação e localização geográfica das áreas inventariadas, elaboração do informe histórico/ aspectos naturais.

No que tange a execução do Plano de Inventário, na Zona 1 que compreende a área urbana e rural do Distrito de Caatinga, foram feitas fichas de inventário nos anos de 2014, 2015 e 2016. Foram realizadas as etapas de pesquisa na referida área com levantamento de campo e entrevista, listagem dos bens que seriam inventariados e sua identificação geográfica, preenchimento das fichas de bens imóveis e apresentação das estruturas arquitetônicas. As Fichas de Conjuntos Urbanos ou Paisagísticos - Conjuntos Paisagísticos Espeleológicos (d.4), Fichas de Bens Móveis e Bens Integrados, Acervos e Arquivos (b), Fichas de Patrimônio Imaterial (e), Fichas de Conjuntos Urbanos ou Paisagísticos - Conjuntos Paisagísticos Naturais (d.2) foram preenchidas no inventário realizado em 2016. O envio das fichas ao Iepha, arquivamento e divulgação foram feitos conforme-ia sendo realizado o inventário, nos anos de 2014, 2015 e 2016.

Em 2014, exercício de 2016, foi realizada a confecção do dossiê de tombamento da Capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada em Canabrava e preenchidas as fichas de inventário da Igreja de Santana (EAU), Casa Paroquial (EAU), Cruzeiro (BI), festa de Santana (BI) e Rio Paracatu (SN) (JOÃO PINHEIRO, 2014, p. 9). Conforme dados obtidos

⁵⁴ O Conselho Municipal do Patrimônio Cultural foi criado em 2003 por meio da Lei Municipal 1086/03, como um órgão de assessoramento ao gestor municipal no que tange à preservação dos bens culturais do município. Constitui-se em um importante marco no que se refere à preservação do patrimônio cultural no município. Composto por 14 membros, sendo estes, representantes da municipalidade e da sociedade civil, totalizando 07 efetivos e sete suplentes. Este conselho reúne-se no mínimo quatro vezes ao ano e em suas reuniões no ano de 2018 trataram de diversos assuntos, entre eles, a realização do inventário e quais fichas deveriam ser executadas no ano de ação.

na Ata da 16ª reunião ordinária do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de João Pinheiro, os bens inventariados foram aprovados pelo referido Conselho em reunião do dia 06 de novembro de 2014, e a execução das fichas seguiu a metodologia recomendada pela Deliberação Normativa do CONEP nº 02/2002.

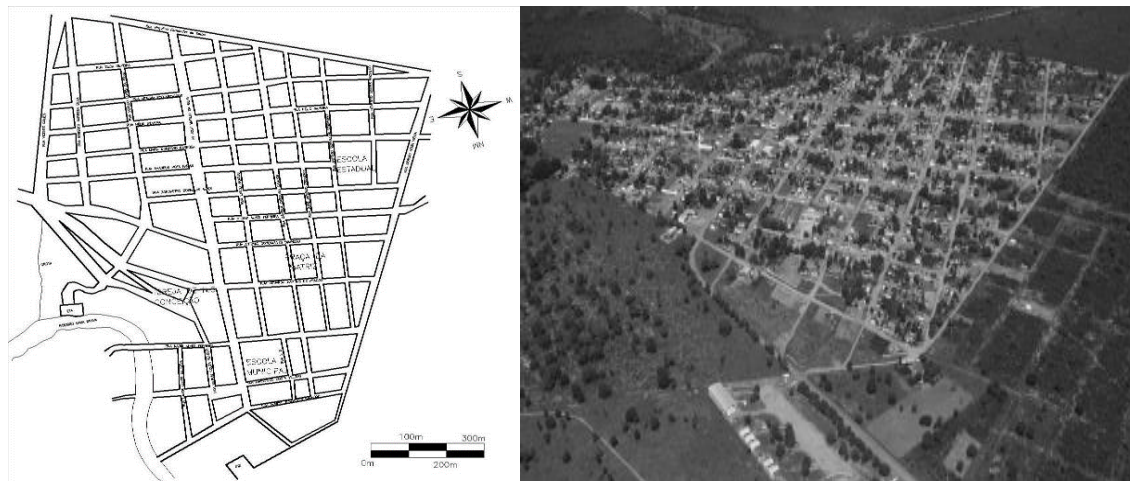


Figura 9: Planta Cadastral da sede do Distrito Canabrava de João Pinheiro. Desenho: Prefeitura Municipal de João Pinheiro|. Responsável: Fabiane C. Fonseca; CAU: A57410-4/D. Data: 07/10/2013. **Fonte:** João Pinheiro, 2013, p. 59. **Figura 10:** Foto área da Sede do distrito de Canabrava, 2011.

Fonte: Prefeitura Municipal/Casa da Cultura de João Pinheiro.

Em relação a execução do Plano de Inventário que corresponde à Zona 2, localizada no Distrito de Canabrava, tanto da Zona urbana quanto, rural foram realizadas as pesquisas e inventariados os bens propostos no plano encaminhado ao Iepha. Em 2017 e 2018 fez-se o levantamento de campo, entrevistas, listagem dos bens que seriam inventariados e os demais itens apontados na Zona 01.

Em 2019 foi realizado o inventário de uma edificação situada no largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, s/nº na categoria Estrutura Arquitetônica e Urbanística, a Capoeira como forma de Expressão na Categoria de Bem Imóvel, e a Gameleira existente próxima ao cemitério de Cana Brava como Sítio Natural. Dessa foram, ficaram ainda alguns bens existentes no Plano de Inventário que não foram ainda preenchidas as fichas e feito o inventário, o que demanda continuidade de trabalho tanto na zona urbana quanto rural.

Em 2020 será feita a conclusão da área 02 e iniciar a 03, que compreende o território do Distrito Sede, tanto área rural quanto urbana, estendendo seu marco temporal entre os anos de exercício de 2020 a 2025. Estão em aberto o inventário dos bens culturais existentes nas Zonas 04 e 05, sendo que o inventário dos distritos de Olhos D'água do Oeste e Distrito Santa Luzia da Serra, tanto área urbana quanto rural, na Zona 04, deverá ser realizado entre os anos de 2024 a 2029. A Zona 05 abrangerá as regiões do Distrito Veredas, Luizlândia do Oeste e São Sebastião, incluindo como as demais, zona urbana e rural de todos os distritos,

e o inventário deverá ser realizado entre os anos de 2026 a 2031, conforme previsto no Plano de Inventário do município.

Conforme pode ser observado no Plano e Inventários já realizados, levantar os bens culturais da região, conhecê-los e divulgá-los é um desafio, em decorrência tanto da amplitude do território circunscrito ao município, quanto na diversidade de povos, costumes e tradições que ainda são mantidas, fazendo parte da identidade cultural do povo que reside nas diferentes zonas propostas para inventariar.

Em conformidade com os Inventários do acervo documental do Setor de Patrimônio, no que tange às pesquisas, registros e adoção de medidas de salvaguarda do patrimônio imaterial, entre as ações realizadas nos anos 2017 e 2018, exercício 2019 e 2020 foram inventariados 11 grupos de Folias de Reis⁵⁵ e o registro audiovisual destes mesmos grupos como medida de salvaguarda⁵⁶, levando em consideração que essa tradição festivo-religiosa faz parte das tradições locais, e foi registrada como patrimônio imaterial.

Em 2017/2018 foi também realizada a Identificação e elaboração/atualização/divulgação de fichas de inventário dos atributos Bens Imóveis/Estruturas Arquitetônicas, Bens Móveis e Integrados/Acervos, Núcleos Históricos Urbanos, Conjuntos Urbanos, Conjuntos Paisagísticos Naturais, Conjuntos Paisagísticos Arqueológicos, Conjuntos Paisagísticos Espeleológicos, Patrimônio Imaterial, Medida de Salvaguarda; Laudos Técnicos do Estado de Conservação dos Bens Materiais protegidos por tombamento municipal, medida de vistoria em bens culturais das categorias de Bens Materiais, Medida de Salvaguarda; Projetos ou obras de restauração de bens inventariados ou tombados de natureza material, Medida de Salvaguarda; Relatório de Implementação das Ações e Execução do Plano de Salvaguarda dos Bens Protegidos por Registro, Medida de Salvaguarda; Execução dos Programas de Educação para o Patrimônio Cultural, Medida de Salvaguarda; Investimento por meio do Fundo Municipal para o Patrimônio Cultural dos Bens Materiais Inventariados e Tombados e Bens Imateriais Registrados, Identificação e indicação de bens passíveis de serem tombados ou registrados.

⁵⁵ Para Gonçalves (2013) “as Folias de Reis são grupos de artistas populares, cantores e tocadores, que saem em peregrinação, normalmente em época do Natal, anunciando a chegada do Menino Deus. Essa é uma manifestação religiosa/artística presente em boa parte do interior do Brasil. [...] O grupo de cantadores e instrumentistas que compõem uma folia de Reis é variado de região para região ou de um grupo para outro”.

⁵⁶ O inventário foi realizado por meio da parceria estabelecida entre a Associação dos Foliões de Santos Reis e a municipalidade, por meio do Setor de patrimônio Cultural e o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Pinheiro. Foi realizado o cadastro da Folias de Reis de João Pinheiro junto ao Iepha-MG, em 2016, e no período da pesquisa foram inscritos 34 grupos de Folias de todo município. Como medida de salvaguarda dessa tradição, deverá ser feito o inventário audiovisual de todos os 34 grupos ao longo de um período de três anos, conforme plano de ação encaminhado ao Iepha.

Na Zona 01, em relação às Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas (EAU) foram inventariados em 2014 na sede do Distrito de Caatinga: a Igreja de Sant’Ana (Rua Principal, s/n) e a Casa Paroquial (Rua Principal, s/n). Em 2015, foram feitas as fichas de inventário da Casa de Cultura (Rua Romualdo Mendes, s/n) e outras quatro edificações, sendo uma delas localizada na Rua Miguel Canuto, 41; a segunda, na Rua Romualdo Mendes, 35; a terceira, na Rua Romualdo Mendes, 43; e a quarta, na Rua Romualdo Mendes, 45⁵⁷. Todas essas edificações localizam-se na sede do referido distrito, não contemplando nenhuma localidade na zona rural. Há, com base nesta listagem de fichas de inventário, um certo “silêncio” em relação às estruturas arquitetônicas existentes nas sedes das diversas fazendas localizadas nesta área.

O “Cruzeiro” existente na Rua Principal foi inventariado em 2014 como bem móvel integrado (BMI). Em relação ao acervo-ARQ, no ano de 2016, inventariou-se o Acervo da Casa de Cultura de Santana do Caatinga.

Os bens imateriais (BI), inventariados na Zona 01, entre 2014 e 2016, foram a Festa de Santana, da comunidade de Santana do Caatinga, e o Quilombo Santana do Caatinga, na categoria de lugar de vivência da população remanescente de quilombo.

Os sítios naturais (SN) inventariados foram: o Rio Paracatu, que banha diversos municípios em Minas Gerais, inventariado em 2014, na Zona 01. Este rio é rico em diversas espécies de peixes e suas águas são de grande importância para o desenvolvimento regional em seus diversos aspectos. Em 2016, inventariou-se o Rio Catinga (de importância local) e a Cachoeira Mucambo. A Serra das Maravilhas e a Vereda da Mutuquinha, localizada na Fazenda Santa Cecília, Região do Assentamento Barreiro, localizada na zona Rural do Distrito de Caatinga e o Núcleo Histórico de Santana do Caatinga foram listadas, mas não inventariadas. Na Zona 02, inventariou-se a Vereda do Veredão. A Cachoeira Rio do Sono foi listada, mas não foi ainda inventariada.

Na Zona 02, que englobou o distrito de Cana Brava, foram inventariadas as seguintes Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas (EAU): Capela de Nossa Senhora da Conceição (2014), localizada a Rua Nilson da Costa Veloso, s/n, na sede do referido distrito. Esta edificação é a igreja mais antiga do município e foi tombada como patrimônio cultural em

⁵⁷ Conforme orientação da Diretoria de Promoção do Iepha (Nota Técnica DPR nº 003/2016) a “notificação ao proprietário não é obrigatória, embora, a publicidade do inventário, ao dar ciência aos proprietários amplie as possibilidades de preservação”. Nesse sentido, não se fez nenhuma notificação escrita aos proprietários das edificações inventariadas, somente foram informados verbalmente sobre o preenchimento das fichas e realização de entrevistas para coleta dos dados acerca dos bens e, posteriormente, feita a publicidade das informações no site do município como patrimônio inventariado”.

1987, por meio de Lei Municipal, sendo retomado o processo de tombamento nos moldes do Iepha ao se redigir dossiê de tombamento da mesma. Em 2017, foi tombada a Residência de uma antiga moradora, localizada a Rua Nilson Costa Veloso, 379, e a Igreja Matriz Nossa Senhora da Aparecida Praça da Matriz, s/n.

Foram listados para serem inventariados, mas ainda não o foram, as residências localizadas na Av. José Basílio da Silva, 332; na Rua Nilson da Costa Veloso, 79; na rua Nilson da Costa Veloso s/nº e outra situada no largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. No que tange ao acervo/Arquivo, foi listado o Cartório registro civil e o Livro de Registro de Procurações de Canabrava. Em relação ao Patrimônio Arqueológico (AS) e o Espeleológico (PE) não foram listados nem inventariados nenhum bem.

Os bens imateriais inventariados em 2017 contemplaram os grupos de folias das localidades do Pontal, Nova Esperança, Taquara, Fazenda Tapera, Olhos D'água, Ribeirão dos Órfãos e Fazenda Tereza. Na sede do município, inventariaram-se as folias dos Bairros Água Limpa, Papagaio e da família de Folia do Sr. João Timóteo.

Os bens móveis e integrados (BMI) são também relevantes na preservação do patrimônio local; por isso, em 2018, no atributo de Bens Móveis e Integrados/Acervos, na Capela de Nossa Senhora da Conceição, localizada em Cana Brava, a qual foi tombada como patrimônio cultural, foram inventariadas as Imagens de São Sebastião (BMI 04) e de Nossa Senhora da Abadia (BMI 05) e o sino (BMI 03).

No atributo do Patrimônio Imaterial, em 2018 foi inventariada a Festa de Nossa Senhora da Conceição (BI 04) e o modo de fazer farinha de mandioca, um saber-fazer do Sr. Juraci (BI 05), um morador antigo de Canabrava, que aprendeu com o pai o ofício e, ainda hoje, possui sua “casa de farinha” e pratica o ofício.

Em 2019, foram feitas somente três fichas e contemplou-se, ainda, a Zona 02, área urbana, sendo uma estrutura arquitetônica e urbanística (EAU); uma gameleira, como sítio natural (SN), e a capoeira, como forma de expressão (Bem Imaterial). Dessa maneira, observando-se os bens elencados para serem inventariados nesta zona, faltam ainda alguns bens que precisam ser inventariados no ano de 2020.

Visando a divulgar os bens culturais do município, todas as fichas de inventário são publicadas no site da Prefeitura Municipal de João Pinheiro, sendo a disponibilização digital do inventário uma forma de democratização do acesso às informações e de possibilitar ao público conhecer os bens culturais do município, ampliando as possibilidades de preservação. As fichas são também impressas em três vias de igual teor, sendo uma fixada no quadro de avisos da prefeitura, outra enviada ao Iepha-MG e a terceira, disponibilizada

para pesquisa no acervo documental do Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Cultura.

Todos os bens inventariados desde 2014 foram aprovados pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e a documentação, elaborada a cada ano, encaminhada ao Iepha-MG, tendo como parâmetro a metodologia recomendada pela Deliberação Normativa do Conep em vigor no período do inventário⁵⁸.

É importante mencionar que não se exclui ou se cancela o inventário de um bem ou uma área. Segundo a Diretoria de Promoção do Iepha, “uma vez inventariada uma área ou um bem, este se encontrará protegido através da informação documental. [...] o que pode ocorrer é a alteração do tipo de proteção proposta no inventário”. Desta forma, o inventário contribui de forma significativa para a preservação da memória do município e do patrimônio cultural local.

Analizando a documentação do Setor de Patrimônio, verificamos que desde que foi aprovado o Plano de Inventário enviado em 2013, o cronograma de trabalho tem sido colocado em prática e aos poucos feito o levantamento dos seus bens culturais. Isto demonstra um avanço do ponto de vista da adoção de medidas e levantamento do acervo e bens culturais dos diversos locais que integram o amplo território do município.

O inventário possibilita o conhecimento e divulgação do acervo e dos bens culturais existentes no município, documentação revestida de importância, pois possibilita o conhecimento, reconhecimento e adoção de formas de proteção e acautelamento dos bens e tradições que fazem parte da identidade cultural. Conforme apresentado pelo Iepha- MG, “o inventário é uma das atividades fundamentais para o estabelecimento e priorização de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio cultural”.

Considerações finais

A partir da análise documental e das reflexões expostas neste texto, percebemos algumas informações que foram essenciais para compreendermos como tem sido o caminho trilhado por João Pinheiro no que tange às políticas públicas municipais para conhecimento, divulgação e proteção do seu patrimônio. Entre os instrumentos legais de proteção do patrimônio cultural, o município tem lançado mão do tombamento de bens materiais móveis

⁵⁸ Dados disponíveis no Livro de Atas do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, 35ª Reunião Ordinária do Conselho, dia em 02 de novembro de 2017.

e imóveis, Registro do patrimônio imaterial e realização de Inventário, conforme previsto no Plano de Inventário de 2013, exercício 2015.

Notamos que tem sido relativamente recente as ações do município em prol do conhecimento, reconhecimento, proteção e divulgação do seu patrimônio, tendo sido o ponto de partida a criação da legislação municipal de proteção do patrimônio cultural e o Conselho Municipal de Patrimônio cultural, ambos de 2003, havendo, paulatinamente, ações de proteção dos bens culturais protegidos pelo município por meio dos decretos de tombamento, registro e inventário.

Percebemos, porém, pela listagem dos bens até então tombados, registrados ou inventariados, que ainda há muito o que se fazer em prol da proteção e promoção dos bens culturais do município. Observando os bens elencados no Plano de Inventário (João Pinheiro, 2013) e as fichas já produzidas desde 2014, referentes as Zonas 01 e 02 (que ainda está em fase de execução), verifica-se que têm sido privilegiadas as edificações arquitetônicas existentes nas áreas urbanas das sedes dos distritos, possibilitando perceber um silenciamento em relação às estruturas arquitetônicas que existem nas sedes das diversas fazendas localizadas nessa área. Meditando historicamente sobre o processo de ocupação do espaço que compreende as referidas zonas, faz-se necessário mencionarmos que já ali existiam fazendas de criação de gado desde o século XVIII e XIX (SILVA; GONÇALVES; SILVA, 2011), o que possibilita interpretar que há diversas “marcas” do fazer humano na região, que precisam ser conhecidas e inventariadas. Nesse sentido, vale ressaltar a flexibilidade do Plano e necessidade de entendimento do como um trabalho que deve ser permanente e sistemático.

Outra questão percebida na análise das ações voltadas para a proteção do patrimônio é um maior número de bens protegidos na categoria de Bens Imóveis, ficando o patrimônio imaterial em certa “desvantagem”, tanto no Plano de inventário, quanto nos bens até então protegidos.

Consideramos relevante no conhecimento e divulgação da patrimônio cultural do município a parceria estabelecida entre o Setor de Patrimônio Cultural, departamento da Secretaria da Cultura de João Pinheiro, e os membros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, que, juntos, tem colocado em prática ações que contribuem para o fortalecimento de uma política municipal de conhecimento, valorização e divulgação dos seus bens culturais.

Cabe destacar, porém, o papel motivador do estado mineiro que, por meio do Iepha-MG, apoia os municípios na adoção de políticas municipais de proteção de seus bens

culturais e, por meio do incentivo fiscal, orienta e avalia as ações que são realizadas nos diferentes municípios que enviam ao Instituto sua documentação.

Por último, destacamos a importância da pesquisa sobre a história, memória e os bens culturais do município, que é realizada por meio do inventário, possibilitando elencar os referenciais culturais de cada localidade, contribuindo para a atribuição de sentidos ao passado, seu legado e a consciência do presente.

Todavia, levando em consideração o vasto território do município e a complexidade de que se reveste o termo cultura, percebemos como é amplo o campo de pesquisa e a necessidade de mais investigações acerca do tema em estudo, bem como o partilhar dos resultados das investigações sobre o tema para divulgar melhor o acervo cultural da região, estimulando a adoção de medidas protetivas dos bens culturais considerados referência na constituição da identidade local.

Referências

BRAGA, Julia Gontijo. **Plano de preservação do patrimônio cultural de João Pinheiro/MG**. Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2018.

CAMPOS, Y. D. S. de C. O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural: adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 1-208, maio/out. 2013, p. 119-135.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. Vol. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GONÇALVES, M. C. da S. Folias de Reis de João Pinheiro (MG): **oralidade e tradição na construção da identidade do performer**. X ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL. Educação das Sensibilidades: violência, desafios contemporâneos, 2013, Campinas. *Anais...* Disponível em: <<https://www.sudeste2013.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares>>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico. Nota técnica DPR nº 003, 2016. Diretoria de Promoção. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/images/Documentos/Programas/Nota_Tecnica_DPR_003_2016_Invent%C3%A1rio_elei%C3%A7%C3%B5es_2.pdf>. Acessado em 06 de janeiro de 2020.

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: GRIECO, B; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

MOTTA, L. O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. In: CHUVA, M. (Coord.). **História e Patrimônio** – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 34, 2012 (IPHAN).

SILVA, G. S. da; GONÇALVES, M. C. da S.; SILVA, V. J. da. **Histórias e Memórias: experiências compartilhadas em João Pinheiro**. João Pinheiro: Patrimônio Cultural de João Pinheiro, 2011.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em 13 de setembro de 2019.

Fontes

João Pinheiro. **Dossiê de registro do Patrimônio Imaterial: Folia de Reis**. João Pinheiro, 2015

João Pinheiro. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de João Pinheiro**. João Pinheiro, dez. 2014.

João Pinheiro. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de João Pinheiro**. João Pinheiro, 2015.

João Pinheiro. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de João Pinheiro**. João Pinheiro, dez. 2016.

João Pinheiro. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de João Pinheiro**. João Pinheiro, dez. 2017.

João Pinheiro. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de João Pinheiro**, João Pinheiro, dez. 2018.

João Pinheiro. **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de João Pinheiro**, João Pinheiro, nov. 2019.

João Pinheiro. **Plano de Inventário do município de João Pinheiro**. João Pinheiro, 2011.

João Pinheiro. **Plano de Inventário do município de João Pinheiro**. João Pinheiro, 2013.

Legislação:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.

João Pinheiro. **Decreto Nº 529/2010**. Institui o Registro Imaterial da Folia de Santos Reis, por seu valor artístico, histórico e cultural. João Pinheiro, 2010.

João Pinheiro. **Lei Nº 1.087/2003**. Estabelece as normas de proteção do Patrimônio Cultural do município de João Pinheiro, e seu respectivo procedimento e dá outras providências. João Pinheiro, 2003.

João Pinheiro. **Lei Nº 1.086/2003**. Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do município de João Pinheiro e dá outras providências. João Pinheiro, 2003.

João Pinheiro. **Lei Nº 1.912/2015**. Institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial no âmbito do município de João Pinheiro e dá outras providências.

MINAS GERAIS. **Decreto 42.505 de 15 de abril de 2002**. Institui as formas de registro de bens culturais de natureza imaterial ou inatingível que constituem patrimônio cultural de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/institucional/legislacao>>. Acesso: 05 de abril de 2018.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 45.850, de 28 de dezembro de 2011**. Contém o Estatuto do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=45850&comp=&ano=2011&aba=js_textoOrigin>. Acessado em 05 de abril de 2019.

MINAS GERAIS. **Lei Delegada nº 170, de janeiro de 2007**. Cria o conselho estadual do patrimônio cultural - CONEP e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;minas.gerais:estadual:lei.delegada:>>. Acessado em 05 de abril de 2019.

MINAS GERAIS. **Lei 13.803, de 27 de dezembro de 2000**. Dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos municípios. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/governo/assuntos_municipais/legislacao/leiestadual>. Acessado em 05 de abril de 2019.

Capítulo 6

INSTITUTO JURÍDICO DE TOMBAMENTO: um pequeno debate sobre a preservação do patrimônio cultural no Brasil

*Higor Felipe Silva
Maria Célia da Silva Gonçalves*

Introdução

Com o presente trabalho, pretende-se discutir quanto ao instituto jurídico Tombamento, o qual constitui-se como mecanismo de proteção ao patrimônio cultural, disciplinado por meio do Decreto Lei n. 25/37. Em oportuno, é mister elucidar que para além das delimitações infraconstitucionais o instituto Tombamento encontra respaldo no Art. 216, §1º da Constituição Federal.

O referido dispositivo constitucional incumbe ao Poder Público prover mecanismos de proteção Patrimônio Cultural por meio de “meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

Cumprir enfatizar que, o presente artigo, buscará delimitar o conceito do instituto de tombamento, bem como perpassar pelo procedimento legal que acarreta no registro do bem como tombado, além de seus desdobramentos para a comunidade pinheirense.

Justifica-se, o presente estudo pela relevância da preservação do patrimônio material, o qual, por meio do Tombamento encontra respaldo para a preservação de determinado bem relevante para a história e memória da coletividade. Nesta linha, preceitua Beltão; Cardoso (2007, p. 41), “que a preservação do patrimônio cultural contribui na própria conservação da memória social, a qual acarreta na construção e reconstrução da identidade de determinado grupo”.

Em mesma linha explicita Santos Filho (2017, p. 442-443) que “o instituto de Tombamento se comporta como módulo de intervenção do Estado na propriedade para

assegurar a integridade do bem”. O jurista elucida que o referido instituto visa assegurar a função social da propriedade e da preponderância do interesse público sobre o particular, o qual se constitui pelo registro do bem em livro de proteção, vedando assim, sua descaracterização ou demolição, vide:

O tombamento é ato tipicamente administrativo, através do qual o Poder Público, depois de concluir formalmente no sentido de que o bem integra o patrimônio público nacional, intervém na propriedade para protegê-lo de mutilações e destruições. (SANTOS FILHO, 2009, p. 764)

Quanto ao tema, a que se destacar, ainda, que a proteção a patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, constitui-se como direito difuso, isto é, compõe rol de direitos ligados à tutela de bens que impactam na coletividade, conforme explana DIAS⁵⁹. (SARLET, 1998, p. 135) complementa que este a proteção constitui-se como tutela sobre bem "de todos e (de) cada um, de cada um e de todos" (SARLET, 1998, p.135), de caráter transindividual⁶⁰.

Em oportuno, mister destacar que, uma vez declarado com bem tombado, o referido bem pode ser objeto de ação judicial por qualquer interessado, isto é, qualquer pessoa é parte legítima para interpor processo no caso de desconfiguração do bem ou abandono do mesmo, nos termos do Art. 81, Parágrafo Único da Lei 8.078/90.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

I - Interesses ou direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

II - Interesses ou direitos coletivos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.

Decreto Lei n. 25/37 e o Tombamento

⁵⁹DIAS, Renato Duro. Preservação do patrimônio cultural como direito fundamental: natureza jurídica, limites e competência. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8062. Acesso em 20/08/2019

⁶⁰GASTALDI, Suzana. Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos: conceito e diferenciação. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14164 Acesso em 20/08/2019

Conforme exposto anteriormente, o marco regulamentatório do instituto Tombamento alude ao governo do presidente Getúlio Vargas, o qual organizou por meio do Decreto n. 25 de 1937 a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Cumpre destacar que, para além da promulgação do referido dispositivo normativo que estabelece as bases legais para a proteção do patrimônio cultural, à regulamentação dos órgãos específicos para tratar da política de patrimonialização também aludem ao mesmo período.

A que se destacar que a definição legal para patrimônio se encontra disciplinado por meio do Art. 1º do supradito decreto, conforme se observa abaixo:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Assim, os bens materiais e imateriais que se enquadrem no referido postulado podem ser objeto de tutela pelos mecanismos dispostos no presente Decreto-Lei. De tal modo que, cumpre destacar as disposições legais quanto ao instituto do Tombamento, o qual encontra-se disciplinado pelos II e III Capítulos do presente instrumento normativo.

Conforme delimitam os Art. 5º e 6º do Decreto-Lei n. 25, podem ser objeto de tombamento bens de propriedade de entes públicos ou particulares, isto é, o tombamento abrange bens pertencentes à União, Estados e Municípios ou de Pessoas Físicas e Jurídicas. Deste modo, é clarividente a preocupação do legislador em não conferir limitações a proteção do patrimônio cultural, o qual permite a intervenção do Estado, afim de assegurar a proteção, de qualquer ente ou pessoa.

Quanto ao tema cumpre destacar que o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do julgamento do Agravo Regimental da Ação Cível Originária n. 1208 firmou entendimento quanto a viabilidade do tombamento de bens da União por meio de Lei Estadual. O referido posicionamento da Égide Corte vai de encontro com as delimitações expostas ao longo do 1º capítulo do presente artigo, o qual decorre da primazia do interesse da coletividade sobre o de um ente específico.

Nesta linha, destaca-se que o STF afastou a tese de verticalização administrativa, ou seja, não pode a União aduzir argumento de hierarquia sobre ente estadual uma vez que o Decreto n. 25/37 estipula a viabilidade de tombamento de bem de qualquer ente público e pelo relevante interesse da coletividade sobre o bem, vide:

A expressão Poder Público possui como destinatárias todas as esferas de atuação estatal, seja federal, estadual ou municipal, incluindo a divisão tripartite de poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).

(...)

Constitui-se mediante a declaração do Poder Público Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, reconhecendo o valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, cultural ou científico de bem(ns), individual ou coletivamente considerados, que impõem ser preservados, culminando-se, ao final, com a inscrição em livro próprio (Tombo) e averbação no registro no cartório de imóveis, se for o caso.

(...)

Assim, não há qualquer incompatibilidade material com as Constituições Federal e Estadual na atribuição de o Estado membro proteger os bens de valor histórico, artístico e cultural, turístico ou paisagístico, impedindo a sua destruição ou descaracterização.

Compete destacar apenas que o referido tombamento por legislação específica é provisório, devendo haver processo administrativo próprio para o tombamento de bem, conforme será exposto posteriormente.

Posteriormente, é mister elucidar que por meio de seu Art. 4º, o Decreto Lei n. 25/37 delimitou que os bens a serem preservados deveriam ser tombados, ou seja, inscritos nos livros de Tombo. Os referidos livros de tombamento constituem-se como mecanismos de classificação e registro dos bens objeto de tombamento, conforme elucidada TELLES e SANTOS (2016, p. 1).

Os supraditos Livros são divididos por campo de proteção, os quais compreendem: Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro de Tombo das Belas Artes, Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

A palavra tombo, significando registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente.⁶¹

Nesse caso, o tombamento tornou-se sumamente importante na política de proteção dos bens e paisagens culturais da nação. Em Paris, no ano de 1972 foi realizada pela Unesco

⁶¹Dados disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 20/08/2019.

a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, sendo considerados patrimônio cultural:

Os monumentos. – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972)

Foi ratificada em 12 de dezembro de 1977, pelo Decreto nº 80.978 o qual definiu que “o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológico, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas.”

Observa-se que o próprio conceito de patrimônio tem sido alvo de reflexões ao longo dessa trajetória. Nas determinações contidas no Decreto 25 de 1937 no Brasil, ao interligar o patrimônio aos fatos memoráveis da história, de certa forma, no âmbito legal, privilegiou-se os bens culturais ligados aos eventos e fatos considerados “importantes” na história do Brasil, delimitando também àqueles de notável importância no âmbito “arqueológico, etnográfico, bibliográfico e artístico”.

Entre as edificações tombadas como patrimônio inscritos no livro de Tombos histórico pode-se mencionar aquelas ligadas a vultos da nação, intelectuais, literatos, cientistas e artistas, como Marechal Deodoro da Fonseca, Barão de Macaúbas, José de Alencar, José Joaquim da Silva Xavier, Bento Gonçalves, Castro Alves, Oswaldo Cruz, barão de Macaúbas, Benjamin Constant, Anita Garibaldi, Ana Nery, Euclides Da Cunha, Monteiro Lobato, Rui Barbosa, Carlos Chagas, Joaquim Nabuco, entre outros nomes de destaque na história do Brasil.⁶² Há também diversas casas tombadas por terem sido de pessoas

⁶²Marcus Tadeu Daniel Ribeiro (2012, p.226-231) listou esses bens, sua localização e os sujeitos históricos a ele relacionados. 1) Casa do Marechal Deodoro da Fonseca, situada na cidade de Marechal Deodoro (AL); 2) Casa natal de Ana Néri, situada na rua Ana Néri, nº 7 (Cachoeira, BA); 3) Prédio na rua Sete de Setembro, nº 34 (Cachoeira, BA), onde nasceu Teixeira de Freitas; 4) Casa natal de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, na rua Barão de Macaúbas, nº 19 (Rio das Contas, BA); 5) Casa natal de José de Alencar, na cidade de Fortaleza (CE); 6) Fazenda do Pombal, onde nasceu José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes (Ritópolis, MG); 7) Casa do Sítio Cabangu, onde nasceu Alberto Santos Dumont (Santos Dumont, MG); 8) Casa de Joaquim Nabuco, na rua da Imperatriz nº 147 (Recife, PE); 9) Casa de Oliveira Lima, na rua Oliveira Lima, nº 813 (Recife, PE); 10) Casa natal de Bento Gonçalves (Triunfo, RS); 11) Museu Casa natal de Vítor Meireles,

“importantes”, mas que possuem também valor artístico, sendo, portanto, inscritos no Livro de Tombo das Belas Artes, como a Casa do Barão do Rio Branco no Rio de Janeiro, o Palácio da Princesa Isabel em Petrópolis no Rio de Janeiro e muitas outras edificações consideradas excepcionais do ponto de vista artístico, e muitos exemplos de arquiteturas de rara beleza localizados em diversos estados do Brasil. Alguns processos legais de proteção de imóveis foram realizados tanto pelo valor artístico quanto histórico da edificação.

Rodrigo de Melo Franco de Andrade, exerceu papel de grande relevância no que tange a adoção de políticas públicas e medidas de acautelamento do patrimônio histórico brasileiro nas décadas posteriores ao Decreto 25 de 1937. Segundo esse Bacharel,

As coisas que requerem preservação por se acharem vinculadas a fatos memoráveis da história do Brasil, não constituem apenas nos monumentos ou obras ligadas diretamente a algum episódio histórico nacional. Entendem-se também de notável valor histórico para os fins estabelecidos no Decreto lei nº 25, todos os bens móveis ou imóveis que se possam considerar particularmente expressivos ou característicos dos aspectos e das etapas principais da formação social do Brasil e da evolução peculiar dos diversos elementos que constituíram a população brasileira (ANDRADE, 1939, p.28).

Partindo do referido decreto, foram feitos diversos tombamentos no Brasil, tanto de bens imóveis, conjuntos e núcleos históricos, quanto de edificações civis e religiosas, e bens móveis, pautando as ações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Sphan/Iphan na aplicabilidade da lei e em alguns momentos, prosseguindo para além da mesma, observando também o caráter histórico.

Nesse sentido, os tombamentos não se restringiram somente aos grandes fatos ou heróis da nação, pois no entendimento de Rodrigo de Melo Franco, “o patrimônio histórico

situada na rua Saldanha Marinho, nº 3 (Florianópolis, SC), onde hoje funciona o Museu Vítor Meireles; 12) Casa natal de Oswaldo Cruz (São Luís do Paraitinga, SP); 13) Casa de Castro Alves (Salvador, BA); 14) Casa do Barão de Pontal, situada na rua Direita (Mariana, MG); 15) Sobrado da rua Peregrino de Carvalho (João Pessoa, PB), onde o revolucionário de mesmo nome esteve preso; 16) Sobrado da Madalena, na praça João Alfredo, onde residiu o conselheiro João Alfredo (Recife, PE); 17) Casa de Casimiro de Abreu (Casimiro de Abreu, RJ); 18) Casa do Visconde de Itaboraí, atual Fórum (Itaboraí, RJ); 19) Museu Antônio Parreiras (Niterói, RJ), edifício-sede do museu, na rua Tiradentes, nº 47; 20) Casa que pertenceu a Carlos Oswald, situada na rua Carlos Gomes nº 42 (Petrópolis, RJ); 21) Casa de Benjamin Constant, na rua Monte Alegre, nº 255, onde faleceu o patriarca da República (Rio de Janeiro, RJ); 22) Casa do General Osório (Rio de Janeiro, RJ); 23) Casa do Marechal Deodoro da Fonseca, na praça da República nº 197 (Rio de Janeiro, RJ); 24) Casa na rua da Conceição, onde funciona o Museu Café Filho (Natal, RN); 25) Casa de Garibaldi (Piratini, RS); 26) Casa do Visconde de Pelotas, na rua Duque de Caxias nº 968 (Porto Alegre, RS); 27) Casa de Davi Canabarro, na rua Vinte e Quatro de Maio, nº 1.094 (Santana do Livramento, RS); 28) Sobrado na praça Fernando Abott (São Gabriel, RS), onde se hospedou d. Pedro II em 1845; 29) Museu Anita Garibaldi, “na praça das Bandeiras (Laguna, SC); 30) Casa de Rodrigues Alves (Guaratinguetá, SP); 31) Barraca onde Euclides da Cunha escreveu “Os sertões” (São José do Rio Pardo, SP); 32) Casa de Monteiro Lobato (Taubaté, SP), também conhecida como XE “Chácara do Visconde; 33) Casa de Chico Mendes (Chapuri, Acre).

e artístico de um povo interessa a todos os indivíduos formadores desse povo e, mais ainda, à coletividade humana dado o sentido universal das artes” (ANDRADE, 1936). Observa-se que, para além da interpretação do texto contido no Decreto 25 de 1937, que normatizava o trabalho de acautelamento do patrimônio e que, ainda está em vigor, pode-se observar a ideia de história e seu legado no âmbito de um processo mais amplo e plural.

O processo de proteção do patrimônio cultural do Brasil foi anterior ao Decreto de 1937, iniciando-se em 1933 quando por iniciativa governamental, Ouro Preto, localizado em Minas Gerais, por meio do Decreto presidencial nº22.928⁶³, recebeu a titulação de “monumento nacional”, sendo justificado no decreto a sua relevância histórica e a existência de “velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte, que merecem defesa e conservação”.

Foi o primeiro conjunto arquitetônico tombado pelo Sphan/Iphan em 1938. No mesmo ano, foram também tombadas e inscritas no Livro de Tombo das Belas Artes: Diamantina, Tiradentes, Serro, São João del Rei e Mariana e em 1941, Congonhas. Observa-se Minas Gerais recebeu atenção especial no projeto de proteção inicial do Estado brasileiro. Outras cidades foram tombadas entre 1938 a 1962 e lançadas nos Livros de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

De acordo com dados disponibilizados pelo Iphan, houve centenas de processos de tombamento em todo o território nacional entre os anos de 1938 a 2018, sendo estes bens culturais de natureza material com bens móveis e imóveis e também, naturais. Quanto a tipologia dos mesmos, há edificações civis e religiosas, edificações e acervos, conjuntos urbanos, bens imóveis ou integrados, Infraestrutura ou equipamentos urbanos, Conjunto Arquitetônico, ruínas, Patrimônio Natural, terreiro, Sítio arqueológico, quilombos.⁶⁴

De forma geral, uns foram tombados, outros, indeferidos, alguns receberam medidas de Instrução, outros estão ainda com os tombamentos provisórios e outros, com “Rerratific”.Dezesseis bens tombados em diversos estados brasileiros tiveram seus tombamentos cancelados.⁶⁵

⁶³BRASIL. Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/7/1933, Página 14153 (Publicação Original)

⁶⁴ Dados disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 20/08/2019.

⁶⁵De acordo com a listagem dos bens tombados, processo e São eles, em Salvador, Bahia, a Edificação Casa a Rua Carlos Gomes, 26; a Edificação Solar à Rua Visconde do Rio Branco Nº 18 em Salvador (Ba), tombada em 1938 e a Casa do Coronel; Prédio dito "Casa do Coronel", na Roça do Argolo, localizada em Salvador (1941); MG Itabirito Patrimônio Natural Pico de Itabira - Conjunto Paisagístico e Pico do Itabirito(1960); em Cabedelo, na Paraíba, Igreja de Tambaú – em ruínas (1938); Em Recife, no Pernambuco, a Edificação Forte do Buraco (1938); Também em Recife, a edificação “Casa à Avenida Rosa e Silva” 36 (1942). Ainda em Recife, a edificação e Acervo Igreja do Bom Jesus dos Martírios (1971); No Rio de Janeiro. A edificação e Acervo Igreja de São Pedro dos Clérigos, Rua São Pedro, nº 91, esquina com a rua Ourives (1938); Saúde 36

Patrimônio Cultural

O Patrimônio cultural de um país se constitui em uma riqueza para o seu povo, portanto, torna-se extremamente necessárias políticas públicas de resguardo e manutenção daquilo que faz parte da identidade. A Carta Magna atualiza o conceito de Patrimônio Cultural englobando obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas de grande valor material, e também as manifestações de natureza “imaterial”, tais como, as festas, tradições, saberes, fazeres, crenças, religiosidade e as diversas formas do fazer humano, sendo essas, importantes na construção/reconstrução das identidades sociais. Atribui ao poder público em colaboração com a comunidade a responsabilidade de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro.

De acordo com a Carta Magna

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Fonseca (2004) define patrimônio como tudo aquilo que criamos, valorizamos e queremos preservar: constitui-se dos monumentos e das obras de arte, mas incluem também as festas, as músicas, as danças, as comidas, os saberes, os fazeres, as crenças, os folguedos, os falares, percebendo as diversas formas de produção humana, seja ela através das mãos, das ações, das ideias, das crenças, das fantasias e dos sonhos. Nessa perspectiva, tudo aquilo que se produz na cultura, seja de ordem material ou imaterial, constitui o nosso universo patrimonial.

1938 bem tombado (1938), RJ Rio de Janeiro Edificação e Acervo Igreja Bom Jesus Calvário, Branco 99 (1938); no Rio de Janeiro, o Jardim Histórico Campo de Sant'Anna (1938); No Rio de Janeiro, a “Edificação Palacete Durchisch”(1938); RJ Rio Claro Conjunto urbano Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João Marcos - Itaverá - Cidade de São João Marcos (1938); E RJ Campos dos Goytacazes Conjunto Arquitetônico Edifício da antiga Santa Casa de Campos e Igreja contígua de Nossa Senhora Mãe dos Homens; RS Porto Alegre Edificação e Acervo Igreja de Nossa Senhora do Rosário; SP São Paulo Edificação e Acervo Igreja de São Gonçalo(1938)Dados disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em 20/08/2019.

Políticas Públicas De Estado

Posteriormente, é necessário elucidar que os tombamentos são realizados tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, devendo o bem a ser protegido por meio de Tombamento passar pelo processo legal conforme definido pela legislação.

Quanto ao procedimento administrativo de tombamento, faz-se necessário elucidar que compete ao Executivo promover o mesmo. Tal delimitação decorre da necessidade de se conferir ampla defesa, isto é, por se tratar de modalidade de intervenção do Estado na propriedade, deve-se conferir ao proprietário do bem direito de defesa contra a referida intervenção.

Nessa mesma linha segue o doutrinador Filho (2017, p. 445-446), o qual elucida que para a efetivação do tombamento o mesmo deve seguir todos os ritos de um procedimento administrativo, sendo esta competência da esfera Executiva. Ademais, a que se ressaltar que o STF já possui jurisprudência consolidada quanto a competência do Executivo para efetivar o tombamento. O STF já teve a oportunidade de enfrentar o tema, tendo a maioria votado no sentido de que o tombamento é da competência do Executivo e, por isso, há de ser materializado por ato administrativo (FILHO, 1989, p. 213.)

Cumprido destacar apenas que, conforme exposto no 1º capítulo do presente artigo científico, é possível o tombamento por meio de lei ordinária. Todavia, faz-se necessário delimitar que o Tombamento, quando impetrado por meio da via legislativa, possui o caráter preventivo, ou seja, é apenas um tombamento de efeitos provisórios, para assegurar a integridade do bem até que seja concluído o procedimento administrativo, conforme explana Caetano:

Sobre a provisoriedade do tombamento, o STJ já proferiu decisão considerando que o tombamento provisório não é fase procedimental, mas sim medida assecuratória de preservação do bem até a conclusão dos pareceres e a inscrição no livro respectivo. (CAETANO, 1973, p. 1263).

Destarte, o Tombamento, quando por via legislativa não tem o condão de conceber todos os efeitos do tombamento, haja visto que o mesmo apesar de produzir o efeito principal quanto a proteção do bem, não acarreta no Tombamento definitivo da propriedade urbana/rural.

Segue-se, por conseguinte, que, a despeito de poder também revestir-se de caráter preventivo, o tombamento provisório encerra, na realidade, fase do processo, porquanto decretado antes do ato final do tombamento definitivo. Observado, porém, o devido processo legal, o tombamento provisório terá a mesma eficácia restritiva do tombamento definitivo, alvejando ambos a proteção do patrimônio público. (MEIRELLES, 1993, p. 434).

Deste modo, extrai-se que o Tombamento pode ser impetrado por meio definitivo ou provisório, sendo o definitivo concluído com o fim do procedimento administrativo em esfera Executiva, e o provisório arguido por meio de Lei Ordinário, como delimita (FILHO, 2017, p. 444)

Quanto à eficácia do ato, pode ser provisório ou definitivo. É provisório enquanto está em curso o processo administrativo instaurado pela notificação, e definitivo quando, após concluído o processo, o Poder Público procede à inscrição do bem no Livro do Tombo. (FILHO, 2017, p. 444)

Superado o caráter de provisoriedade do Tombamento, passa-se a análise do procedimento administrativo propriamente dito. Assim, cumpre destacar preliminarmente que o tombamento se constitui como um procedimento sem rito predefinido, o qual pode apresentar variações nos atos adotados pela Administração Pública. (FILHO, 2017, p. 446),

Entretanto, cumpre destacar que o referido procedimento se inicia, de forma isonômica dentro todos os possíveis ritos, com a notificação do proprietário quanto ao possível tombamento, *videm* Art. 9, “1” do Decreto-Lei n. 25/37. Esta, conforme elucida FILHO (2017, p. 444), tem o condão de oportunizar ao proprietário o direito à ampla defesa no processo administrativo e individualizar o bem objeto, uma vez que somente a que se falar em tombamento individualizado e não de caráter geral.

Mesmo quando o tombamento abrange uma determinada área, um bairro ou até uma cidade, os imóveis tombados são apenas aqueles inseridos no local mencionado pelo ato. Dizer-se que todos os imóveis de uma rua estão tombados significa que cada um deles, especificamente, sofre a restrição. (SANTOS FILHO, 2009, p. 444)

A supramencionada notificação pode derivar de um Tombamento requerido de forma espontânea pela Administração Pública, *vide* Art. 5º e 6º do Decreto-Lei n. 25/37, o qual delimita-se como requerimento compulsório. Para além desta modalidade, destaca-se a possibilidade do requerimento do Tombamento por qualquer cidadão, podendo este agente ser o próprio proprietário do bem, conforme estipula o Art. 7º do supradito ato normativo. Quanto ao requerimento do próprio proprietário, tem-se a denominada modalidade de requerimento voluntário.

Na hipótese de inércia ou concordância do proprietário, conforme delimita o Art. 9, “2” do Decreto-Lei n. 25/37, cumpre ao diretor do órgão responsável por implementar o processo administrativo proferir despacho determinando a inscrição do bem no livro de registro de tombamento. Em oportuno destaca-se que o referido órgão de competência para conhecer e julgar o processo administrativo em território nacional é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Por sua vez, na hipótese de apresentação de recurso por parte do proprietário o referido processo administrativo é remetido Conselho Consultivo do IPHAN, o qual, pode requer parecer técnico de órgãos estaduais de proteção ao patrimônio cultural. Em Minas Gerais o órgão de competência para elaborar laudos técnicos é denominado de Iepha-MG, o qual possui subordinação administrativa ao Sistema Estadual de Cultura.

O supradito órgão é responsável diretamente pelo estudo, proteção e promoção do patrimônio cultural no estado e possui uma diretoria⁶⁶ que desempenha um papel importante na condução dos trabalhos de proteção do patrimônio cultural desde o limiar da década de 1970.

Nesse caso o requerente deve encaminhar o pedido a diretoria do IEPHA descrevendo e apresentando os motivos relevantes para a preservação do bem cultural, bem como outras informações relacionadas a identificação, descrição, histórico, referências e todas as informações que possibilitem conhecer o mesmo. Após análise e parecer favorável, encaminha-se os documentos a Diretoria de Proteção e Memória para abertura do processo de tombamento e decisão final.

Caso o pedido não tenha recebido parecer favorável pela equipe técnica, o requerente pode interpor recurso até 30 dias após o resultado, podendo ser o recurso causador de outro estudo feito pela Diretoria de Proteção e Memória, sendo aceito, ou não.

Uma vez encerrado o processo administrativo com decisão favorável ao tombamento deve-se proceder o registro do bem no Livro de Tombamento, averbando na matrícula do imóvel sua característica de bem tombado, vide Art. 13 do Decreto-Lei n. 25/37. Ademais, a que se destacar que após o referido registro surgem duas obrigações principais ao proprietário, sendo uma de não-fazer e outra de fazer.

⁶⁶1971 a 1975 – José Joaquim Carneiro de Mendonça; 1975 a 1979 – José Geraldo Faria; 1979 a 1983 – Luciano Amedêe Peret; 1983 a 1984 – Suzy Pimenta de Mello; 1984 a 1987 – Rodrigo Ferreira de Andrade; 1987 a 1988 – Anna Marina Viana Siqueira; 1988 a 1989 – Maria Cristina Araújo Campos; 1989 a 1991 – Aluísio Rassilan Braga; 1991 a 1993 – Maria Eugênia Murta Lages; 1994 a 1998 – Jurema Machado; 1999 a 2002 – Flávio de Lemos Carsalade; 2003 a 2004 – Vanessa Borges Brasileiro; 2004 a 2007 – Octávio Elísio Alves de Brito; 2007 a 2008 – Liana Portilho Mattos; 2008 a 2010 – Carlos Roberto Noronha (Guia de bens tombados)

Quanto a obrigação de não-fazer destaca-se que a mesma encontra delimitação expressa no Art. 17 do Decreto-Lei n. 25/37, sendo a vedação a destruição, deterioração, mutilação ou alteração das características do referido bem. A seu tempo, a obrigação de fazer decorre do dever do proprietário, ou do eventual titular do direito de uso de conservar as características gerais do referido bem, isto é, incumbem aos mesmos proceder as devidas reformas e intervenções para assegurar a preservação das características do bem tombado.

Cabe frisar, apenas, que na impossibilidade financeira do proprietário ou do usufrutuário de arcar com a manutenção do bem, deve o mesmo encaminhar notificação ao IPHAN quanto a referida situação para que o referido órgão providencie meios de conservar o bem, vide Art. 19 do Decreto-Lei n. 25/37.

A Deliberação Normativa

Entre os bens protegidos por meio de tombamento em Minas Gerais, há bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, núcleos urbanos, sendo esta proteção feita por meio do Iepha ou Iphan-MG. De acordo com dados obtidos na Superintendência regional do Iphan, esta Unidade da Federação figura com a que possui mais bens tombados no Brasil.

Os conjuntos urbanos que receberam proteção por meio de tombamento, agregam de muitas construções de valor histórico e paisagístico, entre os quais, muitos são também reconhecidos como Patrimônio Mundial, como o Centro Histórico de Ouro Preto, o primeiro bem do Brasil reconhecido pela Unesco (09/1980); o Centro Histórico de Diamantina (12/1999); em Congonhas, o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos tombado em nível nacional em 1938 e inscrito como patrimônio Mundial em 1985; e por último, o Conjunto Moderno da Pampulha (2016), reconhecido como paisagem cultural do patrimônio moderno.

Nos Guias de bens tombados pelo IEPHA⁶⁷ foram apresentados os bens protegidos no estado por este órgão, sendo estes localizados em diversas regiões, sendo informando as categorias, localização e ordem cronológica. Quanto as categorias, há academias, basílicas, capelas, casas, catedral, cemitério, clube, conjuntos, conservatório, ermida, escolas, fazendas, igrejas, instituto, lagoa, lapa, matriz, monumento, mosteiro, museu, parque, praças,

⁶⁷Guia de bens tombados IEPHA/MG / Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. - 2. ed. - Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2014. 2 v. I e v. II (Minas Gerais, 2014).

prédios públicos (banco, arquivo, cadeia, prédio de câmara, necrotério, fórum, hospital, maternidade, Palácio da Justiça, Palácio da Liberdade, Prédio de Quartel), ponte, quinta, romarias, serra, solar, vapor.

No Guia de número 01 foram apresentados 68 bens nas categorias apresentadas acima com tombamento realizado entre os anos de 1975 a 1988, sendo o primeiro, o Palácio da Liberdade, edifício sede do Governo do Estado de Minas⁶⁸ e o último, a Escola Estadual Olegário Maciel⁶⁹, ambos localizados em Belo Horizonte. No volume 02, foram apresentados 134 bens tombados em categorias diferenciadas e localizados em diversos locais do estado.

O primeiro bem protegido apresentado por ordem cronológica é a Praça Raul Soares⁷⁰, em Belo Horizonte e o Complexo Hidrotermal e Hoteleiro de Poços de Caldas⁷¹. Em sua apresentação por categorias, temos: acervos, Bacia Hidrográfica, cachoeiras, capelas, casarões, casas, cassinos, centros históricos, cinemas, teatros, conjuntos, escolas, fazendas, hotéis, igrejas, núcleos, parque, picos, praça, prédios públicos, serras, sítio, sobrado, ruínas,

Totalizaram 202 bens apresentados nos dois guias publicados em 2014.

Estes bens foram inscritos nos livros de Livro de Tombo nº. I, contendo o patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; o Livro de Tombo nº. II, do Tombo de Belas Artes; Livro de Tombo nº. III, do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos.

Considerações Finais

Sem sombras de dúvidas que os instrumentos de Tombamento de patrimônio cultural se constituem em mecanismos extremamente pertinentes para estudar, debater pesquisar

⁶⁸Tombamento aprovado pelo Decreto Estadual nº 16.956, de 27-1-1975, sendo determinada sua inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (Livro I), Livro do Tombo de Belas Artes (Livro II) e Livro do Tombo Histórico (Livro III). Em 1994, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte efetuou o tombamento do Palácio da Liberdade no Conjunto Urbano da Praça da Liberdade e Adjacências.

⁶⁹ Tombada por meio do Decreto Estadual nº 27.927, de 15 de março de 1988 inscrito no Livro II, do Tombo de Belas Artes e no Livro III, do Tombo Histórico. O edifício sediou o antigo Grupo Escolar Olegário Maciel, criado em 1924 e inaugurado em 1925.

⁷⁰ Tombada pelo Decreto estadual nº 27.927, de 15/03/1988, inscrito no Livro I do Tombo (Minas Gerais, 2014).

⁷¹ Localizado em Poços de Caldas, o Complexo foi tombado em 1985.

sobre o patrimônio cultural e os bens culturais e se tornam muito importante para se perceber quais os elementos, lugares, objetos, tradições, festejos, folguedos, saberes e fazeres contribui para a construção/reconstrução da identidade cultural de um grupo, de uma cidade, de um país. Destacamos assim, a contribuição deste estudo para perceber a relação entre patrimônio, políticas públicas, observando o papel dos gestores em diferentes instâncias para a preservação da memória dos diferentes lugares que compõem o Estado mineiro.

Ao analisar o papel do poder público no desenvolvimento de ações que viabilizem a preservação dos bens culturais percebemos que são importantes as medidas adotadas pelos gestores para preservar, fomentar e divulgar o patrimônio e fortalecer as políticas culturais seja em âmbito local, estadual ou federal. Em menos de cem anos de adoção de uma política pública de preservação do patrimônio no Brasil e em Minas Gerais, muito já se fez para preservar tanto o patrimônio edificado, material, quanto natural e a adoção de uma política de proteção e salvaguarda do imaterial, valorizando e divulgando as tradições que fazem parte da identidade cultural do Brasil e das suas diferentes Unidades da Federação.

Referências

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. **“O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”**. Revista Municipal de Engenharia, 6(5), setembro de 1939, Rio de Janeiro.

_____. [Entrevista] **“Estavam roubando o patrimônio artístico do Brasil! Vai ser organizada a defesa às nossas relíquias históricas”**. O Globo, Rio de Janeiro, 22 out. 1936.

_____. [Entrevista] **“Possuímos obras de arte e monumentos que chamam a atenção de técnicos mundiais”**. Jornal do Comércio, Recife, 18 ago. 1939.

_____. **Rodrigo e o Sphan**- coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Minc/Sphan/Pró-Memória, 1987.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CAETANO, Marcelo. **Manual de direito administrativo**, v. II, Lisboa, Coimbra Editora, 1973, 1263p.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de direito administrativo**. 31ª. ed. São Paulo: Editora Atlas LTDA, 2017.

FILHO, Nagib Slaibi. **Anotações à Constituição de 1988**, Rio de Janeiro, Forense, 1989, p. 213.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em Processo**: Trajetória da política federal na preservação do Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005, 295p

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 1993.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. Entre o ser e o coletivo: o tombamento das casas históricas. In: CHUVA, Marcia. (Org.) **História e Patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. nº 34. Brasília: 2012

SANTOS, Helena Mendes dos; TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Livro do Tombo. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SANTOS FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de direito administrativo**. 22. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

Capítulo 7

CULTURA E DIREITO: os instrumentos administrativos para a salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro

*Adrielly Pinto dos Reis
Bruna Velloso Parente
Margareth Vetis Zaganelli*

Introdução

O presente trabalho tem por escopo abordar a importância dos instrumentos de tutela do patrimônio cultural na sociedade brasileira. Para tanto, por meio de metodologia qualitativa, exploratória, com base em pesquisa bibliográfica e em diplomas nacionais e internacionais, inicialmente, descreve-se os aspectos próprios associados ao conceito de patrimônio adotado pelo ordenamento brasileiro, com relevância para a evolução histórica da tutela desses bens culturais pelo direito nacional. A seguir, trata-se dos instrumentos criados pelo sistema jurídico para salvaguardar os patrimônios culturais, apontando suas características gerais e seus procedimentais. Por derradeiro, discorre acerca da efetividade de tais mecanismos, destacando sua importância para a proteção do patrimônio cultural brasileiro e a aplicabilidade de ações judiciais para assegurar tal preservação. Assim, o estudo reitera a relevância dos instrumentos de preservação cultural para a conservação da memória coletiva, evitando que sejam esquecidas características marcantes da sociedade brasileira.

O patrimônio histórico-cultural se mostra como importante instrumento para a conservação da memória coletiva do grupo social no qual está inserido. Tal instituto é formado pelos bens culturais e encontra proteção jurídica na Constituição Federal Brasileira, em seus artigos 215 e 216. A partir da leitura de tais dispositivos, é possível compreender que há um dever tanto do Poder Público, quanto dos próprios cidadãos para a preservação do patrimônio histórico-cultural.

Nesse cenário, para que se possa alcançar a definição de patrimônio cultural, faz-se necessária a delimitação de todos os elementos que o integram. Isto é, a palavra “patrimônio” é plurissignificante a depender do campo de análise em observação; na ótica do Direito Civil, pode ser definido como “o complexo das relações jurídicas de uma pessoa, que tiverem valor econômico” (GONÇALVES, 2012, p. 268). Já numa visão mais sociológica, patrimônio seria tudo aquilo que “criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos, e as obras de arte, e também as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, os fazeres, os falares” (FONSECA, 2001, p. 69).

No que concerne ao conceito de cultura, por sua vez, ao se observar o art. 216 da Constituição Brasileira, pode-se verificar que esta alcança todas as ações mediante as quais a sociedade expressa as suas formas de criar, de fazer e de viver. Para Marchesan, o conceito de cultura englobaria tudo aquilo que é criado pelos seres humanos, mas também o que possui valor para estes dentro dos contextos sociais em que se encontram inseridos, mesmo aquilo que não foi criado por eles. Além disso, a autora salienta que a capacidade humana de produzir cultura seria o que diferenciaria os seres humanos dos outros animais, o que revelaria uma relação intrínseca e indissociável entre cultura e sociedade (2006, p. 15).

Isto posto, é possível compreender melhor que o conceito de patrimônio cultural engloba todos aqueles bens, relacionados aos saberes, à história de um povo, às expressões, aos seus produtos, à sua identidade como povo, dotados de valor para as pessoas daquela comunidade, não sendo este, necessariamente, econômico (IPHAN, 2012, p. 12). Conforme disposto no art. 216 da Constituição Brasileira, o patrimônio cultural compreende os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, por meio de tal conceituação constitucional, infere-se que o patrimônio histórico-cultural nacional seria composto por bens culturais, os quais teriam natureza material e imaterial, formando aquilo que se denomina de patrimônio cultural material e patrimônio cultural imaterial. Os bens culturais seriam então as chamadas referências culturais de cada comunidade, ou seja, seriam as partes individuais daquilo que compõe o todo, que seria o próprio patrimônio cultural. Os bens materiais correspondem às paisagens naturais, aos monumentos históricos, aos prédios, aos documentos, dentre outros objetos tangíveis. Já os bens imateriais são as crenças, os saberes, as práticas, as danças, dentre outras formas de expressão de cada povo, tais bens podem ser exemplificados nos modos de “caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios,

de construir moradias, as danças e as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas, as relações sociais e familiares que revelam os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade” (IPHAN, 2012, p. 16).

Verifica-se ainda que, apesar do grande importância conferida à tutela do direito ao patrimônio cultural observada no ordenamento brasileiro nos dias atuais, a preocupação com a proteção de tais bens culturais surgiu no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial em que se observou a destruição de diversos monumentos históricos, significando uma perda imensurável para a história humana. Sendo assim, é nesta época que emergem os chamados direitos fundamentais de terceira geração, ou direitos de fraternidade e solidariedade, que se diferenciam dos demais pela valorização e proteção dos seres humanos, não como seres individuais, mas sim como pertencentes a uma coletividade, caracterizando uma tutela cuja titularidade é difusa ou coletiva (SARLET, 2012, p. 24). Dentre os direitos fundamentais de terceira geração é possível citar o direito à autodeterminação dos povos, o direito ao meio ambiente e qualidade de vida e, não menos importante, o direito à conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural.

No Brasil as primeiras normas que versavam sobre a proteção do patrimônio cultural, mesmo que de modo bem reduzido, estavam presentes no Código Criminal do Império de 1830, no qual estavam previstos tipos penais que criminalizavam algumas condutas contra o patrimônio, como por exemplo o artigo 178 que dispunha que a destruição, mutilação ou danificação de monumentos, edifícios ou bens públicos seria penalizada (BRASIL, 1830, online). Já no período republicano, o Código Penal de 1890 previa em seu Título XII, Capítulo I, os crimes de dano sendo então tipificados os crimes contra a propriedade pública e particular, com poucas alterações no que tange ao código anterior (BRASIL, 1890, online).

Contudo, na segunda década do século XX tal situação começava a ganhar novos rumos, em virtude principalmente de um importante evento da época, a Semana da Arte Moderna de 1922, a qual representou o ápice do intenso movimento de valorização da arte e da cultura nacionais. Junte-se a isso o Decreto nº 15.596 do mesmo ano que criou o Museu Histórico Nacional que tinha por objetivo a reunião e exposição de importantes peças e obras da história brasileira (FLACH, 2016, p. 43). A Constituição brasileira de 1934 trouxe a proteção das belezas naturais e dos monumentos de valor histórico ou artístico como atribuição da União e dos Estados, já a Carta Magna de 1937 equiparou os atentados contra os monumentos históricos, artísticos ou naturais a crimes cometidos contra o patrimônio nacional (MACHADO, 2012, p. 1091).

Também no ano de 1937 foram instituídas duas importantes leis que tratavam da proteção aos bens culturais. A primeira delas é o Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, o qual se encontra em vigor até hoje, cujo objetivo é a organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Nos artigos 1º e 3º deste Decreto-Lei houve a conceituação do que seria e o que não seria considerado parte do patrimônio histórico e artístico do país, além disso tal legislação rege o instituto do tombamento, estabelecendo, nos artigos 4º em diante, a ordem dos Livros do Tombo, o procedimento de tombamento e os efeitos de tal instrumento de preservação do patrimônio cultural. É certo que tal Decreto-Lei representou um marco na preservação dos bens culturais nacionais porque deu ao “Poder Público os elementos jurídicos necessários para a instituição e gerenciamento de um efetivo sistema de proteção ao patrimônio cultural” (HENRIQUES FILHO, 2013, p. 121). A segunda é a Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937 que criou o hoje chamado Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional que tem como função ser responsável pelo tombamento, pela conservação e pela divulgação do patrimônio cultural brasileiro.

O Código Penal de 1940, cuja parte especial ainda se encontra em vigor com alterações legislativas, trazia dois dispositivos, os artigos 165 e 166, versavam sobre tal matéria, contudo ambos foram revogados pela Lei 9.605 de 1998. O art. 165 tipificava a conduta do dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico cuja pena era de detenção de seis meses a dois anos, e multa. Já o art. 166 tratava da proibição da conduta de se alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei, sendo a pena de detenção de um mês a um ano, ou multa.

Nas seguintes Constituições de 1946 e 1967 e a Emenda Constitucional de 1969, se comparadas à Carta Magna de 1937, observa-se uma espécie de retrocesso no que tange à proteção do patrimônio cultural, uma vez que as normas atinentes a esta matéria nesses dispositivos se constituíam muito pragmáticas, já que a sua preocupação era em enumerar as categorias de bens a serem tutelados, sem a preocupação de definir um conceito específico de patrimônio cultural (FLACH, 2016, p. 45).

Após isso, seguiram-se uma série de leis relacionadas à preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, tais como a Lei nº 3924/61 que institui a tutela pelo Poder Público dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza no território nacional; a Lei nº 4845/65 que proíbe a saída do país de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do Período Monárquico; a Lei nº 6.513/77 que versa sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural a serem protegidos; a Lei nº 7.347/85 que regulamenta a ação civil pública, instrumento que constitui fonte protetiva

ambiental, cultural e urbanística, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, independente de tombamento ou não, dentre outros (RESENDE; FRAZÃO, 2017, p. 207).

No entanto, foi só com o advento da Constituição de 1988 que se institui o mais importante instrumento de tutela do patrimônio cultural brasileiro, consubstanciado no artigo 216 da Carta Magna:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, **promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação**, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 1988, online) (**g.n.**).

Assim, a partir da análise desse dispositivo constitucional, é possível observar que o “conceito constitucional de patrimônio cultural é dinâmico (...). É a expressão cultural, ainda que focalizada de forma isolada, que passa a ter repercussão num âmbito maior, que é a sociedade brasileira” (MACHADO, 2012, p. 1094). Ademais, o §1º deste artigo dispõe ser dever, não só do Poder Público, mas também de toda a sociedade preservar e proteger o patrimônio cultural nacional e, para isso, o texto constitucional estabelece cinco mecanismos, quais sejam os inventários, os registros, a vigilância, o tombamento e a desapropriação. Além disso, esse dispositivo estabelece ainda a possibilidade de se utilizarem outras formas de acautelamento e preservação, o que aumenta o leque de proteção.

Sendo assim, por meio de metodologia qualitativa, exploratória, com base em pesquisa bibliográfica e em diplomas nacionais e internacionais, este trabalho possui o objetivo de abordar esses mecanismos como instrumentos eficazes na busca da preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Os instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio cultural: a intervenção do Direito na vida privada e a salvaguarda da memória histórico-cultural da sociedade brasileira

Uma vez entendidos todos os principais conceitos relevantes à compreensão da temática da proteção ao patrimônio cultural brasileiro, bem como a evolução dessa tutela no histórico das legislações brasileiras, passa-se à análise dos mecanismos constitucionalmente estabelecidos que visam promover e proteger tais bens culturais nacionais.

Com anteriormente dito, o §1º do art. 216 da Constituição Federal de 1988 elenca cinco instrumentos de tutela, contudo, por não ser um rol taxativo, mas exemplificativo, a parte final de tal dispositivo prevê a existência de outras formas de acautelamento e preservação. Dentre tais instrumentos alguns se prestam à definição oficial do patrimônio, uma vez que constituem técnicas jurídicas que são utilizadas para individualizar determinado bem dando-lhe a condição de patrimônio cultural. Os outros meios de atuação visam proteger o patrimônio já constituído (SILVA, 2001, p. 156).

Nessa perspectiva, analisa-se agora os principais instrumentos de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

Tombamento

O tombamento atua sobre a garantia constitucional à propriedade⁷², relativizando-a em prol da salvaguarda do patrimônio artístico e cultural da sociedade, consequentemente, subjugando o interesse privado ao público (RODRIGUES, 2006, p. 8). Isto é, legitima-se a interpretação de tal garantia fundamental à luz de parâmetros fixados pela legislação ordinária e pela própria Constituição Federal Brasileira, de modo que quando vislumbrado valor histórico-artístico-cultural sobre um bem, admite-se a mitigação dos poderes inerentes ao proprietário para a salvaguarda deste enquanto patrimônio cultural (GOLÇALVES, 2018, p. 212; NOIRTIN; MACEDO; RIBEIRO, 2013, p. 220).

Nesse sentido, infere-se que o tombamento consiste em ato administrativo por meio do qual o Estado, na figura do Poder Judiciário, reconhece e declara o valor histórico-artístico-cultural de uma coisa, independentemente de sua materialidade, ao inscrevê-la em quaisquer dos Livros do Tombo. Diante disso, conforme prescrito no Decreto-Lei nº 25, de 30 de dezembro de 1937, instrumento responsável por regulamentar o tombamento, aplica-se este instituto jurídico para que se impute ao bem regime especial em decorrência do qual constituem-se certas limitações ao exercício do direito de propriedade e dos demais dele oriundos (RODRIGUES, 2005, p. 273).

De uma perspectiva cultural, o tombamento produz o efeito simbólico de acrescentar valor aos objetos aos quais se aplica, destacando-o de outros semelhantes, o que provoca a mudança do significado que lhe é socialmente atribuído. Trata-se de um reconhecimento público não apenas do bem em si, mas da cultura e memória específica do segmento social / personagem / fato ao qual o bem está vinculado. No sentido inverso, em geral, faz decrescer o valor imobiliário, uma vez que proíbe a destruição e acréscimos (RODRIGUES, 2006, p. 1).

Assim sendo, trata-se de um mecanismo de preservação em que há influência sobre o direito de uso e de fruição do bem jurídico tutelado, suprimindo suas aplicabilidades desde o momento a partir do qual o proprietário conhece da abertura do processo de tombamento. Desta feita, após o devido registro do bem em um dos Livros do Tombo, inicia-se a produção dos efeitos do tombamento, aqueles mais significantes à esfera privada do cidadão como proprietário: a restrição a alterações e a modificações no bem sem prévia autorização estatal,

⁷² Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XXII – é garantido o direito de propriedade;

e a possibilidade de sanção pecuniária em forma de multa por descuido com o patrimônio tombado (FALAVIGNO, 2010, p. 8).

Em razão de tais características, o proprietário não mais detém poder para livremente dispor da coisa, fazendo-se imprescindível autorização do Estado seja para restaurar ou reformá-la, tal como para iniciar procedimento de demolição, segundo se pode inferir da leitura atenta do art. 17, do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Além disso, assevera-se que embora o proprietário seja aquele mais diretamente afetado pelo tombamento da coisa, ainda que em escala menor, o art. 18, do referido decreto-lei imputa também a vizinhança certas restrições ao se vedar construções que possam vir a obstruir, seja parcial ou totalmente, a visualização do patrimônio tombado (BRASIL, 1937, *online*).

À vista disso, percebe-se que, uma vez expedido o auto de tombamento, após o devido processo administrativo, realizado com respeito à garantia constitucional ao contraditório, tem-se a modificação da natureza jurídica da coisa (RODRIGUES, 2005, p. 273). Assim, por meio do registro da coisa tombada em algum dos Livros do Tombo, com a conclusão do procedimento, reconhece-se o seu valor histórico-artístico-cultural intrínseco e, em seguida, determina a sua preservação justamente em razão de tal característica.

Inventário

A palavra inventariar possui o seu significado atrelado ao ato de fazer um levantamento de todos os bens pertencentes a uma determinada pessoa. Assim, no contexto da proteção ao patrimônio, realizar o inventário dos bens culturais significa identificar os bens que remetam à referências culturais para determinado grupo (IPHAN, 2012, p. 18).

Para que seja feita esta identificação, este levantamento, faz-se necessário a utilização de alguns critérios técnicos, históricos, culturais, artísticos, sociológicos, antropológicos, e que seja registrado todas as características importantes relacionadas a este bem. Sendo assim, por intermédio do procedimento de inventário, realiza-se um registro da descrição do bem cultural, das informações relacionadas à sua relevância, da sua história, de suas características físicas, da sua localização, do seu estado de conservação, dos seus proprietários, bem como outros dados significativos do bem em análise (KALB; FLORES, 2017, p. 211).

Tal procedimento possui grande importância, uma vez que, de posse das informações pertinentes relacionadas a esses bens inventariados, fica mais fácil identificar os principais problemas e dificuldades relacionados com a sua promoção e conservação, ou

seja, tais dados auxiliam na criação e implementação de medidas que objetivam a manutenção de tal patrimônio cultural vivo na comunidade em que ele se insere.

Para que se possa preservar um bem cultural, é importante saber não apenas que ele existe, mas também se a manifestação cultural é praticada pela população local, se as pessoas têm dificuldade ou não em realizá-la, que tipos de problema a afetam, como essa tradição vem sendo transmitida de uma geração para outra, que transformações têm ocorrido, quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção dessa tradição, entre vários outros aspectos relativos à existência daquele bem cultural (IPHAN, 2012, p. 18).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que, ao se realizar o inventário dos bens culturais, na verdade está se conhecendo o bem e identificando o valor atribuído a este. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) possui um instrumento de pesquisa chamado de Inventário Nacional de Referências Culturais, cujo objetivo é realizar este trabalho de inventário e com isso identificar os principais problemas e alcançar as soluções para as questões atinentes aos bens pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro.

Contudo, apesar da evidência deste ser um importante instrumento, não existe ainda uma lei específica que regule o inventário.

Registro

Trata-se de uma técnica regulamentada pelo Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, cujo objetivo é o reconhecimento de determinado bem cultural como parte do patrimônio cultural brasileiro e, conseqüentemente, viabilizar a sua proteção jurídica. Assim, observa-se que o ato de registro de determinada manifestação cultural se mostra importante na medida em que “constitui prova capaz de dar suporte a ações que visem a impedir posterior utilização indevida dos conhecimentos e de práticas envolvidos na manifestação cultural” (RESENDE; FRAZÃO, 2017, p. 213).

No que tange ao procedimento de registro, tem-se que este se efetiva mediante a inscrição do bem em um ou mais livros, conforme o artigo 1º, §1º do Decreto:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2000, *online*).

Além disso, o §2º do mesmo artigo menciona que para que sejam inscritos num desses livros, tais bens devem apresentar duas características, a continuidade histórica e a relevância nacional. A continuidade histórica de um determinado bem intangível poderá ser identificada por intermédio de “de estudos históricos e etnográficos que apontem as características essenciais da manifestação, sua manutenção através do tempo e a tradição à qual se vinculam” (IPHAN, 2006, p. 19). Já quanto à relevância nacional do bem cultural para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, é certo que para serem considerados patrimônio cultural imaterial tais bens devem possuir uma referência à identidade de determinado grupo social.

O decreto ainda aponta quais seriam os legitimados a solicitarem o registro seriam o Ministro de Estado da Cultura, as instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, as Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal e as sociedades ou associações civis. Ademais, no pedido de registro devem estar contidas a descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes, conforme o artigo 3º, §2º do Decreto.

A maior crítica que se faz ao procedimento de registro é que ele isoladamente não possui condão para proteger os bens culturais imateriais de violações, de forma que se faz essencial se utilizar de outros mecanismos de preservação, como o inventariado ou a salvaguarda, a depender do caso concreto (KALB; FLORES, 2017, p. 217).

Desapropriação

Observa-se que a desapropriação compreende um outro mecanismo de proteção ao patrimônio cultural, cuja fundamentação se encontra no art. 216, § 1º da Constituição Federal. Assim, Segundo Bandeira de Mello, é possível conceituar desapropriação como:

À luz do Direito Positivo brasileiro, desapropriação se define como o procedimento através do qual o Poder Público, fundado em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente despoja alguém de um bem certo, normalmente adquirindo-o para si, em caráter originário, mediante indenização pré-via, justa e pagável em dinheiro, salvo no caso de certos imóveis urbanos ou rurais, em que, por estarem em desacordo com a função social legalmente caracterizada para eles, a indenização far-se-á em títulos da dívida pública, resgatáveis em parcelas anuais e sucessivas, preservado seu valor real (2010, p. 865 – 866).

Nessa perspectiva, a partir desse conceito, depreende-se que para se desapropriar um bem é preciso que estejam presentes alguns requisitos, os quais estão elencados no artigo 5º, XXIV, da Constituição, quais sejam a necessidade pública, a utilidade pública e o interesse social. No que concerne aos requisitos de necessidade e utilidade públicas, tais hipóteses que se encaixam nestas categorias se encontram elencadas no Decreto-Lei 3365/41, dentre estes pode-se citar a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos, bem como medidas necessárias a manter-lhes e realçar-lhes os aspectos mais valiosos, a proteção de paisagens e locais particularmente dotados pela natureza, a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico e a construção de edifícios públicos, monumentos comemorativos e cemitérios (BRASIL, 1941, *online*).

Quanto ao requisito de interesse social, os seus exemplos práticos se encontram na Lei 4132/62, quais sejam a o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve servir ou possa suprir por seu destino econômico, o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola, a construção de casas populares, a proteção do solo e a proteção de cursos e mananciais de água e de reservas florestais (BRASIL, 1962, *online*).

O procedimento de desapropriação se subdivide em duas fases distintas. A primeira delas denominada de fase declaratória a qual compreende uma etapa administrativa onde ocorre a declaração de utilidade pública que tenha o objetivo de individualizar o bem a ser desapropriado pelo Poder Público. Tal declaração é feita por meio de decreto por um dos

membros do Poder Executivo. Já a segunda fase, denominada fase executória corresponde às providências a serem tomadas para que se concretize a transferência do bem desapropriado ao Poder Público. Tal fase poderá ocorrer tanto judicialmente quanto extrajudicialmente (CASTILHO, 2014, *online*).

Vigilância

A vigilância, em divergência dos demais institutos apresentados, não atribui, por si só, ao patrimônio tutelado, característica excepcional, consequentemente, não lhe outorgando regime especial de bens *in res ipsa*. Trata-se, nesse sentido, de um poder-dever atribuído ao Poder Público para “exercer a vigilância permanente dos bens culturais sob sua tutela” (FERREIRA, 2011, p. 36).

Desse modo, ela atua como uma vertente do Poder de Polícia estatal ao imputar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o poder-dever de inspecionar a integridade dos patrimônios tombados quando entender conveniente, nos moldes do art. 20, do Decreto nº 25, de 30 de dezembro de 1937. Desta feita, não se autoriza ao proprietário produzir obstáculos à inspeção, sob pena de multa, com isso, mitigando-se os seus direitos sobre o bem juridicamente protegido. (BRASIL, 1937, *online*).

A importância dos atributos jurídicos de preservação do patrimônio cultural: a efetividade dos instrumentos de intervenção na vida privada em prol da história nacional

Feitas as considerações e digressões acerca dos institutos jurídicos destinados à preservações nos patrimônios culturais brasileiros, faz-se viável perceber que estes, por meio de diferentes meios e mecanismos, possuem como objetivo central barrar quaisquer degradações aos bens históricos-artísticos-culturais.

Nesse viés, percebe-se que os instrumentos administrativos expostos cuidam da memória nacional coletiva, aplicando-se sobre bens, materiais ou imateriais, cujas relevâncias para a historiografia e a cultura brasileiras se demonstrem e, consequentemente, para a identidade cultural do povo (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 16).

Todavia, deve-se ressaltar que a mera aplicação de quaisquer dos mecanismos supramencionados isoladamente não possui força para proteger os patrimônios histórico-culturais. Ou seja, faz-se essencial que o Poder Público busque a inserção da comunidade

local em suas políticas preservativas, adotando medidas voltadas à educação patrimonial (IPHAN, 2014, p. 19).

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 19).

Assim sendo, verifica-se que as políticas públicas administrativas destinadas à preservação de patrimônios culturais devem ressaltar a percepção da sociedade acerca da relevância do bem tutelado, de forma a expandir o sentimento de valorização do objeto em questão perante a comunidade (IPHAN, 2014, p. 20). Portanto, aparte da atuação estatal para a identificação de bens dotados de valor histórico-artístico-cultural e aplicação de medidas capazes de interferir sobre a vida privada dos cidadãos com o intuito de os salvaguardar, fundamental também se faz incutir nos indivíduos o ideal coletivo.

Considerações finais e apontamentos

Verifica-se, conforme o exposto, que o Estado para a salvaguarda de seus patrimônios histórico-culturais criou diversos institutos jurídico-administrativos aptos a interferir sobre a vida privada de seus cidadãos. Dessa forma, diante das modificações vivenciadas cotidianamente e da crescente ocupação territorial pela sociedade brasileira, há ascensão da demanda pela aplicação de métodos e de mecanismos aptos a balancear estas questões com a preservação da memória nacional coletiva.

Nessa perspectiva, a Carta Magna Brasileira de 1988, em seus arts. 215 e 216, ocupa-se de traçar os entendimentos constitucionais acerca de quais bens podem ser enquadrados como culturalmente relevantes e de listar mecanismos para as suas proteções: o tombamento, o registro, o inventário, a desapropriação e a vigilância. De tal sorte, cada qual destes atua em uma perspectiva diferente, interferindo em graus e em cadências distintas sobre os indivíduos e suas vidas privadas.

Entretanto, aparte dos instrumentos constitucionais deduzidos nas presentes páginas, não se deve esquecer que eles podem não ser os mecanismos mais eficientes, adequados e justos para serem aplicados em certas circunstâncias. À vista disso, em paralelo, com o âmago de impulsionar o resguardo aos bens histórico-culturais, recomenda-se a aplicação de medidas assecuratórias incidentais, capazes de complementar as suas atuações.

Infere-se, diante dos fundamentos apresentados, a importância das medidas administrativas constitucionalmente dispostas para a salvaguarda da memória e da identidade cultural brasileiras, sendo devidamente percebidos os seus efeitos sobre as esferas privadas dos cidadãos.

Referências

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 24 ago. 2019.

_____. **Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em 08 ago. 2019.

_____. **Decreto-lei nº 3365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3365compilado.htm>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Lei nº 4132, de 10 de setembro de 1962**. Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4132.htm>. Acesso em: 09 set. 2019.

_____. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm>. Acesso em: 07 set. 2019.

CASTILHO, Marcela Cristina de. **Desapropriação: Conceito, requisitos e panorama geral**. 2014. Disponível em: <<https://mcristina.jusbrasil.com.br/artigos/146506504/desapropriacao>>. Acesso em: 09 set. 2019.

FALAVIGNO, ChiavelliFacenda. A tutela jurídica do patrimônio cultural brasileiro. **Revista Científica dos Estudantes de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 1 – 22, 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/resseveraverumgaudium/article/view/64732>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

FERREIRA, Mateus de. Moura. Instrumentos de Proteção do Patrimônio Cultural. **Pós em Revista**, v. 4, p. 29, 2011.

FLACH, Michael Schneider. PANORAMA SOBRE A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Revista do Ministério Público do Rs**, Porto Alegre, n. 80, p.41-54, maio/ago. 2016.

FONSECA, Maria Cecília Londres (Org.). Patrimônio Imaterial. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, p.69-78, out./dez. 2001.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz (Org.). **Patrimônio histórico**: como e por que preservar. 3. ed. Bauru: Canal 6, 2008. Disponível em: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro, volume 1**: parte geral. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

HENRIQUES FILHO, Tarcísio. A evolução histórica da proteção ao patrimônio cultural no Brasil. **Revista Athenas de Direito, Política e Filosofia**, Conselheiro Lafaiete, v. 2, n. 1, p.104-137, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://www.fdcl.com.br/revista/site/download/fdcl_athenas_ano2_voll_2013_artigo6.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

IPHAN. **Educação patrimonial**: Histórico, conceitos e processos. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. **O registro do patrimônio imaterial**. 4. ed. Brasília: Iphan, 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

_____. **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Brasília: Iphan, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2019.

KALB, Christiane Heloisa; FLORES, Maria Bernardete Ramos. Tombamento, Inventário e Registro: nuances e efeitos jurídicos aos sistemas de proteção do patrimônio cultural brasileiro. **Revista das Faculdades Integradas Vianna Júnior**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p.196-226, jan./jun. 2017.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A Tutela do Patrimônio Cultural sob o enfoque do Direito Ambiental: uma abordagem transdisciplinar**. 2006. 327 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp021717.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2019.

NOIRTIN, Célia Regina Ferrari Faganello; MACEDO, Maria Amélia Cavalcante; RIBEIRO, Alex Borges de Barros. Tombamento como precípua mecanismo de proteção do patrimônio cultural material nacional. **Revista de Direito Ambiental**, v. 18, n. 70, abr./jun. 2013, p. 215 – 246. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/portal/images/documentos/artigo-tombamento-sao-felix.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RESENDE, Maria Antônia Botelho de; FRAZÃO, Quênia. A tutela do patrimônio cultural na legislação brasileira: instrumentos de proteção do patrimônio material e imaterial. **Revista Jurídica Uniaraxá**, Axará, v. 21, n. 20, p.197-219, ago. 2017. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-Jur%C3%ADica-UNIARAX%C3%81_21_n.20.09.pdf>. Acesso em: 08 set. 2019.

RODRIGUES, Marly. **O tombamento como instrumento jurídico de proteção de bens culturais**. 2006. Disponível em: <<https://fundacaofhc.org.br/files/apresentações/1949.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação Constitucional da Cultura**. São Paulo: Editora Malheiros, 2001.

PARTE III

PATRIMÔNIO, CONSERVAÇÃO E RESTAURO: Imagem e Sociedade

Capítulo 8

AS JANELAS DE PARACATU: olhares descortinando o tempo

Jacirema das Neves Pompeu Martins

Introdução

As janelas do Centro Histórico da cidade de Paracatu, no Noroeste do estado de Minas Gerais, contam, por meio de seus vãos, histórias do passado misturadas ao presente, que encantam a quantos buscam conhecê-la. Neste artigo, procuramos lançar sobre essas janelas, um olhar diferenciado, observá-las no seu contexto arquitetônico e artístico, sem deixar de apreciar a história que as cercam. Para isso, mergulhamos nas linhas do mais famoso pesquisador da história de Paracatu, Oliveira Mello e em outras leituras que nos remetessem ao período colonial, marco do Centro Histórico da cidade.

Este artigo começou a tomar corpo a partir de nossa chegada à cidade de Paracatu, no ano de 2009; na ocasião passávamos longos períodos nas tardes dos finais de semana, a observar e a admirar o Centro Histórico da cidade e, em especial, suas belas janelas. Em razão dessa admiração, começamos a buscar informações sobre elas, e o que se encontrava eram apenas belas fotografias, incluindo mostras fotográficas que destacavam toda beleza delas. Quase dez anos depois, por iniciativa do grupo de pesquisa da Faculdade Finom, tomamos as rédeas de uma pesquisa, por certo instigante, que nos levaram a percorrer as cidades de Ouro Preto e Paracatu, em Minas Gerais, e Pirenópolis, no estado de Goiás, em busca de subsídios no sentido do caminhar da pesquisa.

Acreditamos que tomar por tema as janelas de Paracatu, certamente, contribuirá academicamente com informações sobre a arquitetura e o histórico da cidade, além de abrir espaços para que se promovam novas pesquisas que complementem as informações aqui postadas.

Nosso foco, ou problema de pesquisa, consiste exatamente na ausência de informações sistematizadas sobre a origem das janelas tão presentes no imaginário e histórico da cidade. Nesse sentido, tivemos como objetivo principal a busca de informações que nos permitissem olhar para as janelas, indo além das fotografias.

Para alcançar nosso objetivo, usamos como Metodologia a leitura de materiais impressos, livros históricos, vídeos, e nos deslocamos até as cidades citadas anteriormente, em busca de conteúdos que nos auxiliassem na escrita. Para isso, também conversamos com moradores e pessoas envolvidas nos trabalhos de restauração no centro histórico da cidade.

Localizando a cidade

A cidade de Paracatu está localizada no noroeste do Estado de Minas Gerais, situada a 17° 13' 00" S e a 46° 52' 27" W, ocupando uma área de 8.229,11 km², suas altitudes variam entre 500 a 950 metros, representadas pela Serra das Vertentes que circundam a cidade. Todo este sítio foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN desde a década de 2010.

Narrativas históricas, sobre Paracatu, destacam o caminho dos tropeiros, a mineração, suas cachoeiras e o centro histórico como guardiães de memórias importantes contadas, principalmente, pela arquitetura colonial, na qual, os casarões descortinam olhares sobre a Paracatu antiga, através das suas janelas.

Em princípio, chamou-nos à atenção o fato de que, pouco se pesquisou sobre este detalhe importante da arquitetura colonial, muito embora seja bastante fotografada. Por tratar-se, na época, de um arraial de certo modo distante da sede da coroa imperial, agregou-se à sua arquitetura nuances marcantes da arquitetura que caracterizavam o período. Tempos depois a proximidade com a Capital Federal, Brasília, e sua construção nos anos de 1960, tenham exercido influências não tão benéficas a este sítio histórico.

Os caminhos de Paracatu

Segundo Oliveira Mello (2002), não há consenso quanto ao surgimento do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu, o lento povoamento e sem conhecimento do governo, deve ter começado entre as décadas de 1690 a 1710. Um dos caminhos que passavam por Paracatu ligava o centro minerador de Goiás aos centros criadores de gado dos afluentes do Rio São Francisco, certamente, durante tais passagens, os bandeirantes se

deparam com ouro no leito arenoso dos córregos, e começaram a chegar dando início à exploração (MELLO, 2002).

A maioria dos registros históricos afirma que os primeiros moradores foram os bandeirantes Felisberto Caldeira Brant juntamente com a família, vindos de Goiás, e José Rodrigues Fróes trazendo, além da família, seus irmãos. Possivelmente, essas pessoas acostumadas a outro tipo de conforto, passam a alterar a forma de viver e morar do local.

Historiadores registram que o bandeirante Nicolau Barreto foi o primeiro a alcançar os sertões de Paracatu. De acordo com documentos datados “da era de mil seiscentos e três, aos doze dias do mês de março, neste sertão do rio Paracatu...”, comprovando que nas últimas décadas do século XVI, o homem branco trilhou por estas terras. Entretanto, não foram encontradas marcas de povoamento em decorrência desta passagem. Mello (2002) afirmou ainda que, a região Noroeste de Minas Gerais foi visitada, conhecida e explorada desde o final do século XVI, havendo indícios de que as bandeiras de Domingos Luís Grau (1586-1587), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596) e Domingos Fernandes (1599) haviam estado nesta região (MELLO, 2002, p. 52).

A conquista da região vinha sendo estruturada há muitos anos. Em 1722, quando Tomás do Lago Medeiros recebeu a patente de Coronel de Paracatu, o direito de guardamoria e o privilégio de distribuição das datas de terras desta região, o ouro não havia sido descoberto, mas a região já era conhecida e havia a expectativa da descoberta de metais preciosos. Os cuidados que as prováveis regiões mineradoras mereciam das cortes portuguesas indicam a importância dessa atividade para a economia da época.

A atração, exercida pela abundância com que o ouro fluía de seus veios d’água, contribuiu para o rápido crescimento do Arraial de São Luiz e Sant’Anna das Minas do Paracatu. Após período de grande crescimento, o arraial foi elevado à condição de vila com o nome de Paracatu do Príncipe, em 1798, por um alvará de D. Maria I. A vila recebeu este nome por ter sido dada de presente ao jovem D. Pedro I, por ocasião de seu batismo (MELLO, 2007).

Nos primeiros 50 anos de sua inauguração, a Vila prosperou e a cidade cresceu, unindo as casas pelas ruas tortas, calçadas de pedras brutas, formando largas sarjetas que protegiam as ruas das águas pluviais, nestas águas escorria o ouro brilhante, segundo relato de MELLO (2007), ao Museu da Pessoa.

No segundo meio século, as grandes fazendas de criação de gado, o movimento comercial deu a cidade outro tom, com o aumento da produção, a cidade tornou-se uma das melhores praças da região.



Figura 11: Centro histórico de Paracatu. Fonte: Acervo do Arquivo Público Municipal Michael Olímpio Gonzaga.

A história do sertão mineiro, não é muito clara quanto a seus registros, pesquisadores creditam a criação do Arraial de São Luiz e de Sant’Ana das Minas a bandeirantes e mineradores paulistas e portugueses, porém, na verdade, o início da colonização se deu pelos pecuaristas oriundos do sertão baiano, que ali encontraram um vale fértil e adequado para a criação de gado.

O Largo do Santana é considerado o marco inicial da colonização do Noroeste mineiro. Foi no Santana que se edificou o primeiro arraial da região. O destaque dessa fase foi a construção da Igreja de Santa Ana, artisticamente decorada no entalhe de seus altares e na pintura do teto. No entanto, em 1935, foi demolida, e depois se construiu outra igreja em seu local original, nos moldes aproximados da anterior.

Os primeiros templos religiosos construídos no Brasil seguiam o estilo tardo-renascentista ou maneirista português, conhecido como estilo chão. Esta estética caracteriza-se pelas fachadas compostas por figuras geométricas básicas, frontões triangulares, janelas próximas ao quadrado e paredes marcadas pelo contraste entre a pedra e as superfícies brancas (MELLO, 2002).



Figura 12: Réplica da Igreja de Santa Ana. Fonte: Martins, 2019.

Dos tempos da colônia, ainda hoje, é possível observar no largo do Santana, as casas construídas sobre uma base de madeira talhada e paredes de barro, seus telhados de duas águas marcam uma das características das construções urbanas da época, estes, ainda exibem as “telhas de coxa”, assim chamadas, pois eram fabricadas manualmente na coxa dos escravos. As fachadas eram simples, nas quais se destacavam portas e janelas trabalhadas com os contornos em tons mais fortes de azul ou amarelo; a frente da entrada das casas, os guarda-corpo, proteção a meia altura, um gradil de alvenaria resguardam as faces laterais das escadas, em frente a entrada das casas, em função de desnível da altura das calçadas.

As casas eram alinhadas em ruas estreitas e tortuosas. Este alinhamento era usado como maneira de assegurar a estabilidade da construção, casas em correnteza eram geminadas nos dois lados, criando a chamada *rua corredor*. Isto em parte se deveu à precariedade das técnicas construtivas. Sabendo-se que a taipa de pilão ou o pau-a-pique eram vulneráveis à chuva, um dos modos de protegê-los das intempéries, era colar empena com empena, restando apenas duas fachadas expostas. Os beirais e varandas se incumbiam da proteção destas, conforme a Figura 3 (MELLO, 2002).

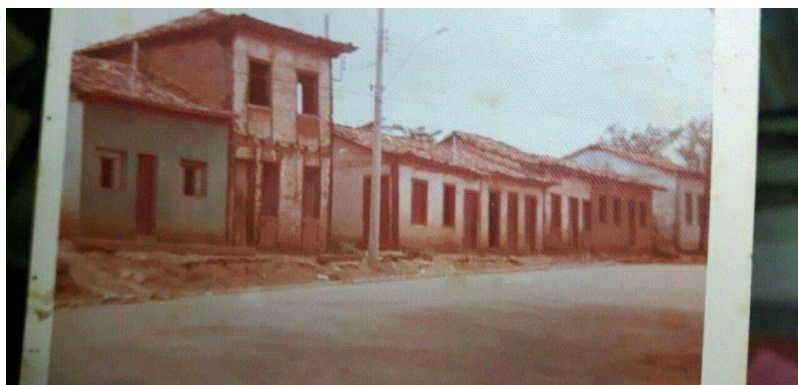


Figura 13: Rua Corredor, em Paracatu. Acervo de Oliveira Mello, 2002.

Da época, outra herança cheia de detalhes e criatividade de rara beleza são os forros utilizados nas residências. Por exemplo, era comum utilizar o forro de esteira de taquara trançada, material de fácil acesso, e sua confecção lembrava o uso pelos índios que habitavam a região.

Ainda nos dias de hoje, é possível observar esta arte. Na casa que abriga a sede da Cáritas, na rua do Ávila, e nos salões da Casa de Cultura, observa-se a preservação desse modelo de forração, conforme as fotos 4 e 5, em destaque.



Figura 14: Interior da Cáritas- Paracatu. **Figura 15** Sala da Casa de Cultura. Fonte: Martins, 2019.

Outro artifício arquitetônico bastante peculiar à época que podemos encontrara frente de algumas casas do centro histórico são os guarda-corpo de madeira, pequenas obras de arte da arquitetura local.



Figura 16: Guarda-corpo de casa localizada no Bairro Santana, Centro Histórico de Paracatu. Fonte: Martins, 2019.

O uso do guarda-corpo à frente das casas é uma característica que observamos também na cidade de Pirenópolis, no Estado de Goiás, cidade que igualmente sofreu a influência trazida pelos bandeirantes. Esse município histórico, sendo um dos primeiros do estado de Goiás, foi fundado, com o nome de Minas de Nossa Senhora do Rosário Meia Ponte, pelo minerador português Manoel Rodrigues Tomar. As minas da região foram descobertas pelo bandeirante Amaro Leite, reafirmando a influência arquitetônica na cidade de Paracatu, ocasionada por outros bandeirantes, além dos novos olhares trazidos pelos Portugueses. Interessante perceber esta igualdade arquitetônica como marca da presença dos primeiros colonizadores em ambas as cidades.



Figura17: Guarda-corpo largo do Santana, Paracatu (MG). **Figura18:** Guarda-corpo largo de Pirenópolis, GO. Fonte: Martins, 2019.

Um dos aspectos determinantes no urbanismo colonial foi a implantação de igrejas e conventos. Frequentemente, a construção de edifícios religiosos era acompanhada pela criação de um adro ou uma praça junto ao edifício, assim como uma malha de ruas de acesso, organizando o espaço urbano (Mello, 2007).



Figura 19:Matriz de Santo Antonio, Paracatu. **Figura 20:** Chafariz da Traiana. Paracatu (MG). Fonte: Martins, 2019.

A formação da Cidade

No princípio, como a organização das cidades se davam de modo aleatório, em torno de um córrego ou a margem de um rio, tendo como referência uma capela, ou, em especial, nos corredores de passagem das tropas ou similares, o surgimento de arraial de Paracatu também seguiu esse modo. A organização do primeiro bairro de Paracatu, chamado Cidade Baixa, como o próprio nome diz, ficava topograficamente na parte mais baixa da cidade, lugar onde as primeiras casas foram construídas em estilo colonial. A cidade se desenvolveu a partir da igreja, onde foram erguidas casas e comércio, a mesma estrutura que constitui o local até hoje (MELLO, 2007).

Para Oliveira Mello (2007), no ano de 1744, Paracatu se transformou em um pequeno arraial. A economia, daquela época, girava em torno da produção de couro, plantação de verduras e frutas e extração do ouro. A mão de obra era, em sua maioria, de escravos que vieram com os seus senhores. A malha urbana se formou próxima a área de mineração e aos cursos d'água como ocorria, tradicionalmente, devido aos tropeiros e viajantes que seguiam para a região mineradora de Goiás, dando origem a diversas cidades. Nesse período a

sociedade era, essencialmente, rural, nas pequenas vilas se concentravam uma parcela representativa da população local. Vale destacar ainda como elementos presentes até os dias de hoje, na arquitetura colonial, o calçamento de pedras e paredes e alicerces de adobe, ao caminhar-se pelas ruas antigas.



Figura 21: Rua calçada de pedras. **Figura 22:** alicerce construído de pedras. Paracatu (MG). Fonte: Martins, 2019.

As janelas de Paracatu



Figura 23 Janela de residência localizada na Rua Américo Macedo em Paracatu. Acervo: Martins, 2019.

No intuito de destacar a origem da beleza de retas e curvas das janelas da cidade de Paracatu, nas linhas escritas por Oliveira Mello (1937), encontramos um elo importante para “olhar” as janelas de Paracatu.

Sobre as janelas se debruça o tempo. Os olhos dos homens do presente procuram um pouco do que se foi. São quase três séculos que batem à porta de Paracatu. É o passado cheio de mistérios de uma cidade que, “encolhida num canto do mundo”, ouviu outros toques. Confusa, não soube receber a mistura dos tempos. Finge, no entanto, nada perceber, mas preocupa-se em preservar sua memória. Como suas portas vão se abrir para o futuro e de que maneira os homens irão vê-lo além das suas janelas (MELLO, 1937).

Nas linhas do escritor, as janelas aparecem como elemento poético a observar um futuro incerto. Com nossa pesquisa, pretendemos reafirmar esta poesia, resgatando todo o sentido do “olhar” para as janelas que se abrem para o mundo.

As janelas

Desde que construiu o seu primeiro abrigo, o homem sentiu necessidade em trazer para o interior do seu refúgio a luz do dia. A porta não era suficiente para iluminar todos os recantos do espaço encerrado.

Nesse sentido, a janela, uma abertura mais reduzida, pontual e estrategicamente localizada, veio responder a necessidades básicas, como a iluminação e a ventilação. No entanto, estas aberturas fragilizavam a parede do refúgio, e para minimizar os efeitos do buraco, o homem foi associando à janela meios auxiliares de reforço, preenchimento e proteção da abertura, tais como tecidos, peles, tábuas, grelhas e materiais vítreos, entre outros (SILVA, 2008).

A junção desses elementos fez da janela um elemento com diferentes graus de complexidade e de aproximação. Nota-se que “séculos de experiência foram completando a eficácia funcional do vão, incorporando elementos de desenho simples e de grande eficácia funcional, filtros que foram permitindo observar sem ser observado, obter luz sem ter sol, ver sem ouvir” (SILVA, 2008).

A janela, elemento quase que imperceptível do nosso cotidiano, acompanha silenciosa, a história da arquitetura, associando a ela a própria história das civilizações e, é este olhar que pretendemos vislumbrar em nosso artigo.

No passado, as janelas eram pequenas aberturas no maciço da alvenaria de sustentação, que não podia ser comprometida por vãos muito grandes e próximos uns dos

outros. Tradicionalmente uma janela tem uma verga (viga que fecha superiormente o vão), duas ombreiras e o peitoril (superfície de fecho horizontal na parte inferior) (SILVA, 2008).

A janela ornada de elementos diversos servia de proteção dos atos do exterior, sendo assim o que seria apenas um ‘buraco’ foi completado com detalhes diversos de acordo com os materiais e meios disponíveis, que remetem cada um a sua época.

A janela colonial

Guardando características do período colonial, as janelas possuem características que encantam a quantos tem a oportunidade de vê-las de perto ou através de fotografias. Observa-se que a cidade de Paracatu, atualmente, possui belos exemplos dessa arquitetura, por vezes imperceptíveis aos olhares leigos. Deste modo, após pesquisar sobre janelas deste período, percebemos ainda mais sua importância, além dos registros fotográficos.

Destaca-se que no início da formação do arraial, as janelas eram bastante simples, seguiam o modelo rústico e que refletiam a simplicidade de seus moradores.



Figura 24 Janelas de casas de uma folha só, e de madeira de ripa. **Figura 25:** Janelas de madeira de uma casa do largo do Santana.

As construções apresentavam características da arquitetura colonial, com volumes prismáticos retangulares, puros e sem grandes ornamentações. As portas e janelas tinham as vergas normalmente em arco abatido, podendo também ser retas ou em arco pleno (mais próximas da metade do século XIX). A maioria das janelas que marcam o período colonial em Paracatu podem ser chamadas de “rés ao chão”, por sua proximidade com o calçamento

das ruas, as outras estão nos sobrados que apresentam janelas ornadas no melhor estilo colonial do início de sua formação, mas não apresentam grandes balcões.



Figura 26: Sobrado JK. Figura 27: Pousada da Vila. Paracatu (MG). Acervo: Martins, 2019.

Pelas ruas do Centro Histórico da cidade de Paracatu, se percebe a presença arquitetônica de rara beleza, muito embora em suas casas não se exibam belos balcões como os da cidade histórica de Ouro Preto, gradeados, no mais belo estilo português, pertencente ao estilo barroco. Na cidade de Ouro Preto, em seus balcões, criava-se um elo entre a casa e o povo que passava em procissões pela cidade, testemunhando o período de riquezas desta cidade mineira, conforme figura 19 abaixo.



Figura 28: Janelas e balcões no centro histórico da cidade de Ouro Preto. MG. Fonte: Martins, 2019.

As janelas coloniais obedecem a vários estilos arquitetônicos de abertura de forma regular, podendo ser retangular, quadrada, circular, oval, etc., é praticada numa parede para iluminar e arejar e facilitar a visibilidade para o exterior e o interior do edifício. Na Idade Média, estas aberturas são traçadas em arco de volta perfeita, arco quebrado ou rebaixado e

divididas por colunas ou mainéis. A partir do Renascimento, prevalece a forma retangular. As folhas cortadas em madeira podem ser em forma de réguas (vergas retas), almofadas, treliças (urupemas), rendas de madeira, com postigos (SILVA, 2008).

Determinados elementos são básicos da janela, a verga, as ombreiras e os peitoris, o que as tornam especiais ao olhar. A evolução dos tipos de janelas, no Brasil, está associada à história da arquitetura, e estas aos ciclos econômicos, sejam estes de âmbito nacional ou regional. Ressalta-se que as importantes obras de engenharia e arquitetura, até princípio do século XX, eram de madeira, pedra ou ambos (MIOTTO 2002). No início do processo de colonização, as janelas eram de madeira e possuíam apenas uma folha, denominada de escudo, que se abria para o interior do ambiente, sendo que no controle da ventilação, era feito de duas possibilidades: aberto ou fechado. Com as adaptações para o clima tropical, as alterações nas janelas aconteceram por meio do aumento na dimensão das aberturas, aproveitando a estrutura das casas, possibilitando maior ventilação e iluminação nos ambientes, e tendo as mesmas características tipológicas das anteriores. Uma das versões da arquitetura bandeirista, ou seja, das construções rurais das residências paulistas do período Colonial, utilizavam as janelas com composição de vergas, peitoris e ombreiras de madeira, sendo que o fechamento era através de balaustre de seção quadrada, possibilitando a ventilação permanente e bloqueando a iluminação.

No caso de paredes grossas, era comum chanfrar (cortar) a parede ao redor da janela. O espaço maior do vão obtido aumentava a luminosidade do ambiente, e podia receber assentos (conversadeiras). Dentre elementos adicionais, estavam peitoris, sacadas, balcões, muxarabis, seteiras, aldrabas.

As folhas apresentam vários modos de funcionamento podem ser abertura horizontal, ou à francesa, hoje chamada de basculante abertura vertical, chamadas de gelosias ou rótulas; abertura guilhotina, ou à inglesa.

Janelas de Paracatu

Além do tempo, as janelas do Centro Histórico de Paracatu guardam belos exemplos deste período colonial. A maioria foi restaurada, como parte de um programa de recuperação do centro histórico, outras são conservadas pelos moradores, cientes de sua importância para a memória da cidade.

No Largo da Jaqueira, encontramos um raro modelo de janela basculante discreta, ela observa os movimentos culturais que ocorrem ao seu redor, o detalhe da cimeira, chama

a atenção pelo trabalho de escultura nele efetuado. Este modelo era recorrente tanto na arquitetura Islâmica como no período da Alta Idade Média na Europa, um método usado para a proteção da abertura.

Na Rua do Ávila, encontramos outro exemplar típico das construções urbanas do século XVIII e início do XIX, que traziam janelas em rótulas ou gelosia grade ripada de madeira colocada no vão de janelas ou portas para proteger da luz e do calor, e através da qual se pode ver sem ser visto; esquadrias constituídas de peças de madeira sobrepostas diagonalmente, de modo a formar desenhos variados, com a finalidade de resguardar a intimidade familiar, segundo costume árabe. Esses elementos, geralmente colocados no exterior, tiveram grande desenvolvimento ao longo da História.



Figura 29: Janelas Basculantes. **Figura 30:** gelosia ou treliça. Fonte: Martins, 2019.

Um outro belo exemplo, dos tempos coloniais, que podemos destacar são as janelas em folhas de réguas, exemplos encontrados em várias casas no bairro Santana, na atualidade (2019) passam por um processo de restauração.



Figura 31: Janelas em folha de régua. **Figura 32** Idem. Fonte: Martins, 2019.

O modelo mais utilizados nas edificações do centro histórico da cidade de Paracatu, seguramente, foi o modelo em forma de guilhotina, datadas dos séculos XVIII e XIX, os caixilhos de madeira, comportam bandeiras peças que arrematam a parte superior, e chamam a atenção pela variedade estilística, a diversidade de desenhos, conforme pode ser constatado nestas imagens.

As bandeiras, que são a arte superior das janelas, podem ser trabalhadas não somente na madeira, mas também em vidro, que com o aumento do poder aquisitivo de seus proprietários, passou a ser utilizado.

A guilhotina pode deslizar em calhas verticais ou de correr (desliza em calhas horizontais). São verdadeiras obras de arte, que restauradas, chamam a atenção pela delicadeza dos desenhos em arabesco, oferecendo ao olhar uma visita ao passado, e por tal motivo são muito fotografadas.

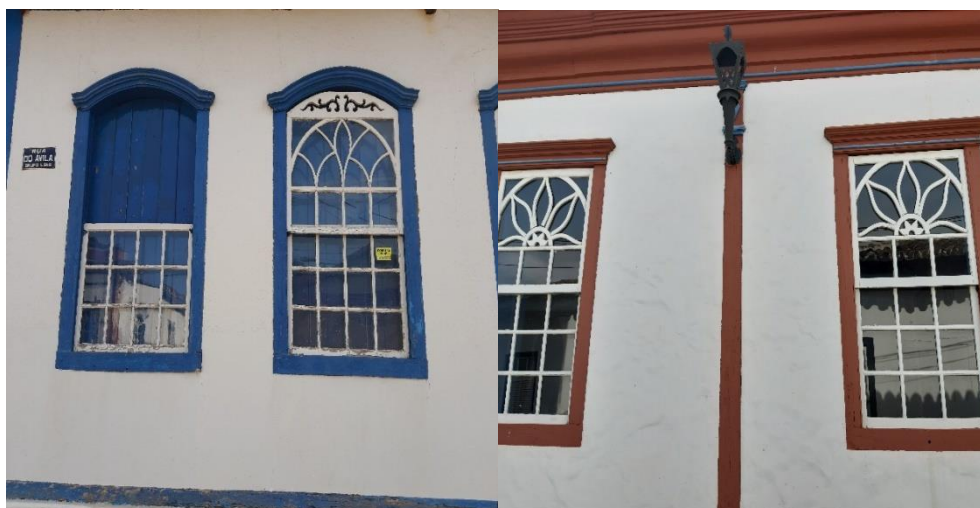


Figura 33 e Figura 34: arte em madeira, bandeiras e guilhotinas. Fonte: Martins, 2019

No interior da Igreja Matriz de Santo Antônio, nos deparamos com dois exemplares da janela conversadeira, bastante usada no período colonial, em especial nas salas e quartos, possibilitando aos moradores conforto durante suas longas conversas. Elas são compostas de assentos duplos e opostos, geralmente, associada a um vão de janela.



Figura 35 Imagem com detalhes da “conversadeira,” no interior da Matriz de Santo Antônio. Fonte: Martins, 2019.

O olhar mais atento vai agora vislumbrando elementos nunca percebidos, no edifício que abriga a Câmara Municipal da Cidade de Paracatu, encontramos exemplos de óculos bastante comuns nas igrejas, para iluminação adicional das tribunas, consistórios ou outros compartimentos. Os óculos têm forma circular, quadrifólio ou outras. Em alguns casos têm moldura de pedra e são esculpidas em perfis diversos. No salão da Câmara, ganha destaque logo acima da janela em folhas.



Figura36:imagem com detalhe de“óculo”, no interior da Câmara Municipal de Paracatu. Fonte: Martins 2019.

A beleza do período colonial brasileiro se mostra em pequenos detalhes que fazemos questão de registrar, e foram flagrados por nossas lentes no centro histórico, tais como as fechaduras e dobradiças, que conservadas, marcam sua presença em portas e janelas da cidade. Na imagem abaixo, vemos exemplar de ferragens para acionamento ou as chamadas

dobradiças de cachimbo ou *dobradiças de leme*. O *leme* era a chapa de ferro fixada nas folhas das portas, os quais tinham as mais variadas dimensões e desenhos.



Figura37:dobradiça em leme destaque em residência na Rua do Ávila, centro histórico de Paracatu. E, peitoril em madeira. Fonte: Martins, 2019.

No conjunto das janelas aparece também, chamado erroneamente por alguns de pingadeira, o peitoril, sendo esse um item que confere um acabamento com mais estilo nas janelas, além de permitir maior proteção da casa contra infiltrações. É um filete, que normalmente é colocado tanto internamente quanto externamente, logo abaixo das janelas. Por fim, permite que a pessoa se apóie para olhar para a paisagem de fora de casa, debruçados, tal qual a famosa namoradeira apoiada nas belas janelas.

Para não concluir

Ao caminhar por ruas de uma cidade, nem sempre percebemos os elementos de sua história. No entanto, há traços muito importantes que devemos considerar para conhecermos um pouco mais da história das cidades, entre eles, a arquitetura. O Centro Histórico da cidade de Paracatu está carregado de conteúdos imperceptíveis a olhares não acostumados ao fato histórico; de maneira geral é impossível não fazer um belo registro fotográfico, entretanto existem elementos que vão além da fotografia, estão associados ao seu passado ocultos em meio a mudanças e transformações, e nos remetem a um período ao qual a modernidade teima em apagar. Tal qual Oliveira Mello declara em suas elucubrações, também nos preocupamos em não permitir que as lembranças marcantes de um tempo, passem simplesmente diante de nossas janelas ou se apaguem, quando estas se fecharem.

Referencias

A primeira fotografia. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/38892715/A-Primeira-Fotografia>> Acesso dia 27/05/2019

Ache tudo e região o portal do Brasil. Disponível em:<<http://www.achetudoeregiao.com.br/mg/paracatu/historia.htm>>. Acesso em: 15/05/2019.

Arquivo público municipal de Paracatu- MG: Disponível em: <<http://paracatumemoria.wordpress.com/>> Acesso dia 13/06/2019.

Biblioteca IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/paracatu.pdf>> Acesso dia: 20/05/2019.

CARVALHO, Maria da conceição A.M. **Guia informativo comintur. Paracatu**, 1995.

Iphan (*Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=15769&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> Acesso dia: 18/05/2019.

MELLO, Oliveira. **A Igreja de Paracatu nos caminhos da História**. Ed. da Prefeitura Municipal de Paracatu. 2001

MELLO, Oliveira. **Paracatu do Tempo e em Tempo**. Ed. Prefeitura Municipal de Paracatu, 2001.

MELLO, Oliveira. **As Minas Reveladas**. Ed. Prefeitura Municipal de Paracatu, 2002.

MELLO, Oliveira. **Paracatu Meu bem querer**. Ed. Prefeitura Municipal de Paracatu, 2007.

SILVA, de Jesus Susi. **A janela: Relações e Transformações no Contexto da História da Arquitetura**. Coimbra, 29 de setembro de 2008.

Capítulo 9

PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO: tipologia de eventos culturais realizados em Portugal de 2015 a 2016.

Marta Sofia Baião Heliodoro

Introdução

Os eventos são muito importantes para os destinos porque atraem mais visitantes, dinamizam a economia local e podem funcionar como motor do desenvolvimento turístico daquele destino. Uma vez que os turistas se têm tornado cada vez mais exigentes em relação à sua experiência no destino, os eventos fazem com que estes possam ter uma experiência diferente do destino que visitam (Marujo, 2015).

De acordo com o Plano Estratégico Nacional do Turismo de 2007 (PENT), a aposta na organização de eventos deve passar pela organização e promoção de um calendário nacional de eventos, e consequente realização dos projetos, não só a nível nacional como também internacional. A importância dos eventos no turismo continua a estar presente na Estratégia do Turismo 2027 (ET2027), onde os Eventos Artístico-culturais, Desportivos e de Negócio são classificados como ativos qualificadores nas estratégias que apontam a sustentabilidade e a competitividade de Portugal, que tem já eventos que contribuem para dinamizar economias locais em territórios de pouca intensidade, permitindo assim “alargar o turismo todo o ano e em todo o território” (p.49).

Os eventos culturais são uma forma de reproduzir ou transmitir hábitos e usos de uma determinada cultura dentro de uma determinada época e, nesse sentido, são relevantes de analisar em maior detalhe (Marujo, 2015). De acordo com o INE (2016), as atividades

relacionadas com a cultura tiveram um enorme crescimento, facto que contribuiu para o aumento das dormidas (nacionais e estrangeiros). De acordo com a mesma referência, observa-se que, no ano de 2015, realizaram-se em Portugal 28.466 eventos culturais, com cerca de 12,5 milhões de participantes. Em relação ao ano anterior o número de eventos culturais realizados decresceu 4%, porém o número de participantes aumentou 16,4%. De entre as várias tipologias de eventos culturais realizados, os eventos relacionados com a música foram os que atraíram mais participantes (6,1 milhões), seguindo-se os espetáculos de teatro com 1.882 milhões de participantes (Estatísticas da cultura, 2015).

Tendo em conta este enquadramento, optou-se por iniciar este trabalho com uma discussão do conceito de eventos, abordando-se os vários tipos de eventos e as suas classificações.

De seguida apresenta-se a revisão de literatura sobre a importância dos eventos. O principal enfoque desta discussão será a tipologia de eventos culturais, refletir-se-á especificamente sobre a importância dos eventos culturais para os destinos turísticos.

Conceito e Tipologias de Eventos

A partir do momento em que as pessoas se começaram a reunir por algum motivo, existiu a necessidade de se criarem normas e padrões para tais reuniões. Esses encontros caracterizam-se como eventos, pois já começavam a ter características específicas que os permitiam definir como algo consistente (Marujo, 2015).

Andrade (2002) define eventos numa perspetiva económica, defendendo que um evento é um fenómeno capaz de aumentar negócios, uma vez que gera novos fluxos de visitantes. Marujo (2015:18) afirma que “os eventos são acontecimentos (culturais, sociais, políticos, científicos, ambientais, empresariais, etc.) criados para ocorrerem num determinado lugar e com finalidades específicas”. Getz (2008) acrescenta explicitamente uma dimensão imaterial à definição de eventos, destacando que os eventos nunca são os mesmos e as pessoas precisam “estar lá”, viver o evento, para desfrutar da experiência. Assim, para este autor, evento traduz-se como um acontecimento específico planeado que tem uma data, hora e local de realização e que implica a existência de troca de experiências entre pessoas (Getz 2008).

Para esta pesquisa decidiu-se adotar a definição de Getz (2008), uma vez que é aquela que se considera mais adequada ao âmbito do presente trabalho.

De acordo com Coutinho (2007), existe uma relação muito forte entre eventos e turismo, uma vez que o evento pode ser uma mistura de atividades e serviços, que ajudam a promover atividade turística, refletindo-se assim no desenvolvimento económico de uma região.

Segundo Douglas et al (2001), citado por Gelder e Robinson (2011), os eventos servem para unir pessoas com o intuito de celebrar alguma coisa. Marujo (2015) acrescenta que seja qual for a tipologia de eventos, eles geram oportunidade para viajar, promovem o desenvolvimento das regiões e aumentam o consumo. No entanto, diferentes tipos de eventos atrairão diferentes tipos de públicos e terão diferentes impactes para os destinos, pelo que, é também importante conhecer alguns critérios que permitem classificar os eventos em diferentes tipologias e categorias.

De acordo com Moletta e Goidanich (2000), citados por Marujo (2015:17), os eventos podem ser organizados segundo a sua natureza, tipologia ou classificação.

No que toca às tipologias de eventos, verifica-se a existência de divergência nos termos, critérios e definições utilizados pelos diferentes autores (Getz, 2009; Raj et al, 2009; Simões, 2012; Gelder e Robinson, 2011).

Getz (2009) considera que existem três grandes tipologias de eventos, que se designam da seguinte forma: Eventos de Marca, Eventos Especiais e Megaeventos. Os eventos de marca são os eventos que possuem significado ou de tradição, de atratividade, de qualidade ou de publicidade. São exemplos deste tipo de eventos o Carnaval do Rio de Janeiro e o Oktoberfest de Munique. No que diz respeito aos eventos especiais, este tipo de evento acontece apenas uma vez ou são eventos fora da programação anual dos destinos. Assim, os eventos especiais constituem uma oportunidade de experiência diferente daquelas a que o turista está habituado no dia-a-dia, sendo o seu carácter marcadamente pontual, por exemplo, mercados de antiguidades esporádicos. Por fim, os Megaeventos são definidos pelo mesmo autor como aqueles que excedem um milhão de visitantes como público (por exemplo, os Jogos Olímpicos e o Campeonato do Mundo de futebol). Segundo o PENT (MEI, 2007) a organização de megaeventos tem uma enorme importância, devido ao mediatismo e notoriedade que estes trazem ao país. Seja qual for a natureza do evento, ajudam a atrair turistas ao destino e também geram publicidade. De acordo com o PENT (2007:42), o evento Euro 2004 ou a Expo 98 “provocam um ‘efeito escala’ de notoriedade, levando ao aumento do número de turistas não só no ano do evento, mas também nos anos seguintes.” Mais recentemente, com a ET 2027, uma das linhas de atuação para projetar

Portugal será tornar Portugal num “destino de congressos e eventos culturais e desportivos de âmbito internacional” (p. 52).

Richards e Palmer (2010) defendem que existem apenas duas tipologias de eventos: os Eventos Especiais e os Megaeventos. Os eventos especiais vão ao encontro da mesma tipologia definida por Getz (2009). Nos Megaeventos, os autores dão muita importância ao papel do marketing, dizem que estes eventos têm uma lógica de marketing própria, sendo que muitas vezes o evento torna-se num destino que fica sobreposto à cidade anfitriã.

De acordo com Gelder e Robinson (2011), os eventos podem ser agrupados considerando a sua dimensão ou tipo de planeamento associado. Assim, para estes autores, existem as seguintes categorias de eventos:

- Eventos Comuns: são aqueles que não são planeados ou têm um planeamento com um tempo de organização e de gestão muito reduzidos, como por exemplo, um evento comunitário, social ou angariação de fundos;
- Eventos Especiais: são aqueles que têm um planeamento mais cuidado associado. Estes eventos ainda poderão ser eventos menores, por exemplo, as festas e eventos da comunidade; eventos maiores, que pretendem atrair muitos turistas e a atenção dos *media*, que podem ser mais difíceis de planear mas trazem grande benefício económico e podem, ainda, integrar eventos de marca, que ocorrem sempre num local permanente; e mega eventos, que são direccionados para mercados internacionais e que geram significativas receitas turísticas e benefícios económicos para o destino.

Shone e Parry (2004), citados por Gelder e Robinson (2011), afirmam que os eventos especiais são o fenómeno que surge das situações não-rotineiras, que têm objetivos de lazer, culturais, pessoais ou organizacionais separados da atividade normal da vida quotidiana, cujo objetivo é celebrar, divertir ou despertar a experiência de um grupo de pessoas.

Segundo Raj, Walters e Rashid (2009), citados por Simões (2012), ainda se pode considerar uma outra tipologia de eventos, de acordo com categorias temáticas: eventos culturais, que são aqueles que se inserem num ambiente cultural; religiosos, como por exemplo as procissões; musicais, que são os concertos e festivais; comerciais ou de negócios, que podem ser as feiras e exposições; pessoais ou privados; e desportivos, como é o caso dos campeonatos de futebol.

Pedro, Caetano, Christiani e Rasquilha (2009), citados por Simões (2012), referem ainda que os eventos podem também ser classificados como ilustra a Tabela 2.1.

Tabela 2. 1 – Critérios e tipologias de eventos

Critério	Finalidade	Periodicidade	Área de abrangência	Âmbito	Público-alvo	Nível de participação
Tipologias	Institucionais	Esporádicos	Locais	Internos	Corporativos	Interna
	Promocionais	Periódicos	Regionais	Externos	Consumidor	Externa
	_____	Oportunidades	Nacionais	_____	_____	Patrocínios
	_____	_____	Internacionais	_____	_____	_____

Fonte: Elaboração própria, com base em Pedro, Caetano, Christiani e Rasquilha (2009), citados por Simões (2012).

Simões (2012) classifica ainda os eventos consoante o público a que se destinam. Assim, o evento é classificado como *fechado* se tiver um público bem definido ou se tiver que pagar a entrada, como por exemplo uma peça de teatro, e como *aberto* se o público a quem se dirige não for específico, normalmente são eventos gratuitos, como por exemplo a Feira de São João, em Évora. Classifica-os também em relação à sua área de interesse (cultural, religioso, etc.) e às suas características (congresso, colóquio, conferência, seminário, palestra, feira, exposição, mega evento, etc.).

Millares (2014) refere que podem existir as seguintes tipologias de eventos:

- Celebrações culturais;
- Político e estadual;
- Artes e entretenimento;
- Negócios e comércio;
- Educacionais e científicos;
- Competições desportivas;
- Eventos privados.

O autor acrescenta ainda que alguns eventos são planeados para celebração pública, que visam fomentar o orgulho cívico e coesão, por exemplo os eventos organizados pelas Câmaras Municipais, enquanto outros são planeados com fins de competição, diversão, entretenimento, negócios ou socialização, como por exemplo, eventos desportivos ou jantares de negócio.

A tabela 2.2 pretende sistematizar as diferentes tipologias de eventos apresentadas pelos diversos autores analisados.

Tabela 2. 2 – Definição/Descrição da tipologia de eventos

Autor (ano)	Tipologias de eventos
Getz (2009)	Eventos de marca; Eventos especiais e Mega eventos
Richards e Palmer (2010)	Eventos especiais e Mega eventos
Gemma e Peter (2011)	Eventos comuns; Eventos especiais e Eventos maiores
Raj, Walters e Rashid (2009)	Religiosos, Culturais, Musicais, Negócios ou Comerciais, Pessoais ou Privados e Desportivos
Pedro, Caetano, Christiani e Rasquilha (2009)	Institucionais ou promocionais; Esporádicos, periódicos ou de oportunidades; Locais, regionais, nacionais e internacionais; Internos e externos; Corporativos e eventos para o consumidor; Empresas que organizam os próprios eventos
Millares (2014)	Celebrações culturais; Político e estadual; Artes e entretenimento; Negócios e comércio; Educacionais e científicos; Competições desportivas e Eventos privados.
Shone e Parry (2004)	Eventos especiais
Simões (2012)	Evento fechado ou aberto, Área de interesse (cultural, religioso, etc) e Características (congresso, coloquio, feiras, etc).

Fonte: Elaboração própria, com base nos referidos autores.

Neste estudo, optou-se por considerar a tipologia de Raj, Walters e Rashid (2009) como a mais adequada, por ser aquela que identifica a categoria de eventos por temáticas, considerando uma categoria específica de eventos culturais. Esta escolha baseia-se no facto de o foco do presente estudo ser os eventos culturais. A questão que se coloca de seguida é perceber, então, qual será a definição de eventos culturais.

De acordo com Getz (1991 a, b), citado por Ribeiro et al (2005), os eventos culturais são um conjunto de atividades com um programa pré-definido, como é o caso dos festivais. Ribeiro et al (2005:64) afirma que “alguns festivais concentram-se apenas numa forma de arte. Outros incluem atividades em muitas formas de arte. Para além de quase todos os géneros de música, existem festivais de dança, drama, cinema, literatura, poesia, marionetas, etc. e um sem número de combinações inovadoras de formas de arte. De facto, a diversidade

de festivais é tão grande que há muito de verdade num comentário de um membro da organização de um festival que refere que a única coisa que têm em comum é o título ‘festival’!”

Os eventos culturais podem ajudar a alcançar determinados objetivos, como por exemplo, manter tradições. Marujo (2015) explica que a cultura pode ser um fator secundário na escolha de um local a visitar, mas o turista acaba sempre por consumir algo de caráter cultural. Assim, percebe-se que esta autora defende que os eventos culturais pretendem estimular o desenvolvimento socioeconómico e contribuem para a preservação do património cultural.

Richards (2007) acrescenta que o turismo cultural engloba artefactos do passado e a produção cultural contemporânea. Neste contexto, para o desenvolvimento do turismo, os eventos culturais são muitas vezes encarados como uma solução para atrair visitantes, ao mesmo tempo que permitem melhorar as infraestruturas do destino (Richards, 2007). Richards e Palmer (2010) consideram que os eventos culturais podem, contribuir para o desenvolvimento cultural, criando procura pela cultura, melhorando as infraestruturas dos locais, incentivando a criatividade local e animando a comunidade local.

Do ponto de vista de Marujo (2014), os eventos culturais ocupam um papel central a nível social, cultural, político e económico numa região, também por espelharem a realidade e as características identitárias dessa mesma região.

Assim, os eventos culturais têm potencial para ajudar a revitalizar a economia, transformar as cidades e reposicionar destinos (Robinson et al, 2011). Segundo os mesmos autores, nos últimos anos, a principal forma de desenvolvimento do turismo cultural foi através da promoção de eventos culturais, uma vez que estes eventos atraem muitos visitantes e fazem com que estes se movam para determinados destinos para que possam usufruir dos eventos lá existentes. Segundo Ribeiro et al (2005), nos últimos anos os eventos culturais tornaram-se, assim, um produto turístico apetecível, tanto pelo lado da oferta como da procura. Atualmente as cidades têm uma vasta oferta cultural para quem as visita, mas também existe quem tenha começado a organizar a sua viagem e a seleccionar as cidades a visitar com base nos eventos culturais lá existentes.

Deste modo, verificando-se este crescimento na dinamização de eventos culturais e o interesse crescente do público, passou a ser essencial conhecer a importância dos eventos e perceber como eles podem influenciar o desenvolvimento de cada destino.

Importância dos eventos e fatores de sucesso

Os eventos encontram-se ligados diretamente ao turismo, uma vez que o turismo gerado pela realização de eventos (também denominado de turismo de eventos por alguns autores), é visto como uma solução para combater a sazonalidade dos destinos, aumentando a procura no período de época baixa, especialmente nos hotéis. Eventos bem organizados asseguram a vinda de turistas de várias regiões, quer do país como do mundo, que consumirão os vários tipos de serviços existentes (Coutinho, 2007).

Os eventos funcionam como promoção para o destino e podem iniciar um ciclo virtuoso de promoção e desenvolvimento do destino, uma vez que captar a atenção, poderá fazer com que haja mais eventos no mesmo destino (Marujo, 2015).

Para Allen et al (2003), os eventos a longo prazo, podem acarretar benefícios, como é o caso da promoção do destino, criando o aumento de entradas de turistas, que por sua vez levam a uma maior duração das estadias e das despesas diárias dos visitantes.

Raj et al (2009) vê os eventos como geradores de postos de trabalho e como promotores de um destino, de modo a combater a sazonalidade de uma determinada região. Assim, sabendo-se a importância da imagem transmitida durante um evento, para um destino, há aspetos a ter em consideração na organização de eventos para o sucesso dos mesmos (Marujo, 2014).

Os eventos têm várias intenções, uma delas é a socialização, por potenciarem o convívio entre visitantes que partilham o mesmo gosto pela temática do evento em questão, proporcionando momentos de lazer, em que se sai da rotina e do quotidiano (Gelder e Robinson, 2011). Assim, a amabilidade dos residentes é importante na imagem do destino, os visitantes ao serem bem recebidos pela população local, vão recomendar e transmitir uma boa imagem do local (Marujo, 2015).

Porém, para manter um destino mais atrativo não chega só a amabilidade da população local, é preciso que o destino se mantenha limpo, não só a área do evento, mas também o destino em geral, porque os visitantes aproveitam sempre para conhecer as áreas envolventes dos eventos (Marujo, 2015 e Simões, 2012).

Bowdin et al (2008) defendem que os eventos podem gerar impactos positivos e negativos a nível social e cultural, e turístico e económico. As entidades organizadoras de eventos devem prever estes impactos, para que os positivos superem os negativos. O retorno

esperado dos eventos é, na maior parte das vezes, o impacto financeiro, e pode ser a curto ou longo prazo.

De acordo com os mesmos autores, o impacto dos eventos, a nível social e cultural pode sentir-se em relação ao público e à entidade organizadora. Quando a entidade organizadora é uma câmara municipal, como é o caso da presente pesquisa, os impactos devem ser bem avaliados, em particular os negativos, uma vez que desde a escolha do tema do evento à concretização, tudo pode ser motivo de avaliação menos positiva por parte do público. Por outro lado, os impactos positivos podem ter efeitos de manter vivas tradições locais e aumentar a participação da própria população nos eventos.

Os eventos são organizados de acordo com objetivos previamente determinados. Esses objetivos passam pela divulgação de uma causa (por exemplo, de beneficência), pela promoção de um país e, até, de um produto (Simões, 2012).

Uma parte dos eventos permite combater a sazonalidade dos destinos, uma vez que, uma grande parte desses eventos se pode realizar em qualquer altura do ano, atraindo turistas para locais menos conhecidos, em épocas menos movimentadas. Com a realização de eventos podem-se criar postos de trabalho, pois a cidade tem que estar preparada para receber os visitantes e tem que ter as infraestruturas e serviços necessários. A realização destes eventos potencia um eventual aparecimento de turistas e investimentos que se revelam interessantes fontes de desenvolvimento regional. Outra singularidade destes eventos é a pluralidade de visitantes (excursionistas e turistas), com uma acentuada diversidade de nacionalidades. Estes eventos para além da sua vertente lúdica e de animação cultural são igualmente uma forma de captar a vontade dos visitantes a regressarem ao local de visita (Marujo, 2015).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2017), os eventos oferecem ao turista razões para visitar um local, além dos produtos culturais oferecidos pelo destino. A mesma Organização refere que a partir de 1970 houve um crescimento significativo no turismo de eventos, o que fez com que se tornasse uma das áreas mais importantes do setor do turismo, gerando divisas internacionalmente e obrigando até à abertura de agências especializadas na organização de serviços para este segmento.

Alguns dos potenciais benefícios dos eventos, de acordo com Richards (2007) e Marujo (2014) são:

- Publicidade para o destino
- Atração de visitantes
- Repetição de visitas ao local

- Combate à sazonalidade
- Criação de uma imagem apelativa e mais forte do destino.

Segundo Millares (2014), o turismo de eventos é de grande importância para os destinos, não só por gerar um rendimento *per capita* interessante e por permitir diminuir a sazonalidade, mas principalmente porque permite o conhecimento e a divulgação dos destinos e produtos. Os autores definem um evento como um produto e, como tal, este deve cumprir requisitos para ter sucesso. Esses requisitos são: o mercado a que se dirige; os princípios e metodologia do marketing; gerir reclamações e pedidos dos clientes; envolvimento dos responsáveis pela comercialização; e inserir o evento na promoção para o tornar visível a quem tenha interesse. Atualmente, o turista tornou-se muito mais exigente em relação à experiência que pretende adquirir em cada local que visita e em cada consumo que faz. Assim, os eventos devem apresentar um conteúdo temático atrativo, para chamar a atenção de mais visitantes. Os temas dos programas não se devem repetir, como por exemplo, nas conferências, e os temas de conversa devem ser diferentes (Millares, 2014).

Como referido anteriormente, o sucesso de um evento deve-se em muito ao envolvimento da população local no mesmo. É muito importante a ajuda da população para que tudo corra bem e, até mesmo, a hospitalidade que se transmite ao visitante, que faz com que este se sinta em casa e volte mais vezes. Marujo (2015: 32) afirma que “a hospitalidade deve ser pensada como uma relação social onde o encontro entre anfitriões e turistas de diferentes culturas determina o ambiente hospitaleiro”. Assim, um fator de sucesso na realização de eventos, particularmente os culturais, é a participação dos locais na organização, sendo que, de acordo com Marujo (2015:32), muitas vezes a sobrevivência desses eventos, está mesmo dependente do envolvimento dos anfitriões. A partilha da cultura pode ser vista como a experiência a adquirir pelo turista e a hospitalidade da população é o motor para criar relações interpessoais.

Deste modo, os organizadores de eventos, particularmente os culturais, devem identificar e gerir os impactos positivos e negativos que os eventos provocam nos seus diversos meios.

Relação dos eventos culturais com o turismo

De acordo com Smith (1989), citado por Kohler e Durand (2007:187), turismo cultural é “voltado a lugares pitorescos e deliciosamente atrasados, na perspetiva dos turistas, marcados por anacronismos e pela ausência de problemas contemporâneos presentes em

grandes centros urbanos, como congestionamento, poluição visual, oferta de produtos em série etc.”.

Para Marujo (2015:6), o turismo cultural estimula os países e regiões a manterem as culturas próprias e desempenha um papel importante na regeneração das identidades locais e culturais. Deste modo, o turismo cultural pode ser encarado pelos turistas como a procura de novos conhecimentos e experiências sobre outros povos e sociedades, sendo a base da motivação do turista a história de um determinado povo, refletindo os eventos, os costumes das comunidades e sociedades em todo o mundo.

O turismo cultural implica a oferta de espetáculos e eventos e a existência de um património cultural, que se constitui pelos museus, monumentos e locais históricos.

Nas estatísticas da cultura (2016) encontra-se a seguinte conclusão “No conjunto das Câmaras Municipais, as despesas em *Atividades culturais e criativas* representaram 5,2% no orçamento de 2016, tendo sido as autarquias da Região Autónoma dos Açores, Alentejo e do Centro, as que destinaram maior proporção do seu orçamento às *Atividades culturais e criativas*: 7,9%, 6,7%, 5,6%, respetivamente.” (p. 35).

Esta observação ilustra das estatísticas da cultura, pode-se verificar a importância que a cultura e os eventos culturais têm, na medida em que ajudam a promover destinos e aumentar as receitas. Pode-se também concluir, ao comparar o ano de 2015 com o ano de 2016, que tem existido um aumento significativo, tanto no número de eventos realizados como no número de participantes (Tabela 2.3).

Tabela 2. 3 – Número e tipologia de eventos culturais realizados em Portugal de 2015 a 2016

	2015		2016	
Eventos Culturais	28-466 sessões	12,5 milhões participantes	32.182 sessões	14,8 milhões participantes
Música	6,1 milhões participantes		7,3 milhões participantes	
Teatro	1.882 milhões participantes		2.497.049 milhões participantes	

Fonte: INE (2016, 2017).

De acordo com Getz (2008), os eventos são uma importante motivação para o turismo, e figuram de forma proeminente nos planos de desenvolvimento da maioria dos destinos.

Se a promoção de um evento for feita de forma correta, este pode atrair muitos visitantes que, caso a sua experiência seja satisfatória, poderão aconselhar a experiência aos amigos e familiares, e regressar novamente mais tarde (Marujo, 2014).

Para o autor Richards (2009), todas as atividades de turismo envolvem algum elemento de cultura, quer seja a visita a uma localidade ou a um evento cultural, ou o simples fato de desfrutar de um café de rua no destino. O mesmo autor afirma que nem todo o consumo cultural feito pelos turistas é estimulado por motivações culturais - muitas viagens têm a cultura como objetivo secundário, por exemplo, se chover, o turista troca a praia pelo museu.

Um turista ao participar num evento cultural fica a conhecer mais sobre as raízes e tradições do local que visita. Em alguns eventos o turista pode mesmo experienciar na pele a cultura do local, fazendo com que se sinta mais perto da população local. (Marujo, 2014)

Sendo o turismo uma forma de desenvolver e potenciar a economia de uma determinada região, importa incluir dentro do sector turístico atividades que representam o dia-a-dia da sua população moderna ou dos seus antepassados. Assim sendo, cada região tratará de fazer chegar aos seus turistas todo um conjunto de atrativos que visem sobretudo divertir o visitante e ao mesmo tempo enriquecê-lo culturalmente. Podemos até afirmar que um turista motivado pela visita/participação num evento é duplamente visitante, na medida em que para além de estar a visitar uma determinada região pode, no caso de um evento cultural, ser transportado, ainda que apenas cognitivamente, para uma outra dimensão cultural passada (Gemma e Peter, 2010). Todo este processo de assimilação de conhecimentos e experiências confere à região que os promovem uma mais-valia para o desenvolvimento local. Compete a cada região explorar da melhor forma o que melhor tem para oferecer aos seus visitantes, aproveitando os recursos que detém e o público-alvo que pretende captar (Marujo, 2015; Gemma e Peter, 2010; Getz, 2009).

Os eventos culturais no turismo aparecem como uma “arma” para identificar um destino, combater a sazonalidade ou melhorar a imagem do destino.

“A motivação pela exploração de outras culturas surgiu, nos últimos anos, como um fator-chave para frequentar festivais ou festas com características enraizadas na cultura de cada lugar.” (Marujo, 2014:4).

Os autores Kohler e Durand (2007) citaram Richards (1997), dizendo que “o desenvolvimento de atrações culturais em diversas cidades e regiões da Europa, ávidas por promover a cultura local e capturar parcelas do rendimento económico gerado pelo mercado

turístico, provocou uma situação na qual a oferta de atrações culturais cresceu mais do que a demanda, tornando o mercado crescentemente competitivo”.

Os eventos culturais associam-se a motivações culturais, artísticas, educativas e turísticas. Como produto turístico, os eventos aumentam a atratividade de um local e atraem mais turistas.

Richards (2009) caracteriza os turistas culturais dizendo que estes se encontram na faixa etária dos 20 aos 29 anos, que têm formação acadêmica e refere que “o mercado jovem é importante para o turismo cultural, não só porque visitam atrações culturais quando são jovens (e muitos utilizam cartões de descontos para jovens), mas também porque as experiências culturais que têm no período da sua juventude pode influenciar o comportamento futuro no âmbito do turismo” (p. 3).

Os eventos culturais têm um papel como fonte principal de conteúdo simbólico para o turismo. Os eventos culturais agrupam uma componente intangível à cultura física da cidade e são excelentes condutores para a produção da experiência, uma vez que implicam a presença do visitante (Richards e Palmer, 2010).

Contudo, para que um evento seja bem-sucedido, tem que existir um bom planeamento e o destino tem que estar preparado para receber o evento.

Conclusão

Nesta pesquisa expôs-se o quadro conceptual relativo aos eventos e sua relação com o turismo.

Começou-se a discussão pelas diferentes tipologias de eventos e concluiu-se que cada autor apresenta uma forma diferente para categorizar os tipos de eventos: alguns têm definições idênticas e partilham algumas categorias/tipologias de eventos mas, de forma geral, cada autor tem a sua própria definição e apresenta uma tipologia própria. Considerou-se a tipologia de Raj, Walters e Rashid (2009), uma vez que estes autores as identificam por categorias temáticas, destacando-se a categoria de evento cultural.

Analisou-se de seguida a problemática acerca da importância dos eventos para o desenvolvimento do turismo, constatando-se que os eventos ajudam não só a atrair turistas, como também a dinamizar a economia local, podendo representar importantes aliados para o desenvolvimento dos destinos.

Concluiu-se ainda que, qualquer evento cultural confere à região que o executa uma maior visibilidade e destaque nos roteiros e destinos turísticos. Seguindo esta linha de

pensamento, cada região deve apostar na inovação e na criatividade, por forma a conseguir dinamizar eventos culturais que sirvam o real propósito do seu desenvolvimento e diferenciação enquanto destino turístico. Os destinos têm apostado na realização de eventos como promotor para a realização de reconversões de áreas públicas degradadas ou construção de novas.

Os eventos culturais evidenciam, geralmente, elementos artísticos e comunitários expressos através do seu conteúdo. Além disso, compreendem várias características comuns: integram várias atividades, têm uma duração limitada e são comemorativos (Getz, 2008).

Em particular, os eventos culturais ajudam a desenvolver atração turística, a dinamizar outras atividades, a combater sazonalidade e conseguem cada vez mais influenciar a imagem de um destino. Além disso, têm a capacidade de complementar e impulsionar outros produtos turísticos. Assim, os eventos culturais podem e devem desempenhar um papel importante nos destinos, no entanto, há consequências e riscos que devem ser estudados e analisados antes da sua organização.

Uma vez analisadas as tipologias de eventos e definida aquela sobre a qual vai incidir o presente estudo, é importante compreender como é feita a divulgação destes mesmos eventos.

Referências

Coutinho, H. (2007). **Turismo de eventos como alternativa para o problema da sazonalidade turística**. Revista ElectrónicaAporé.

Estratégia Turismo 2027. **Turismo de Portugal** (2017).

INE – Instituto Nacional de Estatística (2017). **Estatísticas da Cultura 2016**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2016). **Estatísticas da Cultura 2015**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

INE – Instituto Nacional de Estatística (2016). **Estatísticas do Turismo 2015**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Getz, D. (2008). Eventtourism: **Definition, evolution and research**. **Tourism Management**.

Marujo, N. (2015). **Eventos Turísticos e Satisfação do Turista: O caso da festa do fim-do-ano na ilha da Madeira**. Revista Turismo, vol. 4, n. 2.

Millares, E. (2014). **Dos aspectos importantes a tomar en consideración en el desarrollo del turismo de eventos**.

Raj, R., Walters, P. & Rashid, T. (2009). **Events Management: An Integrated and Practical Approach**. Londres, U.K: Sage.

Richards, G. & Palmer, R. (2010). **Eventful Cities: Cultural Management and Urban Revitalization**. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Simões, M. (2012). **Os Eventos e a Atratividade e Competitividade Turísticas das Cidades: O Caso de Lisboa**.

Capítulo 10

RESTAURO DA ESCULTURA REPRESENTANDO SANTO ANTÔNIO (BERILO/MG): descobre-se uma rica decoração policromada

Maria Eduarda Mól Avelar

Uma escultura sobre madeira, da Igreja de Nossa Senhora da Conceição situada em Berilo, MG, representando Santo Antônio, datado da primeira metade do século XVIII e com características eruditas, foi objeto de estudo que teve como principal objetivo a identificação dos materiais e a caracterização das técnicas utilizadas na sua execução.

A escultura apresentava problemas estruturais de suporte e instabilidade na policromia, evidências de repintura por toda peça, perdas de suporte das mãos, orifícios provenientes de ataques de insetos xilófagos que alteravam sua leitura estética. O objetivo da intervenção foi estabilizar os problemas estruturais e de policromia visando alcançar uma unidade potencial da obra. Levando-se em conta os critérios de intervenção de teóricos, elaborou-se uma proposta de intervenção e realizou-se o tratamento da obra. alteravam sua leitura estética.

O objetivo da intervenção foi estabilizar os problemas estruturais e de policromia visando alcançar uma unidade potencial da obra. Levando-se em conta os critérios de intervenção de teóricos, elaborou-se uma proposta de intervenção e realizou-se o tratamento da obra.



Figura 1 - Antes do restauro **Figura 2** - Depois do restauro
Fotografias: Eduarda Mólago/2016.

Título da obra: Santo Antônio de Pádua

Autor: Não identificado

Dimensões: 69,5 cm x 41,0 cm x 21,0 cm (alt. x larg. x prof.)

Técnica: Escultura em madeira dourada e policromada

Época: Primeira metade do século XVIII (IPHAN-MG)

Origem: Berilo/MG

Procedência: Paróquia de Nossa Senhora da Conceição

Neste artigo são apresentadas as reflexões críticas e as soluções técnicas, adotadas no restauro da escultura em madeira policromada representando Santo Antônio, à luz dos princípios da mínima intervenção. Aqui, a ação de conservação e restauro foi imprescindível para a estabilização dos processos de deterioração, como também, para a preservação da integridade estética, histórica e funcional (culto religioso) da obra.

Depois de ficar sujeita ao longo do tempo a condições ambientais desfavoráveis à sua preservação, a imagem da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, situada em Berilo/MG, de vulto pleno, em madeira dourada e policromada, representando Santo Antônio, datado do século XVIII, foi objeto de tratamento de conservação e restauro, realizado na Fundação de Arte de Ouro Preto.

A grande maioria das esculturas religiosas não são assinadas. A inexistência de documentos que comprovem as autorias, é também um ponto que dificulta a identificação. Nesta obra verificou-se a presença de intervenções nas perdas com recomposições e

repintura, uma prática bastante comum até o início do século XX, que tinha como objetivo “modernizar os santos” para ficar de acordo com os gostos e costumes da época.

A escultura apresentava problemas estruturais de suporte e policromia, lacunas evidenciando uma repintura por toda peça, perdas na base e falanges das mãos, orifícios provenientes de ataques de insetos xilófagos que alteravam sua leitura estética e a carnação encontrava-se escurecida.



Figura 3 - Perdas de suporte nas mãos e na base. Fotografia: Eduarda Mól agosto/2016.

Entendidos os problemas da peça, foi constatada a existência de dois tipos fundamentais lacunas que interrompiam a continuidade da forma e ritmo da imagem: lacunas de suporte e lacunas nas camadas pictóricas. Na primeira situação a perda é dupla e radical uma vez que se trata da falta da forma esculpida em si, como é o caso dos dedos e de parte da base. Tendo em vista a unidade potencial da obra mutilada, numa análise contextual em que ela ainda mantém uma função cultural, optou-se aqui por uma reintegração formal do suporte. Esta desenvolveu-se tendo sempre presente a preocupação de distinguir a intervenção da concepção original, integrando-a, contudo, na totalidade formal da obra, pela introdução de tons próximos dos originais, mas de textura visual reconhecível, através da justaposição de pontos. Mais complexa foi a opção de não se reintegrar a grande lacuna cromática na área frontal que fragmentava a leitura visual da obra. A avaliação do tipo e

extensão dos espaços lacunares foram aspectos fundamentais para uma racional e seletiva reintegração cromática, respeitando os limites a lacuna, utilizando materiais de comprovada estabilidade, compatibilidade e reversibilidade.



Figura 4 - Detalhe da carnação e dos olhos de vidro Figura 5 – Carnação em tom rosa claro
Fotografias: Eduarda Mól agosto/2016.

O tratamento foi feito procedendo a refixação da policromia em algumas áreas, a consolidação do suporte, a remoção da camada de repintura e do verniz escurecido da carnação, e a reintegração cromática das lacunas.

A intervenção teve início com a limpeza mecânica superficial para remover os depósitos de sujidade. Passou-se então a refixação da policromia e aos testes de remoção da repintura, onde foi encontrada uma camada subjacente com uma rica policromia que fazia uso de variadas técnicas de decoração. Na túnica descobriu-se a decoração com motivos fitomorfos e geométricos, realizada com a técnica de esgrafito sobre folha de ouro e também relevo com decoração puncionada.



Figuras 6, 7 e 8 - Janelas de Prospecção para estudo da estratigrafia. Fotografias: Eduarda Mól. junho/2016.



Figuras 9, 10 e 11 - Janelas de Prospecção para estudo da estratigrafia Fotografias: Eduarda Móljunho/2016



Figuras 12, 13 e 14 - Janelas de Prospecção para estudo da estratigrafia Fotografias: Eduarda Móljunho/2016.

A remoção propriamente dita foi realizada seguindo o critério de preservar a policromia subjacente, evitando-se a chamada “limpeza extrema, totalizadora” (BRANDI, 2004), uma vez que esta retira extratos originais da obra.

O processo de limpeza química, tanto a superficial quanto em profundidade como a remoção da repintura, é uma das fases que exige do restaurador um embasamento metodológico, estabelecimento de critérios e conhecimentos físicos e químicos que possam sustentar suas decisões.

No processo aqui relatado, a limpeza química foi necessária para que se restabelecesse a legibilidade da peça, entretanto, mesmo com fundamentação teórica e conceitual, com o auxílio de testes químicos, situações inesperadas ocorreram e foram inevitáveis: o primeiro solvente em gel utilizado apresentou bons resultados nos testes de remoção, mas não funcionou com a mesma eficiência em todas as áreas, exigindo que fossem realizados novos testes para a escolha de outro gel que apresentasse resultados satisfatórios.



Figuras 15 e 16 - Início da remoção da repintura com o Gel ecológico Fotografias: Eduarda Mólmaio/2017.



Figuras 17 e 18 - Remoção da repintura evidenciando algumas perdas na policromia
Fotografias: Eduarda Mól junho/2017.



Figuras 19 e 20 - Remoção da repintura e detalhe da policromia encontrada. Fotografias: Eduarda Mól junho/2017.



Figuras 21 e 22 - Remoção da repintura do rosto com gel e da base com bisturi.
Fotografias: Eduarda julho/2017.

Realizada a limpeza superficial e a remoção da repintura, procedemos o nivelamento e posteriormente a reintegração cromática da policromia. O critério apresentado foi o fechamento, primeiramente, das lacunas de menor extensão, já que estas interrompiam a leitura e a apresentação estética da obra. Essas lacunas, nas vestes e na base, foram reintegradas, eliminando as áreas de cor branca que contrastavam com as cores da obra, criando uma forma sobre a policromia original. Essas complementações foram realizadas somente nas áreas em que havia referências para tal.

Nos casos em que das lacunas grandes prejudiciais a leitura da obra, mas que não havia referência foi realizado um trabalho de nivelamento de borda e de apresentação estética de maneira que a imagem ficasse íntegra. Como se tratava de uma imagem de culto, foram complementados os dedos indicador e médio da mão direita, e indicador da esquerda, e a base da escultura.



Figuras 23, 24 e 25 – Nivelamento de lacunas. Fotografias – Eduarda Mól setembro /outubro/2017.



Figuras 26 e 27 – Reintegração cromática usando a técnica do pontilhismo. Fotografias: Eduarda Mól janeiro/2018.



Figuras 28 e 29 – Reintegração cromática usando a técnica do pontilhismo Fotografias: Eduarda Mól janeiro/2018.

O procedimento de reintegração é desafiador, por exigir do profissional uma postura crítica que o leve a uma metodologia que aceite e compreenda as modificações ocorridas na obra ao longo do tempo, valorizando e conservando suas características originais.

No final, aplicou-se uma camada de proteção criando um isolamento para evitar futuras oxidações e proporcionar maior resistência mecânica nas áreas que estavam fragilizadas.



Figuras 30 e 31 – Complementações dos dedos da mão direita e da mão esquerda. Fotografias – Eduarda Mól. Abril/ 2018.



Figura 32 e 33 – Complementação da base para dar estabilidade verniz final.
Fotografias: Eduarda Mól. Abril/2018.

Considerações Finais

Concluindo, não só o procedimento de limpeza e de reintegração, mas o restauro como um todo, são momentos relevantes de pesquisa e intervenção, uma vez que cada obra sempre traz algo novo a ser estudado. Isso exige que o conservador-restaurador seja também um estudioso das metodologias tradicionais e das inovadoras, dos materiais e técnicas, buscando critérios que levem às melhores decisões possíveis para o momento.

Referências

BAILÃO, Ana. **As Técnicas de Reintegração Cromática na Pintura: revisão historiográfica.** Ge-conservación. Espanha, nº2, p.45-63, 2011.

BALLESTREM, Agnes. **Limpieza de las Esculturas Policromadas. In: PreprintsoftheConservationofwoodobjects.** Nueva York:UNESCO,1970.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração.** São Paulo: Ateliê Editorial, Primeira Edição. Tradução: KUHL, Beatriz Mugayar, 2004.

COELHO, Beatriz. Maria Regina Emery Quites. **Estudo da Escultura Devocional em Madeira.** Belo Horizonte MG. Primeira Edição. Fino Traço, 2014.

HILL, Marcos. **Forma, Erudição e Contraposto na Imaginária Colonial Luso Brasileira.** Boletim do CEIB, Belo Horizonte, volume 16, número 52. Julho de 2012.

<http://www.lavras24horas.com.br/portal/tesouro-sacro-e-descoberto-no-interior-de-inas-gerais/> Acesso em 01 março 2017.

SOBRE OS AUTORES

Antónia Fialho Conde

Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade de Évora, Portugal – Membro integrado do CIDEHUS - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades - Universidade de Évora; e colaboradora do CEHR- UCP- Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa. E-mail: antoniaconde@gmail.com



Anielle Kelly Vilela Freitas

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (2015) e Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais (2018). aniellek@gmail.com



Adrielly Pinto dos Reis

Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Membro do grupo de pesquisa Bioethik (UFES). Email: dricap.rei@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7377563472728356>.



Bruna Velloso Parente

Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (UFES). Membro do grupo de pesquisa Bioethik (UFES). E-mail: bvparente@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0705245560731706>.



Cairo Mohamad Ibrahim Katrib

Doutor em História - Universidade Federal De Uberlândia-Ufu -E-mail: cairo@ufu.br
caiomohamad@gmail.com



César Evangelista Fernandes Bressanin

Doutorando do Programa de Pós- Graduação em Educação da PUC-GO, Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Membro do Diretório (CNPq/PROPE) Grupo de Pesquisa: Educação, História, Memória e Culturas em Diferentes Espaços Sociais. Técnico em Assuntos Educacionais na UFT. Mestre em História (PUC-GO) e Graduado em História (UFT). E-mail: <<kaeserevangelista@gmail.com>> Contato: (63) 9-8462-5589.



Giselda Shirley da Silva

Doutoranda - Universidade de Évora/Universidade de Lisboa - Portugal. Pesquisadora Integrante- CIDEHUS-UE - Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Mestre em História Cultural pela Universidade de Brasília-(UnB). Membro do projeto de pesquisa - Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais – PUC - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: giseldashyrley@hotmail.com

**Júlia Gontijo Braga –**

Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais juliagonbraga@gmail.com

**Higor Filipe Silva**

Acadêmico do curso de Direito 10º período. UFU- Universidade Federal de Uberlândia. higorfilipes@gmail.com

**Jacirema das Neves Pompeu Martins**

AS JANELAS DE PARACATU: olhares descortinando o tempo

Mestra em Geografia pela UFU- Universidade Federal de Uberlândia, doutorando pela UCB – Universidade Católica de Brasília e professora no curso de Licenciatura em Geografia EAD da Faculdade do Noroeste de Minas-FINOM.

**Leonardo BarciCastriota**

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000). Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL). Sub-coordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPACPS) na UFMG. leocastriota@yahoo.com.br

**Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida**

Doutora em História pela Universidade de Brasília (UNB). Mestra em Educação, Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Docente do curso de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da PUC - GO. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em diferentes espaços sociais. E-mail: zeneide.cma@gmail.com

**Maria Célia da Silva Gonçalves**

Pós-doutorado em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Estágio Pós-doutoral em EconomicHistoryDepartment of Law, Economics, Management and

Quantitative Methods-DEMM da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO- (Benevento, Italy). Visiting Professor da Università degli Studi Del Sannio - UNISANNIO. Pós-doutoranda em História pela Universidade de Évora em Portugal. Possui doutorado em Sociologia e mestrado em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: mceliasg@yahoo.com.br



Margareth Vetis Zaganelli

Doutora em Direito (UFMG). Mestre em Educação (UFES). Estágios Pós-doutorais na Università degli Studi di Milano-Bicocca (UNIMIB), na Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO) e na Università degli Studi Del Sannio (UNISANNIO). Professora Titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Bioethik (UFES) e do Grupo de Pesquisa MIGRARE: migrações, fronteiras e direitos humanos (UFES). E-mail: mvetis@terra.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3009983939185029>.



Marta Sofia Baião Heliodoro

Mestre em Turismo e Desenvolvimento de Destinos e Produtos, pela Universidade de Évora – Portugal. Escola de Ciências Sociais departamento de sociologia.



Maria Eduarda Mól Avelar

Conservadora e restauradora Faop/Ouro Preto Mestranda em Gestão e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural Universidade de Évora. E-mail. eduarda.avelar@yahoo.com



Olga Magalhães

Professora do Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora-Portugal. Investigadora integrada do CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades- Universidade de Évora). E-mail: omsm@uevora.pt



Vandeir José da Silva

Doutorando pela Universidade de Évora/Universidade de Lisboa, Portugal. Pesquisador Integrante do CIDEHUS – UE, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora. Bolseiro FCT. Mestre em História Cultural pela UnB, Universidade de Brasília. Membro do projeto de pesquisa Educação, História, Memória e Cultura em Diferentes Espaços Sociais da PUC, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: vandeirj@hotmail.com

